

C. A. de Almeida Portugal

XVIII

M E P.

O ARCHEOLOGO
PORTUGUÊS

Obra composta e impressa na Imprensa Nacional

Edição e propriedade do Museu Etnológico Português



10.064

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLECÇÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

REDACTOR — J. LEITE DE VASCONCELOS

VOL. XVIII



PRÉSTÓRIA — EPIGRAFIA



NUMISMÁTICA — ANTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1913

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XVIII

JANEIRO A JUNHO DE 1913

N.º 1 A 6

Epigrafla Bragançana

Numa excursão que fiz a Miranda do Douro em companhia dos bons amigos Rui Bettencourt da Câmara, secretário geral do Governo Civil, e Joaquim Mendes Pereira, intendente de pecuária, encontramos em Malhadas, do mesmo concelho, a seguinte lápide funerária:

COR · PRISCAE
ANN · XXXV
SILVIVS CALVOS

que vem a dizer: *Cor(neliae, -eliae, -aciae, -inae) Priscae ann(or)um xxxv Silvius Calvos*, ou seja: que Sílvio Calvo consagrou aquele monumento a Cornélia Prisca, falecida de 35 anos de idade.

Encontra-se esta lápide pelo lado de fora da igreja matriz de Malhadas, metida, em parte, debaixo dum cunhal, sem prejuízo das letras, junto à porta lateral. É de granito, muito bem conservada, e de letras primorosamente gravadas, à semelhança das do século de Augusto.

Largura da lápide 0^m,51, altura 1^m,71; a grossura não se pôde medir por causa da posição, mas vai além de 0^m,31. Corpo das letras 0^m,06.

Os nomes Silvano, Sílvio Silvano, Sílvio Calvo, Sílvia Calvina e Sílvio Calvino já são conhecidos na região, e foram encontrados em lápides funerárias na povoação de Duas Igrejas, publicadas na *Revista Archeologica*, 1887.

Não é pela primeira vez que Malhadas nos exhibe documentos nobiliárquicos do seu passado de importância na civilização luso-romana. Em a *Portugalia*, t. II, p. 289, vem uma lápide de mármore descrita por Albino Lopo, segundo informações nossas. Nem isso admira, dada a importância da povoação, que maior será num futuro não distante, pois Miranda do Douro, condenada a morrer como as antigas vilas de Anciães e Monforte de Rio Livre dos nossos sítios, as quais, como condições de vida, apenas ostentavam a sua posição tática, hoje modificada, mui provavelmente lhe legará o espólio.

Do que mais appareceu na excursão, referente a documentos do Arquivo Municipal de Miranda do Douro, vou dando notícia em *O Instituto*.

Há dias em Meixedo, concelho de Bragança, o proprietário José Queiroga, ao reconstruir a sua casa de habitação, encontrou metida dentro da parede o fragmento da seguinte lápide de granito, também funerária, infelizmente não completa:



A inscrição está contida em superficie rebaixada no granito. Corpo das letras 0^m,05. Na 1.^a carreira faltam algumas letras do principio e talvez do fim, parecendo, no emtanto, que dizem VLIV (*Iuliu(s)*). Na segunda não falta nada, e está bem legível.

Por baixo da inscrição, no canto direito, vê-se ainda parte da ornamentação que a decorava. Pelo que resta das letras parece virem a dizer: (*Iuliu(s)*) (*filius? sponsus? servus*) *Muniae* e em vulgar: Júlio, filho? espôso? escravo? de Muneia aqui está sepultado.

É digno de todo o louvor o inteligente proprietário José Queiroga por não consentir que os pedreiros tornassem a meter na parede a lápide sem me fazer sciente do seu achado, na dúvida se teria importância, pondo-a desde logo ao meu dispor para lhe dar o destino conveniente. Se todos assim fizessem, como bem mereceriam da sciência, e a nossa riqueza arqueológica seria grande.

Baçal, Dezembro de 1912.

P.^o FRANCISCO MANUEL ALVES.

**Medalha comemorativa do Monumento do Buçaco,
dedicada ao exército Luso-Britânico**

(Da coleção iniciada por José Lamas)

No arco superior da orla a leg.: AO EXERCITO LUSO-BRITANNICO, e no arco inferior, que daquele está separado por dois florões: CAMPANHAS DA GUERRA PENINSULAR. Duas bandeiras, uma inglesa, outra portuguesa, presas em lanças que se cruzam. No campo, em cima, entre as lanças e dentro duma coroa de louro elíptica, em três linhas: 1808—A—1814.

Rev. No exergo, que está limitado por friso, em duas linhas horizontais: ERIGIDO NO BUSSACO—1873. No friso, que representa um corte de terreno, do lado esquerdo, a assinatura L (Lima, Casimiro José de). Vista do monumento que se erigiu no Buçaco para comemorar as vitórias alcançadas pelo exército Luso-Britânico nas guerras com os franceses na Península, o qual se compõe dum obelisco de pedra, encimado por uma estrêla de cristal e assente em dois degraus. Em volta está resguardado por uma corrente de ferro, presa de espaço a espaço, em peças de artilharia cujas bôcas estão fixadas no chão.

AR. Dia. 59 mill. M. b. c. Rara, neste metal.

Outro exemplar. AE. M. b. c.

Outro exemplar de PB. M. b. c.

Aragão, Descrição das moedas, I, p. 91.

Foi há pouco tempo publicada nesta mesma Revista pelo seu Director, o nosso amigo o Sr. Dr. J. L. de Vasconcelos, num artigo intitulado *Sete Medalhas da Guerra Peninsular* (*Arch. Port.*, XVI, p. 139), e se dela tratamos hoje de novo neste mesmo lugar é para tornarmos conhecidos alguns documentos que lhe respeitam, existentes na Casa da Moeda de Lisboa, cuja publicação nos foi solicitada pelo próprio autor daquele trabalho.

Esta medalha foi cunhada na Casa da Moeda de Lisboa, por ordem do Ministério da Guerra, e executada gratuitamente pelo então gravador o Sr. Casimiro José de Lima, segundo indicações que lhe foram dadas pelo coronel de artilharia Joaquim da Costa Cascais.

Nela colaboraram o pintor paisagista, Gonçalves Pereira e o ilustre escultor, o Sr. José Simões de Almeida Júnior, fazendo o primeiro o desenho das bandeiras e o segundo os modelos destas.

Fizeram-se exemplares de prata, em número muito limitado (20), de cobre e também de estanho, pôsto que os documentos adiante transcritos a estes se não refram, tendo sido os respectivos cunhos inutilizados algum tempo depois de se fazer a cunhagem, como consta dum termo que desse facto se lavrou e que adiante publicamos.

A esta medalha se referem os seguintes documentos que se conservam no arquivo da Casa da Moeda:

N.º 1

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.—Convindo mandar fazer o cunho da medalha commemorativa do monumento do Bussaco, em harmonia com a praxe estabelecida em casos analogos, e constando por officio do Côronel d'Artilheria, encarregado de dirigir as obras do referido monumento Joaquim da Costa Cascaes, que o 2.º Gravador da Casa da Moeda e Papel Sellado, Cazimiro José de Lima, se incumbe de fazer gratuitamente o indicado trabalho, para desempenho do qual é considerado idoneo; determina S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda que V. Ex.^a mande proceder á promptificação do dito cunho pelo mencionado artista em conformidade com o desenho, que lhe fôr apresentado pelo referido Coronel. O que tenho a honra de participar a V. Ex.^a para seu conhecimento e effeitos convenientes.—Deus Guarde a V. Ex.^a. Ministerio dos Negócios da Fazenda, Gabinete do Ministro, em 4 de Outubro de 1873.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Director da Casa da Moeda e Papel Sellado.—O conselheiro Secretario Geral=*Visconde de Calhariz de Bemfica*»¹.

N.º 2

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Por determinação de Sua Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, que me foi communicada em Officio de V. Ex.^a, datado de 4 de Outubro ultimo, e em harmonia com as indicações, fornecidas pelo Coronel Director do monumento do Bussaco, Joaquim da Costa Cascaes, tem-se procedido á gravura dos cunhos, destinados á medalha commemorativa do sobredito monumento, e, como estes cunhos estejam já bastante adiantados, e tenha corrido no publico que a respectiva inauguração de-

¹ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiii-A da correspondência recebida, fl. 115 v.

verá verificar-se no proximo mez de Julho, o segundo gravador Casimiro José de Lima, representou-me a necessidade de eu pedir a V. Ex.^a as instrucções relativas á cunhagem das medalhas, o que faço rogando a V. Ex.^a se digne indicar-me por conta de que Ministerio deverão ser feitas as despesas com a compra dos metaes, e com a cunhagem, e qual o numero de medalhas de ouro, prata e cobre, que deverão ser promptificadas.—Deus Guarde a V. Ex.^a Casa da Moeda e Papel Sellado, 30 de Abril de 1874.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Visconde de Calhariz de Bemfica Digm.^o Secretario Geral do Ministerio da Fazenda, e Chefe da Repartição do Gabinete.—*José de Saldanha Oliveira e Sousa*¹.

N.º 3

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—De ordem de S. Ex.^a o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda participo a V. Ex.^a em resposta ao seu Officio de 30 de Abril ultimo, que a despesa com a compra dos metaes e com a cunhagem das medalhas commemorativas do monumento do Bussaco será feita por conta do Ministerio da Guerra; e que as medalhas deverão ser cunhadas em numero de cento e cincoenta de cobre, e vinte de prata, sendo quatro d'estas douradas.—Deus Guarde a V. Ex.^a Ministerio dos Negocios da Fazenda, Gabinete do Ministro, em 21 de Maio de 1874.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Director da Casa da Moeda e Papel Sellado.—O Cons.^{to} Secretario Geral, *Visconde de Calhariz de Bemfica*»².

N.º 4

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.—Tomo a liberdade de enviar a V. Ex.^a o incluso Officio do segundo gravador d'esta Casa, Casimiro José de Lima, encarregado, em virtude da determinação de sua Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, da promptificação dos cunhos da medalha commemorativa do monumento do Bussaco, por isso que, tendo-se V. Ex.^a dignado communicar-me, em Officio de 21 de Maio ultimo, qual o numero e qual o metal das medalhas, qualquer alteração na natureza d'estas só pode ser realisada com previa authorisação superior.—Deus Guarde a V. Ex.^a Casa da

¹ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiii-B, 2.º da correspondência expedida (1871 a 1876), fl. 75.

² Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiii-A, da correspondência recebida fl. 131.

Moeda e Papel Sellado 28 de Novembro de 1874.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Visconde de Calhariz de Bemfica, Conselheiro Secretario G.^{al} do Ministerio da Fazenda, e Chefe da Repartição do Gabinete do Ministro.—*José de Saldanha Oliveira e Souza* ¹.

N.º 5

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.—De ordem de S. Ex.^a o Ministro Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda participo a V. Ex.^a em resolução do seu Officio de 28 de Novembro ultimo, que attentas as razões, pelas quaes o 2.º Gravador dessa Repartição, Cazimiro José de Lima, encarregado da gravura dos cunhos para a medalha commemorativa do monumento do Bussaco, julga não deverem ficar perfeitas as medalhas douradas, foi decidido pelo Ministerio da Guerra que nenhuma das medalhas de prata seja dourada; e bem assim que o numero das de cobre encomendadas seja elevado a duzentas, alem das quaes poderá o dito Gravador fazer cunhar para si, porem á sua custa, até ao numero de cincoenta; cumprindo que V. Ex.^a faça inutilisar desde logo os respectivos cunhos.—Deus Guarde a V. Ex.^a Ministerio dos Negocios da Fazenda, Gabinete do Ministro, em 28 de Dezembro de 1874.—Ill.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Director da Caza da Moeda e Papel Sellado.—O Conselheiro Secretario Geral, *Visconde de Calhariz de Bemfica* ².

N.º 6

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.—Tenho a honra de remetter a V. Ex.^a um caixote lacrado com as duzentas medalhas de cobre e 20 de prata, commemorativas do monumento do Bussaco, feitas em virtude da auctorisação concedida em Officio de 4 de Outubro de 1873, expedido pelo Ministerio da Fazenda, Gabinete do Ministro, e de acordo com as indicações fornecidas pelo Coronel de Artilheria, Joaquim da Costa Cascaes, e igualmente ponho na presença de V. Ex.^a, em virtude da ordem, que me foi transmittida em 21 de Maio de 1874, a nota da despesa feita com a compra dos metaes e promptificação das mesmas medalhas, cada uma das quaes está contida n'um estojo ³.—Deus

¹ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiii-b, 2.º da correspondência expedida (1871 a 1876), fl. 97.

² Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiv-a, da correspondência recebida, fl. 12.

³ Estes estojos eram de cartão, circulares, e tinham na tampa uma gravura com a face da medalha em que se reproduz o obelisco.

Guarde a V. Ex.^a Caza da Moeda e Papel Sellado 7 de Janeiro de 1875 (aliás 1876).—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra.—*José de Saldanha Oliveira e Souza*¹.

N.º 7

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Tomo a liberdade de novamente incommodar a V. Ex.^a, com o fim de levar ao seu conhecimento que, tendo eu remetido a V. Ex.^a com o meu Officio, datado de 7 de Janeiro ultimo, o caixote com as medalhas, commemorativas do monumento do Bussaco, entendo que é de grande conveniencia ficar constando no Archivo desta Repartição que o trabalho, a que me refiro, agradou pelo que rogo a V. Ex.^a que se digne de solicitar o bom deferimento desta minha pertença.—Deus Guarde a V. Ex.^a Caza da Moeda e Papel Sellado 15 de Março de 1876.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conselheiro Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra.—*José de Saldanha Oliveira e Souza*².

N.º 8

«Aos dezeseis dias do mez de Janeiro de mil oitocentos setenta e sete, na Caza da Moeda e Papel Sellado, e Officina de machinas, estando presentes o Excellentissimo Senhor Director—*José de Saldanha Oliveira e Souza*, e bem assim o Primeiro Gravador Frederico Augusto de Campos e o actual Fiel do Ouro e Prata Cazimiro José de Lima, commigo Amanuense de Primeira Classe, servindo de Juiz da Balança da mesma Repartição, abaixo nomeado—se procedeu, em virtude do determinado no Officio de vinte e oito de Desembro de mil oitocentos setenta e quatro, expedido pelo Ministerio dos Negocios da Fazenda, Gabinete do Ministro, á inutilização, por meio de fogo e malho, dos cunhos, a que o mesmo Officio se refere, e que serviram para a medalha commemorativa do monumento do Bussaco: Em firmeza do que e para constar, se lavrou o presente Termo, que eu João José Gonzaga Pereira, escrevi e assigno, com os sobreditos funcionarios.—*José de Saldanha Oliveira e Sousa*—*Frederico Augusto de Campos*—*Casimiro José de Lima*—*João José Gonzaga Per.^a*³.

¹ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiii-b, 2.º (1871 a 1876) da correspondência expedida, fl. 125 v.

² Arquivo da Casa da Moeda, liv. xxiii-b, 2.º da correspondência expedida (1871 a 1876), fl. 130. Não encontrámos a resposta a este officio.

³ Arquivo da Casa da Moeda, liv. iii de Termos (1870 a 1877), fl. 155 v.

*

Para comemorar a célebre batalha travada no Buçaco em 27 de Setembro de 1810, entre o exército auglo-luso e o francês, existe ali um monumento que, a instâncias do coronel de artilharia, Joaquim da Costa Cascais, foi mandado construir pelo Ministro da Guerra, o Visconde de Sá da Bandeira¹.

Consta de um obelisco de pedra encimado por uma estrela de cristal e assente num pedestal de quatro faces que tem por base dois degraus. Em duas faces do pedestal há inscrições. O monumento está situado fora da mata, entre as Portas da Rainha e de Sula, num terreiro donde se desfruta um soberbo panorama. Começou a construir-se em 1862 e esteve para ser inaugurado logo que se concluiu, em 27 de Setembro de 1873, mas só o foi em 27 de Setembro de 1876.

Tendo sido atingido por uma fálsea eléctrica, que muito o danificou, em 20 de Dezembro d'este último ano, procedeu-se à sua restauração que terminou em 1879.

Na medalha figura a data de 1873 por ser a do ano em que se ordenou que ela se cunhasse.

Junqueira, Dezembro de 1912.

ARTHUR LAMAS.

A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação d'O Arch. Port., xvii, 222)

IX

Dornes e o seu termo no século XVIII

Sómente um tombo da comenda de Dornes, executado neste largo período de cem anos, foi poupado pela destruição dos tempos. Dêle temos presentes dois exemplares, isto é o original e uma pública forma: começado em 1753, encontra-se o original numa pasta da sala B estante 51, n.º 181, com a nota de ter sido achado com falta de fôlhas por ocasião da invasão franceza, em 1810; a pública forma, cujo

¹ Vid. por exemplo: *Guia historico do viajante no Bussaco*, de Augusto Mendes Simões de Castro, 3.ª edição, p. 148 e Pinho Lial, *Portugal antigo e moderno*, tomo iv, p. 500.



Fig. 14

rosto feito à pena é curioso (fig. 14), tem o número 193 da remessa dos Próprios Nacionais.

Concluído em 1757, foi contemporâneo do grande terremoto de 1755 e serviu-lhe de juiz o dr. Manuel Jacinto Leitão, ao tempo corregedor em Tomar.

A comenda, pertencente, como dissemos à Casa do Infantado, estava então na posse do infante D. Pedro, irmão de El-Rei D. José I, para quem tinha vindo por morte do infante D. Francisco, em virtude do alvará de 15 de Outubro de 1750¹.

Serviu de escrivão do tombo Manuel Rodrigues Ramos, escrivão do judicial em Dornes e de procurador o dr. João Rodrigues Ramos. Uma das vantagens do tombo seria re-haver bens sonogados.

Com efeito, a 12 de Setembro de 1754, o procurador do tombo tomava posse dum souto dentro da quinta do dr. Manuel Rodrigues Teixeira, junto às terras da Mata, o que, como era de prever, êste não levou a bem. Por tal motivo passou uma procuração aos reverendos fr. António Mendes Manso, prior da igreja de Ferreira e dr. José Martins, da Carramínheira; a seu sobrinho, José Álvares Pimentel Teixeira, morador em Maçãs de D. Maria e capitão-mór das cinco vilas de Chão de Couce e a seu sobrinho Manuel Filipe de Sant'Iago Teixeira, capitão da Arega.

Quem fôsse êste dr. Manuel Rodrigues Teixeira, que na procuração se intitulava, comissário do Santo Officio, vigário reservatário da igreja de S. Paulo de Maçãs de D. Maria, tesoureiro-mór da catedral de Coimbra e Provisor do Bispado dela, dizem-no-lo dois processos de habilitação do Santo Officio².

Na verdade, em 24 de Janeiro de 1736, foi despachado um seu requerimento pedindo um lugar de procurador dos cárceres do Santo Officio. Nele se declara sacerdote do hábito de S. Pedro e Bacharel formado em canones; filho legítimo de Domingos Rodrigues e Maria Martins; neto paterno de João Martins e de sua mulher Maria Lopes; neto materno de António Teixeira e de sua mulher Luísa Martins, todos naturais da Castanheira, termo da Arega. Feita a devida inquirição foi-lhe passada provisão em 6 de Dezembro de 1736.

Seis anos mais tarde requeria para ser nomeado Comissário do Santo Officio, o que na verdade conseguia, sendo-lhe passada provisão em 15 de Junho de 1742.

¹ *Chancelaria de Cristo*, liv. CCLXVII, fl. 304 v.

² *Habilitações do Santo Officio*, M. 110, n.º 2024 e M. 121, n.º 2178.

O tombo foi concluído a 8 de Maio de 1757, data em que foi proferida a sua sentença.

As rendas da comenda de Dornes montavam em 1792 a 1:915\$000 réis; em 1793 e 1794, idem; em 1795 montavam a 2:360\$000 réis, assim como até 1798; em 1799 foi o rendimento da comenda de 2:960\$000 réis, quantia igual à dos anos de 1800 e 1801¹.

Note-se que essas rendas eram arrematadas por um contratador da comenda, assim chamado; de 1774 a 1778 foi-o Álvaro António Tomazine. E nem sempre a cobrança era fácil, tanto que, em 1770, o almoxarife Estêvão de Sá informava em vista dos abusos do respectivo contratador: «As mais das partes são ricas e poderosas e neste termo não ha letrados que contra ellas escrevão pelos seus respeitos...».

Se o censo de 1640, referido no Capitulo VII, dava ao termo de Dornes 550 vizinhos ou fogos, ou sejam 2:200 habitantes, as noticias estatísticas do século XVIII são muito diferentes e quicá muito inexactas. Do primeiro quartel sabemos pelo manuscrito, citado por mais duma vez, que trata das *Notícias das igrejas do bispado de Coimbra*², que a freguesia de Dornes tinha 609 pessoas de sacramento, a do Beco 990 igualmente de sacramento e a de Paio Mendes 365, ao todo portanto 1:964.

O P.^o Carvalho, na sua *Chorographia*, publicada em 1712, t. III, p. 202, diz que a vila e termo de Dornes tem 450 vizinhos, sendo 223 na freguesia do Beco, 108 na de Paio Mendes e 102 na de Dornes.

Luís Caetano de Lima³ publica o censo de 1732, pelo qual Dornes tinha 132 fogos, ou sejam 504 almas segundo o mesmo censo; o Beco 245 fogos, quere dizer, 830 almas; Paio Mendes 100 fogos, isto é, 340 almas, ao todo 1:674 almas.

Na *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, publicada em 1739, copiam-se os números de Lima quanto a Dornes e acrescenta-se que a vila de Dornes tinha sómente uma freguesia, o que é o cúmulo da inexactidão.

Mais completa e, sem dúvida alguma, mais exacta é a informação dos párcos respectivos, após o terramoto de 1755, cujo original temos presente. Dela consta que a freguesia do Beco tinha 1069 pessoas assim divididas: 518 homens e 551 mulheres e a de Paio Mendes 418, sendo 207 homens e 211 mulheres. À freguesia de

¹ *Livro da Fazenda do Serenissimo Estado e Casa do Infantado*, feito em 1830.

² *Biblioteca Nacional*, A. 4, 14.

³ *Geographia Historica*, vol. II, p. 670.

Dornes calculava o vigário respectivo 717 almas: 356 do sexo masculino e 371 do feminino, ao todo 2:204 habitantes.

É no tombo citado que se vê com exactidão as relações de tal população com o seu donatário, a Casa do Infantado. São em grande parte as mesmas já referidas ao estudarmos o foral de Dornes, revigorado pelo tombo de 1753 a 1757.

O capitão-mor continuava sendo apresentado pelo Infante; apesar do que, como antes de 5 de Janeiro de 1730, o corregedor de Tomar tivesse idó a Dornes por causa dessa eleição, se suscitaram dúvidas se devia o processo ser remetido para a Junta do Infantado ou para o Conselho de Guerra. Por ordem de 13 de Janeiro foi determinado ao corregedor que o remetesse ao Marquês de Marialva, governador das armas da Extremadura, para elle fazer a proposta¹.

A comenda-mor continuavam pertencendo os direitos riais, para cujo julgamento e administração o Infante punha o juiz dos Direitos Riais e Almoxarife, com o respectivo escrivão para executarem as suas dívidas.

Quanto às eleições o tombo estatua que na primeira oitava do Natal se reuniam os juizes, vereadores e o procurador do concelho na casa da câmara, onde o respectivo escrivão tomava os votos sob a presidência do juiz mais velho. O povo elegia 6 nomes, e esses, entre si, propunham pautas com 4 juizes, 6 vereadores e 2 procuradores do concelho, pelas quais se faz o apuramento. O resultado é enviado ao comendador-mor para sua escolha e para lhe mandar juramento pelo Almoxarife.

O Infante apresentava o alcaide e o couteiro; e o porteiro da praça, apesar de pago pela comenda, era apresentado pela Câmara.

Quanto aos tabeliães o tombo preceituava que no termo de Dornes haveria três tabeliães, postos por El-Rei, devendo pagar cada um à comenda trezentos réis, pelo Natal, assim como os três de Ferreira.

Os tributos que a comenda mor recebia eram os seguintes: de pão, vinho e linho, de 10, dois, um de dizimo e outro de oitavo. Das mais novidades de dez, um. Dalgumas propriedades sétimos e quintos e o bispo leva a terça parte como dizimo, não entrando nos oitavos, nem nas rações.

Sobre a forma como a justiça era administrada já no capítulo VII dissemos o suficiente.

¹ *Conselho de Guerra*, liv. LXXI, fl. 170.

Agora acrescentaremos sómente o nome dalguns dos magistrados chamados juizes ordinários, extraídos do masso 16 do cartório da Casa do Infantado: para 1709 Manuel Martins, do Carril e António Cotrim, da Frazoeira; para 1712, Custódio de Sousa Cotrim e António de Vasconcelos Parada, do Beco; para 1713 Tomás Carvalho de Sousa e Manuel Caldeira, da Rebalvia; para 1714, Vicente Carvalho de Sousa, do Beco e Baltasar Cotrim, da Martim Brás; para 1715, Manuel Saraiva de Matos, da Frazoeira e Manuel de Vasconcelos de Parada, do Telhado; para 1717 José de Sá e Mendonça e o Licenciado Paulo Heitor de Sousa, da Frazoeira; para 1721, Manuel Mendes Álvares, da Martim Brás e Custódio Freira, da Portela do Brás; para 1723, José Saraiva e o Licenciado Paulo Heitor; para 1724, Manuel Carvalho Camelo e Vicente Carvalho de Sousa; para 1726, o Licenciado Miguel de Sousa Caldeira e Manuel Camelo Gueifão, de Paio Mendes; para 1727, o Licenciado Paulo Heitor de Sousa, da Frazoeira e José Saraiva Matos, da Frazoeira; para 1728, Vicente Carvalho, do Beco e Ângelo de Brito, também do Beco; para 1729, Jerónimo Camelo de Carvalho e José Carvalho, da Frazoeira; para 1730, o Licenciado Paulo Heitor de Sousa, da Frazoeira, de 40 anos de idade e Jerónimo Camelo de Carvalho, da Quinta da Eira; para 1731, o Licenciado Miguel de Sousa Caldeira, da Rebalvia, de 55 anos de idade e Manuel Camelo do lugar de Paio Mendes, de 30 anos. Teremos de dar um grande salto para irmos ver os juizes ordinários propostos para 1753, o Dr. Ângelo de Brito, do Beco, António Manso¹, das Azenhas, Inácio de Brito, do Beco e Francisco Ponce de Lião e Mendaña, do Castelo de Paio Mendes; para 1755 foram propostos o capitão-mor José António Saraiva, Dionísio Lobo de Sousa Brito (ou Barros) e Foyos (almoxarife), Raimundo Coelho de Vasconcelos, do Castelo de Paio Mendes e António Frazão de Sousa, da Frazoeira, devendo notar-se que já em 1753 Dionísio Lobo,

¹ Por causa desta pretensão foram inquiridas, em 9 de Agosto de 1753, as testemunhas seguintes: Paulo Heitor de Sousa, morador em Ribelas, de 64 anos, declarou não dever António Mendes Manso ocupar e lugar de juiz porque tinha trabalhado com bois; Aurélio António Cotrim de Sousa, que assistia uma parte do ano no termo de Dornes. António Mendes Manso era filho de Belchior Mendes e de Catarina Manso, tendo sido seus padrinhos Francisco de Sousa Cotrim e Mariana de Matos, de Paio Mendes.

Note-se que Fr. Antão Mendes Manso, prior em Ferreira, e filho dêste António Manso, assim como o P.^o José Mendes Manso, foram ambos julgados aptos para terem os hábitos das três ordens militares. (M. 321 do *Arquivo da Casa do Infantado*).

morador na sua quinta da Eira para onde viera de Ourém, pretendera ser juiz ordinário, o que não conseguira por ter sido acusado de demência e embriaguez; para 1766 o Dr. João Alberto Camelo de Carvalho, da Frazoeira e Bernardo Carvalho, do Carril; em 1773 como fôsse eleito o Bacharel José António de Carvalho, do Guardão e andasse *na diligência de tomar ordens*, tendo já as menores, pediu escusa, ficando em vez dêle o Dr. Estêvão José e sendo o outro o Dr. Vital Zeferino Vasconcelos e Brito; em 1775 o Bacharel Teotónio Mendes de Carvalho e Manuel Mendes Manso, mas, como o primeiro estava impedido por ser escrivão da câmara eclesiástica de Coimbra foi em seu lugar Liberato António de Lora; em 1776 Manuel dos Santos, do Carril e António Cotrim, da Corujeira, o qual pediu escusa por ser alferes da ordenança e tesoureiro da bula da cruzada da freguesia do Beco; em 1778 Estêvão José de Carvalho Ramos e Fonseca e Vital Zeferino Vasconcelos e Brito, do Beco, no impedimento do Dr. José Leitão Monteiro de Carvalhó que estava servindo de juiz de fora em Niza; em 1779 José Antunes de Sousa e Manuel Mendes Manso; em 1780 foram propostos o Dr. Eusébio Inácio Cotrim, da Martim Brás e Liberato António de Lora, da Rebalvia; em 1783 António José de Brito e Castro e José Pedro de Sequeira; para 1786 foram propostos o Dr. Eusébio Inácio Cotrim, do Alqueidão e um F. Cotrim, do Carril, pretendendo ir para o lugar dêste o Dr. Manuel António de Magalhães de Mendonça e Lemos, fidalgo de casa de El-Rei, formado em Direito, com o vínculo no castelo de Paio Mendes; em 1787 Gregório Alexandre Caldeira e ...; em 1792: Bernardo Carvalho, do Carril e Francisco Heitor Pereira também do Carril; em 1790 eram juizes ordinários o Dr. André Martins de Sousa Lopes e o Dr. Joaquim José Pessoa de Almeida; em 1791 era juiz Bernardo José de Carvalho Sequeira e Fonseca e... para 1794 foram propostos António Coelho de Sousa da Câmara, do Casal da Mata, o Bacharel José António de Carvalhó, do Guardão, Teotónio Camelo de Carvalho, de Paio Mendes e António Cotrim, da Corujeira; para 1795 foram propostos o Bacharel José António de Carvalho, do Guardão, João Camelo de Carvalho Gueifão, do Carril, Alexandre José de Brito e Castro, da Frazoeira e António Cotrim, da Corujeira, que pediu escusa por ter 73 para 74 anos, sendo nomeados João Camelo de Carvalho Gueifão, do Carril e António Cotrim, da Corujeira; para 1797 foram-no Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos e José Pedro de Carvalho Sequeira e Fonseca; para 1798 o Bacharel António José de Brito e Castro, da Frazoeira e José Justiniano Cotrim de Carvalho, do Beco.

Dos juizes dos órfãos conhecemos António de Almeida e Brito, em 1751.

Em 1756 requereu o lugar de juiz dos órfãos de Dornes João de Sousa Vasconcelos e Brito, filho de António de Almeida e Brito, que tinha exercido esse lugar, cuja propriedade tinha. Foram inquiridas testemunhas a tal respeito em 25 de Abril 1757: José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, do Beco, proprietário, de 67 anos, e Teotónio Mendes de Carvalho, escrivão da câmara de Dornes e morador no Beco, de 51 anos.

João Pessoa de Andrade, do Beco, era juiz dos órfãos no termo de Dornes, aí por 1770, e José António de Figueiredo e Vasconcelos era então escrivão dos órfãos; era natural do Beco.

Em 1773 requereu o lugar de juiz dos órfãos e escrivão da câmara de Dornes, Domingos José de Serpa e Sousa; mas o bacharel Joaquim José Pessoa de Almeida queria continuar no exercício do cargo.

Em 1778 servia o lugar de juiz dos órfãos de Dornes o bacharel Joaquim José Pessoa de Almeida e o lugar de escrivão José António de Figueiredo e Vasconcelos.

Em 1784 servia de escrivão dos órfãos de Dornes José António de Figueiredo e Vasconcelos, do Beco.

Em 1786 requereu o lugar de escrivão dos órfãos de Dornes Joaquim Anacleto Espada; e, em 1789, Bernardino Martins Ferreira que, nessa qualidade, nomeava curador geral dos órfãos o Dr. Joaquim António de Sousa Ribeiro.

Em 1790 foi nomeado Manuel Mendes Manso juiz dos órfãos e escrivão da câmara de Dornes; não lhe quizeram dar posse, acusando-o de muitos delitos. Com efeito ele embriagava-se, foi condenado como desertor.

Em 1799 foi nomeado juiz dos órfãos Gerardo José de Figueiredo.

Dos escrivães dos órfãos sabemos, além dos já apontados, de José António de Figueiredo, em 1770, e, em 1790, José Cearo Botelho.

O lugar de almoxarife continuou sendo propriedade dos Sás.

Em 1717 exercia-o Rodrigo de Sá; de 13 de Setembro de 1757 a 5 de Fevereiro de 1772, Estêvão de Sá e Mendonça, capitão mor das Pias, cuja residência, em 1768, era no Beco. Deixou duas filhas dementes e quatro filhos menores e o lugar passou para o seu primogénito, bacharel Antonio de Sá, que o exerceu de 1772 a 1776 e de 1800 a 1808. Em 1781 servia de almoxarife José Maria de Sá e Sousa Furtado de Mendonça, irmão de António de Sá e de Manuel

de Sá, residente no Beco. De 1784 a 1791 serviu de almoxarife Manuel de Sá Garcez e Mendonça.

O almoxarife presidia ao tribunal chamado da *Junta do Infantado*, como dissemos, era provido pela *Junta da Real Casa do Infantado*, e recebia dez mil réis, 60 almudes de vinho e 2 moios de trigo. Apesar disso o almoxarife Manuel de Sá ficou a dever no primeiro quadriénio 550\$429 réis, 3 moios e 30 alqueires de trigo, 100 almudes de vinho, etc., e no segundo 633\$680 réis. Não admira pôr isso que o Infante declarasse num seu despacho que Manuel de Sá e seu irmão Rodrigo de Sá, corregedor de Ourém, tinham sido péssimos almoxarifes.

O lugar de almoxarife era exercido em 1749 por Manuel Mendes Manso¹, de 1754 em diante foi exercido por Dionísio Lobo de Sousa, que sofreu uma sindicância do ouvidor das Cinco Vilas por Bento Coelho de Vasconcelos o acusar como *malévolo e perseguidor*; e, em 1764, por Jerónimo Camelo de Carvalho; em 1780 pelo Dr. Eusébio Cotrim, na ausência do proprietário António de Sá, e, em 1796, pelo Dr. Joaquim António de Sousa Ribeiro, morador no Souto, na quinta de Santo António; o de escrivão do almoxarifado, em 1746, por José Simões de Almeida, em 1766, por Francisco Luís de Assis, em 1768 por João Mendes Delgado e, em 1789 por João Leonardo Chaves; de procuradores ou advogados da comenda serviram, em 1713, o bacharel Paulo Heitor de Sousa (*Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. IX, fl. 7), em 1742 e 1746 o bacharel Gregório Heitor de Sousa, em 1747, a 12 de Dezembro, foi nomeado o bacharel formado em cânones José Simões de Almeida (*Chancelaria de Cristo*, liv. CCXXVII, fls. 390 v.), sendo reintegrado em 1751 e 1752 (*Chancelaria de Cristo*, liv. CCXXXVI e CCLXIV).

Depois exerceu o lugar José António de Figueiredo e Vasconcelos, sendo por morte dêle, em 1789, pretendentes ao lugar: o bacharel Bernardo José de Carvalho Sequeira Saldanha e Fonseca, natural do Guardão, filho de José Pedro de Sequeira e Fonseca, sargento-mor de Dornes, por muito tempo; Liberato António de Lora, da Rebalvia; bacharel Joaquim António de Sousa Ribeiro, do Souto;

¹ Em 1752 ainda o exercia, mas, em 7 de Abril de 1753, foi mandado prender acusado de desfloramento. A respeito dêle escrevia o juiz de fora de Ourém: «Será conveniente que não sirva de almoxarife porque procura menos a utilidade da fazenda e o serviço de V. A. que a conveniência própria e de seus parentes». Enquanto esteve preso na cadeia de Tomar serviu de almoxarife seu pai, António Mendes Manso.

bacharel André Martins de Sousa, do Beco e bacharel Joaquim José Pessoa de Almeida, que foi o nomeado.

Por morte dêste Dr. Almeida, vários foram os pretendentes ao lugar em 1795. Apontaremos: o bacharel Eusébio Inácio Cotrim de Vasconcelos, do Alqueidão de Santo Amaro; o bacharel André Martins de Sousa, do Beco; o bacharel Aurélio António Cotrim de Sousa, correio-mor da vila e comarca de Tomar, irmão do Dr. Almeida de quem foi herdeiro; Francisco António Martins Ferreira, do Casal da Rica; bacharel Manuel Antunes de Freitas e Silva; e Teodoro de Meneses Magalhães Coelho e Vasconcelos, natural de Paio Mendes, que foi o nomeado, apesar de termos encontrado notícia que o lugar foi exercido, de 1795 a 1796 pelo bacharel Manuel Antunes de Freitas e Silva.

Se passarmos da burocracia senhorial para a do povo apontaremos: escrivães da Câmara, em 1728, António Frazão e Sousa; em 1762, Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho; em 1763, Ângelo Simões de Almeida; em 1771 Manuel Freire de Carvalho, da Rebalvia, requereu para continuar como escrivão da câmara de Dornes, sendo, por tal motivo, inquirido o escrivão da provedoria de Tomar, Leonardo Camelo de Carvalho, de 32 anos de idade. Tabeliães conhecemos: em 1701, Gregório Martins da Fonseca; em 1726, António Heitor de Sousa e António Saraiva de Matos, em 1737, José Caetano de Távora, em 1762, Manuel Freire de Carvalho, da Rebalvia, em 1763, José Álvares Rodrigues e Teotónio Mendes de Carvalho, em 1771, José Mendes Delgado e, em 1773, Manuel de Carvalho da Silva Flores.

Note-se que o alvará nomeando António Heitor de Sousa se encontra registado a fl. 173 do liv. 264 da *Chancelaria da Ordem de Cristo*, com a data de 22 de Dezembro de 1726.

A carreira do Bacharel Gregório Heitor de Sousa é-nos bastante conhecida.

Provido, em 2 de Setembro de 1743, no lugar de Procurador e advogado da comenda¹, novamente, em 21 de Novembro de 1745, lhe foi passada provisão da serventia do mesmo officio².

Em 9 de Setembro de 1746 foi passada provisão ao Bacharel Gregório Heitor de Sousa para continuar com o lugar de Procurador e Advogado da Comenda-mor de Dornes³.

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. LXXVI, fl. 629.

² *Id.*, liv. CCXXIV, fl. 157.

³ *Id.*, liv. CCXXVII, fl. 52 v.

Em 15 de Novembro de 1746 foi passada provisão a Manuel Alves Fervença, proprietário dos officios de inquiridor, contador e distribuidor da vila de Dornes e escrivão das sizas da mesma vila, para poder renunciar o primeiro destes lugares em pessoa apta. Em 20 de Dezembro de 1746 foi passada carta a Gregório Heitor de Sousa, dêsse lugar ¹.

Ao que parece, porém, já antes disso a renúncia tinha sido feita porque encontrámos na *Chancelaria de D. João V*² uma carta da qual se vê que, tendo Manuel Alves Fervença o officio de contador por ser proprietário do officio de escrivão das sizas, foi nomeado o Dr. Gregório, em 1741. Desistindo depois também do officio de escrivão das sizas, o mesmo Dr. Gregório o substituiu³.

Vejamos agora quem era o Bacharel Gregório Heitor de Sousa: D'um processo existente na Torre do Tombo em que o sobredito B.^{el} pede para ser admittido a ler no Dezembargo do Paço (Leitura de Bachareis) se vê que elle era filho legitimo de Roque de Brito e de sua mulher Maria de Sousa, do logar de Becco; foram seus avós paternos: Manuel de Brito e sua mulher Martha de Affonseca (sendo Manoel de Brito, barbeiro); foram seus avós maternos Manoel Heytor de Sousa e Catarina Pereira de Macedo.

Como o avô paterno do habilitando era barbeiro e o pae foi negociante de madeiras, foi preciso dispensar com o Suplicante a *mechanica* por ser graça que S. Magestade costuma praticar. Êste processo de habilitação do Bacharel Gregório Heitor, foi começado em 1739. O lugar de contador passou para seu filho, Inácio Evaristo Caldeira, da Rebalvia. Por falecimento do Dr. Gregório Heitor em 2 de Março de 1786, foi exercido primeiramente por seu filho, Dr. António Inácio Caldeira de Vasconcelos e Sousa, de quem adiante falaremos; êste fez desistência dêle em 6 de Fevereiro de 1787 ao ser nomeado juiz de fora para Castelo de Vide, em seu irmão Gregório Alexandre. Em 1794, pretendia-o o Bacharel Manuel Antunes de Freitas e Silva; mas, antes disso, como em 1788, Gregório Alexandre fôsse inabilitado para nunca mais ser eleito para os cargos no termo de Dornes por ter trazido todo o povo em desassocêgo, foi nomeado contador Custódio Barbosa, o que deu origem a questões. Delas foi reflexo a recusa da Câmara de Dornes em lhe pagar, apesar dêle também ser

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. CCXXVII, fl. 140 e 239.

² Liv. c, fl. 228 v.

³ *Chancelaria de D. João V*, liv. CIII, fl. 43.

proprietário do lugar, obrigando-o com uma penhora, em 1790, a retirar para Lisboa, conforme evidente desejo de Gregório Alexandre.

Por provisão de 21 de Abril de 1744 foi nomeado couteiro da mata de Dornes, José Mendes de Carvalho e o seu filho requereu o lugar, por morte do pai, em 1778.

Em 1779 requereu o ser couteiro das matas de Cerquito, Luís António de Alcobia, morador na quinta da Granja. Sobre este caso foi inquirido o proprietário António Freire de Andrade, morador no Outeiro da Frazoeira e outros.

Em 1780 appareceu outro pretendente ao lugar: Clemente Mendes de Carvalho, cujo tio José Mendes de Carvalho, tinha exercido o lugar e o seu (do Clemente) bisavô Belchior Mendes a mesma cousa. Uma das testemunhas inquiridas foi Manuel Mendes Manso, do lugar das Azenhas, de 70 anos. Luís António de Alcobia era primo deste Clemente e foi quem lhe levou a melhor porque o parecer do almo-xarife António de Sá Godolfim e Mendôça lhe foi favorável; o pretendente Luís António de Alcobia, era casado com a filha mais velha de José Mendes de Carvalho. Por causa disto foram inquiridos: José Simões de Almeida, formado em canones e morador no Beco e José António de Figueiredo e Vasconcelos, também do Beco.

Escrivães do público, judicial e notas — assim são designados oficialmente — conhecemos: em 1737 frei Matias de Amorim Dantas e Melo, cavaleiro professo da ordem de Cristo; em 1773 Gerardo José de Figueiredo, do Alqueidão de Santo Amaro. Tendo ficado vago o lugar, em 1774, por falecimento de Estêvão de Sá e Mendôça, que tinha sido capitão-mor da vila das Pias, requereu-o seu filho António de Sá Godolfim e Mendôça, capitão-mor das Pias. Declarou que era sua mãe D. Maria Cabral da Cunha Godolfim; seus avós paternos Rodrigo de Sá e Mendôça e D. Ana Maria de Araújo Fróis e avós maternos José Cabral da Cunha Godolfim e D. Joana Teresa Inácia Garcez Palha. Este último, José Cabral, tinha sido contador do juízo da correição do cível de Lisboa.

Os officios do termo de Dornes eram assim avaliados, em 1740, como consta do livro respectivo da *Chancelaria Mor do Reino*, com o devido aditamento de 1805:

Juiz dos órfãos e escrivão da Câmara por uma só carta tem de ordenado da câmara 2\$600 réis e de emolumentos 1\$400 réis e dos órfãos 8\$000 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende o officio de escrivão da câmara 12\$000 réis e juiz dos orfãos por despacho da dita de 26 de Novembro de 1805 rende 28\$800 réis.

Louvido e avaliador das fazendas dos órfãos desta vila tem 3\$500 réis.

Escrivão dos órfãos tem de emolumentos 25\$000 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805, rende 72\$000 réis).

Escrivão da almotaxaria tem de emolumentos 9\$000 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende 12\$000 réis).

Escrivão das sisas tem de ordenado 1\$000 réis e de emolumentos 7\$000 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende 9\$000 réis).

Recebedor das sisas tem de ordenado 10\$000 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende o mesmo).

Tabeliães do judicial e notas tem de emolumentos cada um 18\$000 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende cada um 20\$000 réis).

Contador, inquiridor e distribuidor tem de emolumentos 10\$600 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rendem 14\$400 réis).

Alcaide tem de emolumentos 10\$000 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende 12\$000 réis).

Procurador do número tem de emolumentos 2\$000 réis.

Porteiro tem da câmara 6\$000 réis.

Partidores dos órfãos por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende cada um 6\$000 réis.

Almoxarife de ordenado 10\$000 réis, 2 moios de trigo, 60 almudes de vinho que tudo faz 61\$000 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende o almoxarifado 86\$600 réis).

Escrivão do almoxarifado de ordenado 30 alqueires de trigo, 30 de cevada, e de emolumentos 2\$500 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende 40\$000 réis).

Procurador da Comenda tem de ordenado 30 alqueires de trigo, ou 7\$500 réis. (Pelo despacho acima rende 18\$000 réis).

Couteiro. (Pelo despacho acima rende 14\$600 réis).

A igreja de Dornes, como as restantes do termo, foi inventariada em 1753, segundo diz o tombo respectivo (fl. 5 v).

Era então vigário de Dornes, frei Manuel Cardoso e juiz da mesma igreja José Antonio Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos.

Encontraram-se os seguintes ornamentos e pratas:

Um caixão de castanho com seis gavetas; um crucifixo encarnado de três palmos e a cruz terá covado e meio de altura; três vestimentas de damasco branco com sebastos de damasco encarnado; uma vestimenta de damasco branco toda com franja de retrós; duas vestimentas

de damasco encarnado; uma vestimenta de damasco com sebastos de seda lavrada amarela; duas vestimentas de damasco roxo com franjas de retrós; uma vestimenta roxa de brocatel; uma vestimenta de setim roxo com sebastos de brocatel; duas dalmáticas de damasco branco; uma capa de asperges de damasco encarnado; uma capa idem de damasco verde; uma capa idem de damasco branco; uma capa idem azul; uma capa idem roxa; um pano de estante roxo; idem branco; dois panos de estante de altar, de damasco branco; idem roxo; um pano de púlpito branco; um idem roxo; um idem branco; um frontal verde; um de veludo azul; um idem encarnado; um idem branco; treze alvas de pano de linho; uma alva sem amito; três alvas com renda por baixo; duas toalhas de comunhão; quatro toalhas de mão; catorze toalhas de altar, com renda; umas cortinas de damasco branco, do nicho de N. Senhora; umas cortinas de tafetá encarnado; outras roxas; um manto da Senhora, de gorgorão azul; outro manto de primavera azul; outro manto de tafetá azul; outro de tafetá branco; outros de seda azul com ramos de prata e renda de prata; outro de melânia de ouro cor de canela; outro de primavera branca; outro de brocatel azul; outro de damasco encarnado.

Vejamos as pratas: quatro chaves de prata, duas do sacrário e duas do santíssimo; tres cálices de prata lavrada, dourados por dentro e por fora, com suas patenas, também douradas; um vaso de comunhão de prata; dois castiçais de prata lavrados, altos e antigos; duas lâmpadas de prata mandadas fazer com a prata de três que havia, antigas; um turíbulo de prata, sem naveta. Além disso duas bacias de esmolos, de latão; dois castiçais de latão, altos; cinco pares de galhetas, de estanho, com seus pires; um espelho de sacristia; três bolsas de corporais, de damasco branco; três idem roxas; uma idem encarnada; uma verde, com seus véus; duas palas de damasco branco; uma idem roxa; oito corporais com suas capas; seis cingulas de linha; um livro de cântico de cantochão; dois missais em bom uso; três missais velhos; três cadernos de missas de defuntos; um ritual romano; uma caixa de cálice, sem tampa; uma sobre-peliz velha; um pano de túmulo de veludo preto e branco; dois ferros de fazer óstias; uma âmbula de pau de fora com três âmbulas de estanho pequenas dentro e três penas de estanho; outra âmbula de pau de fora.

O tombo finalmente descreve na igreja de Dornes a capela-mor com as suas imagens: a Senhora do Pranto, de coroa de prata, S. Pedro e S. Paulo, uma sacra, uma banquetta de pau com sua toalha, uma pedra de ara e a tribuna de talha dourada e pintada.

A Senhora do Pranto continuava tendo muitos devotos e tanto que, por um alvará do infante D. Pedro, em 1758, foi autorizada a passagem de graça aos romeiros de Sernache do Bom Jardim na barca do rio.

A cõgrua do pároco em Dornes era por 1798, segundo informava o respectivo vigário: moio e meio de trigo, 52 almudes de vinho em mosto e 34\$400 réis, com obrigação de dar cera para o altar-mor, incenso para a Semana Santa, a esmola dos sermões da quaresma e reformação do cirio pascal e renderá ao todo, com pé de altar, 150\$000 réis pouco mais ou menos¹.

Em 20 de Novembro de 1753 procedeu-se ao inventário da igreja do Beco.

Encontraram: uns caixões de castanho com gavetas; um oratório novo de castanho, na sacristia; um frontal branco de damasco; um dito roxo; um dito verde; um pontifical de damasco branco; uma vestimenta roxa; uma dita branca; uma dita verde; uma capa de asperges de damasco branco; uma dita verde; três alvas de linho; uma bolsa de corporais, de damasco verde; uma dita roxa; uma dita branca; três corporais sem capa; uma toalha de altar, com renda; duas toalhas de lavatório; uma dita de comunhão; um ferro de fazer óstias; quatro pares de galhetas com seus pires.

Quanto ao restante, declarou o vigário Fr. Nicolau Pereira de Macedo, que pertencia a várias confrarias. Note-se que, em 1758, foi dada ordem ao rendeiro da comenda de Dornes para dar 39\$000 réis devidos ao mestre da obra da igreja do Beco.

Não nos deteremos na descrição, aliás minuciosa, do corpo da igreja, da sacristia e do adro e diremos que à igreja de Paio Mendes se não lhe fez então inventário, mas apenas medição e demarcação.

O vigário de Paio Mendes, em 1789, Fr. Clemente Nogueira, pediu 600 ou 700 paus para restaurar a sua igreja, à comenda-mor².

A cõgrua do pároco de Paio Mendes era paga pelo povo, mas, quanto à do Beco, desde longa data havia questão. Já em 1686 o Procurador da Comenda agravava para o Juízo das Três Ordens Militares por ser a comenda que pagava a cõgrua do vigário do Beco; o juiz do tombo de 1753, mandando vir à sua presença a fôlha assinada pelo Infante e vendo nela ser verdade que o vigário Fr. Nicolau Pereira de Macedo tinha recebido a sua cõgrua, mandou que assim se continuasse.

¹ *Memórias paroquiais*, t. XIII, fl. 185.

² *Casa do Infantado*, m. 322.

Note-se que, por 1724, houve um alvará régio acrescentando ao então vigário de Beco, Fr. Manuel Carvalho, meio moio de trigo¹.

Além das igrejas havia, como sabemos, várias ermidas.

A de S.^{to} Antão, à qual temos feito alusões várias foi inventariada pelo citado tombo de 1753 (fl. 35). Tinha duas *cardências* de castanho, para meter os ornamentos; no altar, uma imagem de S.^{to} Antão, de pedra; uma cruz de pau e uma estante de altar; dois bancos grandes; um frontal roxo; uma vestimenta de damasco branco; uma dita já velha; uma bolsa de corporais; uns corporais com capa; uma toalha de altar, de pano de linho; uma alva de linho; uma bolsa de corporais; uns corporais com capa; uma pedra de ara; dois castiçais de estanho; um purificador; um cálice de prata, liso com patena; um missal e um caderno de missas de defuntos.

Em 1794 ponderava à Junta da Casa do Infantado, o Procurador do almoxarifado de Dornes, que a ermida e imagem de S.^{to} Antão precisavam retocadas e arranjadas, o que efectivamente succedeu, mas sómente em 1802.

A ermida de S. Guilherme é descrita no mesmo tombo, como estando destelhada e arruinada, sem madeiramento.

Na Madroeira reedificou-se, no primeiro quartel do séc. XVIII, a ermida de S. Francisco, tendo sido trasladada dum lugar desviado, uma eminência fronteira a Ribelas, ainda hoje conhecida por S. Francisco. Foi o P.^e Manuel Ferreira, da Madroeira, quem a reedificou com a ajuda do povo².

Na Corujeira edificava-se a capela, que ainda hoje lá está, com a inscrição seguinte: *Esta Irmida he de N. Senhora da Penha de Fransa e do Senhôr dos Emfermos que mandou fazer Jozé Cotrim no anno de 1773.*

Este José Cotrim foi, em 1791, proposto vereador da câmara de Dornes, pediu escusa, que lhe foi concedida por ser tio do juiz ordinário, bacharel Eusébio Inácio Cotrim, e ter 75 anos de idade.

No Beco, o Dr. Ângelo de Brito, médico, natural do Beco, instituiu e fundava uma capela junto da sua residência, por escritura de doação de 1757³.

Entre outros bens, pertenciam à capela: um souto que pegava com os herdeiros do Dr. Teotónio Camelo de Carvalho, morador no

¹ Tombo das Capelas, no arquivo paroquial.

² Notícias das igrejas do bispado de Coimbra, Biblioteca Nacional, A,-4, 14.

³ Tombo das capelas, no Arquivo Nacional.

pé da Serra, termo de Alvaiázere e com o P.^o Leonardo Roberto Rodrigues, morador no Beco; com os herdeiros de Francisco Saraiva de Matos, da Frazoeira, e com o Rev.^{do} P.^o Manuel de Souto, morador no Beco.

Foi em 1770 que este Dr. Ângelo de Brito fez o seu testamento; nele determina ser sepultado na capela de Nossa Senhora do Carmo que mandou edificar¹. Dêste testamento se vê que os irmãos do testador eram: Frei Alexandre de Brito, José de Brito e Maria da Nazaré, todos já falecidos. Instituiu universal herdeiro Manuel de Brito, da Frazoeira, e havia várias propriedades suas que confinavam com Estêvão de Sá e Mendonça, capitão-mor das Pias; Bernardido Gomes, capitão-mor de Puços; Paulo Heitor de Sousa, José Cotrim, da Martinbrás; herdeiros de Manuel Camelo, do Souto da Eira; Dr. Gregório Heitor de Sousa, José Pedro de Sequeira, do Guardão; João Pessoa de Andrade, do Beco; herdeiros de Bernardo Camelo Gueitão, da quinta da Eira; vigário das Areias, fr. Teodósio Camelo de Carvalho; p.^o Manuel do Rosário, do Casal da Rica; p.^o Leonardo Roberto Rodrigues, do Beco; rev.^{do} António Cardoso Cotrim, pároco em Santarém; herdeiros de Gregório Martins da Fonseca, do Beco; p.^o José Martins Ferreira; herdeiros do capitão-mor Manuel Camelo de Carvalho, da Frazoeira; L.^{do} António Heitor, de Dornes; Pascoal Cotrim, de Dornes; herdeiros do vigário fr. Estêvão Mendes de Brito; D. Maria Josefa Saraiva, da Frazoeira; o sargento-mor José Antunes Cotrim, do Casal da Cruz. Este testador era primo de João Mendes Delgado, da Rebalvia e do Dr. Gregório Heitor de Sousa.

Por 1758 a administração da capela de Santa Catarina pertencia a Manuel Vaz, do Ramalhal; a de Nossa Senhora da Esperança, aos herdeiros de Manuel Fernandes, e a de S. Giraldo, a Estêvão de Sá e Mendonça, das Pias².

Em 1716 era José de Vasconcelos e Sousa Cotrim administrador da capela instituída por Lançarote Gonçalves e sua mulher Margarida Vaz, moradores em Ribelas, à qual aludimos no capítulo III. A ela pertenciam, entre outras propriedades: um olival partindo com herdeiros de Afonso Mendes, da Rebalvia, e Francisco Mendes, do

¹ Pertence hoje aos herdeiros do Rev.^{do} arcepreste João Alves das Neves.

² *Memórias Paroquiais*, vol. VI, informação do pároco, Frei Nicolau Pereira de Macedo.

Beco, e D. Maria de Alvelos; um soute partindo com Manuel Coelho da Silva e com o Dr. Tomás Heitor de Sousa, de Ribelas; outro partindo com o licenciado Miguel de Sousa, da Rebalvia, etc.¹.

O mesmo José de Vasconcelos e Sousa Cotrim instituiu duas capelas: uma, herdada pelo capitão Manuel Vaz Ribeiro, morador no Ramalhal; outra, que nomeou no seu parente Manuel Carvalho de Sousa, morador no Beco².

Em 1746 pediu Teotónio Mendes de Carvalho autorização para subrogar certa propriedade da capela de S. Sebastião, do Carril³.

Como muitos destes vínculos que constituíam capelas e morgados fôsse diminuído em valor e o seu rendimento não chegasse para satisfação dos encargos, uma providência legal veio autorizar a sua extinção.

Em 5 de Novembro de 1771 foi extinto o vínculo instituído pelo Padre Manuel Ferreira, da Madroeira, termo de Dornes, do qual era administrador o Padre António Ferreira, residente em Pombal⁴.

Em 1771 foi extinto o vínculo instituído por Frei Manuel Inácio de Sousa, tio da mulher do administrador, António Fernandes Baptista, do termo de Dornes⁵.

Em 1772 foi extinto o vínculo instituído pelo Padre Sebastião Pimentel de Mesquita, do qual era administrador José Luís Álvares, casado com Catarina Isabel Pimentel de Mesquita⁶. No mesmo ano foi extinto o vínculo instituído por Mariana Monteiro, das Courelas, de que era administrador Francisco Heitor Pereira, do Casal, termo de Dornes⁷.

E, ainda em 1772, foi extinto o vínculo instituído por Estêvão Mendes de Vasconcelos e sua mulher Maria Coelho da Silva, do qual era administrador Francisco Ponce de Lião e Mendanha, do Castelo de Paio Mendes⁸.

Em 1772 foi também extinto o vínculo instituído pelo Padre Jerónimo de Basto, do qual era administradora Maria Dias, do Carril⁹.

¹ *Tombo das capelas*, no arquivo paroquial do Beco.

² *Id.*, *ibid.*

³ *Chancelaria de D. João V*, liv. cxiii, fl. 118.

⁴ *Chancelaria de D. José*, liv. lxxix, fl. 46 v.

⁵ *Id.*, liv. x, fl. 84.

⁶ *Id.*, liv. x, fl. 132.

⁷ *Id.*, liv. liv, fl. 317.

⁸ *Id.*, liv. xxxii, fl. 203.

⁹ *Id.*, liv. liv, fl. 73 v.

Em 1773 foi extinto um vínculo administrado por João Mendes Delgado, do termo de Dornes, de cuja instituição nada se sabia¹.

Em 1773 foi extinto o vínculo instituído por Diogo Luís e sua mulher Isabel Pires, moradores no Beco, do qual era administradora Joana Maria de Carvalho, também do Beco².

Em 1773 foi extinto o vínculo instituído por Maria Pimentel, moradora no Beco, do qual era administrador José Mendes de Magalhães, também morador no Beco³.

Ainda no mesmo ano de 1773 foi extinto o vínculo instituído por Nuno Rodrigues, do Carril, do qual era administrador Teotónio Mendes de Carvalho, do Beco⁴.

Em 13 de Janeiro de 1774 foi passada provisão a José António Figueiredo de Vasconcelos, do Beco, de extinção do vínculo instituído por Vicente Mendes e suas irmãs com o rendimento de 20\$000 réis e a pensão de 9 missas⁵.

A requerimento do mesmo José António de Figueiredo, foram também extintos mais 2 vínculos: um instituído por Fr. Simão Nunes, rendendo 30\$000 réis e tendo o encargo de 3 missas; outro, instituído por Fr. Aleixo da Silva, com a pensão de 10 missas e rendimento de 80\$000 réis⁶.

Em 18 de Janeiro de 1774 foi passada provisão a Manuel Antunes de Santa Ana, do Alqueidão de S.^{to} Amaro, extinguindo um vínculo de que ele era administrador e se chamava de S.^{to} Amaro, ignorando quem tivesse sido o seu instituidor, vínculo cujo encargo era de nove missas e não chegava a render duzentos mil réis⁷. Também Manuel Bernardino das Neves, da Arega, casado com Teodora Maria de Vasconcelos, administrador de um vínculo instituído pelo P.^o Manuel Mendes Andrade e Fonseca, da Frazoeira, requereu a sua extinção, que obteve por provisão de 18 de Janeiro de 1774⁸.

Em 29 de Março de 1774 foi passada provisão a D. Rosa Cae-tana Soares de Vasconcelos, do Beco, de extinção de 2 vínculos:

¹ *Chancelaria de D. José*, liv. x, fl. 350.

² *Id.*, liv. xi, fl. 202.

³ *Id.*, liv. liv, fl. 364 v.

⁴ *Id.*, liv. xxxiii, fl. 283.

⁵ *Id.*, liv. lxxvii, fl. 137 v.

⁶ *Id.*, liv. lxxvii, fl. 138.

⁷ *Id.*, liv. lxxvii, fl. 155.

⁸ *Id.*, liv. lxxvii, fl. 155 v.

um, instituído pelo P.^o Bartolomeu da Fonseca, do Beco, e outro por Fr. Aleixo da Silva¹.

Em 12 de Abril de 1774 passou-se provisão a Eugénia Maria de Castro, da Frazoeira, de extinção da capela, instituída por Maria Mendes, de que ela era administradora; a requerente era filha de Matias Gomes de Castro e Joana Mendes².

Em 5 de Junho de 1774 foi passada provisão a João Alberto Camelo de Carvalho, de Paio Mendes, de extinção dum encargo de missas que pesava sobre uma sua horta comprada a Manuel de Alcobia³. Em 19 de Novembro do mesmo ano foi, a requerimento de Tomás Gonçalves, do termo de Dornes, extinto um vínculo de que era administrador⁴. E ainda no mesmo dia foi, a requerimento de António Ferreira, extinto um vínculo de que era administrador⁵.

Em 1776 foi extinto o vínculo instituído por Isabel de Sousa, do Beco, do qual era administrador Fr. Nicolau Pereira de Macedo, vigário então da igreja de S.^{to} Aleixo do Beco⁶.

Em 26 de Agosto de 1773 foi abolido o vínculo instituído por Paulo Heitor de Sousa, do qual era administrador Gregório Cotrim de Carvalho, do Souto, freguesia do Beco⁷.

Em 1796, Manuel de Vasconcelos Sousa Ribeiro, corregedor da comarca da Feira e natural da quinta de Santa Catarina, do lugar do Ramalhal⁸, termo de Alvaiázere, pediu a abolição dum vínculo instituído por José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, do Beco, no termo de Dornes.

Este era primo de Mariana de Sousa e Vasconcelos, mulher do capitão Manuel Vaz Ribeiro, do lugar do Ramalhal, e o vínculo que instituiu consistia num prédio de casas e quintal no Beco e proprie-

¹ *Chancelaria de D. José*, liv. LVI, fl. 97.

² *Id.*, liv. LVI, fl. 96 v.

³ *Id.*, liv. LVI, fl. 205 v.

⁴ *Id.*, liv. LVI, fl. 317.

⁵ *Id.*, liv. LVI, fl. 317 v.

⁶ *Id.*, liv. LXXXI, fl. 107.

⁷ *Id.*, liv. LV, fl. 151.

⁸ Este Bacharel Manuel de Vasconcelos Sousa Ribeiro obteve, em 13 de Março de 1800, confirmação da legitimação de seu filho Joaquim António de Sousa Ribeiro, legitimado em 1792 por uma escritura lavrada em Coimbra. (*Chancelaria de D. João VI*, liv. V, fl. 45).

Note-se que não consta dos índices o seu processo de habilitação para os lugares de letras, o que não admira por muitos se terem extraviado.

dades no Camarão, etc, com o encargo de vinte e cinco missas anuais. Foi-lhe passada provisão em 16 de Janeiro de 1797¹.

Em 1797, requeria Gerarda Maria Cotrim de Carvalho, do lugar da Frazoeira, a abolição dum *vínculo* instituído por António de Sousa, do lugar das Courelas. Nisso'conveio o Dr. Estêvão José de Carvalho Ramos e Fonseca, da Frazoeira, como curador dos menores e Manuel de Sousa, como immediato sucessor. Foi-lhe passada provisão em 31 de Maio de 1797.

Em 1796, requereu Francisco António Camelo de Carvalho e Vasconcelos, morador na quinta do Carvalhal de S. Bento, termo de Alvaíazere, a extinção dum *vínculo* instituído por Manuel Camelo. O *vínculo* consistia na quinta onde residia. Foi-lhe passada provisão em 23 de Outubro de 1798.

Em 1798, também requereu a extinção dum *vínculo* instituído não se sabe por quem, Manuel Cotrim, do Carril.

Em 1797, requereu o capitão Alexandre José de Brito e Castro, do lugar da Frazoeira a abolição dum *vínculo* insignificante.

Em 1798, requereu D. Mariana Paula Cotrim Camelo de Carvalho e Vasconcelos, viúva do Dr. João Alberto Camelo de Carvalho, de Paio Mendes, a abolição dum *vínculo* instituído pelo pai dela Manuel Camelo de Carvalho, casado com Maria Josefa Perpétua Cotrim Saraiva de Matos e Carvalho, do lugar da Frazoeira. D. Mariana tinha um filho chamado Teotónio Camelo de Carvalho.

Em 1798, requereu António Cotrim, da Cruzeira, a extinção dum ónus de vinte e cinco missas que pesava sobre um seu souto na encosta de Ribelas. Vivia então o Dr. Joaquim António de Sousa Ribeiro. Nesse tempo vivia no Beco, Estêvão José de Carvalho e Fonseca, mestre carpinteiro, de idade de 32 anos. Foi-lhe passada provisão em 4 de Maio de 1799.

Em 1798, requereu António Coelho de Sousa da Câmara, do Casal da Mata, a *abolição duma capela*. Era filho de Tomás de Sousa².

Em 1771, José António de Figueiredo e Vasconcelos, do Beco, requereu que fôsem dados como livres os bens pertencentes a uma capela instituída por Fr. Luís Mendes de Vasconcelos, sitos em Vila Gaia, termo de Certã, por o seu rendimento ser insignificante, não chegando a 200\$000 réis³.

¹ *Arquivo do Desembargo do Paço*, assim como às immediatas referências a *vínculos*.

² *Arquivo do Desembargo do Paço*.

³ *Livro do registo da Provedoria de Tomar*, n.º 20, fl. 5.

De poucos oficiais da Inquisição no termo de Dornes no séc. XVIII nos chegam notícias.

Em 1707, Inácio Mendes de Brito, do Outeiro, freguesia de S. Vicente de Paio Mendes, viúvo de Maria de Andrade, de quem ficaram seis filhos, requereu para ser familiar do Santo Officio no termo de Dornes, pois que lá só havia um, que, por ser cabo de guerra na campanha, não podia assistir no dito termo. Declarou ser filho de António Gaspar, da Frazoeira e de Catarina Dias, também da Frazoeira; neto paterno de António Rodrigues e de Maria Gaspar, do Beco; neto materno de Marcos Heitor e de Isabel Cintrão, de Paio Mendes. A mulher d'ele era filha de José Mendes de Brito e de Margarida Mendes, do Outeiro; neta paterna de Gaspar Dias e de Maria das Neves; neta materna de André Teixeira Barbosa, natural de Bucelas e de Maria de Andrade, natural de Pôrto de Mós¹.

Outros conhecemos que não exerceram funções no termo de Dornes mas que daqui eram naturais, ou os ascendentes.

Em 1755, requerem o capitão José dos Santos Ribeiro, morador em Lisboa, no beco da Junta, ao Corpo Santo, nas casas do Conde de S. Miguel, natural da freguesia de Dornes, filho legítimo de Luís Dias e de sua mulher Teresa Ribeiro, moradores no Carril; neto paterno de Manuel Antunes, morador na Rebalvia e de Catarina Dias, moradora na Aldea dos Gagos; neto materno de José Gomes, morador no Casal da Mata e de Luísa Ribeiro, moradora no Carril.

José dos Santos Ribeiro, era capitão de navios para o Rio de Janeiro. Em 1757 informou sobre ele o comissário José da Mota Ribeiro².

José Cotrim de Carvalho, solteiro, negociante, residente no Rio de Janeiro, filho legítimo de António Cotrim, natural da Cruzeira, e de Maria Mendes, natural da Larangeira, tudo freguesia do Beco, neto paterno de Afonso Antunes, da Cruzeira e de Maria Cotrim, de Paio Mendes e neto materno de Manuel Jorge, da Fós da Certã, e de Maria Mendes, natural da Larangeira, freguesia do Beco, requereu para ser familiar do Santo Officio.—Em 9 de Novembro de 1759, foi despachado o seu requerimento.—Do Rio de Janeiro veio a informação seguinte: Foi de princípio latoeiro e, quando a informação foi dada, contratava em ouros lavrados do Rio de Janeiro para as Minas; era bem conportado, tendo de idade trinta e tantos anos, e possuindo seis ou sete mil cruzados.

¹ *Habilitações Incompletas*, M. 30, doc. 54.

² *Id.*, M. 28, n.º 41.

Em Outubro de 1760, José da Mota Ribeiro, commissário do Santo Officio em Águas Belas, foi ao Beco e informou-se que, os pais do habilitando viveram de suas fazendas, os avós das fazendas e de contratos de panos de linho. Este commissário informou-se com o sargento-mor José Cotrim, do lugar da Larangeira; Manuel Antunes, do Souto; António Ferreira, do Casal da Rica; Miguel Carvalho, da Cruzeira; e Paulo Heitor de Sousa, de Ribelas¹.

Quanto à pretendida acção criminal da Inquisição apenas encontramos a referência seguinte:

Em 22 de abril de 1755 o prior de S. Pedro do Rego da Murta, Antonio Xavier Pereira de Sampayo, participou aos inquisidores de Coimbra que Manoel de Sousa, solteiro, filho de Francisco de Sousa, do Ral, freguesia do Beco, lhe viera denunciar que Feliciano Carvalho, mulher de Antonio de Sousa, do Carvalhal de S. Bento, desacatou uma imagem de Christo que tinha ao pescoço².

Um dos fenómenos que mais preocupou a sociedade portuguesa do sec. XVIII foi, sem dúvida alguma, o terremoto de 1755.

Quais os seus efeitos no termo de Dornes vão no-lo dizer os respectivos párocos³.

Em 18 de Maio de 1756 o vigário de Dornes, informando oficialmente acêrca do terremoto, dizia que: «elle tinha durado na sua freguezia 9 minutos; que a igreja é a torre nada tinham soffrido; que não morreu pessoa alguma; que as fontes se turvaram; que o Zezere sahio do seu leito, mas logo voltou a elle; que em todas as luas desde 1 de nov.^{bro} até ao momento em que escrevia tem havido abalos de terra, principalmente a 1 de dezembro, pelas 2 da manhã, 11 pelas 4, em 21, pelas 8, em 14 de janeiro etc.»

O pároco de Paio Mendes, Fr. Clemente Nogueira, informando em 20 de Maio de 1756 do Souto da Ereira, dizia que: «foi ás 9 e meia da manhã; que durou 10 a 11 minutos; que a igreja soffreu alguma ruina, separando-se 2 das linhas que estão no corpo da mesma e fugiram das frechaes uma mão travessa e, por ficarem pegadas nos frechaes cahiram sobre a gente que estava na igreja; no lugar da Granja, onde vive José Mendes, coureiro do inf.^{te} D. Pedro, no meio da rua abriu a terra uma bocca com 6 palmos e meio de comprimento

¹ *Habilitações Incompletas*, M. 10, doc. 52.—Não se sabe o resultado do requerimento porque o processo não está completo.

² Fl. 49 do *Caderno do Promotor da Inquisição de Coimbra*, n.º 34.

³ Servimo-nos dos originaes que se encontram no Arquivo do Ministerio do Reino.



e 6 palmos de largura; no Salão rebentou uma fonte; nas Courellas seccaram duas fontes, uma das quaes rebentou 4 mezes depois».

O P.^o Nicoláu Pereira de Macedo, informando oficialmente do Beco, dizia que: «nesta freguezia não se arruinou casa alguma, nem recebeu damno consideravel; sómente algumas paredes ficaram sentidas com leves fendas e aberturas e as telhas de muitas casas se desencaixaram dos seus logares, deixando os telhados descompostos, o que tambem experimentou a igreja d'esta parochia em uma pequena parte da nave que está para a parte do nascente. Em a capella de N. S. da Esperança, sita no lugar do Becco, d'esta freguezia de S.^{to} Aleixo, fez o terremoto tão grande impressão que de alto a baixo lhe abriu as suas paredes e a abobada e a poz em evidente perigo de se arruinar de todo, se lhe não acudirem com os concertos necessarios». Continua o prior: «nenhuma pessoa morreu com o tremor de terra. As novidades que se viram nas fontes foi o turvarem-se as aguas de algumas; e as do rio Zezere, com a violencia do tremor, cresceram e sahiram fóra do seu termo algum breve e pequeno espaço e se dividiram de tal sorte uma das outras que em partes se via a terra, segundo affirmam certas pessoas».

Mais adiante: «Depois do primeiro dia de Novembro até o dia 28 de abril do presente anno (1756 ?) tem havido muitos terremotos instantaneos, mas ninguem nesta freguezia os numerou, nem se lembra do tempo em que se repetiram».

Sobre os efeitos do terremoto nesta freguesia do Beco acrescentaremos sómente que, em 1798, o Dr. Teotónio Mendes de Carvalho, reedificador da azenha da ribeira de Ribelas, num requerimento dirigido ao Infante, dizia que *na ribeira de Ribellas se tem notado a falta de agua desde o terremoto de 1755*¹.

A Dornes dêste século era assim descrita em 30 de Maio de 1798, também pelo pároco respectivo²:

«Esta villa teve hospital antigamente, e hoje se não vê senão o sitio onde dizem que esteve. — A Casa de Misericordia não existe senão as paredes, sem renda ou administração alguma, e ha tradição que se descobrissem as propriedades d'esta casa como tambem do Hospital valeriam hoje muitos mil cruzados, por serem de grande rendimento os fructos d'ella que são madeiras de castanho, o que antigamente não produziam por serem mortolgos.

¹ *Arquivo da Casa do Infantado*, M. 97.

² *Memórias paroquiais*, vol. XIII, fl. 185.

Esta villa e seu termo não tem correio e serve-se do de Alvaiazere que dista legua e meia, chega á terça e parte á quarta.

No rio Zezere se fazem algumas pescarias no Inverno e no Verão principalmente de bogas jejuas, assim chamadas por serem colhidas da meia noute até ao nascer do sol e serem de especial apreço e estimação.

No rio Zezere colhem os gandaeiros em suas areias algum ouro, porém pouco».

Acêrca do desenvolvimento agrícola da região pouco podemos dizer.

A iniciativa individual era sopeada pelo senhor como na construção de lagares de azeite, só permitida ao comendador-mor. A êste competia aí pôr lagareiros e o povo servidores, lenha e de comer aos servidores e lagareiro. Pagavam de maquia da azeitona de dez, um e do bagaço o têrço.

! Ainda por cima os proprietários do termo de Dornes não podiam ir desfazer a sua azeitona fora dos lagares da comenda!

Tais exigências ou outras semelhantes davam, por vezes, origem a demandas. Reflexo disso é o facto seguinte: Em 27 de Outubro de 1727 passou Paulo Heitor de Sousa, morador no lugar de Ribelas, uma procuração para desistir duma questão com a mitra episcopal de Coimbra, dizendo-se pronto a pagar *conhecença da moenda, que tenho na Ribeira de São Guilherme e no Rio Zezer*.

A azenha constava de duas pedras alveiras e três segundeiras. Êle tinha moinhos no rio Zézere e azenhas na ribeira de São Guilherme, tudo na freguesia do Beco¹.

Doutras contendas dêste género nos chegam vagamente noticias.

Em 8 de Outubro de 1751 foi passada Provisão a José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, do Beco, para poder demandar Fr. Nicolau Pereira de Macedo, vigário do Beco, por causa duma reivindicação que trazia em juizo².

Em 5 de Junho de 1754 foi determinado que o Provedor da comarca de Tomar fôsse juiz do inventário, a requerimento de Manuel Cotrim³.

Em 17 de Dezembro de 1756 foi autorizado o Dr. José Coelho de Vasconcelos, do lugar da Junceira, a trocar umas courelas duma

¹ Cartório da mitra episcopal de Coimbra.

² Chancelaria de Cristo, liv. CCXXXVI, fl. 232 v.

³ Chancelaria de D. José, liv. LXVI, fl. 126 v.

capela instituída por Fr. Aleixo da Silva, sitas à fonte da Bica que pegam com José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, do Beco, José Rodrigo de Carvalho, também do Beco, e Padre Manuel de Sousa, do Beco¹.

Em 3 de Agosto de 1757 foi passada provisão a José Cotrim, da Martimbraz e a sua mulher Ana Cotrim, para poderem subrogar certas propriedades dum morgado instituído por Afonso Antunes e sua mulher, sogros de José Cotrim².

Em 7 de Janeiro de 1767 foi confirmada a doação feita em 7 de Março de 1763 por Ana Cotrim, viúva, da Cruzeira, a António Cotrim, do mesmo lugar³.

Em 16 de Dezembro de 1771 foi confirmada a doação *inter vivos* feita em 20 de Março de 1770 por José Cotrim a sua sobrinha Damásia Caetana de S. José, moradora no Casal da Cruz, termo de Dornes⁴.

Em 8 de Abril de 1772 foi determinado ao ouvidor das Cinco Vilas que conhecesse de certas causas; o que era pedido pelo capitão António Martins e António Cotrim⁵.

Sobre a organização militar do termo de Dornes dissemos já *quantum satis* no capítulo VII dêste trabalho. O seu mais alto representante era, como vimos, o capitão-mor e, a respeito da forma como era eleito, já atraz vimos um conflito entre a Casa do Infantado e o Conselho de Guerra. É por isso que aos dois respectivos arquivos iremos procurar notícias dos nomeados.

No final do séc. XVII deixámos exercendo o lugar Berardo de Carvalho Cotrim. Por sua morte foi passada, em 20 de Dezembro de 1742, carta patente a Jerónimo Camelo de Carvalho. Atenderam para isso aos serviços por ele praticados como *capitão mandante das ordenanças do distrito da vila de Dornes*⁶. Porém a câmara de Dornes não lhe quis dar posse e por isso, em 30 de Janeiro de 1743, foi passada ordem aos oficiais de Dornes para que imediatamente dessem essa posse, mandando disso uma certidão ao Conselho de Guerra e sendo pôr tal acção reprehendidos⁷.

¹ *Chancelaria de D. José*, liv. xxvi, fl. 128.

² *Id.*, liv. lxvii, fl. 382 v.

³ *Id.*, liv. lxxv, fl. 218.

⁴ *Id.*, liv. liv, fl. 40.

⁵ *Id.*, liv. xxxii, fl. 212.

⁶ *Conselho de Guerra*, liv. lxxxi, fl. 133.

⁷ *Id.*, liv. lxxxi, fl. 141 v.

Por falecimento de Jerónimo Camelo de Carvalho foi, em 15 de Fevereiro de 1749, passada carta patente do capitão-mor de Dornes a Manuel Camelo de Carvalho¹.

Pouco tempo porém se chegou êste a gozar, porque, em 3 de Agosto de 1750, foi passada carta patente do mesmo cargo a José António Saraiva². ; Manuel Camelo de Carvalho pouco mais dum ano chegou a gozar a capitania-mor de Dornes!

José António Saraiva, falecido em 2 de Abril de 1770, também conhecido por José António Saraiva Cotrim e Vasconcelos e José António Saraiva Camelo, exerceu o lugar durante 20 anos e a sua successão foi muito disputada. Era cavaleiro-professor na Ordem de Cristo.

Em 14 de Agosto de 1770 dirigia-se o provedor da comarca de Tomar, Bernardino José de Sena Freitas, ao infante D. Pedro, por se tratar de assumto da casa do infantado, a informá-lo dos merecimentos dos pretendentes ao lugar de capitão-mor de Dornes. Um dêles era o Dr. João Alberto Camelo de Carvalho, de quem o provedor dizia ser *de génio áspero, vingativo e soberbo de tal sorte que se tem malquistado com a maior parte das pessoas principais desta terra*, e a animosidade chegava a ponto de os officiais da ordenança fazerem tenção de desistir dos seus postos, no caso de êle ser nomeado. De José Antunes Cotrim dizia o provedor que estava avançado em anos e de José António de Carvalho, dizia ser a sua nomeação desejada por todo o povo; que servia o pòsto de ajudante *desde a última guerra* e que era mais rico que qualquer dos outros pretendentes. ; Era êste último também irmão do juiz de fora de Arraiolos e tam benquisto que, entre o povo, há quem tenha prometido missas às almas para êle ser o nomeado!

Os moradores de Dornes tinham feito uma representação contra João Alberto Camelo, em que diziam o que depois o provedor confirmou a seu respeito.

José António de Carvalho vivia na Frazoeira, e o Dr. Alberto Camelo em Paio Mendes. Também teve um voto nesta eleição José Pedro de Sequeira e Fonseca, da quinta do Guardão, filho do capitão Pedro Martins, do Foio, termo da Certã. Em 1770 eram capitães das ordenanças Francisco Heitor Pereira, do Casal do Carril, e António Martins, do lugar do Souto. A contenda foi resolvida em favor

¹ *Conselho de Guerra*, liv. LXXXVI, fl. 181 v.

² *Id.*, liv. LXXXVIII, fl. 151 v.

de José António de Carvalho. João Alberto tinha feito uma petição em que se dizia filho legítimo do Dr. Teotónio Camelo de Carvalho, de Alvaiázere, e de D. Maria Leonor Clemência de Almeida; que era primo e cunhado do falecido capitão-mor; que nunca houve capitães-mores em Dornes senão parentes do suplicante; e que ele pertencia à primeira nobreza por ser parente do capitão de mar e guerra, cavaleiro de qualquer ordem militar cujo processo se não encontra, Sebastião de Almeida, que foi casado com D. Isabel, do lugar dos Abades, termo de Ourém.

De José António de Carvalho dizia ele ser rico, mas filho dum mercador de madeiras, carpinteiro e *elle mesmo com esse exercicio, esperando carros pelas estradas, com hum páo ás costas, de madrugada, para as conduzir e elle ajudando a carrega-los; e elle e seu pae foram culpados no conluyo de hũa arrematação de madeyras da matta de V. A. R. e condenados por sentença na vila de Dornes*. Quanto ao sargento-mor José Antunes Cotrim é *mechanico* e filho d'outro homem vil *belforinheiro, que andava pelas portas com os seos alforges e sacco vendendo linhas, ataduras e atacas que trazia ás costas*¹

José António Carvalho ficou sendo, apesar de tudo, capitão-mor de Dornes, e, ainda em 1788, o encontrámos no exercicio do lugar.

Abaixo do capitão-mor havia o sargento-mor, ordinariamente de-grau para se chegar àquele cargo.

Em 1725 era sargento-mor Francisco Saraiva de Matos.

Em 9 de Dezembro de 1749 foi passada carta patente a José António Saraiva de sargento-mor das ordenanças da vila de Dornes, lugar vago pela promoção a capitão-mor de Manuel Camelo de Carvalho².

Em 28 de Janeiro de 1751 foi passada carta patente a José Antunes Cotrim de sargento-mor de Dornes, lugar vago pela promoção de José António Saraiva a capitão-mor³. Seja dito de passagem que a ele pertencia o casal da Cruz dos Canastreiros do qual fala o tomo de 1753, a fls. 155.

Em 7 de Abril de 1772 faleceu José Antunes Cotrim e por sua morte o corregedor da comarca fez, em 1773, uma proposta de três pessoas para exercerem o lugar: em primeiro lugar Alexandre José de Brito e Castro, muito abastado; em segundo lugar José Pedro de

¹ O processo respectivo está no arquivo da *Casa do Infantaço*.

² *Conselho de Guerra*, liv. LXXXVI, fl. 258 v.

³ *Id.*, liv. xc, fl. 1.

Sequeira, cujo pai e avô serviram de capitães da ordenança no termo da Certã. Em terceiro lugar o capitão das ordenanças António Martins, do Souto. Êste protestou por ser colocado em último lugar, falando nos serviços por êle prestados na *passada* guerra, aboletando soldados, «passando como Maior Oficial a ocupar o paço do rio Zêzere». Neste tempo era um dos juizes ordinários de Dornes o Dr. Vital Zeferino de Vasconcelos e Brito. Foi na verdade preferido para o pòsto o dito António Martins.

Em 1783 servia de sargento-mor José Pedro de Sequeira e Fonseca, do Guardão, pedindo, por tal facto, escusa de exercer o lugar de juiz ordinário¹.

Por morte de José Pedro de Sequeira informou o capitão-mor José António de Carvalho, em 28 de Julho de 1788, propondo para o substiturem, em primeiro lugar Estêvão José de Carvalho Ramos e Fonseca, de 52 anos, 30 mil cruzados de capital; em 2.º Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho, capitão de auxiliares, de 53 anos, 20 mil cruzados, e em terceiro Francisco Heitor Pereira, de 63 anos, 20 mil cruzados².

Outro pòsto igualmente elevado era o de ajudante das ordenanças de Dornes.

Como se achasse vago pela nomeação de José António Carvalho para capitão-mor, em 10 de Janeiro de 1776, foram para êle propostas três pessoas: Gregório Alexandre de Brito, da Rebalvia, de 25 anos, filho de família; Bernardó Carvalho, do Carril, possuindo 8:000 cruzados de capital e 40 anos de idade e Vital Zeferino de Vasconcelos e Brito, de 32 anos de idade, filho de família³.

Abaixo havia os capitães de ordenanças distribuídos pelas três freguesias.

Em 29 de Abril de 1728 foi passada provisão a Bernardo Camelo Gueifão, morador na Quinta da Eira, termo de Dornes, capitão duma das companhias da ordenança desta vila, de 85 anos de idade, para ser escuso do exercício do sobredito lugar que êle serviu durante 60 anos, com boa satisfação⁴.

Em 14 de Agosto de 1727 foi passada carta patente a Leandro Camelo de Carvalho, de capitão das ordenanças da villa de Dornes, lugar vago pelo falecimento de António Camelo Gueifão.

¹ *Arquivo da Casa do Infantado*, M. 323.

² *Id.*, M. 322.

³ *Id.*, M. 322.

⁴ *Conselho de Guerra*, liv. LXX, fl. 201 v.

Em 15 de Junho de 1728 foi passada carta patente a Hierónimo Camelo de Carvalho de capitão das ordenanças do Beco, termo de Dornes. Era filho de Bernardó Camelo Gueifão¹.

Em 21 de Maio de 1729 foi passada patente a Manuel Camelo de Carvalho de capitão das ordenanças da vila de Dornes, lugar vago por morte de Leandro Camelo de Carvalho².

Em 24 de Julho de 1745 foi passada a Manuel Cotrim de Vasconcelos carta patente de capitão da companhia de ordenanças do Beco, lugar vago pela promoção de Jerónimo Camelo de Carvalho a capitão-mór; notando-se que o agraciado era já alferes das ordenanças³.

Em 23 de Junho de 1751 foi nomeado Felix da Fonseca para alferes da companhia do capitão António de Carvalho Garcia, lugar vago por falecimento de Manuel Cotrim. Era então capitão do Beco António Martins e como, por promoção de José Antunes Cotrim, ficasse vago o lugar de alferes, propôs Tomás Simões de Almeida, morador no Beco.

Em 19 de Novembro de 1761 procedeu-se à eleição do capitão de ordenanças da freguesia de Paio Mendes e foram eleitos: Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho, José António de Carvalho e José Pedro de Sequeira, da quinta do Guardão. Era então capitão-mor José António Saraiva Cotrim Camelo de Carvalho e Vasconcelos. Tinha sido capitão de ordenança de Paio Mendes, Francisco Mendes da Conceição; era procurador do concelho Manuel Correia de Sá, escrivão da câmara Teotónio Mendes de Carvalho⁴.

Em 29 de Junho de 1762 havia no termo de Dornes os seguintes oficiais da ordenança: José Antunes Cotrim, sargento-mor, 50 anos de idade, muito abastado; António Carvalho Garcia, capitão da companhia de Dornes, 50 anos, cirurgião abastado; António Martins capitão da companhia do Beco, 55 anos, vive dos seus bens e negócios; Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho, ajudante, 30 anos de idade; Tomás Simões de Almeida, alferes da companhia do Beco, 60 anos, escrivão do judicial em Dornes; Felix da Fonseca, alferes da companhia de Dornes, 60 anos, *vive da sua agência*.

Em 8 de Junho de 1762 informou o capitão-mor José António Saraiva as qualidades dos propostos para capitães da companhia da

¹ *Conselho de Guerra*, liv. LXX, fl. 227.

² *Id.*, liv. LXXI, fl. 83.

³ *Id.*, liv. LXXXII, fl. 176 v.

⁴ *Arquivo da Casa do Infantado*.

freguesia de Paio Mendes: Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho do lugar do Beco, vivia à lei da nobreza, ajudante; José António de Carvalho da Frazoeira, homem abonado e Alexandre José de Brito, com 25 anos incompletos, da Frazoeira.

Em 27 de Outubro de 1762 foram nomeados: Alexandre José de Brito para alferes de companhia de Paio Mendes e José António de Carvalho para ajudante das ordenanças; Manuel Bernardino Cotrim já era capitão de Paio Mendes.

Em 5 de Outubro de 1762 propôs o capitão-mor depois da eleição: para ajudante José António Carvalho, José Pedro de Sequeira do Guardão ou José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, do Beco; para alferes da companhia de Dornes, Bernardo Carvalho do Carril, Francisco Heitor Pereira do Casal, do Carril, cirurgião ou António Mendes de Carvalho, de Paio Mendes; para alferes da companhia do Beco António Cotrim, da Corujeira, Paulino Ferreira, do Beco, ou Francisco de Oliveira, do Outeiro do Marco; para alferes de Paio Mendes Alexandre José de Brito, José António de Carvalho, do Beco, (cerejeiro) e Manuel Antunes Grelado, do Alqueidão¹.

Em 30 de Setembro de 1762, sendo José Pedro de Sequeira, um dos pretendentes ao lugar de capitão de Dornes, vago por falecimento de António de Carvalho Garcia, requereu para se obrigar o capitão-mor a enviar o processo de eleição.

Este não o mandava porque os oficiais da câmara tinham nomeado pessoas de fora da freguesia.

Francisco Heitor Pereira, requereu a capitania de Dornes e, em 24 de Junho de 1767, o capitão-mor informou favoravelmente a sua pretensão. Por causa disso deixou vago o lugar de alferes das ordenanças em Dornes. Para o exercício d'ele, foi proposto, em 29 de Janeiro de 1768, primeiramente Manuel Cotrim, depois Bernardo Carvalho e depois ainda Manuel dos Santos.

Em 12 de Janeiro de 1775, foi passada carta patente a Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho, capitão da ordenança do lugar do Beco, de capitão da companhia de infantaria auxiliar do distrito de Alvaizere, Dornes e Abiul, do t'érço da comarca de Tomar, lugar vago pela promoção de José Pedro de Sequeira a sargento-mor das ordenanças da vila de Dornes².

¹ Foram nomeados os que acima digo e para alferes da companhia da vila Francisco Heitor e para o Beco, António Cotrim.

² *Conselho de Guerra*, liv. cx, fl. 70.

Devia então contar 41 anos porque ainda em 1793, o encontramos como capitão, dizendo-se então com 59 anos de idade.

No dia 10 de Janeiro de 1776, sob a presidência do capitão-mor José António de Carvalho, fez-se a eleição do capitão de ordenanças de Paio Mendes, lugar vago por ter sido promovido Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho a capitão de auxiliares duma companhia do têrço da comarca de Tomar, como acima dizemos. Foi proposto em primeiro lugar: Alexandre José de Brito e Castro, da Frazoeira, de trinta e um anos de idade, alferes de Paio Mendes e tendo de setenta e trinta mil cruzados; em segundo: Estêvão José de Carvalho Ramos e Fonseca, da Frazoeira, de 40 anos e com vinte mil cruzados de fortuna; em terceiro: António José de Brito e Castro, da Frazoeira, de 27 anos e possuindo quinze mil cruzados de capital.

Foi com efeito passada carta patente a Alexandre José de Brito e Castro, indo para o seu lugar António Fernandes Baptista, da Frazoeira¹.

Por morte do capitão de ordenanças do Beco, em 1782, António Martins, do Souto, fizeram-se eleições em 21 de Dezembro. Daí resultou ser proposto em primeiro lugar para o substituir Gregório Alexandre, *do lugar da Rebalvia, ajudante das ordenanças d'este distrito, com 30 anos de idade e cinco mil cruzados de capital*; em segundo: António Cotrim, da Corujeira, com 50 anos de idade e dez mil cruzados de capital; em terceiro: o Bacharel Eusébio Inácio Cotrim, da Martinbrás, *com tratamento de nobreza, vive de suas letras pela boa capacidade que tem e boas esperanças não só nas legítimas de seus pais, mas também nas de alguns parentes*, de 36 anos de idade.

O Dr. Eusébio protestou e na verdade vamo-lo encontrar capitão das ordenanças do Beco por 1794, nomeando então alferes da sua companhia, Francisco Martins Ferreira, do Casal da Rica².

Antes de passarmos adiante digamos quem era Gregório Alexandre, nomes aos quais juntava os apelidos de, Caldeira de Vasconcelos e Sousa. Por certidões que vi no *Arquivo da Casa do Infantado* constava que elle tinha nascido em 26 de Junho de 1752, e era filho do Bacharel Gregório Heitor de Sousa, e de D. Simpliciana Teresa Cotrim de Vasconcelos, o primeiro, natural do Beco e a segunda, da Rebalvia; neto paterno de Roque de Brito, e de Maria de Sousa, moradores e naturais do Beco, e neto materno do Bacharel

¹ *Arquivo da Casa do Infantado*, M. 322.

² *Id.*, M. 323.

Miguel de Sousa Caldeira e de Mariana Cotrim, naturais e moradores na Rebalvia. A ele ainda faremos referências várias.

Só uma pequena nota ainda a propósito da vida militar do termo de Dornes. Em 19 de Fevereiro de 1701, do Conselho de Guerra escreviam ao corregedor de Tomar pedindo informações dum caso narrado pelo capitão-mor de Dornes sobre o soldado Pedro de Andrade¹.

A vida colectiva do concelho de Dornes quando lá existiam tantas pessoas de vulto não admira que provocasse contendas, conflitos de jurisdição, questões eleitorais e rivalidades de terras.

De conflitos de jurisdição temos noticia; em 1717, dum entre o então almoxarife Rodrigo de Sá e Mendonça e o ouvidor do Chão de Couce. O almoxarife queixou-se, em officio de 25 de Maio de 1717, ao Infante por o ouvidor vir presidir à eleição das justiças não apresentar a ordem de S. A. e não querer mesmo entregar ao almoxarife o auto da eleição para este o remeter. O almoxarife assistiu à eleição contra vontade do ouvidor².

Era ainda o mesmo que, em 1788, provocava novo conflito que consta do respectivo officio do almoxarife Manuel de Sá Godolphim Garcez e Mendonça, datado de 15 de Abril.

«As Ordenações, liv. 1, tit. 67, escrevia ele ao Infante, e o alvará de 12 de Novembro de 1611 determinam que as eleições se realizem na primeira oitava da Páscoa e no termo de Dornes não cumprem isso e *praticão hum exotico e reprehensivel abuso fomentado com escandaloso soborno contrario em tudo as mesmas leys, ficando a execução d'estas e as suas disposições totalmente illudidas ... Hoje, Snr., omite-se totalmente a primeira elleição dos eleitores a votos do povo: convocão um ou ambos os juizes, a camara e doze pessoas chamadas as da camara, seis nobres e seis mechanicos á sua casa, onde sem respeito, parentescos, amizades ou partidos, conversando huns com os outros em ar de bella sociedade fazem d'aquelles doze homens os seis eleitores, a quem já se tem inspirado as intensoens da parsialidade dominante. Estes fazem as pautas e consequentemente nellas não vão propostos senão aquelles a quem os mesmos juizes ou quem os dirige sem attensão a terem ou não aquelles que vão propostos para juizes servido de vereadores, circumstancia tão recommendada em todas as provisões já citadas; e a do n.º 4.º saudaveis pela pobreza do concelho, pois não se observando esta*

¹ Conselho de Guerra, liv. XLIX, fl. 216 v.

² O original está no arquivo da Casa do Infanteado.

lei, como actualmente se não observa, só os homens ricos são propostos para juizes ficando os pobres com o cargo da vereação, sujeitos a mil despesas e se se observasse sempre, os ricos, como he costume, aspirariam ao mando, e para haverem de ser juizes procurarião primeiro qualificar-se com o cargo de vereadores e por consequencia nelles recahirão as despesas do concelho, que lhe seriam menos onerosas por terem com que as satisfazer sem vexação». Por fim Manuel de Sá pedia que se lhe restituissem, como almoxarife, as regalias de assistir às eleições, receber e remeter as pautas a S. A. R., receber as confirmações, abri-las, dar juramento e posse aos confirmados o que tem feito o capitão-mor.

Devia ser este caso consequência das eleições dêsse ano terem sido tam disputadas que appareceram duas pautas: a primeira, remetida em 15 de Dezembro de 1787, pelos juizes ordinários Gregório Alexandre e António Cotrim, propunha juizes: Inácio Evaristo Caldeira de Vasconcelos, João Camelo Saraiva Cotrim, o Bacharel André Martins de Sousa Lopes e José Mendes de Oliveira; a segunda continha, o Bacharel Joaquim José Pessoa de Almeida, o Bacharel André Martins de Sousa Ferreira, o Bacharel Joaquim António de Sousa Ribeiro e José Antunes de Sousa.

!Caso curioso! Um dos juizes ordinários, António Cotrim, protestou contra esta segunda eleição, dizendo que ainda tinha sido mais illegal que a primeira por Gregório Alexandre ter praticado toda a casta de prepotências, notando-se que já, a propósito do lugar de contador, fizemos atrás referência a estas questões em que Gregório Alexandre occupou papel principal.

Em 1728 também às eleições veio assistir o ouvidor de Ourém, Chão de Couce e Cinco Vilas. Dêle foram informadores: o capitão Bernardo Camelo Gueifão e José Carvalho, *o velho*, convidados sob juramento para declararem as qualidades de limpeza de sangue, idades, parentesco, cabedais e costumes das pessoas eleitas. Dessa informação extraímos o seguinte: Paulo Heitor de Sousa, da Frazoeira, terá 33 anos, serviu de juiz ordinário e é capaz de o exercitar, de renda terá 100\$000 réis e seu pai serviu este mesmo lugar, é limpo de sangue; José Saraiva de Matos, da Frazoeira, terá 28 anos, é pessoa principal, limpo de sangue, tem pouca renda de presente e é 2.º primo do sargento-mór; Manuel Carvalho Camelo, da Quinta da Eira, 62 anos, é pessoa principal, terá de renda 150\$000 réis; Manuel Camelo Gueifão, de Paio Mendes, 27 anos, filho e neto de juizes, terá de renda 200\$000 réis e é limpo de sangue; Hierónimo Camelo Gueifão, da Quinta da Eira, 36 anos, filho de Bernardo Camelo, tem legítima

de sua mãe ai 30:000 cruzados; Ângelo de Brito, do Beco, 36 anos, limpo de sangue, tem fazendas e é médico do partido de Ferreira, formado em Coimbra; Dr. Miguel de Sousa Caldeira, 80 anos, limpo de sangue, formado em leis, terá de renda o melhor de 200\$000 réis; o capitão Bernardo Camelo Gueifão, da Quinta da Eira, 81 anos, exercitou o officio de escrivão do Almoxarifado, limpo de sangue, de renda o melhor de 300\$000 réis; o Dr. Tomás Heitor de Sousa, de Ribelas, 70 anos, é médico, tido e havido por cristão velho, já repartiu os bens que eram bastantes e tem parentesco com Paulo Heitor; António de Vasconcelos de Perada, do Telhado, 28 anos, é muito brando de génio; José Carvalho, da Frazoeira, o velho, 65 anos, tem de renda 200\$000 réis, é pessoa principal; Vicente Carvalho, do Beco, 70 anos, muito velho, de renda terá 100\$000 réis.

Em 1760 houve um conflito entre o juiz ordinário de Dornes Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho e o juiz dos órfãos João Pessoa de Andrade. O juiz de fora de Tomar, servindo então de corregedor, informava que elles se tinham travado de razões por o juiz dos órfãos dizer para o outro porque não tinha nomeado na câmara para depositário dos bens dos órfãos alguêm do lugar do Beco. Insistiu na accusação e o juiz ordinário disse que elle mentia e pouco depois mandava prender o juiz dos órfãos quando ia fazer um requerimento a uma audiência.

A mesa do Desembargo do Paço, até onde subiu o pleito, deu ordem para Pessoa de Andrade ser solto e para o juiz ordinário vir à presença do corregedor de Tomar a fim de ser repreendido¹.

A decadência da vila de Dornes era no entretanto manifesta.

Na collecção de manuscritos vindos do «Desembargo do Paço; Côrte, Estremadura e Ilhas» existe um processo², pelo qual se vê que em 1791 se fez uma tentativa para a mudança da sede do concelho de Dornes para o Beco. Vejamos os trâmites do processo: No dia 2 de Setembro de 1791 reüniam-se no Beco a convite dos juizes ordinários, Drs. Eusébio Inácio Cotrim e Joaquim António de Sousa Ribeiro, os vereadores da câmara, Jerónimo José da Silva, Manuel de Figueiredo e Vasconcelos, Joaquim dos Santos de Carvalho e o Procurador do Concelho Joaquim António de Carvalho, assim como os doze homens eleitos pela mesma câmara para as suas eleições e autos e grande parte da nobreza e povo da vila. Pelos sobreditos

¹ *Arquivo do Desembargo do Paço; Côrte, Estremadura e Ilhas.*

² N.º 5 do M. 976.

juizes foi dito que pela razão de não haver cadeia, nem casas de câmara em Dornes pois apenas se divisam os alicerces dela, e atendendo a que a vila está deserta, sem povoação, só com um único habitante que possa servir na República, e a que a mesma dista muito das povoações do seu termo, tendo muito más serventias por ser edificada em sítio áspero e fragoso; por tudo isso eram de opinião que se devia representar a S. Majestade para permitir a mudança da sede da vila. E todos *uniformemente*, diz, a certidão do auto a que me reporto, acordarão nisso e em que o sítio escolhido para a mudança se fazer fôsse o Beco, por ficar no centro dêste termo, ser o mais povoado e com grande capacidade para servir duma grande vila. Em 1796 renovaram os juizes ordinários de então a representação e o corregedor da comarca, mandado ouvir sôbre ela, dizia que lhe parecia a representação muito digna de ser atendida.

Note-se que, em 1792, a cadeia e casa da câmara de Dornes estavam arruinadas. E um juiz ordinário, o Dr. Joaquim António de Sousa Ribeiro, achava que a população era tanta e o movimento judicial de tal ordem que devia haver lá um juiz de fora, podendo para êsse efeito agregar-se-lhe Águas Belas.

Dos filhos illustres do termo de Dornes no séc. XVIII podemos destacar os que exerceram cargos judiciais, os que possuíram cartas de brazão ou pertenceram a ordens militares.

O Dr. Eusébio Inácio Cotrim pertenceu ao número dos primeiros e a êle já fizemos referências várias, como ainda faremos, ao tratar-mos do séc. XIX.

Dos assentos paroquiais do Beco destacaremos os seguintes que lhe dizem respeito, assim como a pessoas chegadas da família.

Em 21 de Abril de 1746 foi baptizado Eusébio, filho de Manuel Cotrim dos Santos e de Maria Cotrim, moradores na Martim Brás, donde êle é natural e ela da Corujeira; neto paterno de Baltasar Cotrim e de sua mulher Mariaña Mendes, moradores na Martimbrás, naturais do Casal da Mata; neto materno de Lourenço Álvares Neto e de Isabel Cotrim, moradores na Corujeira donde êle é natural e ela do Alqueidão. Nasceu em 13 Abril, sendo padrinho José Antunes Cotrim, do Casal da Cruz e madrinha Maria, filha de Manuel Cotrim dos Santos e de Maria Cotrim.— Em 1 de Agosto de 1739 foi baptisada Mariana, irmã do antecedente, sendo padrinhos dela, Padre Francisco dos Santos e sua irmã Mariana Mendes dos Santos, do Casal da Mata.

Em 28 de Janeiro de 1748 foi baptisada Josefa, filha de José Cotrim e de Ana Cotrim, da Martim Brás, donde êle é natural e ela

da Corujeira; neta paterna de Baltasar Cotrim e de Mariana Mendes, da Martim Brás, naturais do Casal da Mata e materna de Manuel Cotrim e Catarina Cotrim, moradores na Corujeira, donde ela é natural e ele do Outeiro. Foi padrinho José Antunes Cotrim e madrinha Fabiana Cotrim, do Casal da Cruz.

Do pai do Dr. Eusébio, reza assim o respectivo assento:

Em 19 de Dezembro de 1707 foi baptisado Manuel, filho de Baltasar Cotrim e de Mariana Mendes, da Martim Brás; neto paterno de Belchior Cotrim e de Ângela da Cal, já defuntos, do Casal da Mata e neto materno de Manuel André e de Inês Mendes do mesmo lugar, sendo padrinhos Manuel Nunes e sua mulher Teresa Mendes, do Casal Novo, freguesia de Águas Belas.

Quanto à sua vida universitária consta dos livros do arquivo da Universidade o seguinte:

Ano lectivo de 1764-1765:

Apresentou-se a 1 de Outubro de 1764 com certidão de latim, e matriculou-se nas cadeiras de *Instituta* (*Matriculas*, v. 82, fl. 321) — Frequentou todo este ano, até fim de Maio as 4 cadeiras de *Instituta* (*Provas de curso*, vol. 112, fl. 69).

Ano de 1765-1766:

Matriculou-se em *Canones* a 1 de Outubro de 1765 (*Matriculas*, v. 83, fl. 97), e provou frequentar até fim de Maio de 66 as 6 cadeiras desta faculdade (*Provas de Curso*, v. 112, fl. 69).

Ano de 1766-1767:

Matriculou-se em *Canones* a 1 de Outubro de 1766 (*Matriculas*, v. 84, fl. 87) e provou frequentar as 6 cadeiras desta faculdade até fim de Maio (*Provas de Curso*, v. 112, fl. 69).

Ano de 1767-1768:

Matricula em *Canones*, a 1 de Out. de 1767 (*Matr.*, v. 85, fl. 81), frequentando as 6 cadeiras até o fim de Maio (*Pr. do Curso*, v. 112, fl. 69).

Ano de 1768-1769:

A 1 de Out. matriculou-se em *Canones* (*Matr.*, v. 86, fl. 99), e frequentou até o fim de Maio 5 cadeiras de *Canones* (*Provas de Curso*, vol. 113, fl. 76). Apresentou Provisão de S. M.^{de} validando

quaisquer irregularidades, passada a 27 de Janeiro de 1769 (Pr. de Curso, v. 112, fl. 69).

Ano de 1769-1770:

A 1 de Outubro de 1769 renovou a matrícula em *Canones* (Matr. v. 87, fl. 69); frequentou 5 cadeiras desta faculdade até o fim de Maio de 1770 (Pr. de Curso, v. 114, fl. 83 v.); fez acto de *bacharel em Canones* a 5 de Julho, sendo padrinho o Dr. Cristóvão de Almeida Soares, e foi aprovado *Nemine discrepante* (Autos e graus, vol. 104, fl. 80 v.).

Ano de 1770-1771:

Novamente abre matrícula em *Canones* a 1 de Out. de 1770 (Matr., vol. 88, fl. 66 v.); frequentou até o fim de Maio de 1771 duas cadeiras de leis (Pr. de Curso, vol. 115, fl. 48 v.); fez a sua *formatura em Canones* a 20 de Julho de 1771, não saindo penitenciado, e sendo aprovado *Nemine discrepante* (Autos e graus, vol. 105, fl. 114).

Do processo que precedeu a Provisão de 27 de Janeiro de 1769 extratamos o seguinte, que aliás pouco adianta:

Eusébio Inácio Cotrim, filho de Manuel Cotrim dos Santos, da Martimbraz, termo de Dornes, estudante da Faculdade de Canones, deixou de provar, no tempo competente, os anos que tem cursado a Universidade desde 1 de Outubro de 1764 a 1767 (3 anos lectivos) e como precisava de provisão para o poder fazer, em 1769, o Vice-Reitor da Universidade informava favoravelmente o seu requerimento, que foi deferido em 26 de Janeiro de 1769, na Mesa da Consciência e Ordens.

Da sua vida burocrática já vimos bastante, mas ainda veremos mais, quando nos referirmos ao séc. XIX.

O bacharel Leonardo Carvalho Gueifão habilitou-se, em 1703, para os lugares de letras¹. Declarou-se filho do licenciado em canones Luís Gomes de Carvalho e de Mariana Camelo de Carvalho, moradores em Paio Mendes; neto paterno de Manuel Carvalho e de Catarina Gomes, moradores no Pé da Serra, termo de Alvaíazere, e neto materno do capitão António Camelo Gueifão e de Maria Carvalho da Silva, moradores no Beco.

Sabemos que ele foi juiz de fora na Certã.

¹ *Leitura de Bacharéis*, maço 5-L, n.º 20.

Outro que se habilitou para os lugares de letras foi o Dr. António Inácio Caldeira de Vasconcelos e Sousa Cotrim, natural da Rebalvia, filho do Bacharel Gregório Heitor de Sousa de quem já bastante falámos neste capítulo, que exerceu os lugares de juiz de fora em Pombal e em Portalegre e de sua mulher D. Simpliciana Teresa de Vasconcelos¹. Declarou-se irmão germano do Bacharel Vital Zeferino de Vasconcelos e Brito, já habilitado para os lugares de letras e o seu requerimento foi despachado em 5 de Julho de 1774.

Foram inquiridas várias testemunhas, entre elas o Dr. Aurélio António Cotrim de Sousa, de 40 anos de idade, morador em Tomar, mas natural do Beco, o qual disse ter ouvido que o avô paterno do habilitando andara fazendo vendas a meúdo e assim ganhara riqueza para educar os filhos. Do processo se vê que ele tinha praticado nos auditórios de Dornes desde 1768. O que não consta porém do processo mas nós sabemos é que, em 1771, foi pela mesa do Desembargo do Paço suspenso de advogar nos auditórios da vila das Pias durante quatro meses, por queixas que contra ele fez Joaquim António de Almeida².

Da sua carreira judicial sabemos apenas que, em 13 de Janeiro de 1777, foi nomeado juiz de fora em Castelo de Vide³, indo sentar-se na mesma cadeira que, alguns anos antes, tinha sido honrada com a presença do imortal poeta António Dinis da Cruz e Silva.

O seu irmão, Bacharel Vital Zeferino Vasconcelos e Brito, habilitou-se também para os lugares de letras, sendo o requerimento despachado em 31 de Agosto de 1763⁴. Já o seu irmão apontou os pais. Quanto aos avós, declarou-se neto paterno de Roque de Brito e de Maria de Sousa e neto materno do Bacharel Miguel de Sousa Caldeira e de Mariana Cotrim de Vasconcelos. Teria então vinte e dois anos de idade.

Outro letrado era o licenciado Paulo Heitor de Sousa, cujo processo de habilitação se encontra no cartório da *Casa do Infancado*. Acompanha-a a informação do almoxarife Rodrigo de Sá e Mendonça, dada em 1713. Dela consta que o suplicante tinha pelo lado paterno

¹ *Leitura de Bacharéis*, M. 19-A, n.º 35. Com efeito, em 21 de Abril de 1747, foi o Bacharel Gregório Heitor de Sousa nomeado juiz de fora de Pombal, *Chancelaria de D. João V*. liv. cxii, fl. 396. Em 1753 foi-lhe passada carta de juiz de fora em Portalegre.

² *Arquivo do Desembargo do Paço; Côrte, Estremadura e Ilhas*.

³ *Chancelaria de D. José*, liv. xiv, fl. 150 v.

⁴ *Leitura de Bacharéis*, M. 2-V, n.º 1.

dois tios padres da Companhia de Jesus: o Padre Miguel Furtado e Manuel Furtado, lentes e qualificadores do Santo Officio e era igualmente sobrinho paterno de Sebastião Furtado, familiar do Santo Officio. Pela parte materna tinha dois tios, irmãos de sua avó, o Padre Miguel Álvares e Bartolomeu Álvares, assim como um irmão, religioso de Cristo, Frei Bernardino de Sousa. No seu requerimento declarava-se filho legítimo do licenciado António Erazão Furtado e de Maria Heitor de Sousa, da Frazoeira; neto paterno de Sebastião Furtado e de Guiomar Frazoa, de S. Gens, termo de Maçãs de Caminha e neto materno de Paulo Heitor de Sousa e de Maria Mendes, da Frazoeira.

Percorrendo-se os processos de habilitações do Santo Officio encontram-se efectivamente as dos Padres acima citados e também as de Sebastião Furtado. As d'este procedeu-se em 1696. No requerimento declara-se natural da quinta de S. Gens, termo de Maçãs de Caminha, casado no lugar da Portela, termo de Pousa Flôres, filho de Sebastião Furtado e de sua mulher Guiomar Frazoa; neto paterno de António Furtado e de Catarina Lopes; neto materno de Manuel Nunes Frazão e de sua mulher Brites Nunes, todos naturais e moradores no termo de Alvaázere, no lugar do Couto.

Não esmiuçaremos o processo que para nós tem um interêsse secundário.

A esta habilitação seguiu-se a do Padre Miguel Furtado, jesuíta, lente de véspera de Teologia no Colégio de Coimbra, cujo requerimento foi despachado em 1699 e por último a do Padre Manuel Furtado, igualmente jesuíta, lente de prima no Colégio de Santo Antão, de cuja habilitação se tratava, por 1710.

Outro bacharel do termo de Dornes era José Leitão Monteiro de Carvalho. Em 1764 foi despachado o requerimento em que pedia para ser admitido a ler no Desembargo do Paço¹.

Nele declarava-se natural do Beco, filho de António Ferreira Monteiro e de sua mulher Maria Josefa Leitão de Carvalho; neto paterno de Manuel da Silva e Maria Monteiro; neto materno do capitão Matias Mendes de Carvalho, natural do Souto, e de sua mulher Maria Nunes Leitão, natural de Ceras.

No mesmo ano, 1764, se fez a inquirição de testemunhas no Beco, sendo interrogados: Padre Manuel Ferreira do Rosário, do Casal da Rica, de 40 anos de idade; Brás Pereira, da Rebalvia de 82 anos; Manuel Antunes Neves, do Alqueidão de Santo Amaro, de 80 anos;

¹ *Leitura de Bacharelis*, M. 31, J, n.º 39.

José António de Figueiredo e Vasconcelos, escrivão dos órfãos, de 41 anos; o bacharel Bernardino José de Figueiredo e Vasconcelos, do Beco, de 22 anos; o Padre Manuel do Souto, clérigo do hábito de S. Pedro, morador no Beco, de 60 anos; finalmente Manuel de Andrade, do Beco, de 77 anos. Demonstrou também o requerente ter advogado nos auditórios de Dornes e Tomar nos anos de 1762, 1763 e 1764.

Teve despacho favorável em 1765; todavia da sua carreira judicial só vagamente sabemos que foi juiz de fora em Niza.

Outro bacharel do termo de Dornes foi António José de Carvalho Pimentel, cujo requerimento foi despachado em 1752¹.

Formado em cânones declarou-se natural da Frazoeira, filho de José de Carvalho, homem de negócio, e de Catarina da Fonseca, da Frazoeira; neto paterno de Manuel Mendes e de Maria Carvalho, moradores que foram no Guardão; neto materno de André da Fonseca e de Catarina Ramos, moradores que foram na Frazoeira.

Por causa dele foram inquiridos em 1753: António Mendes Pereira, morador no Outeiro; José Mendes de Magalhães, morador no Beco; Manuel de Andrade, morador no Beco; José Cotrim, que vive das suas fazendas, de 46 anos, morador na Martim Brás. Juntou documento por onde provou ter praticado nos auditórios de Lisboa, onde se apresentou em 22 de Julho de 1751.

Em 1763, sendo juiz de fora em Beja, foi despachado o requerimento em que pedia para se realizarem as suas provanças, por lhe ter sido concedido o hábito de Cristo².

Em 27 de Janeiro de 1764 se procedeu à segunda inquirição de testemunhas. Das interrogadas assinaram o seu nome: Pascoal Cotrim, natural e morador em Dornes, onde tem sido juiz, de 85 anos; Dr. António Heitor de Sousa, viúvo, formado em leis, natural do Beco, morador em Dornes haverá 45 anos, de 83 anos, declarou que o pai do habilitando foi rendeiro da comenda-mor e mercador e negociador de madeiras para Lisboa, tendo servido de juiz em Dornes, assim como André da Fonseca, que foi tesoureiro dos cofres de S. A.

Houve contra o habilitando uma denúncia dizendo que o pai fôra carpinteiro, denúncia assinada com nome suposto e por isso se realizou esta segunda inquirição.

A primeira tinha sido em 19 de Abril do 1763. Dos interrogados assinaram o seu nome: António Mendes Pereira, do Outeiro da Fra-

¹ *Leitura de Bacharéis*, M. 11, A, n.º 25.

² *Habilitações de Cristo*, M. 21, n.º 8.

zoeira, de 60 anos; Manuel de Andrade, do Beco, de 77 anos; Manuel Carvalho, da Frazoeira, de 77 anos; o Dr. João Alberto Camelo de Carvalho, de 36 anos.

Foi-lhe mandada passar certidão de serem favoráveis as suas provanças em 14 de Março de 1764.

Muito de propósito deixámos para o fim o Bacharel Joaquim António de Sousa Ribeiro, que já vimos servindo de almoxarife da comenda de Dornes e morador na sua quinta de Santo António do Souto, cujo fundador provavelmente foi. É que ele, além de se ter habilitado para os lugares de letras, obteve a concessão duma carta de brasão.

O bacharel Joaquim António de Sousa e Ribeiro, natural do Ramalhal, termo de Alvaizere; pretendeu, em 1779, habilitar-se para os lugares de letras, e, nesse sentido, requereu a El-Rei, em 1779, para ser admitido a ler no Desembargo do Paço, declarando no seu requerimento ser irmão do bacharel Manuel Vaz Ribeiro e filho legítimo do capitão Manuel Vaz Ribeiro e D. Maria Teodósia, do lugar do Ramalhal; neto paterno de Pedro Vaz e Luísa Ribeiro, naturais de Vila Nova, materno de Teodósio Vaz da Silveira e Mariana de Sousa, do lugar do Cabaço, termo de Vila Nova de Puços.

O bacharel Manuel Vaz Ribeiro foi juiz de fora em Penela e está junto o requerimento d'ele feito em 1766; d'ele consta que o capitão Manuel Vaz Ribeiro era natural de Puços e sua mulher da Caparrota, termo de Puços, e neto materno de Teodósio Vaz e sua mulher, Mariana de Sousa, naturais da Caparrota, termo de Vila Nova de Puços (sic). Procedeu-se à inquirição de testemunhas e o corregedor de Tomar, em officio de 9 de Maio de 1766, informava que os membros da família do referido bacharel Manuel Vaz Ribeiro «são puros e legítimos cristãos velhos sem fama ou rumor em contrário e não tem raça de cristão novo nem de mouro mulato, ou doutro infecta nação, e consta também que o pai do habilitando no estado de solteiro e tempo em que assistiu em casa de seu irmão Manuel Vaz no impedimento do criado d'este, às vezes lavrava nas terras do dito seu irmão e que seus avós, paterno e materno, foram lavradores, porém este cultivava as suas fazendas pelos seus criados, e aquele, no seu princípio, as lavrava por si e depois de ter filhos, estes e seu criado lhe faziam a lavoura e pela informação particular me consta o mesmo e que este pretendente não é casado e é de boa vida e costumes»¹.

¹ *Leitura de Bacharelis*, maço 41-J, n.º 16.

Nomeado juiz de fora para Penela em 24 de Janeiro de 1778 (*Mercês de D. Maria primeira*, liv. II, fls. 239), dois anos e meses depois de lá estar, requeria o hábito de Cristo, alegando os serviços próprios e os de seu pai que foi capitão de ordenanças.

Não obteve porém deferimento¹.

Mais feliz foi ele e o irmão na concessão de brasão de armas.

Com efeito, Manuel Vaz Ribeiro, e seu irmão Joaquim António de Sousa Ribeiro, bacharéis formados pela Universidade de Coimbra, o primeiro juiz de fora em Penela e o segundo ouvidor de Águas Belas; naturais do Ramalhal, termo de Alvaiázere, filhos do capitão Manuel Vaz Ribeiro e de sua mulher D. Maria Teodósia; netos paternos de Pedro Vaz e de Luisa Ribeiro e maternos de Teodósio Vaz da Silveira e de Mariana de Sousa Vasconcelos, obtiveram como brasão de armas: Um escudo esquartelado; no primeiro as armas dos Sousas, no segundo as dos Ribeiro, no terceiro as dos Silveiras, e no quarto as dos Vasconcelos. Brasão passado a 22 de Julho de 1782. Registado no Cartório da Nobreza, liv. III, fl. 58².

Tal é o brasão, ainda hoje visível no Souto, apesar da casa respectiva ter passado de possuidores.

O processo de justificação destes Drs. Ribeiro encontra-se no *Cartorio da Nobreza*, m. 18, n.º 20.

Despachado em 3 de Junho de 1782, sendo também requerente o p.º Bernardino Ribeiro de S. José, irmão dos anteriores, presbítero do hábito de S. Pedro e coadjutor na freguesia dos Mártires, de Lisboa, apresentaram os requerentes a sua habilitação para os lugares de letras. Instruíram ainda o seu processo com certidões de seus baptismos, e dos recebimentos de seus pais e avós.

Também ao capitão-mor, nosso conhecido, José António Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos foi passada carta de brasão em 6 de Agosto de 1753³. É declarado natural da quinta da Eira, freguesia de Paio Mendes, filho de Manuel Camelo de Carvalho, que também foi capitão-mor de Dornes e de sua mulher D. Maria Josefa Perpétua Cotrim Saraiva de Carvalho; neto paterno de Manuel Camelo Gueifão e de Gerarda Camelo de Carvalho; neto materno de António Saraiva de Matos e de sua mulher Maria Carvalho. O seu brasão tinha as armas dos Camelos, Carvalhos, Cotrins e Vasconcelos.

¹ *Decretamentos de Serviços*, m. 213, n.º 35.

² *Arquivo Heráldico*, p. 513.

³ *Cartório da Nobreza*, livro particular, fl. 62, citado no *Arquivo Heráldico*, p. 363.

Mais tarde pretendeu habilitar-se para a Ordem de Cristo. Para esse efeito foram, em 22 de Outubro de 1760, inquiridas na Frazoeira, as testemunhas seguintes: o capitão António Carvalho Garcia, morador no Outeiro da Frazoeira, de 47 anos de idade. No dia seguinte foi inquirido António Mendes Pereira, também do Outeiro da Frazoeira, de 66 anos; Manuel Colaço, também natural do Outeiro, de 78 anos e António Frasão de Sousa, da Frazoeira, de 63 anos, todos os quais assinaram os respectivos nomes, assim como o P.^o Manuel Inácio de Sousa, de 52 anos, morador no Outeiro.

Foi-lhe concedido o hábito de Cristo em Junho de 1761¹.

Ainda agraciados com cartas de brasão foram: Bento de Vasconcelos Parada e Sousa e o nosso já bem conhecido Gregório Alexandre de Vasconcelos e Sousa, do Beco.

Bento de Vasconcelos Parada e Sousa, natural do lugar do Beco, termo de Dornes, filho de António de Vasconcelos Parada e Sousa Cotrim, e de sua mulher D. Maria Josefa de Miranda; neto pela parte paterna do capitão Manuel Esteves de Gois e de sua mulher D. Catarina de Sousa Vasconcelos Cotrim; bisneto de *Luiz Mendes de Vasconcellos* e de sua mulher D. Mariana de Sousa e Vasconcelos; 3.^o neto do Dr. *Manoel Mendes de Vasconcellos* e de sua mulher D. *Luiza Barroso de Sá*; 4.^o neto de *Payo Mendes de Vasconcellos* e de sua mulher D. Brites de Sousa, senhores que foram do castelo chamado de Paio Mendes.

Um escudo esquartelado; no primeiro e quarto quartéis as armas dos Sousas do Prado, no segundo as dos Vasconcelos e no terceiro as dos Cotrins. Brasão passado a 19 de Fevereiro de 1783. Registrado no Cartório da Nobreza, liv. III, fl. 86 v².

Gregório Alexandre de Vasconcelos e Sousa, do lugar do Beco, termo da vila de Dornes, filho do Dr. Gregório Heitor de Sousa, provedor da comarca de Miranda do Douro, e de D. Simpliciana Teresa de Vasconcelos; neto paterno de Roque de Brito e de D. Maria de Sousa e materno de Miguel de Sousa Caldeira e de D. Mariana Cotrim de Vasconcelos.

Um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Sousas e na segunda as dos Vasconcelos. Brasão passado a 20 de Junho de 1792. Registrado no Cartório da Nobreza, liv. IV, fl. 253³.

Dêsses fidalgos do termo de Dornes só no *Cartório da Nobreza*

¹ *Habilitações de Cristo*, m. 21, n.^o 12.

² *Arquivo Heráldico* de Sanches de Baena, p. 108.

³ *Arquivo Heráldico*, p. 215.

encontrámos o processo referente a Bento de Vasconcelos, notando-se que o original da carta de brasão passada a Gregório Alexandre se encontra no processo de seu neto Higino Oto de Queiroz e Melo. Por ele se vê que, quer o requerente, quer seu irmão João, vieram habitar para Tôrres Novas, emigrando António Joaquim de Vasconcelos Parada e Sousa para o Rio de Janeiro. Para a sua justificação apresentou duas espécies de provas: a testemunhal, em 1764, sendo inquiridos no Beco Manuel de Andrade, Inácio de Brito e Sousa, Mateus Rodrigues e José Mendes de Magalhães Perdigão e a prova documental.

Esta, apresentada por 1783 a um notário de Tôrres Novas, consistiu em duas certidões de brasão: a primeira, dum brasão passado a Luís Cotrim de Sousa, em 1623, que se encontra impressa no *Arquivo Heráldico Genealógico* de Sanches de Baena, p. 666, variando apenas no apelido da mulher de Filipe Mendes de Vasconcelos que no impresso se diz ser Ana Dias Cotrim e no documento apresentado Ana Mendes Cotrim; no final do impresso também se não encontra a indicação do registo no *Livro da Nobreza*, o que no outro aparece. Em segundo lugar foi a certidão do brasão passada a António Rodrigues Cotrim; igualmente impressa na obra de Baena, a p. 612, devendo notar-se que na pública-forma houve evidente salto duma geração, e data do mês, que em Baena é Março e no outro documento Maio. Quando de espaço tratarmos dos *Cotrim*s nos referiremos a estes documentos, notando porém desde já que não se provou, nem podia provar, que Bento de Vasconcelos fôsse descendente de quem deu o nome à povoação *Paio Mendes*. A ascendência do Dr. Manuel Mendes de Vasconcelos já a estudámos no séc. XVII.

Parece que o pai dêste Bento habitou no Beco na casa fundada por Luís Cotrim, com o seu brasão sobre o portal.

Apesar de não ter residência no termo de Dornes, por ser descendente de pessoas de lá, apontaremos também aqui Marcelino Pereira Cleto Cortês da Silva e Vasconcelos, juiz de fora em Santos, ao qual foi passada carta de brasão em 6 de Junho de 1778, que se pode ver no *Arquivo Heráldico*, a p. 516, e cujo processo respectivo do *Cartório da Nobreza* temos na nossa frente. Declarou-se no requerimento filho de D. Francisca Joaquina do Nascimento e Vasconcelos e de Silvério Pereira; neto do capitão João Francisco da Silva e de D. Joana de Vasconcelos; bisneto de Diogo Mendes de Vasconcelos, natural do Beco, e terceiro neto doutro do mesmo nome, descendente de Filipe Mendes de Vasconcelos, tocando-lhe por isso o direito de usar as armas dos *Vasconcelos*, *Sousas* e *Cotrim*s.

Eram irmãos do requerente: José Manuel Pereira Cortês da Silva e Vasconcelos, bacharel formado em cânones e notário do Santo Officio; bacharel Luís José Pereira Cleto de Vasconcelos, opositor aos lugares de letras; Vicente José Pereira de Vasconcelos. Todos viviam na quinta do Salgueiro, termo de Leiria.

Como prova dos seus direitos apresentaram os documentos seguintes: certidão de baptismo dum dos requerentes, da qual consta que, a 7 de Outubro de 1740, nasceu José, filho de Silvério Pereira, natural de Santozico, freguesia de Santa Maria do Arrabalde, e de sua mulher Francisca Joaquina de Vasconcelos, natural da Barrocária, freguesia de Nossa Senhora do Ribeiro do Olival, moradores na Barreira, freguesia de Santa Catarina da Serra; neto paterno de José Pereira, natural de Santozico, e de sua mulher Domingas Jorge, natural da Barreira; neto materno de João Francisco, natural das Quintas, freguesia do Olival e de sua mulher Joana de Vasconcelos, natural da Barrocária. Realizou-se o baptizado a 17 dos sobreditos mês e ano, sendo padrinhos o Dr. Manuel Cortês da Silva, tesoureiro-mor da Sé de Leiria, e Teresa Joaquina de Vasconcelos, mulher de Manuel Faria Pereira, da aldeia de Santa Teresa, freguesia de Nossa Senhora da Purificação das Freixiandas.

Da certidão do requerente Marcelino consta que elle nasceu a 13 de Dezembro de 1743, foi baptizado a 23, sendo padrinho o Dr. Marcelino Pereira Cleto, seu tio, desembargador da Relação ecclesiastica de Braga.

! Padrinho de importância, como se vê!

Da certidão do requerente Luís consta que nasceu a 25 de Agosto de 1753, foi baptizado a 29 pelo padre Marcelino Pereira Cletó, abade da freguesia de Entre Ambos os Rios.

Da certidão do requerente Vicente consta que elle nasceu a 24 de Agosto de 1757, tendo sido padrinhos António José e Rosa Bernarda, filhos do capitão João Francisco Cortês, moradores na Quinta de Santa Bárbara.

Da certidão de baptismo e recebimento da mãe dos requerentes consta que, a 15 de Abril de 1721, foi baptizada Francisca, filha de João Francisco da Silva e de sua mulher, moradores na Barrocária, freguesia do Olival, sendo padrinho o Dr. Francisco Ferreira, natural e morador em Leiria. Essa senhora, D. Francisca, casou a 8 de Junho de 1739 na capela de S. José, do lugar da Barrocária.

Da certidão do baptismo e recebimento da avó dos requerentes consta que, a 30 de Agosto de 1693, foi baptizada Joana, filha de Diogo Mendes e de sua mulher Mónica Pereira, do Bairro de Santo

Agostinho de Leiria, sendo padrinho o deão João da Silva e Sousa. Casou a 14 de Novembro de 1707.

Da certidão de baptismo do bisavô, morador na quinta da Aldeia Nova, termo de Ourém, consta que, na igreja de S. Miguel das Colmeias, foi baptisado a 8 de Março de 1664, Diogo, filho de Diogo Mendes de Vasconcelos e de Maria Francisca.

Além destes assentos apresentou Marcelino Pereira Cleto publicas-formas das certidões dos brasões passados a Luís Cotrim de Sousa e António Rodrigues, tal qual fizera Bento de Vasconcelos Parada, cuja justificação citou e vem transcrita neste processo. Foram inquiridas a mais as testemunhas seguintes: José António de Alvarenga Barros, professo na Ordem de Cristo; Agostinho da Silva Campos, estudante da Universidade de Coimbra; Sebastião José Taborda, procurador de causas; bacharel António José de Carvalho Pimentel, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, opositor aos lugares de letras, natural da Frazoeira, de 51 anos de idade. Por estes motivos pois, lhe foi passada carta de brasão: escudo esquartelado, no primeiro e quarto quartéis as armas dos Vasconcelos, no segundo as dos Cotrins e no terceiro as dos Sousas.

Mais de espaço nos referiremos aos dados ministrados por este processo, salientando desde já que ficou por provar a ascendência dos habilitandos além da terceira geração e que é típico o depoimento duma das testemunhas em que declara os habilitandos parentes de Filipe Mendes de Vasconcelos.

Deixemo-la em paz, se fôsse preciso declarava-os parentes de Noé!

Da vida dum primo do Bento de Vasconcelos chega-nos um episódio pouco edificante, se bem que envolto em mistério.

Em 1758 Quitéria Maria Freire, assistente no Castelo de Paio Mendes, nas casas de Francisco Ponce de Lião e Mendanha, apresentou em juízo uma queixa contra João de Vasconcelos Parada e Sousa e seu primo Bento Coelho de Vasconcelos que lhe arrombaram uma janela, desfechando-lhe o Bento uma pistola que errou fogo¹. Por tal motivo esteve dois anos na prisão. Mas João de Vasconcelos, acusado de ter raptado uma filha do Ponce de Lião, acusava-o por sua vez de usar de todos os meios para obstar ao seu casamento com D. Josefa Maurícia de Vasconcelos, a fim de continuar a administrar os bens pertencentes a esta, por falecimento de sua mãe, o que, sem dúvida alguma, era para elle mais rendoso!

¹ Arquivo do Desembargo do Paço; Côrte, Estremadura e Ilhas.

Fôsse porêem como fôsse o certo é que o corregedor de Santarêm informava, em 4 de Setembro de 1760, que, tendo mandado os seus officiaes a Paio Mendes para prenderem Francisco Ponce, «pôs-se em resistência com armas de fogo e ajudado duma filha natural e dos juizes ordinários do lugar, o capitão-mor António José Saraiva e Manuel Bernardino, zombaram dos ditos officiaes, os injuriaram e descompuseram».

Muito interessante é a questão por causa da sepultura de Paulo Heitor, chamada *a dos Frisos*.

O Dr. Joaquim António de Sousa Ribeiro, do lugar do Souto, requereu a posse da sepultura de Paulo Heitor, alegando que dêste fôra bisneto José de Vasconcelos e Sousa Cotrim, o herdeiro dêste foi o capitão Manuel Vaz Ribeiro e sua mulher D. Maria Teodósia de Vasconcelos e Sousa, do Ramalhal, de quem Joaquim António era filho. Em 1791 obteve deferimento. Todavia Teotónio Mendes de Carvalho, como representante de sua mulher Maria Josefa de Carvalho e Sousa, e Gregório Alexandre Caldeira de Vasconcelos e Sousa, requereram a posse da mesma sepultura, alegando serem netos em 4.º grau de Paulo Heitor e por isso foi suspenso o despacho a favor do Dr. Joaquim António de Sousa Ribeiro, em 1793, sendo finalmente decidido a favor do bacharel Teotónio Mendes de Carvalho e de Gregório Alexandre, em 1794¹.

Também em 1721, Marcila Carvalho, mulher do inquiridor Tomás Carvalho de Sousa e irmãos, demonstraram serem descendentes e representantes para o efeito da posse duma sepultura pertencente ao Dr. Manuel Carvalho da Silva.

Um freire da Ordem de Cristo foi Bartolomeu Álvares Frazão, que depois de professo se chamou fr. Bernardo de Sousa Frazão, e morreu no convento de Tomar em 20 de Dezembro de 1767.

Era natural da Frazoeira, filho do L.^{do} António Frazão Furtado e de Maria Heitor de Sousa; neto paterno de Sebastião Furtado e de Guiomar Frazoa; neto materno de Paulo Heitor de Sousa e de Maria Mendes. Para a sua habilitação foram inquiridos, em 30 de Junho de 1704: fr. Miguel Saraiva de Matos, vigário de Dornes, de 51 anos de idade, que afirmou ter o habilitando 18 anos de idade; Inácio Mendes de Brito, morador na Frazoeira, de 45 anos; André da Fonseca, natural de Frazoeira, de 56 anos; José de Almeida, natural de Lisboa, mas morador na Frazoeira haverá 44 anos; José

¹ *Tombo das capelas*, no arquivo paroquial do Beco.

Carvalho, natural e morador na Frazoeira, de 44 anos. Todas estas testemunhas assinaram o seu nome¹.

Também, em 6 de Março de 1793, foi despachado o requerimento em que António Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos pedia dispensa de tempo para professar na Ordem de Avis, alegando ter já três meses de noviciado, ser de mais de vinte e nove anos de idade e ter a mãe muito velha².

Um familiar do Santo Officio, natural do termo de Dornes, foi Lucas de Mures Monteiro, fidalgo da casa de el-rei; baptizado na igreja de S.^{to} Aleixo do Becó, filho do desembargador Manuel de Mures Monteiro, baptizado na igreja de S. João de Tomar, e de D. Maria Antónia de Alvélos e Sousa, baptizada na igreja do Beco; meio irmão do Dr. Luís de Mures Monteiro, abade de S. João da Madeira, familiar do Santo Officio; neto paterno do Dr. Agostinho de Mures Monteiro, de Monforte e neto materno de Manuel de Alvelos Ribeiro e de D. Maria Mendes de Sousa, baptizados na igreja do Beco.

Foi o seu requerimento despachado em 1718 e no Beco foram inquiridas as testemunhas seguintes: Álvaro Ferreira de Carvalho, morador na Rebalvia, de 73 anos; Francisco Mendes, Roque de Brito, Guilherme Carvalho; o P.^o Manuel Ferreira, da Madroeira, todos os quais assinaram os seus nomes.

Juntou certidões donde consta que, em 31 de Março de 1686, foi baptizado o pretendente, sendo seu padrinho Tomás de Sousa e que os pais do habilitando se casaram por procuração em Vila Viçosa.

Não nos preocupamos com a inquirição de Tomar, que nos não interessa.

Lucas de Mures Monteiro, que residia em Tomar, foi aprovado para familiar, sendo-lhe passada carta em 5 de Outubro de 1720³.

Como manifestação da vida individual das pessoas abastadas citaremos o testamento de Máxima Camelo de Carvalho, solteira, do Beco, prima do Rev.^{do} Leonardo Camelo de Carvalho, sobrinha de Manuel Mendes Camelo, do Rev.^{do} António Camelo e das irmãs dêste, Veríssima, Serafina e Marçalina, prima do capitão António Camelo, filho de José Mendes de Vasconcelos os quais tinham já todos morrido assim como as irmãs da testadora, Feleciana, Iria, Veríssima, Mariana e Jerónima. Entre os contemplados neste testamento figuram as duas filhas mais velhas do monteiro-mor Francisco António Camelo,

¹ *Habilitações de Cristo*, letra B, m. 13, n.º 7.

² *Habilitações de Avis*, letra A, m. 3, n.º 6.

³ *Habilitações do Santo Officio*, m. 1, n.º 12, Lucas.

da quinta do Carvalho; o afilhado da testadora Leonardo Camelo de Carvalho, filho do capitão Gerardo Carvalho; D. Ana, filha do Dr. João Alberto de Paio Mendes; D. Rosa de Vasconcelos, filha de Francisco Ponce de Leão; Jerónimo José da Silva, das Courelas; Gregório Alexandre Caldeira, filho do Dr. Gregório Heitor, da Rebalvia; P.^o Leonardo Roberto Rodrigues e Sousa; a D. Maria Teodora, filha do Dr. Gregório Heitor, da Rebalvia deixa um aderêço *que consta de brincos de pescoço e orelhas, com diamantes*; sua irmã D. Leonarda Camelo de Carvalho, da quinta da Eira. A data dêste testamento é de 29 de Abril de 1779¹.

Da instrução oficial sabemos que ao findar o século cujo estudo temos feito existia no termo de Dornes uma escola de primeiras letras, na qual superintendia a *Real Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas d'estes reinos e seus senhorios*, criada pela carta régia de 17 de Dezembro de 1794².

População como a do termo de Dornes não podia evidentemente estar sem quem a curasse nas suas enfermidades. E com efeito, ao lado dos *cirurgiões*, uma espécie de curandeiros, dos quais conhecemos Manuel Eugénio Correia da Silva, residente no Outeiro do Marco, havia de certa época para cá um médico.

Sabemos que até 1783 o foi Filipe da Cruz, com o ordenado anual de trinta mil réis.

Em Novembro de 1783, porém, foi despachada no Desembargo do Paço³ uma petição dos oficiais da câmara, nobreza e povo de Dornes e seu termo, em que pedem autorização para elevar o partido médico de 30 mil réis a 60, pois que se achava vago o partido. Foi determinado sobre êste assunto que o Provedor da comarca informasse com o seu parecer. Para isso ouviu êste a nobreza e povo do termo de Dornes, cuja resposta foi assinada pelos juizes ordinários: António José de Brito e Castro e José Pedro de Sequeira; vereadores Manuel de Figueiredo, António Coelho da Silva da Câmara; procurador do concelho José de Oliveira. Isto por um lado, e por outro como nobreza do termo de Dornes: Joaquim José Pessoa de Almeida, Manuel Bernardino Cotrim de Carvalho, Gregório Alexandre Caldeira, Inácio Evaristo, Liberato António de Lora, José António de Carvalho, Gregório Heitor de Sousa, José António de Carvalho, João

¹ *Tombo das capelas do Beco.*

² *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 1, pág. 646.

³ *Côrte, Extremadura e Ilhas.*

Mendes Delgado, Estêvão José de Carvalho Ramos e Fonseca, Manuel Carvalho da Silva Flores, André Martins de Sousa, João Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos, José António de Figueiredo e Vasconcelos, José Mendes Delgado, Alexandre José de Brito e Castro, Bernardo Carvalho, Francisco Camelo Saraiva Cotrim de Carvalho e Vasconcelos, Francisco Ponce de Leão e Mendanha, Bernardino Martins Ferreira, Manuel Correia, José Simões Paraíso, e o capitão Francisco Heitor Pereira.

Obtiveram provisão em 14 de Março de 1784.

É de prever que não faltasse o competente boticário. Em 1791 era-o Manuel de Figueiredo e Vasconcelos, do Beco, filho de Paulo Heitor de Sousa, morador em Ribelas, neto do Dr. Tomás Heitor de Sousa e bisneto do Dr. Manuel Heitor de Sousa. Por sinal que, em 1792, teve grande questão judicial com sua irmã Máxima Caetano de Vasconcelos, por causa do prazo da Quinta da Mata, pertencente à comenda.

No que a experiência ensina que não daria grande prova de senso.

(*Continua*).

ANTÓNIO BAIÃO.

D'une manière de fabriquer les haches néolithiques¹

On m'a donné à Ervedal do Alentejo² un objet de fibrolithe qui nous fait connaître une manière de fabriquer les haches néolithiques que je n'ai pas encore vu signalée dans les traités généraux de préhistoire³. Du moins ceux qui se sont occupés des antiquités portugaises ne la mentionnent pas: c'est pourquoi je viens vous en entretenir un moment.

Cet objet, dont vous avez ici un moulage, est à Lisbonne au Musée Ethnologique Portugais; il se présente à nous sous la forme de deux haches polies en voie de formation. Pour les haches ordinaires, on détachait d'un bloc de pierre un fragment, on le taillait, on le polissait, et il en résultait une hache unique; ici, au contraire, on a voulu fabriquer d'emblée deux haches avec une seule pierre — qui était peut-être un cailloux roulé — dont on a poli les faces extérieures, et au tour de laquelle on a pratiqué un sillon avec du sable humide et

¹ Note lue au Congrès International d'Archéologie, session de Rome (Octobre, 1912).

² Voir *O Arch. Port.*, xvii, 286.

³ Cf. cependant Schenk, *La Suisse préhistorique*, pp. 330-331; mais les faits qu'il constate ne sont pas absolument de la même nature que celui dont je parle.

un morceau de bois pour la diviser en deux parties à peu près égales. On découvre encore au fond du sillon les stries produites par les arêtes du quartz. Les faces intérieures des haches se polissaient au fur et à mesure du sciage. Quand ce travail était terminé,



on devait détacher les deux haches l'une de l'autre en introduisant dans le sillon un coin de bois sur lequel on frappait; ensuite on faisait disparaître par frottement les aspérités qui en résultaient: et l'artisan obtenait enfin deux instruments parfaits. Voir la figure ci-jointe¹.

*

Lors de mon passage à Toulouse, quand je me rendais à Rome, en Septembre 1912, j'ai montré un moulage de l'objet à M. Émile Cartailhac, à qui l'archéologie préhistorique du Portugal est si familière: il en a indiqué tout de suite la vraie signification, sans hésiter un seul instant. M. Valdemar Schmidt, le savant directeur du Musée de Copenhague, que j'ai rencontré à Rome au Congrès, quand il vit le moulage, non seulement s'écria: «c'est un objet unique au monde!», mais m'autorisa à déclarer en son nom qu'il lui reconnaissait la même destination que moi. D'autres archéologues, également grands connaisseurs de l'ethnographie néolithique, M. L. Coutil, ancien Président de la Société Préhistorique Française, M. H. Müller, Directeur du Musée de Grenoble, etc., m'ont tenu le même langage que MM. Cartailhac et Schmidt.

Seul M. L. Pigorini a émis des doutes sur mon interprétation; malgré sa grande autorité, je me permets de dire que je suppose qu'il a tort, la destination de l'objet en question me semblant tout-à-fait évidente. Si cette pierre ne constitue pas deux haches en voie de fabrication, qu'est-ce qu'elle constitue? Et si l'on continuait à scier

¹ Photographie de M. Joaquim Fontes.

la pierre de manière à détacher l'une de l'autre les deux parties, qu'en résulterait-il sinon deux haches polies?

Les personnes intéressées auxquelles il ne serait pas facile de venir à Lisbonne voir cette curieuse pièce, pourront examiner un des moulages que j'ai offerts aux Musées préhistoriques de Toulouse, de Rome et de Copenhague.

J. L. DE V.

Belem

(Apontamentos literário-histórico-arqueológicos)¹

I

Topografia belenense

1. Termo de Lisboa.—Os sítios onde principia o termo: Portas de Santa Apolónia—do Convento de Arroios—Arco do Cego, e Char-neca—S. Sebastião—Estrada do Seabra—Conde de Anadia—Campo de Ourique até a Fábrica da Pólvora em Alcântara—Penha de França—as do Mirante da Ajuda até o Arco do Bom Sucesso.

Vej. *Formulário das novas licenças do que se deve pagar à Fazenda do Senado da Câmara*, etc. Lisboa 1826, in-fol.

2. Freguesia de S. Pedro de Alcântara.—Terá princípio o distrito desta Paróquia, estabelecida novamente em Alcântara, na parte superior da Calçada de Santo Amaro, descendo por um e outro lado da Travessa que vai sair na Junqueira, voltará sobre o lado direito até a Travessa do Saldanha; e retrocedendo por uma e outra parte de toda a Rua Direita até chegar ao Adro da Igreja das Religiosas do Sacramento, seguirá por ambos os lados a Calçada do mesmo nome e das Necessidades até o muro da Quinta dos Possolas exclusive; e

¹ [Os presentes apontamentos ou curiosidades fazem parte duma copiosa coleção que o official da Biblioteca do Paço da Ajuda, Rodrigo Vicente de Almeida, de espirito investigador († 1902), ordenou por verbetes, com o título de BELEM, dispostos segundo os assuntos (topografia, cronologia, estabelecimentos pios, teatros, aulas, etc.), e deixou manuscrita; coleção que, havendo chegado às mãos da Ex.^{ma} D. Sofia Viterbo, por esta esclarecida Senhora me foi espontaneamente oferecida para *O Archeologo*. Eu escolhi os apontamentos que me pareceram mais dignos de publicidade, e aqui os começo hoje a dar a lume. Conquanto soltos, entendo que podem servir de alguma utilidade aos estudiosos. Pela minha parte declaro que não os alterei em nada; apenas os numerei, lhes dei o sub-título, e melhorei a pontuação. Por BELEM deve entender-se o antigo concelho do mesmo nome. Os verbetes que não aproveito restituo-os à dona, e o mesmo farei dos restantes, depois de impressos.—J. L. de V.]

retrocedendo ao largo da Igreja das Necessidades, percorrerá pela Rua da Triste Feia; e subindo pela Rua de S. Francisco de Borja, voltará pelo lado esquerdo da Torrinhã até as Escadinhas da Fonte Santa: seguirá o caminho que passa junto da Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres até sair à margem do Rio de Alcântara; e pela parte Ocidental lhe pertencerá do mesmo Rio até as Quintas do Conde de Oeiras inclusive, e daqui em direitura ao muro da Tapada de S. Majestade; donde vindo procurar as Pedreiras e Fornos de Cal de Guilherme Stephens, lhe pertenceram também as seguintes ruas: Rua da Tapada até o Arco, Travessa do Fiuza, Rua do Príncipe, Rua da Fábrica da Pólvora, Rua das Pedreiras, Rua dos Tanques, Praia do Calvário, e tudo o mais, que se comprehende neste distrito.

A essa Paróquia se acrescentou parte da freguesia do Salvador, quando existia na igreja do Senhor Jesus da Boa Morte, e algumas propriedades na Junqueira até a Travessa do Saldanha exclusive, que eram da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Conta ao presente 1:297 fogos e 4:769 pessoas.

Vej. *Plano da divisão e translacção das Paróquias de Lisboa* .. em 19 de Abril de 1780.

5. Freguesia de Alcântara. — (Extramuros), População.

Fogos, 1:076.

Pessoas do sexo masculino 1:715 }
Pessoas do sexo feminino 1:998 } 3:713.

Vej. *Relatório e contas da ... cam. de Belém*, (1865), p. 75.

População no 1.º de Janeiro de 1864.

Fogos (Extramuros), 1154.

Pessoas do sexo masculino 2:374 }
Pessoas do sexo feminino 2:357 } 4:731.

4. Rio de Alcântara. — Rio na provincia da Estremadura, comarca de Lisboa, o qual passando por baixo do grande arco do famoso Aqueduto das Aguas Livres, e correndo na direcção do nascente para o poente entra no Tejo, junto à freguesia de S. Pedro (em Alcântara) da cidade de Lisboa, fora das portas da mesma cidade.

Vej. *Diccionario Estatístico-geográfico do reino de Portugal e Algarve*, por José Joaquim Lial. Lisboa 1822, fol.

5. Sítio e Ponte de Alcântara. — «Nuno Alvares Pereira, que se inflammava todo em hũ ardētissimo dezejo de servir ao seu Principe, observava vigilante os movimentos do inimigo (hespanhol); e sendo informado que sahião a terra nos bateis abaixo da Cidade, em sitio

aonde não erão vistos dos muros; e hião pelas vinhas buscar uvas, e outros refrescos, dezejou ir esperallos, e tentar, se se offerecia alguma occasião de jugarem as armas; para este effeito descobrio em segredo o seu pensamento a seu cunhado Pedro Affonso do Casal, cavalleiro valeroso, e a hum Clerigo, de quem era hospede, aos quaes como achasse promptos para o acompanharem, falou a outros amigos, e parentes, que juntos aos seus escudeiros fizerão o numero de vinte e quatro lanças de cavallo, e trinta piães bésteiros, e sahindo com todos da Cidade huma madrugada forão-se pôr o mais accultamente, que puderão, aonde chamão a ponte de Alcantara, a esperar se sahão por alli alguns Castelhanos; e terião esperado pouco mais de huma hora, quando viram remar hum batel com até vinte homens, que sahindo fóra, e entendendo não serem vistos, caminharão direitos ás vinhas, de que havião então muitas por aquella parte; mas dando sobre elles Nuno Alvares, facilmente voltárão a praya correndo quanto podião; e com a mesma velocidade lançando-se todos á agoa, livrarão da morte fugindo no seu batel». Isto foi em Março ou Abril de 1382.

Vej. Fr. Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, t. VIII, p. 366 (edição de 1727).

6. Casal do Rolão.—(Alcântara). Na *Monarquia Lusitana*, parte VIII, liv. XII, cap. VII, diz que el-rei D. Fernando I nomeou «copeiro mór Affonso Ribeiro; consta por uma Carta de mercê do Casal do Rolão junto á ponte de Alcantara, reguengo de Algez», dada em Lisboa a 18 de Dezembro, era de 1418 (Ano de Cristo 1380).

7. Alcântara.—Quinta do Cabrinha: é a continuação da Rua da Fábrica da Pólvora em Alcântara, e confina com a estrada do Arco do Carvalhão.

Vej. *Itinerario Lisbonense*, 1824, p. 141, 8.º

8. Quinta de Matias de Albuquerque em Alcântara, onde este esteve preso a última vez que veio da Índia, onde fôra vice-rei.

Vej. Fr. Pedro Maldonado, na *Primera parte de Consuelo de Justos*, Lisboa 1609, 4.º, na dedicatória a D. Filipa da Madre de Deus, viúva do dito Matias de Albuquerque.

9. Junqueira.—Há uns trinta anos dizia um jornal estrangeiro que os portuguezes residentes em Lisboa, quando enriqueciam por meio do comércio, compravam ou mandavam fazer uma casa na Junqueira, sítio muito agradável e de ares puros.

10. Ponte da Junqueira.—Nos *Almanaques de Lisboa* de 1782 a 1786 vem: «O cavalleiro de Lebzeltern, (enviado ou plenipoten-

ciario) do Emperador Rei da Hungria, mora no princípio da ponte da Junqueira». Nos seguintes diz só: «Na Junqueira».

A *Gazeta de Lisboa*, (2.º suplemento), de 15 de Novembro de 1794, anuncia a venda da casa em que ainda morava o dito cavalheiro na Rua Direita da Junqueira.

11. Junqueira.—Cancioneiro popular:

Adeus, Rua da Junqueira,
Hei-de mandar-te calçar
Com pedras de diamantes
P'ra o meu amor passar.

12. Quinta das Águias, Junqueira.—A Quinta das Águias, na Junqueira, é uma das melhores do concelho; deve o nome às águias de mármore que rematam as colunas da entrada principal.

Vej. J. J. Baptista de Oliveira, *Corografia moderna*, t. IV, p. 415.

13. Belem.—Este sítio, que era antigamente um subúrbio de Lisboa, denominado Restelo, deixou de o ser desde que El-Rei D. José o incorporou à cidade. O terremoto e incêndio de 1755 tendo destruído o palácio real da Ribeira, foi este monarca habitar temporariamente o chamado *Barracão*, no alto da Ajuda, não sendo as quintas reais, sitas perto do rio, suficientes para alojar toda a sua numerosa comitiva.—Situada na margem direita do Tejo, começou a embelezar-se desde a expedição de D. Vasco da Gama para a descoberta e conquista das Índias e África Oriental em 1497, em comemoração do que El-Rei D. Manuel fundou a Igreja e convento de S. Jerónimo, digno monumento de tal façanha. Igualmente fez este afortunado monarca erigir, sobre o frontispício da porta principal da igreja, a estátua do Infante D. Henrique, autor de tantas descobertas.

Vej. P. P. da Câmara, *Descrição Geral de Lisboa em 1839*, p. 123.

14. Restelo o Velho. 1854.—Fr. Manuel dos Santos, na *Monarquia Lusitana*, t. VIII, liv. XXIII, cap. XX, p. 577, falando da armada dos castelhanos que estava em Lisboa em meado de 1384 diz: «A armada castelhana... sendo manhã, se preveu de muito boa gente de armas do seu exercito, e foram todos pôr-se aonde chamavam Restelo o velho, etc.».

15. Restelo, seu verdadeiro lugar, e significação do nome.—No dia 19 de Julho de 1415, fizeram-se as exéquias pela rainha D. Filipa, mulher de D. João I. «Feitas suas exequias, em Odivellas os infantes se partiram d'ali acompanhados daquelles senhores, e fidalgos, e

se foram para uma aldea, que está acima daquela igreja que o infante D. Henrique mandou fazer, que chamam Santa Maria de Belem, e a aldea ha nome Restello, por amor daquela ancoração que ali está, que se chama por esta mesma guisa, e ali estiveram até que a frota partiu».

Vej. Fernão Lopes, *Crónica de el-rei D. João I*, Lisboa 1644, parte III, pp. 145-146.

Segundo o mesmo historiador (na mesma página), na noite seguinte a êsse dia falaram os infantes entre si que maneira deviam ter acerca de seus feitos.

16. Restelo. 1415.—«Os Infantes tanto q forão em Restelo, como já ouuistes (vej. outro verbete de Restelo extraído de Fernão Lopes), falarã logo antre sy que maneira deuião ter acerca de seus feitos, e acordaram q era bẽ de irẽ falar a seu padre, a qual cousa logo em aquella noite seguinte (21 de Julho de 1415) pozerão em obra, co pouco mais de mea noite mãdarã fazer prestes os bateis, e se forão a Alhos Vedros em tal guisa, q. quando era manhã estavam com seu padre... (com quem tiveram larga conferência) «E logo os Infantes se tornaram sem outra detença para Restello, e fizeram chamar aqueles do Concelho, que estavam mais prestes... Logo em aquelle dia aquelle conselho foi posto em determinação de guisa q. a noite seguinte ordenarão os Infantes de tornar com resposta de todo a seu Padre»... «Quando os Infantes sentiram de todo a vontade de seu padre, ouuerão grande refrigerio»... «A quarta feira seguinte se meteo ElRey na galé do Conde Don Afonso, e forão-se para elle os Infantes, e muitos daquelles Senhores que ali eram, e veo aquella noite cear, e dormir a Restello»... «No dia seguinte, que era vespóra de Sanctiago, vinte e quatro dias de Julho, partio ElRey dally, e mândou leuar anchora e foi aquella noite acerca de Sancta Catherina.»

Vej. Fernão Lopes, *Crónica de el-rei D. João I*, Lisboa 1644, parte III, pp. 146 a 155.

17. Lugar e significação de Restelo.—Fernão Lopes, na *Crónica de el-rei D. João I* (Lisboa 1644), parte III, pp. 145 e 146, descrevendo as exéquias que se fizeram pela rainha D. Filipa, mulher de el-rei D. João I, diz:

«Ora fazẽdo fim deste capitulo, aveis de saber q̃ tão to q̃ aquella Sãcta Rainha foy posta ẽ sua sepultura, e feitas suas exequias, os Infãtes se partirão dalli acompanhados daquelles senhores, e fidalgos e se foram para huma aldea (em 20 de Julho de 1415), que esta asima daquela Igreja, q̃ o Infante Dom Enrique mandou fazer, que chamão Sancta Maria de Belem, e a aldea ha nome Restello, por

amor daquelle ancoração, que alli está, q̃ se chama por essa mesma guisa, e alli estiverão até q̃ a frota partio, como ao diãte ouvireis».

18. ¿Restelo onde era? 1556.

Damião de Goes, falando do mosteiro de Belem, diz que D. Manuel o fundara uma légua da cidade de Lisboa, *abaixo do Restelo*, por donde se colige que este ficava ao nascente do actual edificio.

Vej. Damião de Goes, *Crónica de el-rei D. Manuel*, 1566.

19. Rastelo.—Fr. António de S. Roman, na *Historia general de la India Oriental* (1603), p. 54, falando do primeiro regresso de Vasco da Gama a Portugal, diz:

«Y assi quando Vasco da Gama llegò al Rastello de Belem (que entonces era una ermita y agora monesterio Real de Geronymos, una legua y fuera de Lisboa) toda la Corte le salio a ver como cosa de milagro. El Rey que no cabia de plazer, le embio a receber con don Diego de Sylva de Menese, Conde de Portalegre, y otros muchos caualleros de su casa y Corte, etc.».

20. Restelo.—Sítio a uma légua de Lisboa, ao poente, onde embarcaram os portuguezes que foram ao descobrimento da Índia, e onde hoje está a igreja consagrada a Nossa Senhora de Belém, mandada edificar por el-rei D. Manuel, e acabada no reinado de D. João III.

Vej. Viale (A. J.) *Bosquejo métrico*, 1886, p. 245. (nota ao canto II, oitava LIX, p. 52).

21.—Soneto

(Feito na praia de Belem em 1821)

Eu te saúdo, ó Praia, ó chão Sagrado,
A quem o Tempo, destruidor potente,
Dos largos ecos da tua Fama ingente
Não pôde inda apagar o extenso Brado:

Daqui saiu o illustre Gama ousado
Virgens mares a abrir co'a proa ardente;
Daqui Pacheco a fulminar o Oriente,
E o vate imenso que os salvou do Fado.

Tu começaste a Lusa-Índica histórica;
E cada areia tua é voz que aclama
Egrégios Feitos, que coroara a Glória:

Resta-te ver de novo um Rei, que te ama,
Para alcançar a mais gentil vitória,
Que soou nunca nos clarins da Fama.

Vej. António José Maria Campelo, *Poesias*, Lisboa 1853, p. 55, 8.º gr.

22. Marinha de Belém.—Em 1704 D. Pedro II encarregou do governo da Marinha de Belém até Cascais a D. Fernando de Mascarenhas, Marquês de Fronteira.

Vej. *História Genealógica*, t. VII, p. 550.

23. Palácio do Conde de Aveiras. 1704.—Em um rol da despesa que se fez com a hospedagem que «...D. Pedro II deu a el-rei Católico Carlos III e a toda sua família nos Paços da Ribeira, que constou de dez mesas, a qual hospedagem teve princípio em 9 de Março até 6 de Maio de 1704 no que despendeu o comprador Valério de Abreu Barbosa 22:011\$818 $\frac{1}{2}$ réis.

Veio o dito Sr. da Campanha, e chegou a Belém às casas da quinta do Conde de Aveiras com toda a sua família em 17 de Dezembro de 1704 e importou a despesa que se fez com a sua mesa, e mesa de estado e mais família, até Julho (26) de 1705 que se embarcou para Catalunha 27:485\$769 $\frac{1}{2}$ réis.

Despendeu mais com a família que ficou depois do seu embarque de 26 de Julho de 1705 até 28 de Abril de 1706, que se embarcaram para Catalunha, 1:009\$952 réis.

Somou toda a despesa 50:507\$540 réis.

24. Casas junto ao mosteiro dos Jerónimos.—«Por Carta de 20 de Janeiro passado, escripta ao Arcebispo de Braga, estando nesse Governo, de que com esta será a copia, mandei que se sobreestasse na obra das casas, que D. Fernão Mariz faz, junto ao Mosteiro de Belem, em qualquer estado que estivesse, até se me dar conta do que na materia era passado e porque tenho entendido que isto se não executou, me pareceu encomendar-vos que deis logo a ordem necessaria para se fazer, sem admittir replica, nem contradição alguma, e com o primeiro correio me avisareis da causa que houve para o suspender.

«E que, vendo a petição do prior e religiosos daquelle Mosteiro, que se havia remettido ao Arcebispo de Braga, e tomadas as informações necessarias, e particularmente de como se deu licença a D. Fernão Mariz para edificar.....(*estão consumidas a maior parte das letras duma linha, mas parece ser o seguinte*): no salgado, pertencendo-me a mim, e me digais o que se vos offerecer que convira ordenar-se, para que aquella casa se conserve na authoridade devida, e os religiosos não recebam molestia—*Cristóvão Soares*». Carta Régia de 10 de Outubro de 1615.

Livro de Correspondência do Desembargo do Paço, fl. 148.

Copiei da *Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa*, por José Justino de Andrade e Silva, 1603-1612, p. 179-180.

25. Casas defronte do mosteiro dos Jerónimos.—Carta Régia de 20 Janeiro de 1615: «Em nome do Prior e Religiosos do *Mosteiro de Belem*, se me apresentou a petição, que vai neste despacho, sobre *as casas que D. Fernão Martins Mascarenhas* tem começado a lavrar junto ao mesmo Mosteiro, defronte da Capella-mor,—e havendo-a visto, me pareceu remeter-vol-a, e encomendar-vos, como o faço, que vos informeis com toda a certeza do que é passado ácerca do que nella se refere; e m'o aviseis, apontando o que se vos offerecer que se deve provêr—e entretanto ordenareis que se *sobresteja na obra*, em qualquer estado que estiver.=*Cristóvão Soares*».

Livro de Correspondência do Desembargo do Paço, fl. 2.

26. Casa grande junto aos Jerónimos.—Em Agosto de 1580 esteve o Duque de Alva aposentado em uma grande casa que havia perto do mosteiro de Belém.

Vej. A. Escobar, *Conquista de Portugal*, fl. 63.

27. Casa e quinta do Conde de Aveiras. 1704. Dezembro 17.—Em um manuscrito da Biblioteca de Ajuda (*Miscelânea ms.*, t. XXIV, n.º 24), com o título: *Despeza que fez o sr. D. Pedro II com a hospedagem que deu a Carlos III até partir para a Catalunha—1704—1705*.

Diz aí:

«Veiu o dito sr. (Carlos III) da Campanha e chegou a Belem ás casas do Conde de Aveiras, com toda a sua familia em 17 de dezembro de 1704».

28. Palácio do Conde de Aveiras, hoje Rial de Belém.—«Por este tempo fez mais patente ao mundo a grande devoção, que sempre teve a S. Francisco, e a seus filhos, e entre elles com mais extremo aos Arrabidos o Excellentissimo Conde de Aveiras D. João da Sylva em huma obra publica de piedade, digna da sua grandeza. Costumavam duas irmãs Senhoras de conhecida nobreza, chamadas D. Marianna, e D. Joanna de Valladares, que residião no lugar de Belém, hospedar em sua casa com singular piedade aos Frades desta Provincia; pagarão em idade já muito crecida aquelle tributo universal, que a morte sem attender a qualidades, ou respeito de pessoas, a todo o tempo que a Divina Providencia lho permite, arrecada dos filhos de Adão. Quiz o sobredito Conde com o seu generoso e caritativo animo supprir o commodo, que aos Frades faltava para o seu agazalho em casa daquellas devotas Senhoras, e em hum bem divertido bosque com um tanque de agua no meyo, que tinha quasi no

interior do seu Palacio, mandou fabricar hum Hospicio, a que deu o titulo da *Arrabida*, dispondo-o em tal fôrma, que sem que aos Frades custasse o minimo pudor de pedir, achassem prompto o remedio á sua necessidade.

«Constava este de huma Ermida de sufficiente grandeza, singularmente adornada, e com todo o paramento necessario prompto para poderem dizer Missa, e nella quatro cadeiras por modo de Côro com hum Breviario grande para poderem rezar o Officio divino em Comunidade, quando nelle quizessem guardar a fôrma Regular: seis cellas com todos os paramentos necessarios para o seu bom commodo, sem excederem os limites da pobreza, e fôrma Capucha regulando-as não pela grandeza da sua pessoa, mas pela profissão dos que nellas se havião de recolher, e huma dellas com mais distincção de paramentos, e grandeza para o Provincial quando della se quizesse aproveitar: hum refeitório com todo o aceyo, e nelle aquella mesma qualidade de louça, de que usamos na Provincia, e hum Ermitão ou Donato para assistir, e servir aos Frades. Só na quantidade de pratos, ou guizados, com que lhes mandava assistir, se não lembrava erão hospedes, que professavão pobreza e vida penitente, pois os reputava filhos para os não differençar da sua pessoa no trato. Tinha a porta franca para todo o Frade que chegava, sem mais cerimonia que dar o Donato o recado na cosinha: estavam tantos Frades na *Arrabida*. Aproveitámo-nos desta grande commodidade muitos annos, até que o Senhor Rey D. João V se agradou da grandeza, sitio, e bem regulado do Palacio, e o comprou para sua casa de campo; porém se nos faltou o Hospicio, não nos faltou a hospedagem porque nas mesmas casas em que vive no mesmo lugar de Belém experimentámos o mesmo amor, e caridade, além das continuas esmolos, que com mão larga nos reparte especialmente ao Convento de S. Joseph; e esperamos continúe nos seus successores, pois na devoção, que nos tem, bem mostram a trazem como hereditaria».

Vej. Fr. José de Jesus Maria, *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida* (1737), t. II, p. 763.

29. Morgado antigo. 1596? — «Lx.^a p. 232 v.^o Belem, Mosianno ordenou morgado de que instituiu Guedelha Navarro, seu f.^o E não tem mais clareza nem se sabe de mais».

Vej. Bibl. da Ajuda, Ms. in-fol. mag. da Bibl. das Necessidades, com o n.^o $\frac{1002}{9}$: Memoria da destribuição das notas da cidade de Lisboa e seu termo dos annos de 1560 em diante e que é no em que principia a dita destribuição, p. 171 v. (1596?).

50. Palácio do Duque de Aveiro.—«O palacio da residencia do Rêo José Mascaranhas Duque de Aveiro, no sitio de Belem, com frente para a praça do chafariz, chamado da bolla, foi arrazado e salgado, etc.».

Cópia dum manuscrito.

51. Quinta do Duque de Cadaval.—D. João V assistiu algum tempo na Quinta do Duque de Cadaval, em Pedrouços. Em 1717, a 25 de Maio, armou cavaleiro ao infante D. António na Ermida da mesma quinta, dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Vej. *História Genealógica*, t. VIII, p. 428.

52. Alcolena.—D. João I deu a Afonso Anes Penedo, seu vassalo, o reguengo de Alcolena, termo de Lisboa. Santarém, 28 de Agosto de 1423 (era de Cristo).

Vej. Fr. Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, t. VIII, p. 782, liv. XXIII, cap. XLIV.

53. Alcolena.—Neste sitio teve o Marquês de Pombal um casal, como se depreende da «Petição de recurso» que êle fez a D. Maria I, onde fala em um «pátio rústico, e casas da abegoaria, fabricadas no casal do Arneiro, antes subrogado com Manuel Vaz Luís de Sequeira pelos outros dois casais de Linha Avelha, e de Alcolena, etc.».

Vej. *Cartas e obras selectas do Marquês de Pombal*, etc. Lisboa 1822, t. I, pp. 109-110.

54. Ajuda. Rio Sêco.—Desce do Cruzeiro da Ajuda, Fornos de El-rei, e vem até a Junqueira, a Rial Cordoaria, sempre a descoberto, entrando nele dois canos, sendo um da Rua do Cruzeiro, e outro da Calçada da Boa-Hora, nele desagua também um lavadouro de tripas.

Vej. *Jornal* (?), 1885.

55. Freguesia da Ajuda em 1780.—«O Districto desta parochia será o mesmo que até agora possuia, excepto os habitantes, que moram na Junqueira desde a travessa do Saldanha por uma e outra parte até a rua direita de S. Amaro, por que fica pertencendo á parochia de S. Pedro.

«Desta parochia se desmembrou todo o sitio da Junqueira desde a travessa do Saldanha exclusive, calçada de S. Amaro, Rua direita, e todas as mais d'aquelle continente até á Ponte de Alcantara, para a nova freguezia de S. Pedro, transmutada do Bairro d'Alfama.

Conta ao presente 1:900 fôgos, e 7:843 pessoas».

Vej. Silvestre Ribeiro, *Plano da divisão e translação das Paróquias de Lisboa ... em 19 de Abril de 1780.*

36. Calçada da Ajuda.—Começou a calçar-se em 29 de Julho de 1851 e acabou-se em 15 de Julho de 1852.

O passadiço fronteiro a esta calçada liga o palácio velho com o novo, já existia antes de construir-se o último. Foi neste (arco então) que em 10 de Novembro de 1794 se atalhou o fogo do palácio, pelo lado ocidental; bem como se atalhou pelo lado oriental, cortando o passadiço que o comunicava com a Livraria e Patriarcal.

Vej. *Gazeta de Lisboa*, de 15 de Novembro de 1794, supl. 2.º

37. Frèguesia da Ajuda.—População em o 1.º de Janeiro de 1853 tinha:

Pessoas do sexo masculino	3:166	} 5:879.
Pessoas do sexo feminino	2:713	
Fogos,	1:532.	

Vej. *Relatório e contas da ... Câmara Municipal de Belém*, 1865, p. 75.

População no 1.º de Janeiro de 1864:

Fogos, 1:624.

Pessoas do sexo masculino	4:384	} 7:432.
Pessoas do sexo feminino	3:048	

Vej. *Relatório e contas da ... Câmara Municipal de Belém*, 1865.

38. Frèguesia de Belém.—População em o 1.º de Janeiro de 1853: Fogos, 1:657.

Pessoas do sexo masculino	2:809	} 5:865.
Pessoas do sexo feminino	3:056	

Vej. *Relatório e contas da ... Câmara Municipal de Belém*, 1865, p. 75.

População no 1.º de Janeiro de 1864:

Fogos, 1:498.

Pessoas do sexo masculino	2:982	} 6:403.
Pessoas do sexo feminino	3:421	

Vej. *Relatório e contas da ... Câmara Municipal de Belém*, 1865, p. 75.

39. População.—A vizinhança da residência rial, um espaçoso cais e largo em frente da Quinta de Baixo, o estabelecimento do Jar-

dim Botânico, e Museu de História Natural, na Quinta Rial do Meio, os quartéis na Calçada da Ajuda, etc., etc., tudo isto contribuiu para rapidamente povoar este lugar; mas a ausência da corte e da numerosa tropa que aqui costumava residir, a da Alfândega, etc., etc., tem feito decair sensivelmente a sua prosperidade. Tem boas fábricas de vidros e coiros. População 6:000 habitantes.

Vej. P. P. da Câmara, *Descrição geral de Lisboa em 1839*, p. 124.

40. Rua de Carlos Principy.—O Luís dos Santos Marrocos em uma carta que escreve ao pai, em 29 de outubro de 1811 (do Rio de Janeiro), diz: «S. A. R. está á dias na ilha do Governador divertindo-se e gosando do bello ar . . . Tem ali um magnifico palacio de campo e uma formosa chacara, com tapada e coutadas extensissimas, de que é inspector geral o conselheiro Joaquim José d'Azevedo (depois Visc. do Rio Secco) este tem de assistencia effectiva a seu cunhado Carlos Principy, e sua irmã Izabelone, ali vivendo e desfructando tudo a titulo de conservação; para o dito Carlos Principy todos auguram ao menos uma commenda, etc.».

41. O Casalinho.—Leilão Judicial. — «No dia 6 do proximo mez de novembro, e pelo juiz da 4.^a vara escrivão Vieira, vão á praça os dominios uteis das propriedades rusticas e urbanas pertencentes ao casal inventariado do fallecido José do Amaral, situadas na freguezia da Ajuda, Belem, ao cimo da Tapada «O Casalinho», que se compõe de casas abarracadas, moinhos de vento desarmados com os logradouros respectivos, terras de sementeira e terreno de boas pedreiras para explorar, etc., etc.

«Tudo está dado de arrendamento e o seu rendimento annual monta a 113\$000 réis.

«Estes predios constituem 2 prazos, foreiros em 2\$000 réis com laudemio de vintena».

N-*O Seculo* n.º 5944, de 24 de Outubro de 1895.

42. Terras do Desembargador.—«Desde o reinado de elrei D. José que estas terras —Vargea— foram desfrutadas pelo capitão Antonio Rodrigues Villar e depois seu filho, o Desembargador João Rodrigues Villar, sendo uma parte delas sementeiras de verde para sustento das vacas da Casa Real.

«Isto até o ano de 1817 em que as ditas terras foram requisitadas pelo marechal-general Beresford para o exercicio das tropas. Mais tarde fez-se uma horta (pertencente a lanceiros) compreendendo

o ângulo que fica ao norte da Rua do Embaixador e oeste da Rua das Freiras. Ainda depois, pelos anos de 1840 e tantos a 50 mandava o coronel Filipe Marcelli Pereira semear de verde todos os anos o espaço que a frente da referida horta, desde a Rua das Freiras até o Pátio das Zebbras».

43. Vargem—Terras do Desembargador—Campo das Salesias.—«Este campo era chamado antigamente a Vargem, passando depois a denominar-se Terras do Desembargador. Tomou este nome porque, tendo elrei D. José dado o usufruto ou administração delle ao capitão Antonio Rodrigues, passou a mesma concessão a seu filho o Desembargador João Rodrigues Villar.

«Todo ou parte deste terreno era cultivado de verde para sustento das vaccas da Casa Real. Em 1817 foi requisitado pelo marchal general Beresford para parada e exercicios dos regimentos de cavallaria e infantaria aquartelados na Calçada da Ajuda. De então para cá tem tido sempre esta applicação. A sua area occupa mais de 32 hectares, e dizem valer 12 a 16 contos de réis».

Extraído do Arquivo da Casa Real e da Tôrre do Tombo pelo meu amigo Esteves Pereira.

44. Praça de D. Fernando. 1839.—«A camara municipal de Lisboa auctorisou o administrador das calçadas para fazer entregar á Junta de Parochia de Belem tantos columnelos quantos fossem bastantes para se fechar o largo, junto ao Caes, situado no districto da referida Parochia».

Vej. *Synopse dos ... actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa*, em 1839, 4.^o, p. 6.

45. Rua de João António Pinto ou do Guarda-Joias.—No Almanach de 1791 aparece pela primeira vez o nome dêste emprêgo em João António Pinto, guarda-jóias, o qual morava em casas anexas à dita repartição na rua a que elle deu o nome official; sendo também conhecida por rua do Guarda-Jóias.

46. Palácio e Quinta da Princesa.—Está no sítio de Pedrouços a Quinta do Marquês da Ribeira Grande, que a princesa viúva, D. Maria Francisca Benedita, legou por sua morte à Condessa da Ribeira.

Hoje é seu proprietário um brasileiro (ou regressado do Brasil).

Da mesma princesa D. Maria Francisca Benedita havia em Pedrouços Quinta Nova e Quinta Velha. 1798 (ms.).

No mês de Agosto de 1803 andaram obras neste palácio por conta e ordem da princesa (D. Maria Francisca Benedita), sua dona, que gastou em férias e materiais em todo o dito mês 217,5900 réis. (Ms. original).

Esta quinta é pequena, mas muito bem arborizada, com uma casa nobre no meio do jardim. Foi fundada pela princesa D. Maria Benedita, irmã de D. Maria I, e viúva do príncipe D. José. Por sua morte doou-a esta senhora à Condessa da Ribeira-Grande, avó do actual conde do mesmo título. (Pinho Lial, t. vi, p. 541.)

Vej. *Crónica*, Belém 1874, Março 30.

47. Praia das Saudades.—Parece que assim chamavam à praia que medeia entre a Torre e o Mosteiro de Belém. Isto se deduz de uns versos que vêm na *Descrição da ponte em Belém*, etc. (anónimo), Lisboa 1729, 4.º, onde a p. 39 diz:

«Se hei-de dizer verdades
 Bem no meio da Praia das Saudades,
 Que este nome lhe dá, da-lhe essa fama,
 Quanta Maria baptizou Alfama,
 Porque lhe augmenta da saudade a queixa,
 O querido Manuel, que amante a deixa.
 E se acaso lá fica,
 Porque aqui da sua morte a nova chega,
 E ella logo na area se pesrega,
 E se chama mofina, desgraçada,
 Dando-se muita infinda bofetada;
 Talvez tendo o marido por trambolho,
 Se por um chora, ri pelo outro olho;
 Pois já tem ajustado substituto,
 Ou no soldado, ou no marabuto.

Seja pelo que for, eu sei que é certo,
 Que junto á Torre, e do Mosteiro perto,
 Aquelle sitio, que entre os dois medea,
 Das claras aguas, e da loura area
 (Se é que não me enganaram)
 A Praia das Saudades lhe chamaram».

Vej. *Mouchão da Saudade*.

48. Algs.—Rio na provincia da Estremadura, e termo de Lisboa, o qual nascendo dum outeiro próximo ao lugar de Monsanto, e correndo para o sul, entra na margem direita do Tejo, no sítio de Pedrouços.

Vej. José J. Lial, *Dicionário Estatístico-geográfico do Reino de Portugal e Algarves*, Lisboa 1822, in-fol.

49. Reguengo de Algés. 1147.—Quando foi a tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques já os mouros estavam expulsos d'este lado, como consta da Fundação de S. Vicente de Fora, onde diz:

«Os Ingleses e mais gente de Bretanha e Aquitania, assentamar suas tendas nos arrabaldes que estão ao poente da cidade, lançados primeiro fora d'elles os pagãos; etc».

Vej. *Monarquia Lusitana*, parte III, liv. X, cap. XXIII.

50. Reguengo de Algés. 1518.—Na era de 1356, e do nascimento de Cristo 1318, no 1.º de Outubro, fez el-rei D. Dinis uma carta de doação ao mosteiro de Odivelas de todos os casais sitos no Reguengo de Algés, a qual começa assim:

«Em nome de Deos que sobre todas as cousas é poderoso, Padre, Filho e Espirito Santo, tres pessoas e um Deus que não houve começo nem haveria fim. Saibam, quantos esta carta virem como eu D. Dinis pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, conhecendo muito bem a muita merce que recebi de nosso Senhor Deus em este mundo e attendo mais receber d'elle no outro, onde o bem é prèduravel e não passa cada dia em vão, como o deste mundo. Porem eu a sua honra e da virgem Maria sua madre e de S. Diniz em cujo dia nasci e que tenho por meu patrão perante Deus e em remimento de meus peccados, dou e dõo e faço carta de doação em guisa que nunca a possa revogar, ao meu mosteiro de S. Diniz d'Oudivellas, do bispado de Lisboa, de todos os meus casaes e herdamentos e possessões que eu hei na Piminteira e na junqueira e na do Gnieiro e na do maffario e na que chamam monção e em Pecinas e na de Pay caroucho e no Cano e no Penedo e no barro. Os quaes casaes herdamentos e possessões são no meu reguengo d'Algez de ribamar de par de Lisboa de que a mim dão o quarto de todas as cousas que ahi ha, e mando e outorgo que os haja o dito mosteiro livremente e sem contenda nenhuma assim como os eu havia e de direito podia e devia haver com todos os seus direitos e pertenças montes e fontes e herdamentos cultivados e incultos, salvo dois pastos de gado que ahi ha, um em Picinas e outro no Cano que não dão pão nem tiraria d'ahi o mosteiro proveito, e o prado que ahi houver será necessário para os meus cavallos, e dos reis que depois de mim forem em Portugal, e não se entenda que estes dois pastos de gado vão em esta doação, e logo renuncio e tolho privar-se de mim todo o direito e senhorio que eu nos ditos casaes e herdamentos hei de direito e devo haver, etc.

«Dada em Frielas no 1.º de Outubro da era de 1356 anos».

Esta parte é extraída duma cópia completa trasladada em 1508

do original que existia no mosteiro de Alcobaça. A referida cópia está no *Livro dos estatutos, origem, progresso, etc., da Ordem de Cister* que escreveu em 1560 Fr. Basílio da Consolação, monge de Alcobaça. Códice ms. da Biblioteca da Ajuda, in-4.º de 240 fl. a fl. 238.

N.B. Em um extracto dêste documento, que o Graça Barreto me trouxe da Torre do Tombo, há as seguintes variantes, nos nomes dos casais: Pimêteira—Grãeiro—Jūqueira—Mösanto—Paay coroucho.

51. Algés e Ribeira. 1373-6-21.—«A Gonçalo Tenreiro Capitão mor da sua frota pelos muitos serviços que lhe fez, lhe faz doação para elle e seus herdeiros de juro e herdade dos lugares de Algés com sua Ribeira, courela? enso cassellas com seus termos e herdades e direitos, todas as jurisdições salvo appellações de crime e correição. Em Lisboa 21 de junho de 1411 (1373 da era de Cristo)».

No livro mais antigo das Doações régias na Biblioteca da Ajuda, p. 42, diz que vem no *Livro dos Registos* de el-rei D. Fernando, fl. 128.

52. Algés. 1373.—D. Fernando I «Deu a Gonçalo Tenreiro Capitão mor das Frotas por seus serviços, Aljez com sua ribeira e outras terras. Lisboa 25 de julho de 1373».

Vej. *Monarquia Lusitana*, t. VIII, liv. XXII, cap. XXVI, p. 186.

53. Reguengo de Algés. 1384-6-17.—«Doação de D. João I a Ruy Freire cavalleiro da ordem de S. Thiago do Reguengo de Algés e todos os bens que foram do capitam e assim os que tinha em Lisboa como em outras partes a 17 de junho era 1422» (1384 de Cristo)». Ms. in-fol., capa de pergaminho sem rótulo, a fl. 108 v. na Biblioteca da Ajuda.

Fr. Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, t. VIII, liv. XXIII, p. 693, diz: «A Ruy Freire de Andrade Cavalleiro da Ordem de Santiago, o reguengo d'Algez termo de Lisboa 17 de junho». 1422 ou 1384 de Cristo.

N.B. O ms. citado retro diz que esta doação está na Torre do Tombo no liv. I, fl. xv das *Doações de D. João I*.

54. Reguengo de Algés. 1388. Janeiro 28.—«Privilegio d'el-rei D. Fernando confirmado aos lavradores do Reguengo d'Alges, termo de Lisboa. Elrei o mandou por João Affonso eleito e confirmado na igreja de Silves do seu desembargo. Lisboa 28 de Janeiro de 1426», ou 1388 da era de Cristo.—Vej. Biblioteca da Ajuda, livro dos Re-

gistos de D. João I, fl. 86 v (é dos três exemplares o mais antigo). No exemplar maior dos mesmos *Registos* diz que o referido privilegio está no *Livro 2.º dos Registos de D. João I*, fl. 40, da Torre do Tombo.

55. Reguengo de Algés. 1396.—«Carta d'elrei D. João (talvez D. Duarte em cujo registo ella está) em que manda Affonso Annes Penedo que tinha o reguengo de Algés que punha embargo a Joam Vaz de Almada padre do dito Álvaro Vasques que lhe não puzesse embargo por quanto lhe fora dado em cazamento por Joanne Annes seu sogro, que foi feita por João Velho. Era de 1434 e do Nascim. de Christo 1396».

Veja. na Biblioteca da Ajuda: *Doações de alguns reis de Portugal* (liv. in-fol., com capa de carneira, com o referido título no rótulo), t. I, p. 619. Noutro exemplar (grande com capa de carneira) diz que a referida carta vem no liv. I dos *Registos de elrei D. Duarte*, a fl. XII.

56. Reguengo de Algés. 1422, Junho 17.—D. (doação) a Ruy Freire cavalleiro da ordem de S. Tiago do reguengo d'Alges e de todos os bens que foram do capitão (Gonçalo Tenreiro) assim os que tinha em Lisboa como em outras partes.—17 de junho da era de 1422».—Veja. *Livro grande*, Noticia 3.^a

No *Livro* de 1636, fl. 108 v, diz o mesmo.

57. Algés. Casais. 1493.—«João Affonso, sapateiro e Leonor Dias, ordenaram capella em S. Christovam com cargo de 96 missas rezadas e 48 cantadas sobre nove moradas de casas em Lisboa e dois cazaes em Algés não diz o que rende e o Conde da Ericeira em 25 de Fevereiro de 1714 e já no anno de 1493 foi provida pelo Sr. Rei D. Manuel». Biblioteca das Necessidades, ms. in-fol. $\frac{1002}{3}$ a fl. 166.

58. Reguengo de Algés. 7-Outubro-1634.—«Pedro Nunes o grande matematico portuguez teve uma carta com Padrão de quatro moys de trigo no Reguengo de Alges e Oeiras dada em Evora a 7 de Outubro de 1534, com uma resalva, de que posto que se dissesse no Reguengo d'Alges, fosse assentado, e pago nas Lesirias de Vila Franca».

Veja. *Chancellaria de elrei D. João III*, liv. VIII, fl. 168 v.

59. Algés na Coutada Rial. 1574.—As demarcações da coutada nona (em 1574) são as seguintes: «da Porta de S. Antão estrada di-

reita até Agualva, e da hi a S. Marcos e de S. Marcos a Oeiras, e da hi direito ao mar».

Vej. na Biblioteca da Ajuda *Tombo de todos os regimentos das coutadas*. (Ms. in-fol).

60. A Ponte de Algés.—«O rio d'Algés encontra-se ao fim d'uma alameda proxima á casa de campo do duque de Cadaval, um pouco adiante de Pedroços.

As formosas e amenas margens d'este riacho e a sua ponte, constituem um dos mais bellos sitios dos arredores da cidade. De todos os lados se vê uma prodigiosa quantidade de quintas bem cultivadas, e que servem de recreio na estação dos banhos aos que vão utilizar-se d'aquellas praias.

O pequeno rio d'Algés vem ter ao Tejo, logo abaixo da quinta chamada das Romeiras. As suas aguas são diminutas, e ainda que recebem em reforço as d'um ribeiro que nasce proximo a Outourella, pouco engrossam, não deixando nunca de correr com placidez.

Ha no lugar de Algés uma ermida com a invocação de Nossa Senhora do Cabo.

Vej. *Ilustração Luso-Brasileira*, vol. I, n.º 30, p. 236.

61. Mouchão da Saúde.—Luís Joaquim dos Santos Marrocos numa carta escrita a seu pai, em 8 de Novembro de 1812, diz: «Não posso expressar-lhe a ancia, de que me vejo possuido, de me lançar aos mares, para chegar a esse porto tão desejado: já me parece que avisto a formosa barra de Lisboa, e chego a distinguir montões de vultos no alto do Moxão da Saúde, e entre tanta gente chego a divizar a sua Pessoa no meio da nossa familia: ... etc.».

62. Estrada de Lisboa a Oeiras. 176..?—Foi feita sendo Presidente do Senado, Paulo de Carvalho de Mendonça, irmão do Marquês de Pombal. Paulo de Carvalho faleceu em 17 de Janeiro de 1770.

Vej. Fr. Cláudio, *Gabinete histórico*, t. XVI, p. 355.

63. Quinta do Armador.—Em um documento que vi sobre propriedades da Casa Rial, feito em 1849, diz: «Na hypothese de não ter vindo do infantado a quinta do Armador, etc.».

64. Quinta de Santa Marta.—Entre os papéis de contas da Princesa D. Maria Francisca Benedita, há o seguinte: «Rol da despeza que tenho feito na Real Quinta de Santa Marta que é da Sereníssima Snr.^a D. Maria Francisca Benedita, ... este ano de 1798.

65. Monsanto.—Monsanto ao Norte da Ajuda tem (segundo Verdier) 550 pés ou 181^m,5 de elevação.

Vej. *Balbi*, t. I, p. 74.

66. Estrada de Queluz.—Deu-se princípio à nova Estrada de Queluz em 1792.

67. Estrada de Queluz à Ajuda.—Diogo Inácio de Pina Manique foi quem mandou fazer e arborizar a dita estrada.

Vej. Pinheiro Chagas (em *Manique*).

RODRIGO VICENTE DE ALMEIDA.

Archeologia prehistórica da Beira

(Vid. *Arch. Port.*, IX, 303, e X, 28 e 312)

V

Orca dos Palheiros

No sítio dos Palheiros, freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, existiu um dólmen ou *orca* que destruíram, já há muitos anos, quando fizeram a estrada que aí passa. Apareceram na ocasião alguns objectos que se perderam, com excepção de um que vai desenhado de tamanho natural na 1.^a das estampas juntas, salvo e guardado pelo Sr. Angelino dos Reis Sena Cardoso, do Casal de S. José, o qual teve a bondade de m'o oferecer para o Museu Etnológico em 31 de Março de 1912, dia em que estive em sua casa.

É uma bela e delicada lança de sílex amarelado, de forma de triângulo isósceles, porém com os bordos levemente encurvados e finalmente retoçados, e a base arqueada e nas duas extremidades chanfrada, formando os chanfros um espigão largo que facilitava a fixação do instrumento no tópo de uma haste. As duas faces estão muito bem talladas, e apresentam pouco relêvo.

*

Comparáveis a esta arma de guerra e de caça, embora fabricadas de outras espécies de sílex, há várias no Museu Etnológico: duas de uma gruta de Tôres Novas (pav. I, most. 38.^o), uma de uma anta de Belas (*ibid.*, most. 19.^o), uma de Leiria, com o espigão porém mais evidente (*ibid.*, most. 17.^o). De Belas também Carlos Ribeiro descreve uma, igual às três primeiras, na *Notícia de algumas estações e monumentos prehistóricos*, II, 30 e 31. Quando se observam tais lanças, pode às vezes à primeira vista parecer que a chanfradura, em

vez de o ser, é quebradura accidental; todavia um exame minucioso mostra que ela tem retoques, e que portanto houve intenção e não acaso.—Da comparação que instituí, resulta que umas mesmas formas artístico-industriais viajavam de um ponto para outro da Lusitânia, o que se dá, e naturalmente, com outros artefactos.

Vem a pêlo notar que não abundam nas colecções estrangeiras lanças de sílex tam lindas como as nossas; e o que digo das lanças digo das pontas de seta¹. Parece que o nosso país, na idade da pedra, estava relativamente mais adiantado que hoje! Ao passo que a nossa indústria moderna fica sempre inferior à de fora, naqueles remotos tempos o Lusitano confiava nos seus próprios recursos, e brilhava apoiado neles.

VI

Orca da Fonte do Alcaide

A Fonte do Alcaide é um lugarejo da freguesia de Senhorim, concelho de Nelas. Havendo-me dito o meu amigo o Sr. Bernardo Rodrigues do Amaral que perto daquele lugarejo existia uma *orca*, resolvi explorá-la, o que fiz nos dias 29 e 30 de Março de 1912, ajudado por Fulgêncio Rodrigues Pereira, preparador do Museu Etnológico.

A orca fica debaixo de um castanheiro, em meio de um giestal, sobre leve ondulação do terreno, que é granítico. O sítio chama-se *dos Jorjais* ou *das Rigueiras*. A pouca distância passa o rio de S. Pedro. Revolvida e desconjuntada em tempos antigos, só restavam dela, no lugar primitivo, os esteios A e B da câmara, e arrancadas e caídas pelo chão diversas lages (C, D, E, F, G, H), que provavelmente fizeram parte também de esteios e da tampa (tudo de granito): vid. a fig. 1 da est. II. Como de A para B medeia a distância de 6^m,20, o que mostra que a câmara era muito grande, pode julgar-se que a tampa, em vez de ser de uma só peça, constaria de várias, cada uma assente em seu grupo de esteios: todavia, do outro lado do rio, junto do lugar das Carvalhas, que dista dali um ou dois quilómetros, vi lages de granito, de sua natureza soltas, muito maiores que as que seriam precisas para se cobrir a orca.

¹ Quem não admirará, por exemplo, as lanças e setas que vem desenhadas nas *Antiguidades monumentaes do Algarve* de Estácio da Veiga, vol. I, est. D, E, III, XIV e XVII? ou as que fazem parte do espólio neolítico da gruta da Cezareda, guardado na Direcção Geológica de Lisboa? (Neste espólio há lanças de primeira ordem, feitas de fôlhas de sílex, que foram previamente polidas, restando ainda nas faces vestígios da polidura primitiva).

Os esteios que ainda se conservam no seu pôsto é muito provável que primordialmente fôsem mais altos, e se partissem depois. A sua posição é perpendicular (e não oblíqua, como geralmente acontece).

Na impossibilidade de remover as pedras todas, fiz remover as que eram de fácil remoção, e mandei cavar nos intervalos livres, e crivar a terra. À profundidade de 0^m,42 achou-se o chão natural (saibro), junto do esteio A. Por toda a câmara se encontrou pedregulho, para lá lançado pelos pastores e camponeses pelo tempo adiante, e além disso, quer no meio, quer no fundo, sôbre o saibro, muitos calhaus rolados (de quartzo, quartzite e gneiss), pequenos, vindos do vizinho rio, os quais de certo datavam da primitiva, como noutras antas acontece¹. Encontraram-se igualmente algumas pedras chatas, provenientes, segundo creio, do lagedo ou ladrilho que na época prehistórica devia revestir o chão do monumento².

O espólio arqueológico foi, infelizmente, muito deminuto, porque a orca estava remexidíssima: no crivo, a par com alguns fragmentos cerâmicos informes, de carácter neolítico, appareceu uma conta verde de ribeirite (vid. a est. I, tamanho natural)³, achatada em duas faces e com um furo bicónico, e appareceu uma ponta de seta triangular, de sílex avermelhado, com os dois lados finamente retocados e a base encurvada (fig. 3 da est. II, tamanho natural)⁴. Fora, em a, mas junto de um dos esteios, descobriram-se dois pedaços de mós primitivas de granito (pedras escavadas; vai desenhada uma na fig. 6 da est. II), um rebôlo, que deve ter pertencido a uma das ditas mós,

¹ Vid. *Religiões da Lusitania*, I, 314-315.

² *Religiões*, I, 276-277.

³ Esta conta formaria parte de um colar cujas restantes contas se perderam. Acerca da ribeirite (variedade de calaíte) vid. A. Bensaúde in *Compte rendu* do Congresso de Lisboa de 1880, p. 695 e 697.

⁴ Para se fixar uma seta de sílex na respectiva haste abria-se esta em cima, verticalmente, e introduzia-se aquella na abertura, e segurava-se com um fio ou tira de substância vegetal ou animal, como se vê na adjunta figura esquemática (n.º 4 da est. II); os fios ou tiras podiam ser reforçados com massas resinosas. As lanças de sílex, como a que figurei supra, fixavam-se de maneira semelhante. Digo isto, fundado no que tenho observado em vários museus de etnografia: na fig. 5 da est. II dou o desenho de uma seta (haste de madeira, e ponta de cristal de rocha) provida do norte da Califórnia, cujos habitantes ainda há pouco estavam na idade da pedra,—seta que existe no Museu Etnológico por dádiva que o venerando arqueólogo o Sr. Émile Cartailhac me fez em Tolosa de França, em Setembro de 1912. Cf. também sôbre o assunto *Revue de l'École d'Anthropologie*, VI, 400.—Para que os visitantes do Museu Etnológico Português possam num relance compreender como é que os homens prehistóricos se ser-

ou a outra (fig. 7 da est. II)¹, e uma pedra de amolar, igualmente de granito (fig. 8 da est. II)².

O remeximento a que acima me refiro data de épocas muito remotas, pois que no interior da câmara achámos pedaços de louça de aspecto romano³.

Eis algumas medições e observações, que copio do meu canhenho:
 $a\ b = 6^m,20$ (como já fica dito).

A: largura $1^m,06$; altura $1^m,75$; espessura $0^m,21$. Êste esteio, na sua parte interna, está mais ou menos aplanado; na externa tem as irregularidades naturais. Está fixo no saibro, e seguro com calços da mesma rocha.

F: lage grande, mais ou menos quadrangular, que fazia parte da tampa. — Dimensões $3^m,25 \times 3^m,20 \times 0^m,51$.

D: comprimento $3^m,23$; largura $0^m,65$.

B: altura $0^m,86$; largura $1^m,20$; espessura $0^m,35$. Êste esteio está calçado como A. Também aplanado na face interna.

Julguei inútil medir todas as lages, porque o que fica exposto dá idea do tamanho delas.

VII

Orca de Gandufe

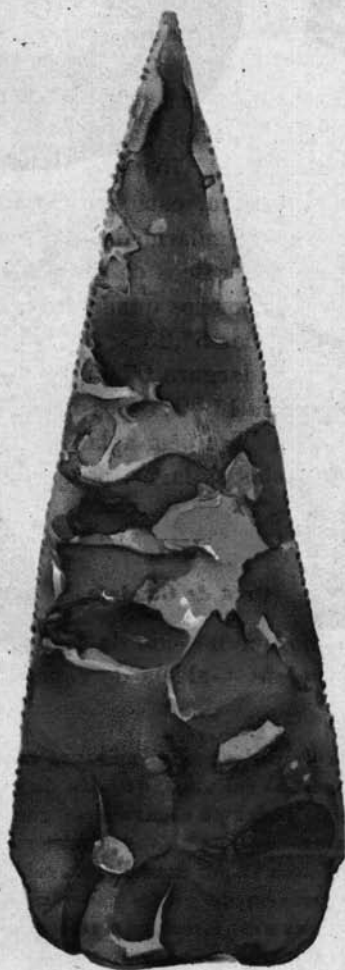
Havendo-me constado que no sítio da Laje da Ribeira, ao sul do rio Tinto, perto de Gandufe — aldeia do concelho de Mangualde —,

viam das pontas de seta de pedra, coligi nele uns tantos arcos e flechas de selvagens africanos (das nossas colónias), que dão disso, por comparação, idea perfeita. — Com as setas de pedra se caçava e se guerreava. Em alguns museus estrangeiros encontram-se mesmo ossos prehistóricos humanos atravessados por tais setas: no de Tolosa vi, por exemplo, um *cubitus* e uma vértebra lombar assim atravessados (provém de grutas funerárias; com aquele está um rótulo que diz: «un cal osseux s'est formé, et a retenu le silex»).

¹ As mós d'este tipo encontram-se nas nossas estações arqueológicas desde a época dos dólmenes até, pelo menos, à época romana. E ainda hoje o povo faz uso de instrumentos semelhantes, por exemplo, na Beira, onde os aplica para trituração de grãos de milho destinados ao fabrico de uma espécie de papas que lá se chamam *milhos* e *milharas*: vide o meu *Estudo Ethnographico*, Porto 1881, p. 12, e a *Lisboa prehistórica* do Dr. Vergílio Correia, I (1912), 7-8.

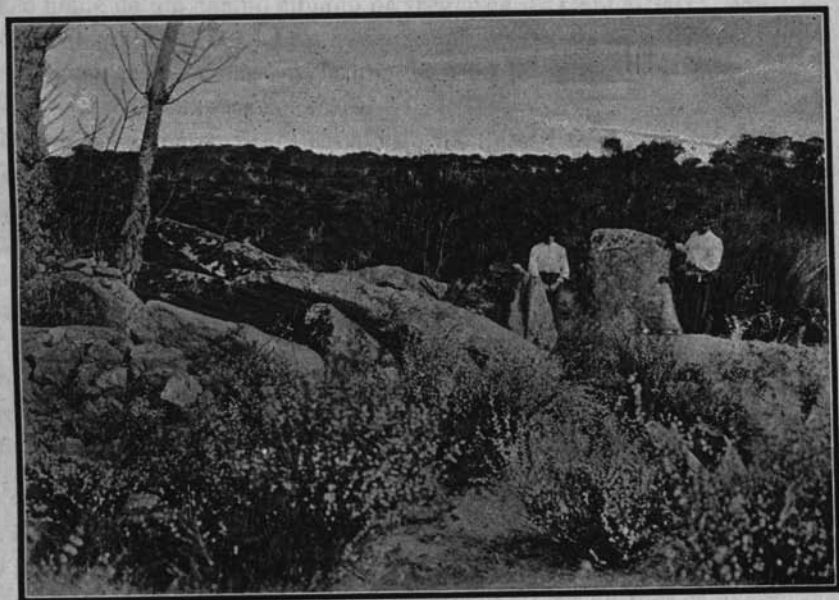
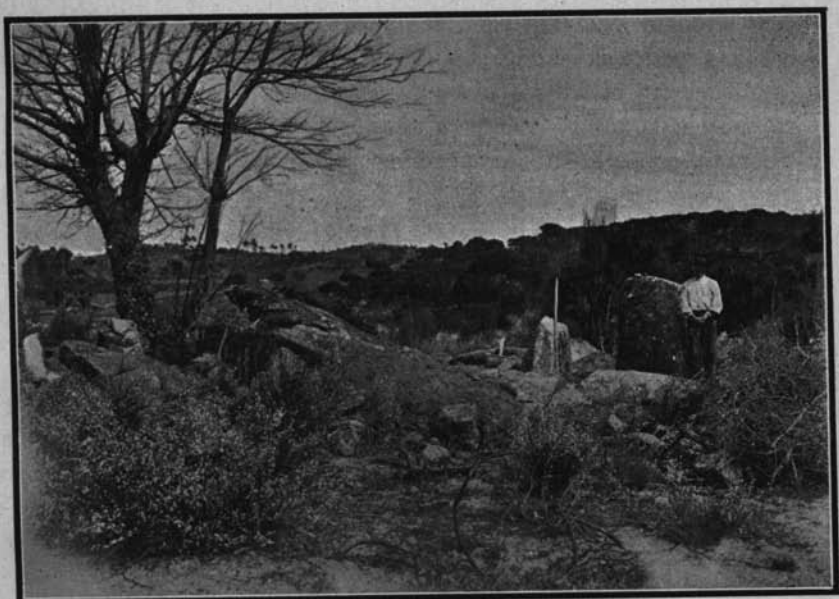
² Na prehistória do nosso país não conheço «polidoiros», se assim posso chamar à segunda espécie de *polissoirs* francezes de que fala Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 524, «fixes en grandes dalles ou gros blocs, souvent adhérents au sol». Só conheço pedras de amolar, de que tenho encontrado algumas em antas e estações: correspondem à primeira espécie dos *polissoirs* de Déchelette, *loco citato*.

³ Cf. um facto análogo n-*O Arch. Port.*, x, 313.



Scanned

Lança de sílex da orca dos Palheiros, e conta de ribeirite
da orca da Fonte do Alcaide: concelho de Nelas



A orca da Fonte do Alcaide (vista por dois lados), p. 78

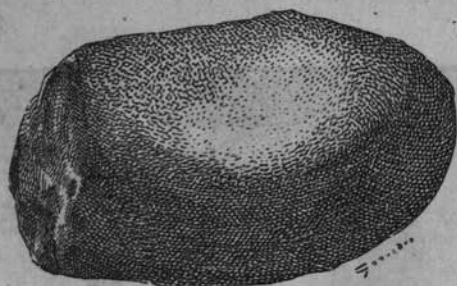


Fig. 8



Fig. 3

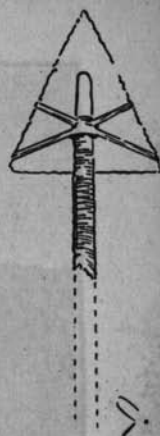


Fig. 4

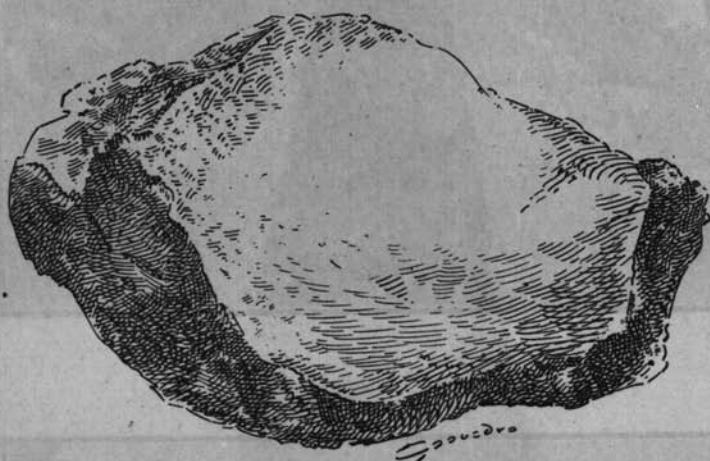


Fig. 6



Fig. 5

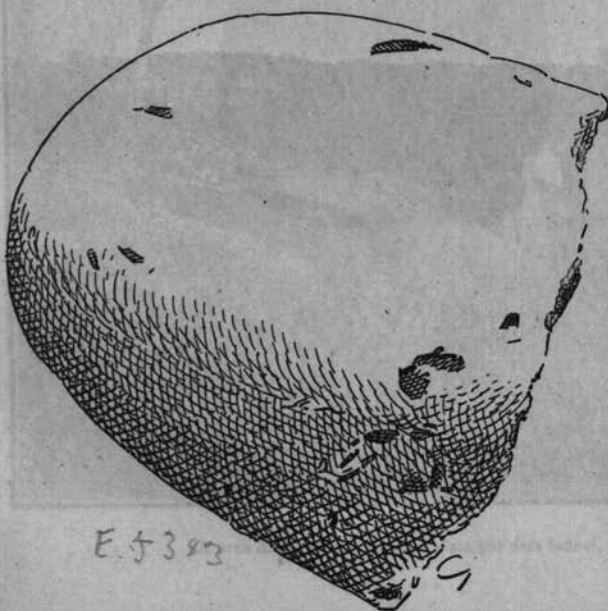


Fig. 7

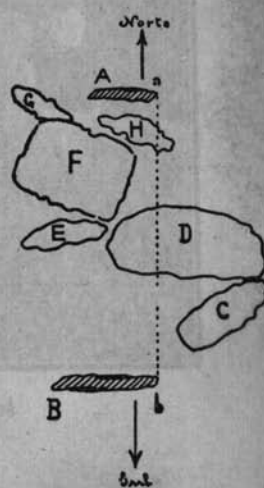


Fig. 1

existira uma orca que fôra demolida últimamente, dirigi-me ao local em 1 de Abril de 1912, em companhia do meu prestante amigo o Sr. Bernardo Rodrigues do Amaral, e aí mandei fazer escavações um pouco ao acaso, por não saber ao certo o sítio do monumento: ainda assim, elas deram em resultado aparecer uma mó de granito que é análoga à da est. II, fig. 6, embóra a superfície côncava esteja pouco polda.

VIII

Orca de Alcafache

Ao lado direito da estrada que vai de Nelas para Mangualde, antes do apeadeiro ferro-viário de Alcafache (linha da Beira), existiu em tempos uma orca de que ainda resta uma pedra, tombada no chão, orca que foi destruída quando fizeram a estrada. Estive aí em 1 de Abril de 1912; ainda que mandei proceder a algumas escavações, não se encontrou o sítio exacto em que o monumento estivera. O local chama-se *A Orca*, e está dentro de um pinhal.

IX

Val d'Anta

É o nome de um campo situado na frèguesia da Cunha-Baixa, concelho de Mangualde. Não consta que nele apparecesse algum monumento arqueológico, mas o nome revela que deve ter lá existido um dólmen.

Para evitar confusões, observarei:

1) Que este campo fica afastado do da *Casa d'Orca*, em que está o monumento de que falei nas *Religiões*, I, 271,—embora ambos os campos pertençam à mesma frèguesia;

2) Que, ao passo que o vocábulo *anta*, significativo de «dólmen», teve outrora existência na lingua comum de todo o país, como se prova da toponímia, o vocábulo *orca*, seu sinónimo, é puramente local, pois pertence apenas, quanto sei, à linguagem da Beira Alta e Beira Baixa e à da do Noroeste da Estremadura, ou como quem dissesse, à do antigo principado da Beira e à de uma região que confina com elle¹.

J. L. DE V.

¹ A Beira, em sentido antigo, compreendia, além das províncias que modernamente se chamam *Beira-Alta* e *Baixa*, também os actuais distritos de Aveiro e Coimbra (Beira ocidental ou marítima), isto é, uma zona que para o Ocidente fica entre o Douro e o Mondego, e para o Oriente entre aquele rio e o Tejo.

Artes e industrias metallicas em Portugal

Moedeiros

(Continuação d'O Arch. Port., xvii, 1)

83.—Lainez (Antonio).—Era rendeiro da afinação do ouro e fundição da prata, que vinha á Casa da Moeda de Lisboa, e tendo sido arguido por quaesquer transtornos que houve na moeda fabricada com esses metaes, veio com a seguinte petição juridica para se averiguar a veracidade do seu serviço:

«Antonio Lainez tem muj juridica contraridade e defesa, a qual he de jure naturali e nõ lhe pode seer tolhida per ninguem in. 1. defensionis facultas de jure fis. n.º x.º e em tanto he isto verdade que diz Var. in extrauagã. ad reprimẽdã super vocabullo sine strepitu & figura judicij q^d licet lege caueatur, que sumariamẽte, sem aroido nem figura de juizo se proceda em algũa causa todauia nom se tolhera ao R. viir em sua defesa cũ sit de substantialibus & non debet omiti. Mas nesta causa vai asi preuertida a ordem judicial que nom sei que allegue nem que possa dizer pois me nom ha de seer recebida nem tirada inqueriça sobre ella. E porem apontarei por parte do R. o caso como passou e he sem culpa posto que nom vaa articulado. E diguo que o R. he rendeiro na afinação do ouro e fũdir da prata em a 3.^a parte de todo o que vieder a casa da moeda e nom he obrigado per seu aremdamento afinar nem fũdir como milhor parecer aos ãsaiadores nem outros officiaees senã no milhor modo que lhe bem parecer ao R. e for mais seu proueito, e depois de afinada e fũdida a prata ha toda de hir aas mãos dos ãsaiadores, os quaees sam julgadores e estam p^r juizes antre o R. e o pouoo e sam obrigados lhe dar ouro e prata de lei e nõ a leixar passar pera fazer em moeda menos da lei que he na prata xj dinheiros e no ouro xij quillates e iij graaos e tres quartos de grãao, que he em toda fineza per que daqui nõm pode passar ouro algũu, os quaees ensaiadores sam obrigados examinar o ouro tres vezes—s—hũua tanto que sae do forninho em chapas, e outra depois que he fũdido em arriees, e outra depois de feito em moeda nos quaees tres examis e ãsaos nõm se pode scõder malicia nem ligua algũa e se os dictos ãsaiadores o passam em outra maneira elles sã os culpados e nom o R. que offerece seu ouro a elles que lho julguem e em elles he posta a fee e fieldade e nom em o R., que somẽte he remdeiro e nom lhe he cometido officio algũu de fieldade e he obrigado fazer seu proueito caso nom concesso que os ceptis que se acharom forã deitados ao fim que querem dizer os dictos ãsaiadores e Jº da Maia com elles.

«Quãto mais que no caso presente o R. nom os lãçou afim de os ãganar nem fazer malicia algũa metẽdo os ceptis nos maçuquos que se fizerom das chapas que lhe os ãsaiadores ãgeitarom, mas fez o que deuia a seu officio, por que quãdo quer que o ouro he julgado por

baixo no primeiro exame que se faz estando o ouro em chapas pera se tornar ao fogo se tem duas vias hũa tornãdo asi em chapas acimētar e esta via leuã os que pouco sabem porque estando asi he pior de afinar de todo que tornãdo a liguar com cobre porque a prata que fica no ouro despois que houue acimētos he castelletes sem outro algũ metal e estaa asi abraçada e liguada com o ouro que com mui grande trabalho se pode tirar em tanto que nũca sahe do ouro que senom roube muita parte do ouro, o qual custa tanto em tornar a tirar dos acimētes que he menos custa tornallo a ligar e he maior seguridade e mais certo saber na maneira que se segue.

«A outra via pera tornar afinar de todo o ouro que he recusado por baixo em chapas como foi o da contēda he amarrar aquellas chapas nas maãos e fazer dellas pillouros a que chamã maucos e meterlhe ligua de cobre e tornallo a fũdir com o cobre e fazer outra vez chapas delle e tornallas acimētar de nouo como se nũca forã antes ao fogo e darlhe xxiiij horas de fogo como se daa ao que nũca ouue acimēto e esta via leuã os que mais sabem e sam mais expertos em o officio da afinação por estas rezoees: A primeira, porque o cobre he cabresto da prata e ajuda a tiralla do ouro porque ao tempo que sahe do ouro per fogo elle leua a prata consigo, e êquãto o fogo gasta e tem que gastar em o cobre non gasta do ouro. Item que se forja milhor ao tempo que fazem as chapas leuãdo cobre que sem elle por que sem ele apegãsse as chapas huia a outra e com o cobre spedesse milhor.

«E como asi seja que o ouro da cõtemda fosse êgeitado ao R. per os êsaiadores por baixo e o R. o teuesse ja feito em maucos pera o fõmdir diguo quem fez o que deuia em lhe meter os ceitiis e deueriã seer castigados os que esto stranharom e fizerom ouniã defamãdo da casa da moeda dãdo fama que se fazia em ella o que se nom deuia fazer.

«E que o dicto ouro esteuesse pera se fũdir em arriees pera tornar a fazer em chapas pera tornar a cimētar consta manifestamente por que tanto que os êsaiadores julguã alguãas chapas por finas loguo sam em seu poder e as tem de so sua chaue e poder e elles as fũdem em arriees e elles tomã os dictos arriees e os leuã a casa do êsai (*sic*) e la os êsaiam e examinã sem nũca mais ter em pòder do R. e pois outras chapas nã sam fondidas pera arriees de moeda e auidos por finos saluo aquellas que sam em poder dos êsaiadores, bem claro está que as da cõtemda estauã pera aquello que o R. diz e nã pera outra cousa.

«Maiormente auẽdo de seer êsaiadas duas vezes ou tres omde se nom podia scõder o dicto cobre o qual auia de ficar no fogo ao tempo do afinar asi que sei por muj sem duuida o R. seer mal êfã-mado e injuriado e deueriã auer boõ castiguo os que o asi mal trau-tarom. Asi quẽ concludo que per o que dicto tenho o R. vem em abso-luçã e se for necessario o R. vos prouará e fara certo do que diz e farei loguo artigos desto que dicto tenho pera se prouarem. E por que vossa merce tem dicto que nom me quer receber proua alguãa somẽte a que quisteses, da qual nom ouue vista e nom sabe que di-

gua a tal ordem de juizo como este, protesta o dicto senhor lhe proueer de justiça mãdado que venha com sua defesa articulada e a proue. E por que vossa merce perguntou testemunhas que lhe que-rem mal a elle R. e lhe tem contradictas vem loguo aqui com ellas.

«Per maneira de contradictas ou reprobua, ou como se millhor dizer possa, diz o R. que o t.^o que contra elle deu Fernã Lourenço lhe nom deue ãpeseer nem per direito valler, por quãto lhe quer gramde mal e isto por huã t.^o que ora o R. deu contrã o dito t.^a dizẽdo que o dito t.^a lhe vẽdera a elle R. certo ouro da Mina, pello qual foi o dicto t.^a preso e se trauta fecto contra elle, per que he acusado pello qual nom he duuida que diria o que podesse em prejuizo do R.

«E menos lhe deue empeseer nem per direito valler o t.^o que contra elle deu J.^o da Maia por quãto o R. lhe tirou este officio da afinaça do que lhe acolheo grãde odio e mal querẽça e sam por ello immigos capitaees e o dicto t.^a lhe ãpesce e diz mal e faz ao R. ã quãto pode, pello quall nõ he duuida que diria todo o que podesse em prejuizo do R.

«E menos lhe deue ãpescer nem per direito valler o t.^o que contra elle R. deu D.^o Roiz ãsaiador por quãto he immiguo capital do R. e tem per muitas vezes auidas rezoẽs de gramde scamdallo e maas palauras e se querem gramde mal e senom fallam ha muito tempo, pello qual nom he duuida que diria tudo o que podesse em prejuizo do R.

«E menos lhe deue ãpescer o t.^o que contra elle R. deu P.^o Gllz ãsaiador por quãto iso mesmo quer gramde mal ao R. por palauras que tem auidas de muito scamdallo e prejuizo ã tanto que desfazem muito em suas homrras, des o qual tempo nõca se mais fallarom nem fallam oje em dia e se prejudicã no que podem huã ao outro maior-mẽte que assĩ elle t.^a como o dicto D.^o Roiz por serem ambos ãsaiadores sã vistos testemunhar in causa pũbrica por que querem culpar o R. da culpa que elles teriã sendo pasado o que nõca foi alguũ ouro baixo e nom de lei, por tanto nom he duuida que lhe sam suspeitos e seus dictos deuem seer auidos por nenhuũs.

«E desto he pubrica voz e fama».

Nas costas: «Rezões dAmt.^o Laynez».

(Torre do Tombo — *Cartas missivas*, maço 4, n.^o 28).

84 — Lainez (Jorge Anes). — Era prefeicoador da moeda da cidade de Lisboa, sendo-lhe passada carta de privilegio a 13 de maio de 1522. Em 1526 D. João III lhe fazia, por carta de 5 de julho, egual mercẽ.

«Dom Manuell (*alias* D. João) etc. A quantos esta nosa carta vi-rem fazemos saber que nos tomamos hora a Jorge Anes Laines, per-feicoador da nosa moeda nesta cidade de Lixboa, o dito officio de per-feicoador, de que lhe tinhamos feito merce, em pagamento de certo dinheiro que nos deuia e avendo respeito aos seruicos que na dita moeda fez em a trazer em toda prefeica, querendolhe por iso fazer graça e merce, nos praz que posto que lhe o dito officio tomasemos, como dito he, lhe fiquem e gozem (*sic*) de todolos priuilegios, liber-dades frãquezas que com o dito officio tinha asy e tam inteiramente

como os tem os nosos officiaes da dita moeda, por quanto nos o ave-mos asy por bem. Porem mandamos ao viador, tesoureiro e officiaes da dita moeda e a todos los corregedores juizes e justicas e pessoas, a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer que muy inteiramente o deixem gozar dos ditos priuilegios, liberda-des... Dada em Lixboa aos xij de mayo—Gomez Pereira a fez—ano de mill b^c xxij anos. avemos por bem que pase esta carta per a chan-celaria, posto que pase o tempo que era obrigado pasar. Feito em Lixboa a xxx dagosto P^o Gomez a fez—Ano de mil b^c xxij anos».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações, liv. 1, fl. 64 v*).

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito ao serviço que me Jorge Annes Lainez tem feito no fazimento da minha moeda e como por me servir trabalhou de ha fazer em inteira perfeçam (*sic*) como tem feito e confiando dele que ho fara bem e verdadeiramente e como a meu serviço e bem do pouo compre e asy esguardando os muitos serviços que me tem feito e ora faz e espero que ao diamte faça e querendo lhe fazer graça e merce, tenho por bem e me praz lhe fazer merce do officio de prefa-ciador da moeda que se fizer na minha cidade de Lixboa, o quall offi-cio elle tinha delRey meu sôr e padre que samta groria aja per sua carta e lho tomou por diuyda que lhe deuia dos tratos da moeda que teue e ora me praz lhe tornar a fazer merce do dito officio e quero que tenha carguo de se fazer he laurar a dita moeda na perfeçam que deue pella guisa e maneira que he conteudo no comtrato que tinha feito acerqua da perfeçam da dita moeda e aja o premeo que no dito comtrato he decrarado por que asy ho tinha e avia pella carta do dito senhor que do dito officio tinha e me foy aprezentada e esto em quanto ho ele bem fizer e asy quero que haja e guoze das liberdades e fram-quezas que tenho outorgadas aos officiaes da dita moeda. E porem mado que ho ajam daqui em diamte por prefeciador da dita moeda e o metam em pose do dito officio e lho leixem servir equanto o ele bem fezer e aver o premeo decrarado no dito comtrato por o dito senhor sem lhe niso ser posto duuyda nem embargo alguñ por que asy ho ey por bem e he minha merce, o quall Jorge Anes jurara em a mi-nha chancellaria aos santos avangelhos que bem e verdadeiramente sirua o dito officio guardando a mim meu serviço e ao pouo seu de-reito. Dada em Santarem a b dias de julho—Antonio Paez a fez—anno de mill b^cxx bj».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações, liv. xxxvi, fl. 120 v*).

85—Lamego (João de).—Moedeiro da Casa da Moeda de Lisboa, a quem foi passada carta de aposentadoria, por ser muito doente, a 18 de julho de 1456.

«Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Jõ de Lamego, moedeiro da nosa moeda desta nosa muy nobre e ssenpre leall cidade de Lix-

boa, por quanto fomos certo per meestre Aluaro, fisico, que o dito Joham de Lamego he muito adoorado de umor menencoreo e de dor de cabeça e destamago e de doór de baço e de door de pedra e de collica deiliaca e ciatica e fastio, que aas vezes he posto em tanto trabalho que he em ponto de morte em guysa que lhe nom compre trabalho mais que aja repairo, teemos por bem e apoussentamollo e queremos que daqui en diante sseja escusado dir servir aa dita moeda. E porem mandamos a João Afonso que ora he nosso tessoureiro da dita moeda, ou a outro quall quer que depos el vier por tessoureiro e aos juizes da dita cidade e a outros quaees quer juizes, justiçaes officiaes e pessoas a que desto o conhecimento pertecer e esta carta for mostrada que ajam aqui en diante o dito João de Lamego por apoussentado como dito he e lhe cunpram e goardem e façã bem conprir e goardar todallas onrras preuilegios, liberdades que goardam aos outros moedeiros da dita moeda posto que ell nom sirua lhe nom uaaõ nem consstentã ir contra ell em maneira algũa por que asy he nossa mercee sem outro embargo. Dada em Lixboa xbiij dias de julho. Diogo Lopez a fez ano do Senhor Jhu x^o de mil iiij^c lbj».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Affonso V, Doações, liv. xxxv, fl. 76).

86—Lisboa (João de).—Cunhador da moeda de Lisboa, a quem se passou carta de aposentadoria a 8 de outubro de 1450.

«Dom Affonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Joham de Lixboa, cunhador da nossa moeda em a dita cidade, morador em ella, porque ha muito tempo que nos em o dito (falta a palavra *officio*) serviu e ora o nom pode mais servir por seer doente e adoorado, segundo fomos certo per inquiriçom que sobrello mandamos tirar, teemos por bem e apoussentamollo com todas ssuas honrras, preuilegios e liberdades que ora elle ha. E porem mandamos ao corregedor, juizes, vereadores e officiaes da dita cidade e ao alcaide da dita moeda e a outras quaees quer pessoas a que o conhecimento desto pertencer que o ajam daquy en diante por apoussentado e lhe nom avalliem seus beês pera o aconthiarem que aja de teer mais armas do que ora tem e lhe compram e guardem e façam conprir e guardar todollos preuilegios, honrras e liberdades que de nos auya quando o dito officio servia, e ysso meesmo ham os outros cunhadores que per hidade som pousados sem outro algũ embargo que lhe a ello ponhaaes. Dada em Sintra biij dias doutubro—Gonçalo de Moura a fez—ano de nosso Senhor Jhu xpo de mil iiij^c l. Ruy Galuam a fez escpreuer».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Affonso V, Doações, liv. xxxiv, fl. 168).

87—Lopes (Alvaro).—Moedeiro da Casa da Moeda de Lisboa. Carta de aposentação de 7 de abril de 1446.

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Affonso V, Doações, liv. v, fl. 28).

88—Lopes (Antonio).—Ourives da prata. Em carta de 20 de dezembro de 1549, se lhe fez mercê do officio de salvador do ouro da Casa da Moeda de Lisboa.

«Dom Joham etc a quantos esta minha carta virem faço saber que confiando eu de Antonio Lopez, oriens de prata, morador nesta cidade de Lixboa, que nesto me seruirá bem e fielmente como cumpre a meu seruiço e a bem das partes pertemce, o dou ora daqui em diamte por salluador do ouro da casa da moeda da dita cidade asy e da maneyra que ho elle deue ser e como são os outros salluadores da dita moeda, o qual Antonio Lopez avera por cada marco douro que salluar na dita casa o selayro adiante declarado —s— sendo o dito ouro meu avera a rezão de sete rs. e meo por marco, e sendo de partes avera a rezão de noue rs. e meo por marco e gozará de todas as liberdades e priuilegios que são concedidos e outorgados aos ofeciaes e mohedeiros da dita moeda e por tão mado ao tisoureiro, allaide esprivaes da dita casa que ho ajã daqui em diamte por official do dito officio e lhe deixem aver o dito ordenado como dito he, e elle sera obrigado de cada vez que for chamado por mado do tisoureiro ou por quem seu careguo teuer loguo na mesma hora ir a dita casa servir seu officio e asi de se hacupar pera iso de quais quer outras cousas em que for acupado e jurara na chancelaria aos santos evangelhos que syrua o dito officio bem e verdadeiramente gardando fiamça e lialdade em todas as cousas do dito careguo que ouuer de fazer e em quais quer outras que pertemcerem a dita moeda e pagou dordenado delle ao Recebedor da dita chancelaria dous mill rs. sobre quem forão carregados em recepta segundo se vyo per seu conhecimento em forma. Luis Nunez a fez em Lixboa a xx dias de dezembro ano do nacimiento de noso S.^{or} Jhuñ xpo de jbo Rix. Andre Soarez a fez».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, Doações, liv. LXIV, fl. 45).

Este Antonio Lopes tinha molestia contagiosa e renunciou em João Luis.

Vide este nome.

89—Lopes (Fernão).

Veja-se *Lopes (Francisco)*.

90—Lopes (Francisco).—Era ourives do ouro. Tendo Fernão Lopes, seu pae, renunciado n'elle o officio de concertar e fazer as balanças e pesos das casas da India, Mina e Moeda da cidade de Lisboa, foi confirmado no mesmo lugar em carta régia de 2 de maio de 1564.

Francisco Lopes renunciou o dito cargo em Simão de Sousa, ourives.

Veja-se este nome.

«Dom Sebastyam etc. aos que esta minha carta virem faço saber que por confiar de Francisco Lopez, ouriuez douro, morador nesta cidade de Lixboa, que no officio de comcertar e fazer as ballanças e pesos das casas da India e Mina e Moeda desta dita cidade, me se-ruira bem e fielmente como a meu seruico cumpre, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do dito officio em sua vyda, asy e da maneira que ate hora seruio Fernão Lopez, seu pay, a quem delle tinha feito merce em sua vyda ellRey meu senhor he avo, que samta gloria aja per hũa carta, que o dito Fernã Lopez dyso tynha asinada pello dito senhor, o qual officio ora renüciou per minha licença no dito Francisco Lopez, seu filho, segundo se vyo per hum publico estromento de renüciação que parecia ser feyto e asynado per Martim Fernandez publico tabaliam nesta cidade de Lixboa e seu termo aos xij dias deste mes dabrill e ano presemente de j^bºlxiiij com testemunhas nelle nomeadas, como tudo mais larguamente no dito estromento hera declarado, com ho qual officio o dito Francisco Lopez avera de mätimento e ordenado em cada hum ano dous mill rs paguos na casa da India per esta soo carta gerall sem mais outra prouisão minha nem de minha fazenda, que he outro tanto como tinha o dito Fernã Lopez, seu pay e isto alem de lhe ser paguo o que se momtar nas obras que nas ditas casas fizer e concertar e pello trellado desta carta... Dada em Lixboa aos ij dias de mayo—Balltesar Ribeiro a fez—ano do nacimiento de noso Senhor Ihũ Xpo de j^bºlxiiij e eu Bertolameu Froez, do quall officio asy faço merce ao dito Francisco Lopez por Grauiel d'Allmeyda, thesoureiro da dita casa da Moeda declarar per sua certydão ser abill e suficiente pera o servir».

Tem ao lado a seg.^{te} verba:

«Francisco Lopes conteudo nesta carta renunciou o officio de que trata por prouisam de S. Mag.^{de} em Simão de Sousa ouriues e se lhe passou carta delle asinada por Sua M.^{de} sobserita por Janaluez Soares a 14 dabrill de 603 que manda por aqui esta verba que fiz em Lixboa a 1 de feuerreiro 604. Luis Alvarenga Figueira».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, liv. xiv, fl. 163).

91—Lopes (João).—Ourives. Fundidor de ouro e prata da Casa da Moeda de Lisboa. Succedeu-lhe, por seu fallecimento, Pedro *Alva-res*. Vide este nome.

«Dom Johão etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que cõfiando eu de Johão Lopez, ouriuez morador na cidade de Lixboa, que nisto me se-ruira bem e fyellmente como a meu seruico cõpre, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do officio de fundidor da prata da moeda da dita cidade asy e da maneira que ho ellê deue ser e o era Vasqueanes, ouriuez, per cujo falecimẽto vagou, com ho quall officio avera dordenado em cada huũ ano dous mill quynhemtos e catorze rs, que he outro tanto como ho dito Vasqueanes avya, o quall ordenado avera quãdo quer que ouuer prata minha pera refumdir ou não ouuer ho tratador della na casa da dita moeda como ho

ora ha. Noteficoo asy ao comde da Castanheira, veedor de minha fazenda e mädolhe que faça meter de pose do dito offico de fumdidor ao dito Johã Lopez e aos officiaes da dita moeda que ho deyxem servir e dele vsar e aver o dito hordenado pella maneira que dito he, e pello trelado desta, que sera registado nos liuros da dita moeda, e seu conhecymento, mädö que se leyem os ditos dous mill e bº e xiiij rs. em comta ao official que lhos pagar e elle jurara em minha chancelaria aos santos avangelhos que bem e verdadeyramente syrua, guardando em todo meu serviço e as partes seu direito, homde pagou dordenado do dito offico mill duzemos e cincoemta e sete rs. como se vyo per conhecymento em forma do recybedor da dita chancelaria sobre quem forão careguados em receyta que foy roto ao asynar desta. Dioguo Neto a fez em Allmeyrim ao primeiro dia de março ano do nacimiento de noso Senhor Ihuñ xpo de mill bº Rij. Afonso Mexia a sobscopy.

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. vi, fl. 42 v).

92—Lopes (João).—Ensaiador da Casa da Moeda de Lisboa, que julgo ser diverso do anterior.

Succedeu-lhe, por ser muito velho e não poder servir, Gaspar Paes, nomeado em 1555. A 6 de maio de 1556 foi passado um alvará fazendo mercê a Filipa Gonçalves, mulher de João Lopes, de 5\$000 réis cada anno.

«Eu elRey faço saber a vos Fernão Alluarez d Andrada, meu tesoureiro moor, e a quem ao diamte o dito careguo servir, que avemdo eu respeito aos serviços de Joham Lopez, emsayador que foy da casa da moeda desta cidade de Lixboa, ey por bem e me praz de fazer merce a Filipa Gonçalves, sua molher, de cinco mill rs. cada ano, os quaees começara a vemcer do primeyro dya de janeyro deste ano presente de cincoemta e seis em diamte, em que lhe fiz a dita merce, e pello trelado deste alluara, que sera registado no liuro de vosa despesa pello sprivam de voso careguo e conhecymento da dita Filipa Gonçalves mädö aos comtadores que vos leuem cada ano os ditos b rs. em comta, e ey por bem que este valha, tenha força e vyguor como se fosse carta feyta em meu nome sem embargo da ordenaçam em contrario. Alvaro Fernandez o fez em Lixboa a bj de mayo do dito ano de bº lñ. Andre Soarez o fez spreuer».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. lrv, fl. 87).

93—Lourenço (Christovão).—Moedeiro. Em carta de 27 de outubro de 1441 se concedeu a Catarina Vasques, viuva de Christovão Lourenço, os mesmos privilegios que tinha em tempo de seu marido.

«Dom Aº etc. Carta de Cª Uasquez, morador em a cidade de Lixboa, molher que foy de Xpouã L.^{co}, que foi nosso moedeiro, que lhe

guardem os priuilegios e liberdades que auia em tempo de seu marido e mêtês esteuer uiuua em sua honrra: carta em forma dada em Môte moor ò uelho xxbij dias doutubro per autoridade do senhór Ifante dom P^o Regête etc. A^o Anes a fez ano do Senhor de mil iiij^o Rj».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. Affonso V, Doações*, liv. xxiv, fl. 28).

94—Lourenço (Fernão).—Salvador do ouro e da prata da Casa da Moeda de Lisboa. Succedeu-lhe por sua mórte Antonio Vaz.

Vide este nome.

95—Lourenço (Jacome).—Moedeiro, morador no Porto. Em carta feita em Lisboa a 8 de outubro de 1451, foi nomeado cunhador da moeda da mesma cidade.

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. Affonso V, Doações*, liv. II, fl. 140).

¿Seria filho de Vasco Lourenço?

96—Lourenço (João).—Moedeiro do tempo de D. Duarte. Vide documento em Alvaro Vasques, mestre de fazer naus.

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. Duarte, Doações*, liv. I, fl. 124 v).

97—Lourenço (Vasco).—Em carta, dada em Evora a 17 de setembro de 1451 e a pedido do conde de Odemira, se concedeu a Maria Afonso, viuva de Vasco Lourenço, cunhador da moeda do Porto, os mesmos priuilegios que tinha seu marido.

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. Affonso V, Doações*, liv. XI, fl. 135 v).

98—Luis (João).—Era ourives da prata. Succedeu a Antonio Lopes no officio de salvador da moeda de ouro que se lavrava na Casa da Moeda de Lisboa.

Carta de 2 de junho de 1551.

«Dom Joam etc. A quamtos esta mynha carta vyrem faço saber que eu tinha feito merce per mynha carta a Antonio Lopez, ouriuez de prata, morador na cidade de Lixboa, de huñ dos officios de saluador da moeda douro que se laura na casa da moeda da dita cidade, e por o dito Antonio Lopez ser doemte de doemça cõtágiosa, e por a dita causa nã poder seruir o dito officio lho mamdey satisfazer e ele fez renũcyaçam do dito officio pera eu prouer dele quem me aproueuse, pello quall, comfiando eu de Joam Luis, ouriuez de prata, morador na dita cidade de Lixboa, que no dito officio de saluador me seruirá com a verdade, fieldade e delygêcia que cumpre a meu seruiço e bem das partes e o negocio requer, ey por bem e me praz de lhe fazer dele merce asy e da maneira que o ele deue de ser e como ho sã os outros saluadores da dita moeda e a vera por cada marquo douro que saluar, asy meu como de partes, o premyo e sa-

lauro que per mym he ordenado asy e da maneira que o am os outros saluadores, e gozara de todos os preuilegios . . . Bertolameu Froez a fez em Almeirim a ij dias de junho do ano do nacymento de noso Senhor Ihuũ xpo de mill quynhentos cimquoemta e huũ».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, *Doações*, liv. LXII, fl. 205).

Vide Antonio *Lopes*.

99 — Luis (João). — Moedeiro da Casa da Moeda de Lisboa, a quem foi passado um alvará, com força de carta, de 5 de julho de 1567, privilegiando-o.

«Eu el-Rey faço saber aos que este aluara virem que avendo eu respeito a enformação que me foy dada de João Luis, moedeiro da casa da moeda desta cidade de Lixboa do numero dos cento e quatro do muyto tempo que ha que serue na dita casa e da continuação do seu seruico, e como ora por sua idade e indisposyção não está pera poder servir o dito carguo, ey por bem e me praz que seja escuso do seruico da dita moeda e posto que nella não syrua guoze e vse de todos os priuilegios e llyberdades que são concedidas aos officiaes e moedeiros da dita casa da moeda e como se lhe guardarão se nela seruira e se guardão aos outros moedeiros que na dita casa seruem. Notificoo asy a todas as justiças e officiaes a que este aluará for mostrado e o conhecimento delle pertencer e mamdolhes que inteiramente o cumprão e guardem e fação cõprir e gardar como se nelle cõtem por que pelloos ditos respeitos o ey asy por bem, e valera como se fose carta feyta em meu nome e asellada do meu sello pendête sem embargo da ordenação do segundo L.^o titulo xx que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno passem por cartas e pasando por aluaras não valhão. Baltesar Ribeiro o fez em Lixboa a cinco de julho de jb^olxbij. Bertolameu Froez o fez screpuer».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Privilegios*, liv. v, fl. 137).

100 — Matos (José de). — Era ensaiador supranumerário da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

(*Conselho Ultramarino*, liv. 14, folio 45).

101 — Mendes (Francisco). — Ourives, moedeiro, a quem se passou carta em 24 de fevereiro de 1540, fazendo-lhe mercê do officio de salvador da moeda da cidade de Lisboa.

«Dom Ioham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que cõfiando eu da bomdade e descrição de Francisco Memdez, ourivez, que nisto me seruira bem e fielmente, como a meu seruico cõpre, o dou ora por salluador da moeda desta cidade de Lixboa, asy como ho sam os outros salluadores. Noteficoo asy ao tysoureyro e

officiaes da dita casa e lhes mado que deyxem servir o dito cargo ao dito Francisco Mendez e aver o premeo a ele ordenado sem duvida nem embargo que a elo seja posto. E pagou dordenado ao recebedor da chancelaria dous mill rs, sobre que forão carregados em receyta como se vyo per seu conhecimento em forma. Dada em Lixboa aos xxiiij. dias de feureiro—Jeronimo Correa a fez—ano do nascimento de noso Senhor Ihũ xpo de mil bº R. E eu Manuel de Moura o fiz escprever».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. XL, fl. 122 v).

102—Mendes (Manuel).—Ourives da prata, morador no Porto. Por fallecimento de Manuel de Almeida foi nomeado para o cargo de ensaiador da Casa da Moeda da dita cidade, por alvará de 16 de março de 1587.

«Eu elRey faço saber aos que este meu alluara virem que cõfiando eu de Manuel Mendez, ouriuez de prata, morador na cidade do Porto, que no cargo de ensayador da casa da moeda da dita cidade me servirã bem e fielmente como a meu serviço cumpre, ey por bem e me praz fazerlhe merce do dito cargo, asi e da maneira que o elle deue ser e como o foi Manuel dAllmeida por cujo falecimento vagou, o qual servirã equanto eu ouuer por bem e nã mandar o contraio, e terá e averã com elle o ordenado que tinha e avya o dito Manuel dAllmeida e os prois e percallços que lhe diretamente pertencerem: pello que mando... Antonio dAragão o fez em Lixboa a xbj de março de mil bº lxxxij. Pero de Paiva o fez escreuer».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. XI, fl. 432 v).

103—Mendes de Vasconcelos (Rui).—No Corpo Chronologico (parte II, maço 147, doc. 33) ha uma carta sua sobre a moeda falsa portuguesa feita em Flandres, e a qual já foi publicada pelo Sr. Pedro d'Azevedo no n.º 4 d'este periodico (vol. VIII, 1903).

104—Monteiro (Francisco).—Ourives da prata. Tendo fallecido Rodrigo de Oliveira, foi nomeado, em carta de 25 de agosto de 1557, salvador da moeda da cidade de Lisboa.

«Dom Sebastião etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que confiando eu de Francisquo Monteiro, ouriuez de prata, morador nesta cidade de Lixboa, que nisto me servirã bem e fielmente, como cumpre a meu serviço e a bem das partes pertemce, o dou ora daquy em diamte por saluador da moeda da dita cidade, e asy e da maneira que o elle deue ser e como o foy Rodriguo d Oliueira, ouriuez de prata, por cujo falecimento o dito (falta *cargo*) vagou, e o dito Francisquo Monteiro averaa por cada marquo douro que laurar na casa da dita moeda o selairo, que ao dito officio he ordenado, e asy gozaraa

de todollos preuilegios e liberdades contheudas no Regimento nouo, e por tanto o notefiquo asy e mamdo ao thesoureiro e officiaes da dita casa que o ajão daquy em diamte por official do dito officio e lhe deixem aver o dito ordenado como dito he, e elle sera obriguado de cada vez que for chamado per mandado do dito thesoureiro ou per quem seu carguo tiuer ir lóguo na mesma ora a dita casa servir seu officio e a se desacupar pera iso de quaes quer outras cousas que for acupado, e jurara na chamcelaria que syrua o dito officio bem e verdadeiramente gardamdo fiamça e lealdade em todas as cousas do dito officio que ouuer de fazer e em quaes quer outras que pertemcerem a dita moeda, e o dito Francisquo Monteiro pagou dordenado delle ao recebedor da dita chancelaria dous mill rs, sobre o qual ficarão careguados em recepta, segumdo se vyo per seu conhecimento em forma que foy roto ao asynar desta, que pera firmeza do que dito hee lhe mandey pasar por mim asynada e aselada do meu sello pemdente. Dada em Lixboa a xxb dias daguosto—Aluaro Fernandez a fez anno do nascimento de noso Senhor Ihuũ xpõ de j b^c 1^{ta} e sete. Amdre Soarez a fez escreuer».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, Doações, liv. LXV, fl. 324).

(Continua).

SOUSA VITERBO.

Uma sepultura romana nos arredores de Oeiras

Numa excursão arqueológica que realizei em 18 de Outubro de 1912 pelos arredores de Paço de Arcos e Oeiras tive ocasião de encontrar, nos terrenos que ficam para o norte dessas povoações, frequentes vestígios de ocupações paleolítica, neolítica e romana.

Quero porém ocupar-me sómente dos vestígios romanos encontrados e especialmente de uma sepultura do Casal da Freiria, entre Polima e o Casal do Mato, uns quatro quilómetros para cima de Oeiras seguindo o curso da ribeira de Laje e depois o de um seu minúsculo afluente da margem direita.

Nos arredores de Lisboa, Oeiras notabiliza-se entre os lugares que fornecem vestígios de ocupação romana, porque no próprio local da povoação existiu uma outra antiga, ou pelo menos uma rica vila de recreio, núcleo da futura aglomeração de habitantes. Esse facto manifesta-se por um belo mosaico, ainda hoje sob a terra, nuns quintais da rua das Alcacimas, e pela grande quantidade de cacos, pesos, bicos de ânfora, etc., que se vão achando nas escavações de terrenos próximos.

À saída da vila, para o norte, sabe-se de um cemitério da mesma época, na Quinta da Costa.



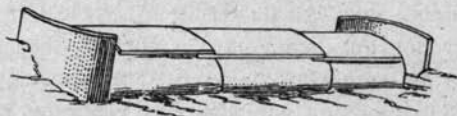
Quási a uma légua, em Tires, velha terra estendida num enorme banco de calcáreo que em grande parte afflora, o *lajeal*, vi na «eira do Duarte» um bico de ânfora e soube da existência de um forno, no mesmo local; *fôrno de mouros*, está bem de ver.

Ao construir-se a estrada que liga Tires à Abóbada (nome assaz evocativo) encontrou-se um cemitério, cujas sepulturas eram caixas de lajes de calcáreo. Para o norte da mesma povoação havia uma *fonte da moura*, hoje soterrada.

Partindo de Tires para Porto Salvo, pelos montes, encontra-se um *cabeco mouro*, todo coberto de mato, e por isso impenetrável, e logo depois, num plano entre êsse cabeco e a pequena povoação do Outeiro, uma estação romana, onde há restos de tégulas, potes e ânforas. No cerrado da primeira casa do Outeiro, divisei uma pequena *mola manuária*, que decerto proveio da mencionada estação.

Seguindo daí para Polima encontram-se, perto do Casal da Freiria, umas pedreiras junto das quais os cabouqueiros puseram a descoberto uma curiosa sepultura de que infelizmente não conservaram todo o material.

Essa sepultura era formada por grandes telhões, *imbrices* semi-esféricos, com 0^m,60 e 0^m,62 de comprimento, 0^m,25 de diâmetro e espessura média de 0^m,05, os quais ajustados formavam os lados de uma caixa de secção oval, dentro da qual fôra metido um cadáver,



Tipo de sepultura romana de secção oval

resguardado superior, inferiormente e nos topos por tégulas planas. Ossos e parte das telhas foram destruídas; contudo ainda consegui arranjar para o Museu Etnológico três dêsses telhões, intactos. A estranheza que o encontro desta nova forma de sepultura me causou só se modificou quando a pág. 65 do fascículo XLVI (1912) do *Dictionnaire des Antiquités*, de Saglio e Daremberg, encontrei, acompanhando a gravura que aqui vai reproduzida, as seguintes linhas referentes à palavra *tégula*. «Les tuiles peuvent servir à d'autres usages qu'à couvrir les maisons. On les dispose dans les tombeaux pour recevoir et recouvrir le cadavre. Les grandes tuiles plates s'agencent trois par trois pour former un abri de section triangulaire; les tuiles concaves forment comme un cercueil de section ovale».

Temos portanto que este tipo de sepultura, embora mais recente que o de secção triangular, também já encontrado em Portugal (Vid. *Religiões da Lusitania*, III, p. 374), tem agora representação na nossa arqueologia, como o teve na grega, pois que a figura é reproduzida da obra de Stackelberg, *Gräber der Hellen*.

VERGÍLIO CORREIA.

Notícias várias

1. Diadema de ouro

Em Bougado, concelho de S. Tirso, appareceu um diadema proto-histórico de ouro, que foi adquirido ultimamente pelo Museu Municipal do Porto. Vid. Joaquim de Vasconcelos in *Arte* (Porto), 1912, n.º 89, pp. 38 e 39.

2. O deus Aernus

No *Boletín de la R. Acad. de la Hist.*, LIX, 408, publica o Rev.^{do} Fidel Fita uma inscrição romana de uma lápide apparecida em Cerezo, que dista duas léguas de Granadilla, provincia de Cáceres, a duas léguas das Batuecas:

D. AE
SEVEI
RVS.E
V.S.L

O erudito autor hespanhol completa-a assim: *D(eo) Ae(rno) Seveirus e(x) v(oto) s(olvit) l(ibens)*, e acrescenta: «De este diós indígena se »conocián dos aras, asimismo votivas, en Castro de Avelans (Hübner, »2606, 5651)», interpretando *Aernus*, como nome correspondente a Marte, e dizendo que de *Seveirus*, que está em vez de *Severus*, veio o hesp. *Suero*, e o português *Soeiro*.

Em primeiro lugar observarei que de *Aernus* não há só as três inscrições que o Sr. Fita indica; há outra, de Macedo de Cavaleiros, publicada pelo Rev.^{do} Manuel Alves n-*O Arch. Port.*, XIII, 184-186, e reproduzida por mim nas *Religiões*, III, 217.

Em segundo lugar, tomo a liberdade de dizer que os cultos dos deuses da Lusitânia, quando estes não eram tópicos, tinham geralmente áreas circunscritas (*Religiões*, III, 89); é pois pouco provável que o de *Aernus* se estendesse de Castro de Avelãs e Macedo a Cerezo, que fica muito longe de aquellas povoações, para o sul do Douro e da Serra da Gata.

Por fim notarei que, ainda que a palavra *Seveirus* esteja bem lida (ou será *Severius*?), nem ela provém de *Severus*, nem de ela vem *Soeiro* ou *Suero*: o étimo destas duas é *Suarius* (medieval), como o mostra o derivado hespanhol *Suárez* e o port. *Soares*.

J. L. DE V.

Bibliografia

No *Bulletin Hispanique*, XIII, 123-132, faz uma apreciação muito lisonjeira da *Portugalia* e d-*O Archeologo Português* o Sr. Pierre Paris, a quem a arqueologia e a arte antiga da Península Ibérica muito devem. Aí são citados os trabalhos de Santos Rocha, José Fortes, Ab.^o Sousa Maia, Albano Belino, Alves Pereira, e Albino Pereira Lopo.

O desenho da pedra sepulcral da Defesa, da idade do bronze, publicado n-*O Archeologo Português*, XIII, 300, foi reproduzido pelos Srs. Adrien de Mortillet in *L'Homme Préhistorique*, VIII, 116, Joseph Déchelette in *Manuel d'Archéologie*, II, 491, e Pierre Paris no *Bulletin Hispanique*, XIII, 127, — porque todos estes ilustres arqueólogos acharam muito notável o respectivo monumento. Razão tive eu, pois, de encarecer o serviço que com a oferta de êle ao Museu Etnológico prestou à ciência o Sr. Francisco António da Cruz, de Grândola.

Les Ibères, étude d'histoire, d'archéologie et de linguistique, por E. Philippon, Paris, Champion, 1909.

Este livro pode considerar-se composto de duas partes: uma, glotológica, que, exceptuando algumas observações úteis, me parece bastante discutível (o A. pretende provar que o idioma ibérico [?] era indo-europeu); outra, etnográfica, exacta, por ser transcrição metodizada do que disseram da Península os autores antigos, mas incompleta, visto que Philippon só raramente, apesar do que diz no título, aproveita as informações da Arqueologia, e essas mesmas bebidas em fontes restritas. — A pag. 176-181 vem um bom retrato literário de Viriato. Pelo que toca ao nome do herói, o autor, porém, contra todas as regras da crítica, escreve *Viriatthos*! — O que eu escrevi nas *Religiões*, II, 202-205, a respeito das pedras do Cabo de S. Vicente de que fala Artemidoro, foi inútil, porque o Sr. Philippon nem a isso alude a pag. 302, quando trata das mesmas. — No fim do volume há um bom índice de vocábulos.

J. L. DE V.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XVIII

JULHO A DEZEMBRO DE 1918

N.º 7 A 12

Poesia e numismática

A leitura de um curiosíssimo folheto, separata d' *O Archeologo Português*, XI, 65 sgs., devido ao Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos e intitulado *Poesia e Numismática*, a propósito dum opúsculo do séc. XVII em que se descreve poéticamente uma moeda, sugeriu-nos a idea de reúnir umas notas em que se apontam algumas outras relações entre a poesia e a numismática portuguezas.

Principiaremos por nos referirmos ao grande poeta autor do nosso melhor poema heroi-cómico, *O Hyssope*,—António Dinis da Cruz e Silva. No volume V das suas poesias, a p. 61, vem uma ode pindárica dedicada ao «conde reinante de Schaumbourg Lippe, marechal general dos exércitos portuguezes».

Ora esta ode deu lugar ao idílio 23 que vem a p. 291 do volume II das *Poesias* de Dinis, e traz a seguinte rubrica: «Foi feito por occasião de haver o conde de Schaumburg Lippe, mandado da Alemanha, onde então se achava, uma medalha aberta em honra sua, ao Auctor, em reconhecimento da ode pindarica, que este lhe offerecera». De esta ode transcreveremos a parte em que se descreve a medalha.

..Estas, que em torno

Entalhadas se vêem da face augusta
Guilherme a dizer vêem de Lippe conde,
E de Schaumburg na illustre, antiga casa
Principe soberano. Da outra parte,
As que em roda se leem das lúas tropas
Por supremo caudilho o apregoam.
Est'outras, que debaixo d'essa c'roa
Abertas apparecem, significam
Que este premio será somente dado
Do engenho ás grandes forças..

Se compararmos esta descrição com a que vem a p. 35 do Lopes Fernandes e com a respectiva gravura, veremos que a do Dinis é bastante exacta.

Por ocasião de Dinis receber esta honra do Conde de Lippe, fez-lhe o seguinte epigrama:

Se no campo marcial Guilherme armado
No valor Alexandre parecia,
Em a paz o parece desarmado,
Honrando liberal a poesia.

António Dinis coleccionava diferentes cousas: minerais, conchas e outros produtos da natureza, preciosidades artisticas e, finalmente, —e é o que mais nos importa— medalhas e moedas.

A êste facto se referem uns versos dirigidos ao Dr. João Mendes Sachetti Barbosa, agradecendo-lhe um presente de medalhas e conchas, e intitulados «O génio do museu—Sonho», e que transcrevemos de p. 55 do volume IV das poesias:

..Eu sou o Genio,
Que sobre o teu Museu attento vela,
Que invisivel o cerca, que o protege,
Que cuida em augmentallo e enriquecello.
Para este fim rompendo a densa nuve,
Que a teus olhos me cerra, a advertir-te
De teus descuidos vigilante venho,
Como esperas, Elpino, que elle creça,
Nas ricas produções da Natureza,
Ou nas que destra mão de antigo mestre
Subtilmente lavrou, que o tempo esconde
Da madre Terra no profundo seio, —
E que a Mão favoravel do Destino
Mil vezes aos mortaes descobre e mostra,
Se ingrato aos beneficios, os esqueces?
Ricas medalhas, exquisitas conchas
Mão liberal te envia, e tu não curas
Nem ao menos sequer de agradecellas!

Quando descreve o Génio do Museu diz:

Uma gorgeira de esmaltadas penas
O colo lhe cercava, e nele em partes
De prata, d'ouro e cobre cem medalhas
De famosos heroes pendentes tinha.

Seria curioso saber que valor teriam estas colecções de medalhas e moedas do nosso António Dinis, e que fim levariam.

O nosso Vieira Lusitano, tam apreciado na pintura e tam pobre na poesia, refere-se a medalhas no seu livro *O insigne pintor e leal esposo Vieira lusitano*—livro de muito valor, por ser uma exacta autobiografia que serviu de muito auxilio para o belo trabalho do nosso distinto escritor Sr. Visconde de Castilho.

De êle copiamos, da p. 236, as seguintes singelas quadras que se referem aos prêmios que alcançou na Academia de Roma:

Depois que os vates mostrarão
Seus ramalhetes poeticos,
Principiou-se a solemne
Distribuição dos premios.

São estas duas medalhas
Ricas, que a cada mancebo.
D'aquelles dão por memoria
Das honras que merecerão;

Que de São Lucas pintando
Tem a imagem no reverso:
Da outra parte o transumpto
Do almo Pastôr expresso.

Todos os quaes são chamados
Pelos seus nomes inteiros
Em voz alta, e se publicação
As patrias em que nascerão.

Sempre os da classe primeira
Principalmente se appello
A receber as medalhas,
Que os cardeaes as dispensão.

De uma bandeja de prata,
Quando alli lhas apresentam,
As tomão elles, e logo
Aos chamados as entregão;

Naquelle honorifico acto
Mil louvores lhe aproprião,
E mil promessas lhe fazem
De serem delles protector.

Aqui do grão Barberini,
Eminentissimo excelso,
Toceu por morte a Francisco
Receber delle os seus premios;

O qual com lhaneza summa,
Todo urbano, e todo ameno,
Lhe offereceo amplamente
Seu consideravel prestimo.

Vieira, chegando a Portugal, ofereceu estas medalhas ao seu protector, o Marquês de Abrantes, para figurarem no seu notável museu. É o que Vieira diz nas seguintes quadras a p. 283:

Succintamente deu conta
Dos seus alcançados premios,
E lhe mostrou as medalhas
Que no certamen lhe derão.
Teve o Marquez grande gosto
Disto, e desvanecimento,
E lhas pediu para honra
Do seu singular Museo.
Faltar Francisco não ponde
A tanto requerimento,
Que venerou dignamente
Como estimvael preceito.
Dellas lhe fez, generoso,
Tão franco offerecimento
Que confissões de obrigado,
Ouvio do grão Cavalheiro;
O qual antes que as Medalhas
Recebesse, quiz primeiro
Que elle a seus Pais as mostrasse,
Como era justo e direito.

Agora passemos a tempos mais modernos.

A propósito da medalha instituída por D. João VI, e chamada de *Vila Franca* ou *da poeira*, há um soneto anónimo attribuído por Soriano a João Eduardo de Abreu Tavares, e alusivo a ter apparecido uma imagem do menino Jesus com um hábito de Cristo ao pescoço e uma *medalha da poeira* ao peito. De p. 567 do livro de Soriano, *Revelações da minha vida*, tiramos o soneto:

Já vi, e pasmo quando n'isto penso,
Santa Apollonia mostrando ao povo um dente;
Já vi deitado n'uma grelha ardente,
Qual tostado leitão, a S. Lourenço.
Com a lança em punho, capacete immenso,
Vi S. Jorge acossar fera serpente,
E a S. Sebastião, grego tenente,
Vi nu, tendo por tanga um fino lenço.
Vi Santo Antonio feito peregrino,
Santa Clara em trajo de padeira,
E S. Bento rapado ao modo chino;
Tenho visto no mundo muita asneira:
Só me faltava ver o Deus Menino
Cavalleiro da Ordem da poeira.

Ainda referente a esta medalha há um pasquim liberal, que tratamos de p. 37 do mesmo livro de Soriano:

Fidelidade ao rei, e á patria
Forte medalha!
Qual será a patria de tão vil canalha?

A p. 21 do *Cancioneiro popular politico*, de António Tomás Pires, vem as duas seguintes quadras referentes às medalhas da «Real Efigie» ou da «Real empigem», como lhe chama um jornal de Garrett, o *Chaveco Liberal*, que no seu n.º 2, de 17 de Setembro de 1829, diz: «distribuíram-se alqueires de medalhas da Real Empigem». Como todos nós sabemos, estas medalhas foram muito bem estudadas pelo notável numismata o Sr. Dr. Artur Lamas (*O Arch.*, xv, 25 sgs.).

Eis as quadras:

O nosso rei D. Miguel
É bonito e bem feito,
Prometteu aos realistas
Uma medalhã p'ró peito.

D. Miguel é pequenino,
É pequenino e bem feito,
Prometteu aos seus soldados
Uma medalha p'ró peito.

E a estas despretensiosas notas se resume o nosso modesto artigo, cujo único interêsse está em nele se referirem várias cousas espalhadas por diferentes livros e referentes à numismática portuguesa.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA.

Inscrição romana de Montemor-o Velho

Existe no Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra uma lápide calcárea, que tem dentro de uma moldura artística a seguinte inscrição, que lá copiei, e que não vem no *Corpus*:

D • M • S
L • CADIO CELLAE • ANN
XXVII • L • CADIVS • SCARVS
ET VALERIA • RVFINA
PARENTES • F • OPTIMO
F • C

O que diz em português: «Consagração aos deuses Manes. A Lúcio Cadio Cela (falecido na idade) de 27 anos. Seus pais, L. Cádio Scaro e Valéria Rufina, mandaram fazer (este monumento) a seu boníssimo filho».

Altura do monumento 0^m,90; largura 1^m,45; espessura 0^m,28. Altura das letras 0^m,065 a 0^m,07.

Esta lápide funerária foi encontrada em Montemor-o-Velho.

*

Tanto os cognomes *Cella* e *Scarus*, provenientes de palavras da língua comum («cela» ou «dispensa», e «sargo»), como o nome *Cadius* são raros. A respeito de *Cella* e *Cadius* vid. De Vit, *Onomasticon*, s. vv.; do segundo também fala Schulze, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, p. 76.

J. L. DE V.

Medalha da Sociedade Económica de Ponte de Lima (séc. XVIII)

Compri há tempos para o Museu Etnológico Português um folheto de 16 páginas, de 0^m,31 × 0^m,215 de dimensões, com o seguinte título na 1.^a página, que serve de rosto: ESTATUTOS || DA || SOCIEDADE ECONOMICA || DOS || BONS COMPATRIOTAS, || AMIGOS DO BEM PUBLICO, || ESTABELECIDA NA VILLA DE PONTE DE LIMA, || DEBAIXO || DA REAL PROTECÇÃO || DE SUA Magestade, || E INTERVENÇÃO DA JUNTA DA ADMINISTRAÇÃO || DAS FABRICAS DO REINO ||. Ao centro da página vê-se a figura de uma medalha, e em baixo lê-se: LISBOA || NA REGIA OFFICINA TYPOGRAPHICA. || ANNO M. DCC. LXXX. || *Com licença da Real Meza Censoria* ||.

A 2.^a página está em branco. As 3.^a e 4.^a occupa-as um Alvará passado pela Rainha D. Maria I. É só da 5.^a em diante que vão os Estatutos propriamente ditos.

O que principalmente chamou no folheto a minha atenção foi a figura da medalha; e a torná-la conhecida se destina a presente notícia. Antes porém de falar dela, convém dar alguns esclarecimentos acerca da Sociedade.

Como se diz no Alvará, a Sociedade Económica foi erecta na «villa de Vianna do Minho», mas ficou estabelecida na de Ponte de Lima; os Estatutos, cap. x, mandavam que as suas juntas ou sessões se celebrassem nas casas do Paço do Concelho nas quintas-feiras de

tarde, de Outubro a Setembro. «Esta Sociedade terá por objecto
»promover a agricultura e todos os ramos que a respeito, as artes,
»e a industria. Os fins, que ella se propõe, são instruir os seus com-
»patriotas sôbre assumptos tão importantes ao bem público, excitar nos
»povos, principalmente da Provincia, o gosto e applicação a estas ar-
»tes preciosissimas, e estudar por meio de huma prática constante tudo
»quanto pode contribuir a fazellas florescer; e propor os meios que jul-
»gar mais próprios para as animar e prosperar». *Estatutos*, cap. I.



Fig. 1

Falta-me o tempo para averiguar quais foram as vicissitudes da Sociedade; isso deixo aos investigadores locais: por mim apenas posso acrescentar que Manuel Gomes de Lima Bezerra, no frontispício da sua obra *Os Estrangeiros no Lima*, 2 vols., Coimbra 1785-1791, se

declara com patriótico desvanecimento «Sócio honorário da Sociedade Económica de Ponte do Lima».

Passemos agora à medalha.

No cap. x, § 2.º, dos *Estatutos* há esta disposição a respeito da Sociedade: «Será o seu emblema huma medalha com tres columnas, »e a coroa de Portugal firmada em sima dellas, representando huma »a Agricultura, e as outras duas as Artes e a Industria, com so sym-bolos correspondentes». A disposição é sucinta, mas com ela condiz de facto, até certo ponto, a medalha gravada no frontispício do folheto. Em verdade só se figurou uma face da medalha, ou porque esta era uniface, ou porque à outra face não se dera tanta importância (ela deveria porêr conter o nome da Sociedade).

O leitor, olhando para a gravura adjunta (fig 1), dispensar-me há de lhe fazer a descrição minuciosa da medalha. Bastará que eu note algumas particularidades.

Na medalha há duas partes principais: uma espécie de eirado ou terraço, e um rio; êste à esquerda do observador, e aquele à direita.

1.^a PARTE.—Em cada uma das colunas vê-es pendurado um escudete, que varia levemente de umas para as outras: num descobre-se uma haste alada, a modo de cadúceo, e encimada de um ôlho; no outro uma âncora; no outro um feixe de espigas e uma seitoira. Dos escudos estão suspensos respectivamente uma paleta, um busto, e um compasso & esquadro. Não há dúvida que o 3.º escudete simboliza a Agricultura; para irmos de acôrdo com a disposição dos *Estatutos*, transcrita acima, devia crer-se que a âncora simboliza a Indústria, e o cadúceo as Artes, por êle ser o distintivo de Mercúrio, que, se é deus do comércio, o é também da eloquência: no emtanto, além de que não se costumam simbolizar as Artes de tal modo, temo-las claramente simbolizadas na paleta (Pintura), no busto (Escultura), e no compasso & esquadro (Arquitectura),— pelo que eu supponho que à Indústria se referem os escudetes 1.º e 2.º, como simbólicos da Navegação (âncora) e do Comércio (cadúceo), que aqui se tem por manifestações da Indústria, tomada esta palavra em acepção lata. O ôlho que termina o cadúceo não será em rigor o da Providência, mas o da vigilância do comerciante, que deve estar sempre alerta para enganar e não ser enganado. Não peca a medalha por concisa, no que está em contraste com o referido no cap. x dos *Estatutos*: pois que pleonásticamente vemos outra vez simbolizado o Comércio, já em um personagem que está sentado a uma mesa, com um livro-de-razão aberto diante de

si, e um jôgo de mós e uma cegonha aos pés, já em Mercúrio, que dos ares olha para elle¹.

¹ Como me lembra o meu amigo Dr. Artur Lamas, há bastante semelhança entre esta parte da nossa medalha e o baixo-relêvo do pedestal da estátua equestre do rei D. José: vid. Machado de Castro, *Descrição analytica da execução da estatua*, Lisboa 1810, est. XVIII, e pp. VII e VIII; sem dúvida, quem desenhou a medalha conheceu o desenho de Machado de Castro, que, embora publicado pela imprensa com data posterior à dos *Estatutos*, se divulgou antes. A p. 195 diz Machado de Castro: «imaginei a scena em hum perystilo ou varanda magestosa», o que concorda com o eirado da medalha. No baixo-relêvo da estátua figura a Architectura, que tem «na mão direita hum esquadro e hum compasso, que são os seus distinctivos», p. 197; na medalha não se personifica a Architectura, mas apparecem os distinctivos. O Comércio, diz Machado de Castro, p. 197, «se representa em hum varão, vestido ao antigo uso portuguez. . e junto a si tem huma cegonha e duas mós»: a paridade entre isto e o que temos na medalha é bastante grande, a não ser que o personagem na medalha está de casaca, segundo a moda



Fig. 2



Fig. 3

do séc. XVIII, ao passo que Machado de Castro diz a p. 215 que a casaca é «uso ingratisimo ás artes». Igualmente o ôlho que encima o cadúceo na medalha é comparável ao que, talvez como sinal de providência régia, resplandece no sceptro de D. José (vid. est. XX de Machado de Castro, *Descrição analytica*). Machado de Castro honradamente declara que para os attributos das suas figuras se valeu da *Iconologia* de Cesare Ripa: vid. esta última obra, p. 25 (Agricultura com as espigas), p. 117 (Comércio, com a cegonha e as mós), etc. Da *Iconologia* há um exemplar na nossa Biblioteca Nacional (Pádua 1630, três partes), o qual consultei. A propósito do ôlho que resplandece na extremidade do sceptro, lembrei que não só isso se encontra em estampas de época posterior, por exemplo numa que está na Biblioteca Nacional, secção dos mss., cod. 8866-8867, e representa D. Pedro III & D. Maria I (vid. fig. 2, extraída do referido códice), mas como símbolo tipográfico mais antigo, por exemplo, em Alberti Trotii Ferrariensis . . . *De vero et perfecto clerico*, Lugduni 1535, no frontispício (vid. fig. 3).

2.^a PARTE. — O rio, que toma a outra parte do campo da medalha, e corre sulcado por dois barcos, e cortado de uma ponte fortificada, é manifestamente o Lima, de cuja ribeira cantou Diogo Bernardes num livro do mesmo nome:

...celebrada

Com outras de mais agoas sempre sejam,

— Sempre de brandas Ninfas habitada!

égl. 15; Lisboa 1820, p. 83. — Fico duvidoso se a outra torre, que está junto de uma das extremidades da ponte, pertence a esta ou não.

Do que expus infere-se que a primeira parte do campo da medalha se correlaciona com a Sociedade propriamente dita (as Artes, a Indústria e a Agricultura *firmant imperium et populi beatitudinem*, como se lê na fita), e a segunda com a vila em que ela fôra estabelecida.

Acessórios: à esquerda, para lá da ponte, descortina-se uma casa, começo da povoação; à direita avultam as montanhas que cercam a vila; em baixo, no exergo, lê-se: *P(onte) Limae a(nno) 1780*, estando *Limae* por *Limiae*, que é o nome antigo.

Provavelmente esta complicada medalha nunca chegou a ser cunhada; pelo menos Lopes Fernandes, *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas*, Lisboa 1891, não a menciona, nem sei que existam exemplares em alguma colecção.

Carção

Carção é uma das mais importantes povoações do concelho do Vimioso.

As fábricas de cortumes, antigamente muito disseminadas em vários pontos do distrito de Bragança em que o elemento israelita predominava, estão hoje limitadas a Carção e Argozelo, dia a dia batidas na qualidade e quantidade dos seus produtos por não acompanharem os processos modernos de fabrico mais fácil e económico, se bem que a carência de vias de comunicação muito tem influído na decadência dessa indústria, outrora florescente, em Carção.

Há muito tempo que tivemos noticia da inscrição abaixo reproduzida, de que fomos adiando a publicação à espera de a examinar *in loco*; porém, como não nos tem sido possível, resolvemos arquivá-la desde já, deixando para melhor ocasião, ou para quem o possa fazer, os comentários respectivos.

É como segue, segundo uma cópia que devemos à muita obsequiosidade do bom amigo José António Fernandes, actual pároco de Carção.

NÔSTE SI
TIO ESTAVAM
AS CAS DA MO
RADA DE FRÊ ME
NDS ÐOI EMDE
NADO H.A. MORTE
HADE ÐASPAR ÐI
N E FOI IOIS NESTE
LVÐAR NA ALCA
DA EM E TROCED
O HO DVTOR CRIS
TOVAMPINTO DE
PAIVA DESEMBAR
DA CASA DA SOPRI
CACAM ANO DE 1651
EL REI NOSO
AS MANDOV ARASAR
E SALÐAR PELA
EMPIADADE CO
TE ELESEÐ ENAD
TA MORTE POWOO RES
PEITO AO SACRAMENTO

que vem a dizer: *Neste sitio estavam as casas da morada de Francisco Mendes que foi comdenado ha morte Handre Gaspar Gil que foi jois neste lugar na alcada em que procedeo ho doutor Cristovam Pinto de Paiva desembargador da casa da sopricacam ano de 1651 el rei noso as mandou arasar e salgar pela empiadade com que eleseou (faleseou) en a dita morte pouquo o respeito ao sacramento.*

Está a inscrição numa grande lápide de granito, que se encontra cravada no chão, no meio do povo de Carção, junto a uma fonte.

¿Que crime cometeria o infeliz Francisco Mendes? ¿práticas moisaicas? não encontramos o seu nome entre os 204 individuos que as *Listas* apontam como naturais de Carção e processados no tribunal da Inquisição, se bem que o apelido Mendes nelas abunde.

Baçal, Dezembro de 1912.

P.^o FRANCISCO MANUEL ALVES.

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico

(Continuação d-O Arch. Port., XVII, 299)

Pergaminhos

XXVII

Óbidos.

29 de Julho de 1365 (1327).

Obrigaçãõ de Mestre Estêvão, prior de S. Pedro de Óbidos e Martim Gago, Pedro Fagundo, Afonso Anes, Lourenço Martins e Martim Esteves, raçoeiros, a pagarem os aniversários pelo dia que devem ser e não o fazendo, a pagarem de multa, cada dia, 40 soldos.

Tabelião: João Pires; testemunhas: Domingos Pires Salsa, clérigo, Afonso Clemente, Pedro Neto, João de Boim (?). Carta partida por *Abc*.

Dimensões: 0^m,095 × 0^m,174.

XXVIII

Óbidos.

5 de Junho de 1366 (1328).

Emprazamento em uma vida, a Vicente Francisco, da Moreira, da herdade no lugar da Moreira, caminho do Vau, e duma vinha a par da ermida, também no mesmo lugar, dando da herdade a terça parte de tudo e da vinha a metade do vinho e da *tinta*, e, além disto, pelo Natal, 4 galinhas. As propriedades foram emprazadas por João Martins, procurador de Mestre Estêvão, prior de S. Pedro, e por Pedro Fagundo, Martim Anes, Lourenço Martins e Afonso Eannes de *Leirã*, raçoeiros. Tabelião: Lourenço Pires; testemunhas: João Rodrigues da Freiria, João Vicente do Olho Marinho, João Alvão, Joane Anes, seu filho. Carta partida por *Abc*.

Dimensões: 0^m,160 × 0^m,134.

XXIX

Óbidos.

17 de Março de 1368 (1330).

Testemunho lavrado pelo tabelião Lourenço Domingues, de Santarém, a pedido de Afonso Eanes, prioste de S. Pedro, de como por morte de João Esteves, filho de Estêvão Galego, que morava nas casas que pertenciam à referida igreja, se viera meter nelas Vasco Esteves, irmão do falecido, e que vindo Inês Afonso, mulher dêste entregar as chaves da casa, se determinou que ali ficassem por

alquier até o dia de S. Miguel. O testemunho foi lavrado a par *cas Ayras Tourijs*, sendo testemunhas João Paes e Domingos Joanes, sapateiros e Domingos Pires Salsa.

Dimensões: 0^m,113 × 0^m,157.

XXX

Cadaval.

29 de Janeiro de 1373 (1335).

Testemunho lavrado por Vasco Rodrigues, tabelião, a pedido de Afonso Esteves, alcaide da Atouguia, e de João Domingues Dade, testamenteiros de Maria Gaga, bem como de Dom Lobo, em como aquela ordenou em seu testamento que a igreja de S. Pedro recebesse uma vinha ou herdade do rendimento de 4 libras, para se queimarem candeias enquanto se fizerem os aniversários dela, de seus pais e de João Gago, nomeando administrador da herdade seu sobrinho Afonso Esteves, filho de Estêvão Fagundo e seus descendentes. Em virtude dessa disposição, Vicente Pires, prioste de S. Pedro, Gil Domingues, Clemente Martins, Pedro Clemente, Fernão Clemente, Estêvão Pires, Vicente Domingues, Estêvão Domingues, João Gago, Estêvão Solteiro, homens bons do Cadaval, foram ver a vinha que está em Ponte de Pai Baralha e que parte com Estêvão Domingues, Domingos Martins Gomes (*sic*) e Martim Gonçalves; a vinha que está na Ribeira e que parte com filhos de Pedro Fagundo, o clérigo, Vicente Domingues, Clemente Martins e Lourenço Martins; e a vinha da Silveira que parte com o regueiro e com Afonso Martins, cevaldeiro e com filhos de Pedro Fagundo, clérigo; as quais rendem as 4 libras. Testemunhas: Domingos Martins, homem de Afonso Esteves, Martim Gonçalves, homem do prior de Guimarães, João Bernaldes, Pedro do Paço, Lourenço Gago e Vicente Anes, clérigo.

Dimensões: 0^m,440 × 0^m,212.

XXXI

Óbidos.

27 de Maio de 1373 (1335).

Instrumento pelo qual se obrigaram Pedro Esteves, prior, Afonso Eanes de Leirea, Vicente Pires, prioste, Afonso Eanes de Lisboa e Martim Lourenço, raçoeiros de S. Pedro, a fazer dois aniversários cada ano por alma de Estêvão Fagundo, do Cadaval e de Domingas Martins, sua mulher, pelas herdades e quinhão duma cuba que Afonso Estêves, alcaide de Atouguia, filho e testamenteiro de Estêvão Fagundes deu, as quais havia João Martins *Leite coito* na aldeia do Mosteiro, couto de Alcobaça, tendo adquirido os cinco quinhões da

cuba que era necessária para recolher o vinho que a igreja tinha na aldeia por 50 libras do aniversário de Martim Annes, que foi prior da dita igreja. Tabelião: Gonçalo Lourenço, tabelião da rainha D. Isabel. Testemunhas: Afonso Martins, da Vermelha, alvazil, Lourenço Domingues de *Anhourega*, tabelião, Rui Lourenço, João Fernandes, clérigos, Estêvão Annes, filho de João Martins, coelheiro, Simão Pires da *Royariça* e Pedro Annes, filho de João Simões.

Dimensões: 0^m,339 × 0^m,220.

XXXII

Óbidos.

27 de Maio de 1373 (1335).

Emprazamento a Lourenço Esteves, filho de Estêvão Galego e a sua mulher Estevainha Rodrigues da herdade de Roçamundo com a almoinha e com uma vinha, com obrigação de dar pelo Natal nove maravedis, feito pelo prior Pedro Esteves e pelos raçoeiros de S. Pedro, Afonso Eanes de Leiria, Vicente Pires, Afonso Eannes e Martim Lourenço. Tabelião Lourenço Domingues. Testemunhas: Domingos Alcáide, Lourenço Martins, natural da Nougara, seu homem e Martim Domingues Sarilho.

Dimensões: 0^m,140 × 0^m,264.

XXXIII

Óbidos.

27 de Janeiro de 1374 (1336).

Testemunho lavrado por Lourenço Domingues, tabelião, a pedido de Afonso Eannes de Leiria, raçoeiro, de como Estêvão Soares testamenteiro de Lourenço Soares, seu irmão, lera uma verba do testamento em que se dizia que por morte de Maria, sua criada, ficasse a seus parentes mais chegados a metade da vinha do Souto com obrigação de dar à igreja de S. Pedro 20 soldos para um aniversário anual. Testemunhas: João Pires, filho de Abril Lopes, Andreu, homem que foi de Estêvão Domingues e Domingos Durães, albergueiro.

Dimensões: 0^m,060 0^m,195.

XXXIV

Óbidos.

24 de Abril de 1374 (1336).

Instrumento feito no côro de S. Pedro à missa da prima pelo qual Tereija Domingas a *Franca*, viúva e testamenteira de Vasco

Gago, doou à igreja de S. Pedro uma casa em Óbidos que parte com João Pires e com rua que vai para a Serra para nela se fazer anualmente um aniversário, por alma de seu marido. Tabelião: Gonçalo Lourenço. Testemunhas: Estêvão Nunes, Afonso Martins, escudeiros, Lourenço Domingues, tabelião, Fernão Fernandes, João Afonso e Pedro Annes, clérigos.

Dimensões: 0^m,190 × 0^m,235.

XXXV

Óbidos.

9 de Setembro de 1374 (1336).

Doação que fazem Afonso Esteves, do Cadaval, vedor dos bens que foram de Pedro Fagundo, abade de S. Pedro de Sul e raçoeiro de S. Pedro de Óbidos, e Estêvão Cadaval, criado do dito Pedro Fagundo, à igreja de S. Pedro, duma courela de vinha, que foi do referido abade, com obrigação dum aniversário, composto de vésperas e matinas. A qual vinha fica em Várzea de Meios e parte com Marinha Cardiga, com vinha do prior de S. Pedro e com vinhas da igreja de Santa Maria. Ficará a administração dela, por morte de Estêvão Cadaval, não havendo filhos, a seu irmão Afonso Fagundo ou a João Fagundo. A doação foi aceite por Pedro Estêvez, prior, Lourenço Anes, prioste, Afonso Eanes de Leiria, Vicente Pires, Gil Eanes e Martim Lourenço, raçoeiros. Tabelião: Gonçalo Lourenço; testemunhas: João Domingues, alvazil, Lourenço Fernandes do Peral, Afonso Pires do Cadaval, Joane Anes, clérigo, Domingos Du-rães e Domingos Domingues, sobrinho de Rui Nunes.

Dimensões: 0^m,265 × 0^m,200.

XXXVI

Óbidos.

3 de Novembro de 1374 (1336).

Traslado duma verba do testamento de Maria Fernandes, irmã de Afonso Fernandes da de Gorda, seu testamenteiro, a qual deixou imposta numa parte da vinha do Souto uma pensão de 20 soldos à igreja de S. Pedro para seu aniversário. Foram presentes os raçoeiros Afonso Eanes e Martim Lourenço, sendo tabelião Vasco Rodrigues e testemunhas João Anes e Vicente Domingues, clérigos, João Pires, filho de Abril Pires, vogado, Pedro Cão e seu filho Estêvão Pires.

Dimensões: 0^m,146 × 0^m,195.

XXXVII

Leiria.

12 de Janeiro de 1375 (1337).

Carta de doação que fazem João Martins *Leite coito* e sua mulher Maria Anes a Pedro Esteves, prior de S. Pedro de Óbidos, duma vinha na Roiariça, a qual foi de Gonçalo Gonçalves e de Maria Domingues, moradores na Atouguia e parte com Pedro Eanes Mel e com foreiros de Domingos Alcaide, para aniversários da alma de Mestre Estêvão, irmão de João Martins, que tinha deixado em seu testamento 100 libras para esse efeito. Tabelaio: Estêvão Martins; testemunhas: Fagundo Martins, morador na Marinha, João Pires, morador em Alcanada, filho de Pedro *Çimões*, Vicente Ribas, almocreve e Afonso Rodrigues, filho de Dom Rodrigo.

Dimensões: 0^m,278 × 0^m,215.

XXXVIII

Óbidos.

14 de Fevereiro de 1375 (1337).

Doação à igreja de S. Pedro duma vinha na aldeia de S. Mamede (Momedes), acima das vinhas da Ordem de S. Tiago contra a Serra, a qual ora tem Vicente Pechem, e de uma courela no Casal da Chiota que parte com caminho que vai para a Roiariça e vai por cima do outeiro de S. Mamede partindo com João Boucelo, com herdeiros de Lourenço Soares, com Lourenço Fernandes e com Domingos Freire, sob obrigação de fazer anualmente um aniversário por alma de Martim Gago, prior de S. João de Abrantes e raçoeiro de S. Pedro de Óbidos. A doação foi feita por Estêvão Lourenço, testamenteiro do referido Martim Gago. Tabelaio: Gonçalo Lourenço; testemunhas: Vicente Martins, clérigo, Pedro Eanes da Roiariça, Rui Pires, Fernão Fernandes, clérigo, e Gil Martins, criado de Martim Gago.

Dimensões: 0^m,100 × 0^m,342.

XXXIX

Óbidos.

14 de Fevereiro de 1375 (1337).

Obrigação que fizeram Pedro Esteves, prior de S. Pedro e Lourenço Annes, prioste e raçoeiro, de pagar a Estêvão Lourenço, testamenteiro de Martim Gago, os dinheiros por que se arrendaram os frutos da razão que o dito Martim Gago havia de ter na dita igreja,

depois da sua morte, conforme a constituição do bispado de Lisboa, em consideração a ter o testamenteiro dado para aniversário duas courelas. Os quais dinheiros Afonso Eannes de Leiria, raçoeiro da igreja houve de Lourenço Annes. Tabelião Gonçalo Lourenço; testemunhas: Vicente Martins, clérigo, Pedro Annes da Roiarica, Rui Pires, Fernão Fernandes, clérigo, e Gil Martins, criado de Martim Gago.

Dimensões: 0^m,144 × 0^m,220.

XL

Óbidos.

22 de Março de 1375 (1337).

Traslado duma verba do testamento de Clara Domingues, mulher de Aires Tourinho, seu testamenteiro, na qual se declarava que ela deixava a sua criada Margarida, filha de Fernão Tourinho, duas courelas, uma em Souto, e outra em Cerveira, com obrigação de dar à igreja de S. Pedro, para um aniversário, 20 soldos. O testamento estava na mão de Aires Tourinho que o facultou por ordem de João Domingues, alvazil dos gerais em Óbidos, a requerimento de Pedro Esteves, prior da igreja de S. Pedro. Tabelião: João Pires; testemunhas: Afonso Esteves, alcaide, Domingos Domingues, João Rodrigues e Estêvão Pires, tabelião.

Dimensões: 0^m,230 × 0^m,191.

XLI

Óbidos.

17 de Março de 1375 (1337).

Instrumento de como João Pires, porteiro jurado do concelho, disse que fôra por mandado do alvazil João Domingues meter de posse Lourenço Eanes, prioste de S. Pedro, em nome do prior e raçoeiros, dos bens de Estêvão Rodrigues de Fanhões (Fanhões), pela quantia de 300 libras, em que foi avaliada a demanda que com ele haviam, de cinco formas de sapataria, da herdade do Outeiro, a par da aldeia, duma vinha na Várzea, e doutra nas Fontes, termo da aldeia; disse também que metera na Cobrombeira Vicente Tomé, em nome dos referidos, em posse duma casa derribada, pelo que lhe tirou a herdade da Abruñeira. Tabelião: Lourenço Domingues; testemunhas: Afonso Esteves, alcaide, Afonso Martins, escudeiro, Lourenço Pires, tabelião, Domingos Domingues, vogado, Lourenço Esteves, procurador, Afonso Pires que foi alcaide, Afonso Eanes, raçoeiro de S. Tiago.

Dimensões: 0^m,133 × 0^m,204.

XLII

Óbidos.

19 de Junho de 1375 (1337).

Escambo que fez Fernão Fernandes, clérigo, morador em Óbidos, filho de Fernão Paes da Mouta, com Margarida Domingues, de duas courelas de vinha e duma herdade. As duas courelas jazem em Val de Cabras, junto da Mouta, e partem com Vicente Anes, Lopo Fernandes, João Domingues, filho de Domingos Pequeno, e a herdade jaz na Abrunheira no caminho que vai para Tôrres Vedras, e parte com os filhos de João Franco e com caminho de Lournal. Estas propriedades pertenceram a Constança Gil, mãe de Margarida Domingues. Tabelião: Gonçalo Lourenço; testemunhas: Domingos Ribeira, João Bartolomeu, da Fanadia e Domingos Vicente, de S. Gregório.

Dimensões: 0^m,119 × 0^m,230.

XLIII

Óbidos.

28 de Julho de 1375 (1337).

Doação que fizeram Fernando Afonso dito *dulveira*, sua mulher Margarida Domingues e Maria de Évora, sua irmã, à igreja de S. Pedro duma casa no adro da dita igreja, a qual lhes deixaram seus pais para aniversários, como está escrito no livro dêles, e parte com casas que foram de João Pinhão e que pertencem agora a Aires Tourijs e com azinhaga. Os referidos meteram de posse da casa ao prioste Afonso Eanes de Lisboa e aos raçoeiros por terra e palhas. Tabelião, Lourenço Domingues; testemunhas: Gonçalo Lourenço, tabelião, João Lourenço, clérigo, João Esteves Goleu (?) pedreiro, João Anes Giraldo Anes, clérigos e Domingos Alcaide.

Dimensões: 0^m,155 × 0^m,178.

XLIV

Óbidos.

7 de Outubro de 1375 (1337).

Traslado em pública-forma duma verba do testamento de... Lourenço de Amoreira, pela qual deixava à igreja de S. Pedro para um aniversário uma courela em... a par da fonte. Passada a pedido do arcepreste Afonso Eanes e dos raçoeiros Vicente Pires, Gil Eanes e Lourenço Anes, pelo tabelião Lourenço Domingues, sendo testemunhas João Martins, genro de João Ruvo (Ruivo), João Leonardes, Domingos Leonardes e João Pires.

Mutilado. — Dimensões 0^m,120 × 0^m,172.

XLV

Abrantes, na Rua Grande ante
as casas de Lourenço Anes,
clérigo.

17 de Agosto de 1376 (1338).

Aforamento a Estêvão Mocharro, vizinho de Óbidos, filho de Pedro Mocharro e a sua mulher Maria Anes e a todos seus sucessores feito por Martim Pinhão, prior de S. Pedro de Abrantes e raçoeiro de S. João da dita vila, de todos os bens que tem em Gayaria e que foram de Domingos Pinhão e Domingos Iohanes e de Domingos Iohanes *colham teybos*, os quais partem com Estêvão Mendes, Domingos Soares, Mamede Pires, João Bocharo, Domingos Afonso, João Gayola, Martim Foyuo, Estêvão Durães, Domingos Iohanes, com o fôro do quinto do pão, vinho, linho e fruta que derem e mais dois alqueires por fogaça por Santa Maria de Agosto e um capão. Tabela: Afonso Martins; testemunhas: Estêvão Menay, clérigo, Domingos Pires Neto, Domingos Anes, homem de Lourenço Pires, Vasco Afonso, clérigo.

Dimensões: 0^m,171 × 0^m,213.

XLVI

Óbidos.

13 de Dezembro de 1376 (1338).

Traslado duma verba do testamento de Martim Macho, apresentado por seu filho Gil Martins pela qual deixava um maravedi anualmente, assente na courela do Barro, à igreja de S. Pedro pela alma de seus pais, a qual tinha João Macho com esse encargo. Passada a requerimento do arcipreste Afonso Eanes, sendo tabelião Lourenço Domingues e testemunhas: João Domingues, criado de Martim Macho, Gil Martins, filho de Martim Macho, João do Pó, clérigo, Pedro Juiães, sapateiro, Afonso, filho de Dona Luzia e João Domingues Reimondo.

Dimensões: 0^m,120 × 0^m,206.

XLVII

Óbidos.

30 de Abril de 1378 (1340).

Traslado duma verba do testamento de Marinha Domingues, mulher de João Domingues, pela qual deixava a seu marido todas as terras que tinha na Serra e que partiam com Domingos Alcaide, Afonso Vicente e João de Valverde e por morte dêle a seus irmãos Nicolau e Domingos Domingues, com obrigação de fazer um aniver-

sário em S. Pedro dando à igreja 20 soldos cada ano. Passado nas casas de Martim Domingues, vigário em Óbidos pelo bispo de Lisboa, D. João, sendo testemunhas Vicente Pires, raçoeiro, João Escudeiro da Capeleura (sic), Martim Abril de Abruageura (sic), João Pires do Arelho; e tabelião Vasco Rodrigues.

Dimensões: 0^m,202 × 0^m,235.

XLVIII

Óbidos.

1 de Junho de 1379 (1341).

Carta do escambo feito por Pedro Esteves, prior de S. Pedro, Afonso Eanes de Leiria, Lourenço Eanes, Estêvão Martim Loureiro, Vicente Pires, raçoeiros da mesma igreja, e Gil Eanes, prior de Santa Maria, Afonso Eanes de Leiria, Martim Cansado, Lourenço Martins, João Rodrigues e Andreu Martins, raçoeiros desta igreja, com Pedro Julães, sapateiro e sua mulher Elvira Tendeira dum pardieiro que foi lagar, onde chamam a Fontela e que parte com Domingos Johanes da Ramada; do qual pardieiro Mendo Afonso e Estêvão Mendes deixaram a metade a S. Pedro e a outra metade a Santa Maria, Domingos de Lisboa e Maria Dona, por duas courelas na Torre. Uma destas parte com Maria Soares, Pedro Esteves, Afonso Eanes, filho do albufeiro do Barro e a outra parte com Ruberte Lourenço e Aires Tourinho. Tabelião: Estêvão Pires; testemunhas: João do Pó, Fernão Fernandes, Vicente Martins clérigos, Pedro Lourenço, homem de Gil Eanes, prior de Santa Maria, Martim Esteves, Estêvão Eanes, coelheiro, homem de Pedro Esteves, prior de S. Pedro, Domingos Paes, sapateiro de Santarém, Aires Tourinho, Estêvão Martins do Mombarral e João Pires do Peral, neto de Joana Pires.

Dimensões: 0^m,380 × 0^m,250.

XLIX

Atouguia.

10 de Setembro de 1379 (1341).

Traslado da verba do testamento de Gonçalo Gonçalves, que estava em poder do seu genro Lourenço Martins, feito em 11 de Julho de 1372 (1334), pela qual deixou a obrigação de alumiar a lâmpada que está em Santa Maria de Roiariça, imposta na vinha que chamam das Eiras a Vicente Gonçalves, seu filho. Passado por Domingos Anes, tabelião, a requerimento de Estácio Lourenço, clérigo e por ordem de Pedro Martins, juiz, sendo testemunhas Estêvão Pires, tabelião, Afonso Vicente, tabelião, e Miguel Batel.

Dimensões: 0^m,198 × 0^m,172.

L

Santarêm.

12 de Fevereiro de 1380?
(1342).

Carta pela qual D. Afonso IV manda ao almoxarife do lugar da Selir que não se oponha à cobrança da dízima do pescado que ali vier, como era costume receber o prior de S. Pedro de Óbidos, do qual os moradores recebem os sacramentos. A pedido do respectivo prior. Passada em lugar de ... Esteves, clérigo de El-Rei, por Fernão Rodrigues, também clérigo de El-Rei e feita por Julião Domingues.

Já não existe o sêlo. Mal conservada. (Em pública-forma no n.º 115).— Dimensões: 0^m,220 × 0^m,323.

LI

Eras de 1381 (1343) e 1382
(1344).

Visitações da capela de Santa Maria do Monte, feitas por Grainho, escrivão de D. Vasco, bispo de Lisboa, nas quais entre outros melhoramentos materiais manda que Johane Anes dentro do prazo de 15 dias diga de cór os preceitos da lei, os artigos da fé, etc.; que Pedro Domingues, casado, abandone a barregã Teresa Pires; que Domingos Vicente e Domingos Ferreira, usureiros restituam os dinheiros que tiraram às pessoas com quem tiveram negócios e outras disposições curiosas que o mau estado do pergaminho não deixa ler por completo.

Dimensões: 0^m,277 × 0^m,554.

LII

Óbidos.

21 de Novembro de 1381 (1343).

Traslado duma verba do testamento do Lourenço Soares, feito por Lourenço Domingues de Santarêm, tabelião de Óbidos em 1374 (1336), pela qual deixava à igreja de S. Pedro 20 soldos para um aniversário, impostos na metade da vinha do Souto, com que ficou Maria, sua criada. Passado por ordem de Estêvão Martins Loureiro, raçoeiro de S. Pedro e ouvidor por D. Vasco, bispo de Lisboa, a requerimento de Lourenço Anes, raçoeiro da mesma igreja, por Estêvão Pires, tabelião, sendo testemunhas: Bernal Martins, clérigo, Lourenço Miguéis, capelão de S. Pedro, Fernão Fernandes, administrador da capela de João Gago e Pedro Esteves, procurador no Concelho.

Dimensões: 0^m,196 × 0^m,197.

LIII

Mouta.

30 de Maio de 1382 (1344).

Auto pelo qual os moradores do lugar da Mouta se obrigaram a fazer a igreja do dito lugar, como o bispo de Lisboa, D. Vasco, mandara em suas visitas, ao qual estiveram presentes os seguintes: Martim Lourenço, prioste Afonso Vicente, Lourenço Pires, João Mendes, Pedro Anes, João Anes, filho de João Mogo, João Aparício, João de Montejunto, Bacias Esteves, João Francisco, Domingos Francisco de Albergaria, Domingos de Deus, João Domingues, filho de Domingos Pequeno, Estêvão Joanes, Afonso Domingues, sapateiro, João Gil, João Longo de Albergaria, Estêvão Domingues da Moutalonga, Estêvão da Serra, Domingos Joanes filho do clérigo e Martim Lourenço, raçoeiro de S. Pedro de Óbidos. Tabelião de Óbidos: João Martins; testemunhas: Joane Anes, capelão da igreja da Mouta, João Mendes, Afonso Domingues, sapateiro, João Mogo e Afonso Vicente.

Dimensões: 0^m,235 × 0^m,274.

LIV

Tórres Vedras.

29 de Abril de 1382 (1344).

Instrumento pelo qual foi assinado o dia 10 de Maio a Martim Lourenço, raçoeiro de S. Pedro de Óbidos, para estar no lugar da Mouta para o vigário de Tórres Vedras, Lopo Martins, fazer uma inquirição ao prior de S. Pedro e aos moradores daquele lugar, conforme mandava o bispo de Lisboa D. Vasco, por sua carta. Tabelião: João Rodrigues, por seu escrivão João Afonso Redondo; testemunhas: Afonso Pires, filho de Pedro Anes, oleiro de Óbidos, Martim Domingues e Vasco Anes, homem do vigário.

Dimensões: 0^m,183 × 0^m,219.

LV

Óbidos.

4 de Junho de 1383 (1345).

Público instrumento ou auto de posse da vinha e moinho da herança de João Pinhão, clérigo, sitos em Rabo de Ânguia, tomada por João Fernandes, filho de Fernão Tourinho, de que há-de pagar a S. Pedro um alqueire de trigo amassado em cada semana, cujas terras e moinho vagaram por morte de Martim Pinhão, de quem era sobrinho o referido João Fernandes, que as teve de defender de espada nua contra Estêvão Anes Gago, clérigo, também da linhagem

de João Pinhão. Era moleiro do moinho Domingos Silvestre Picoeiro. Tabela: Gonçalo Lourenço; testemunhas: Domingos Lourenço, Estêvão Anes, mercadores, Lourenço Anes, raçoeiro de S. Pedro, Pedro João davem (?), João Afonso, sapateiros, João Lourenço de Leiria, Pedro Quincheiro (?), João Miguéis, João Bartolomeu e Estêvão Anes, ferreiro.

Dimensões: $0^m,473 \times 0^m,200$.

LVI

Óbidos.

15 de Maio de 1384 (1346).

Emprazamento a Afonso Anes, raçoeiro de S. Pedro, e a duas pessoas depois da sua morte, da herdade do Raal, que teve Martim Cansado, pertencente à capela do Chancinho, feito por Estêvão Anes, prioste, e Vicente Pires, Martim Lourenço, Lourenço Anes, raçoeiros de S. Pedro, com obrigação de dar à igreja 20 soldos por primeiro de Janeiro. Tabela: Vasco Rodrigues; testemunhas: Vicente Anes, Estêvão Anes, clérigos e capelães da capela de João Gago, Afonso Pires, tesoureiro da de S. Pedro e Fagundo Anes, da de Gorda.

Dimensões: $0^m,226 \times 0^m,200$.

LVII

Óbidos.

12 de de 1384 (1346).

Traslado duma verba do testamento de Vicente Francisco, feito em 28 de Outubro de 1377 (1339), sendo testemunhas Rodrigo Anes, sapateiro, Vicente Gonçalves, Domingos, mancebo do referido Vicente Francisco e Fernão Fernandes, abade, pela qual deixava vários dinheiros a S. Pedro e à casa de Santa Maria de Aboberijs, impostos na herdade do Chão de Barbas, de que ficou administradora sua filha Maria. Passado a requerimento de Vicente Pires, raçoeiro de S. Pedro, por ordem de Estêvão Martins Loureiro, vigário do bispo de Lisboa, D. Estêvão, sendo testamenteira Estevainha Joanes, mulher de Domingos Anes da Moreira. Tabela: Gonçalo Anes; testemunhas: Martim Vicente, clérigo e Domingos Vicente.

Danificado.—Dimensões: $0^m,225 \times 0^m,205$.

LVIII

Santarém.

13 de Fevereiro de 1386 (1348).

Sentença de D. Afonso IV, dada pelos sobre-juizes Bartolomeu Pires e Martim Afonso, abade de Ferreira de Aves, pela qual foi

confirmada a avença feita entre Fernão Vasques e sua mulher Maria Domingues, moradores em Selir, e João Fernandes, filho de Fernão Tourinho, pela qual os primeiros cederam o direito à posse da vinha do Rabo de Ânguia e das casas de Óbidos, ficando porém, de posse delas, enquanto vivos, dando à igreja de S. Pedro uma candeia do tamanho da igreja.

Fernão Vasques, filho de Vasco Fernandes e de Maria Martins, tinha apelado para a Córte da sentença do corregedor da Estremadura, João Afonso, sobre a demanda que seu pai tinha com Aires Tourinho e Clara Domingues, sua mulher, em razão das casas e da vinha que partiam com João Fernandes e Abril do Vale. As quais a rainha D. Isabel já por sentença julgara que as tivesse Aires Tourinho e por sua morte passassem ao pai de Fernão Vasques, o que não aconteceu por João Fernandes nelas meter por força Maria Gil. A sentença foi assinada pelos sobre-juizes e feita por Afonso Esteves. Conserva ainda o sêlo, bastante danificado.

Dimensões: 0^m,340 × 0^m,340.

LIX

Óbidos.

28 de Maio de 1387 (1349).

Doação feita por Gonçalo Anes, tabelião e Sancha Lourenço, sua mulher, para casamento, a Afonso Esteves e Guiomar Lourenço, cunhada do referido Gonçalo, irmã de sua primeira mulher Margarida Lourenço, de todos os bens de Margarida Tourinha, sua sogra, com obrigação dum aniversário em S. Pedro. Afonso Esteves e Guiomar Lourenço confessaram receber os instrumentos da sentença, em que Lourenço Afonso, da Trabalhia, era obrigado a Constança Lourenço, irmã da referida Guiomar. Tabelião: Lopo Gil; testemunhas: João Vicente, clérigo, Martim Lourenço, Vicente Domingues, sapateiros, João Anes, de Mocharro e João Franco, de Moreira.

Dimensões: 0^m,150 × 0^m,290.

LX

Óbidos.

7 de Outubro de 1388 (1350).

Instrumento pelo qual se obrigou Afonso Esteves, filho de Estêvão Vicente, e Guiomar Lourenço, sua mulher, a dar 20 soldos à igreja de S. Pedro por um aniversário por alma de sua cunhada e irmã Margarida Lourenço, impostos na herdade de Santa Eiria, que parte com mato que foi de Afonso Norrez, com João Gil e com Afonso Bartolomeu. A qual herdade foi de Lourenço Pires e de Mar-

garida Tourinha, pais dos referidos. Fernando Esteves, procurador de Estêvão Gomes, prior de S. Pedro e Pedro Afonso, prioste, obrigaram-se pelos bens da dita igreja a cumprir o legado. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Pedro Dias do Avelal, Domingos Pires da aldeia do Paraíso e João Pires, raçoeiro de S. Tiago.

Dimensões: 0^m,175 × 0^m,275.

LXI

Óbidos.

10 de Junho de 1389 (1351).

Pública-forma dum instrumento apresentado por João Anes, filho de João da Serra perante Aires Gonçalves, alvazil geral de Óbidos, datado de 7 de Maio de 1379 (1341), lavrado pelo tabelião João Pires, sendo testemunhas Domingos Domingues, do Ólho Marinho, Estêvão Domingues, Lourenço Miguéis, da Atouguia, Estêvão Domingues, clérigo da dos Figueiros, Pedro Esteves, Lourenço Esteves, procuradores e Rui Pires, vogado. O instrumento contém a avença que fez Estêvão Soares da Roíariça, testamenteiro de Lourenço Soares, seu irmão, com Pero Martins da Sacheira e Alda Fernandes, sua mulher e Vicente Martins, tutor dos filhos de Afonso Esteves, que foi tabelião, e da dita Alda Fernandes, pela qual a pensão que pagavam de 20 soldos a cada uma das igrejas de S. Pedro e S. Tiago para aniversários de Estêvão Pires de Cornadi, passe à casa que pertenceu a êste e era situada na Rua Direita de Óbidos, a que chamavam a Tenda e de que esteve de posse Orraca Pires, viúva do referido Estêvão Pires de Cornadi, ficando livre o lagar que Orraca Pires, vendeu a Fernão Gonçalves da de Gorda, sogro do dito Lourenço Soares e que pertencia agora a João da Serra. Tabelião: Estêvão Domingos; testemunhas: João Esteves, tabelião, Martim Lourenço, Gil Martins, João Migão, Afonso Esteves, filho de Estêvão Domingues, Lourenço Paes e Fernão Vasques.

Dimensões: 0^m,211 × 0^m,283.

LXII

Óbidos.

29 de Junho de 1389 (1351).

Emprazamento que fizeram Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Domingos Anes, prioste e Pedro Afonso, raçoeiro, a Rui Dias e a Estevainha de Sousa, sua mulher, moradores no Soveral, a par da Lagoa, e a uma pessoa, da casa que a igreja tem na Rua Direita que lhe deixou Martim Gago, o pequeno, e parte com casas em que morou D. Guitéria e com Vasco Afonso, com obrigação de pagar 3 li-

bras por Santa Maria de Agosto. Tabelaio: João Esteves; testemunhas: Domingos Mocharro, Lourenço Anes, clérigos, Gil Afonso, cónego da Alcáçova de Santarem, Gonçalo Esteves, filho de Estêvão Pires e Gonçalo Anes, filho de Joane Afonso, sapateiro.

Dimensões: 0^m,160 × 0^m,233

LXIII

(1.º documento)

Óbidos.

30 de Junho de 1389 (1351).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Domingos Anes, prioste e Gonçalo Vasques, raçoeiro, a Pedro Afonso, raçoeiro, e a mais uma pessoa, das casas com seu conchouso na rua que vai dos Oleiros para o cabo da vila e que partem com adega de Estêvão Lourenço e com adega da capela de João Gago, com obrigação de dar 40 soldos por S. Miguel. Tabelaio: João Esteves; testemunhas: Gil Afonso, cónego da Alcáçova de Santarém, Sueiro Esteves e Afonso Martins, homens do prior, Domingos Moncharro e Lourenço Anes, clérigos. Com outro documento.

Dimensões: 0^m,275 × 0^m,233.

LXIII

(2.º documento)

Óbidos.

30 de Junho de 1389 (1351).

Emprazamento feito pelos anteriores ao mesmo por um determinado número de soldos duma vinha no Barro que parte com Domingos Mamede, Estêvão Anes e com a água corrente de Madarra. O mesmo tabelaio e testemunhas anteriores.

No pergaminho anterior.

LXIV

Óbidos.

30 de Junho de 1389 (1351).

Fragmento dum emprazamento em três vidas a Domingos Anes feito pelo prior de S. Pedro duma herdade no Areeiro, a qual lhe deixara Estêvão Dias, dos Oleiros por seu aniversário, e parte com a mulher de Bartolomeu Pinhão com obrigação de 15 soldos. Tabelaio: João Esteves; testemunhas: Gil Afonso, cónego da Alcáçova de Santarém, Sueiro Esteves, Afonso Martins, homem do prior, Domingos Mocharro e Lourenço Anes, clérigos.

Dimensões: 0^m,131 × 0^m,225.

LXV

Óbidos.

30 de Junho de 1389 (1351).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Domingos Anes, prioste, e Pedro Afonso, raçoeiro, a Gonçalo Vasques, raçoeiro, e a uma vida, de duas vinhas no Cadaval e onde chamam a Ribeira, as quais deixara Afonso Anes, prior. Uma das quais parte com Estêvão Martins e Vicente Dias e a outra com Estêvão Martins.

Fica obrigado a dar o têrço do que elas produzirem. Tabelaio e testemunhas das cartas anteriores.

Dimensões: 0^m,194 × 0^m,179.

LXVI

Óbidos.

29 de Junho de 1390 (1352).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, a Domingos Martins e a Catarina Lourenço, sua mulher, moradores na Roariça, duma casa com seu chão, na aldeia da *Royariça*, a qual está junto das casas de Domingos Soares, com obrigação de 10 soldos por dia de S. Pedro. Tabelaio: João Esteves: testemunhas: Fernando Esteves, Afonso Esteves, João Esteves, João do Vau, Lourenço Afonso da Atouguia.

Dimensões: 0^m,150 × 0^m,274.

LXVII

Óbidos.

29 de Junho de 1390 (1352).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Pedro Afonso, prioste e Afonso Anes de Leiria, raçoeiro, a Leonardo Dias e a Tereza Dias, sua mulher, moradores em Val Escuro, duma herdade em Roçamundo, que parte com Vasco Gonçalves, com obrigação de dar o quarto que ela produzir. Tabelaio: João Esteves; testemunhas: Fernando Esteves, Gil Martins, Fernandes, escudeiro e Estêvão Vicente.

Dimensões: 0^m,158 × 0^m,186.

LXVIII

Óbidos.

1 de Julho de 1390 (1352).

Auto de composição que fizeram Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Afonso Eanes, raçoeiro, duma parte, e Vasco Afonso, da outra, em razão da capela que Bartolomeu Pinhão, e Domingas Martins,

sua mulher, ordenaram na referida igreja, mantida com os rendimentos da vinha que chamam da Palmeira e dumas casas, ao pé das de Santo Espírito em Óbidos, dos moinhos da Assenta, com os quais não se podendo manter um capelão, por causa da carestia grande das soldadas, combinaram os referidos pagarem 12 libras ao prior e raçoeiros para um aniversário em cada mês. Tabelião: Estêvão Mendes; testemunhas: João Esteves, tabelião, Fernando Esteves, escolar e Lourenço Afonso, morador na Atouguia.

Dimensões: 0^m,331 \times 0^m,200.

LXIX

Óbidos.

13 de Abril de 1392 (1354).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, e Gonçalo Vasques, prioste, Afonso Anes, Pedro Afonso e Domingos Anes, raçoeiros, a Vicente Anes e a sua mulher Margarida Anes, moradores na dos Negros, duma vinha na *provincia* do dito lugar dos Negros ao Pôrto da Azenha, que deixou João Dias à dita igreja, a qual parte com Estêvão Martins e com a charneca, com obrigação de dar 15 soldos por 1 de Março. Tabelião João Esteves; testemunhas: Lourenço Anes, Gonçalo Anes, João Lourenço, clérigos, Rui Pires, João Anes e Lourenço Anes, genro do Sancheiro e Lourenço Fernandes, escudeiro.

Dimensões: 0^m,200 \times 0^m,220.

LXX

Óbidos.

16 de Abril de 1392 (1354).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Gonçalo Vasques, prioste, Domingos Anes e Afonso Eanes, raçoeiros, a Lourenço Anes e a sua mulher, dumas casas na Rua Direita, as quais partem com casas da capela de Pedro Fernandes, com obrigação de dar 20 soldos a 2 de Janeiro. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Gonçalo Anes, tabelião, Vasco Afonso, alvazil, Lourenço Fernandes, escudeiro, Rodrigo Anes, pedreiro, Domingos Fernandes e Pedro Fernandes.

Danificado.—Dimensões: 0^m,201 \times 0^m,231.

LXXI

Óbidos.

16 de Abril de 1392 (1354).

Escambo que fizeram Estêvão Gomes, prior de S. Pedro de Óbidos, Gonçalo Vasques, prioste, Domingos Anes, Afonso Anes e Pedro

Afonso, raçoeiros, com Gonçalo Anes, tabelião, e Clara Pires, sua mulher, dum pardieiro da Rua Direita, que parte com casas de Estêvão Pires, por uma vinha onde chamam os Bacelos, que foram de Fernão Joanes, que parte com arneiro de Estácio Anes, com vinhas de Vasco Martins e de Pero Martins das Mós. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Lourenço Anes, João Lourenço, clérigos, João Afonso, sapateiro, Mateus Anes da Capeleira e Gonçalo Vasques, alfaiate.

No mesmo pergaminho conserva-se o outro exemplar do escambo.—Dimensões: 0^m,480 × 0^m,175.

LXXII

Óbidos.

1 de Julho de 1392 (1354).

Emprazamento que fizeram Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Domingos Anes, Afonso Anes, raçoeiros, a Pedro Afonso, raçoeiro, e a duas pessoas depois, dumas casas com seu conchousô, na rua que vai dos Oleiros e que parte com adega de Estêvão Lourenço e com conchouso da capela de João Gago, e da vinha no Barro, a qual foi de Afonso Verrez e parte com vinha de Domingos Mamedes e com vinha de Estêvão Eanes, filho de João Pires, tabelião e com Modarra, e de casas que partem com Afonso Anes de Leiria, com obrigação de dar em 1 de Dezembro 6 libras e 15 soldos. Tabelião João Esteves, testemunhas: Domingos Francisco, Afonso Esteves, Estêvão Esteves, Lopo Esteves e João Lourenço.

Dimensões: 0^m,164 × 0^m,267.

LXXIII

Óbidos.

1 de Julho de 1392 (1354).

Emprazamento em três vidas feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, Domingos Anes e Afonso Anes, raçoeiros, a Pedro Afonso, raçoeiro, dumas casas com seu conchouso, sitas na rua dos Oleiros, e que partem com adega de Estêvão Lourenço e com conchouso da capela de João Gago; duma vinha no Barro, a qual foi de Afonso Verrez, e parte com vinha de Domingos Momedes e com outra de Estêvão Anes, filho de João Pires tabelião e com a água de Modarra; e de outras casas na rua dos Oleiros, que partem com casas de Afonso Anes de Leiria, com obrigação de pagar em 1 de Outubro 6 libras e 15 soldos. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Domingos Francisco, Afonso Esteves, Estêvão Lopes, Lopo Esteves e João Lourenço. Carta idêntica à anterior.

Dimensões: 0^m,184 × 0^m,235.

LXXIV

Óbidos.

1 de Julho de 1392 (1354).

Emprazamento em três vidas feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro e por Afonso Anes de Leiria e Pedro Afonso, raçoeiros, a Domingos Anes, também raçoeiro, duma vinha, com sua testeira no lugar de Assenta *provincia* de Óbidos, a qual deixou João Soares e parte com herdade do cabido, com Lourenço Paes e com Domingos Durães, do Castelo e duma herdade no Arieiro, a qual deixou Estêvão Dias, dos Oleiros e parte com a mulher de Bartolomeu Pinhão, com obrigação de dar três libras por Santa Maria de Setembro. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Domingos Francisco, Afonso Esteves, Estêvão Esteves, Lopo Esteves e João Lourenço.

Dimensões: 0^m,136 × 0^m,294.

LXXV e LXXVI

Óbidos.

8 de Março de 1393 (1355).

Emprazamento em três vidas feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, e por Afonso Anes, Domingos Anes e Pedro Afonso, raçoeiros, a João Esteves e a Margarida Fernandes, sua mulher, moradores na Roiariça, duma herdade no lugar de Águas Quentes, a qual parte com a Água Quente, com herdeiros de João Paes, com o Ribeiro Velho, com herdeiros de Pedro Anes Mel, com Domingos Alcaide e com Leonardo Anes, com obrigação de dar o quarto de todos os bens e a dizima do pão, legumes e linho. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Afonso Esteves, filho de Estêvão Dias, mercador, Vicente Gonçalves, João Lourenço, homem do dito Domingos Anes e João Anes da Roiariça.

Dimensões: 0^m,178 × 0^m,249; 0^m,170 × 0^m,255.

LXXVII

Óbidos.

30 de Junho de 1393 (1355).

Emprazamento em duas vidas feita por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro e por Afonso Eanes, Domingos Anes e Pedro Afonso, raçoeiros, a Domingos Martins e a Catarina Lourenço, moradores na Roiariça, duma casa com seu chão na Roiariça, junto das casas que foram de Domingos Soares, no adro da igreja de Santa Maria Virgem, com obrigação de 10 soldos por dia de S. Pedro. Tabelião: Fernão Eanes; testemunhas: João Rodrigues, clérigo, Lourenço (sic) thesoureiro e Vicente Anes, homem de Estêvão Gomes.

Dimensões: 0^m,131 × 0^m,198.

LXXVIII

Óbidos.

4 de Maio de 1394 (1356).

Pública-forma duma verba do testamento de Pedro Anes Mel, morador na Roiariça, casado com Ana Leonardes, pai de Nicolau Pires, morador na Cobrombeira, feito em 4 de Maio de 1389 (1351), pela qual deixou, para um aniversário, à igreja de S. Pedro, uma vinha que comprara a Martim Anes e a seu pai João Abril, a qual parte com Estêvão Lobato, ficando por administrador sua filha Constança Pires. O traslado foi passado, a requerimento do raçoeiro Domingos Anes, pelo tabelião Estêvão Gonçalves, sendo testemunhas Vasco Esteves, Nuno Pires e Lourenço Pereira.

Dimensões: 0^m,200 × 0^m,183.

LXXIX

Óbidos.

6 de Janeiro de 1396 (1358).

Emprazamento em três vidas feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, por Pedro Afonso, prioste, por Domingos Anes e Afonso Anes, raçoeiros, a Domingos Freire, morador nos Vidais, couto de Alcobaça, duma vinha nas Bastas, *provincia* da Aldeia do Mosteiro, a qual parte com barroca e com as vinhas de Afonso Esteves Alvernaz, e duma courela no mesmo lugar que parte com Afonso Domingues, filho de Domingos Gregores, e com João Anes, genro do ferreiro da Aldeia do Mosteiro, com obrigação de dar 3 libras por S. Miguel. Tabelião da Rainha: João Esteves; testemunhas: Domingos Lourenço dos Vidais, Leonardo Martins, do Cadaval, Lourenço Gonçalves e Vicente Anes, homens do prior, e Martim, filho de João de Évora.

Dimensões: 0^m,225 × 0^m,256.

LXXX

Óbidos.

6 de Janeiro de 1396 (1358).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, duma terra nas Bastas, aldeia do Mosteiro, a Domingos Freire. Parece idêntico ao documento anterior.

Muito danificado.—Largura: 0^m,230.

LXXXI

Óbidos.

1358 (?).

Pública-forma passada pelo tabelião João Esteves, por ordem dos alvazis de Óbidos, do emprazamento em três vidas, lavrado pelo

tabelião Afonso Esteves em 1389 (1351) por ordem do Mestre Estêvão, prior de S. Pedro, e de Afonso Anes, Lourenço Martins e Martim Esteves, raçoeiros, a João Esteves e a Joana Anes, dum chão na Serra, com obrigação de dar 5 soldos, sendo testemunhas Domingos Pires Salsa e um porteiro do bispo de Viseu.

Muito danificado.—Comprimento: 0^m,289.

LXXXII

Óbidos.

1399 (1361).

Emprazamento feito por Estêvão Gomes, prior de S. Pedro, e por Domingos Anes, Estêvão Anes, Pedro Afonso, raçoeiros, a Martim Agostinho, duma terra em Vale Escuro, que parte com mato dos Gafos, com vinha da Ordem do Hospital e com mato de Estêvão Lourido, com obrigação de 15 soldos, uma galinha e a dízima do que a terra produzir.

Muito danificado—Dimensões: 0^m,248 × 0^m,211.

LXXXIII

Óbidos.

19 de Janeiro de 1402 (1364).

Emprazamento feito por Domingos Anes, Estácio Anes e Gonçalo Anes, raçoeiros de S. Pedro, e por Pedro Rodrigues, prioste, a Estêvão Esteves e a Maria Rodrigues, sua mulher, duma vinha com arneiro no lugar de Roçamondo, que a igreja houve por doação dos mesmos para aniversário do raçoeiro Afonso Anes, a qual parte com caminho que vai para a aldeia de S. Mamede, com caminho que vai para a Tinhosa e com Pedro Vicente, filho de Constança Bernardes, com obrigação de darem 30 soldos. Tabelião: João Afonso; testemunhas: Vasco Afonso, João Lourenço Cochão, Estêvão Anes, clérigo de Cornagaa, Afonso Anes, sapateiro.

Dimensões: 0^m,203 × 0^m,190.

LXXXIV

Óbidos.

19 de Fevereiro de 1402 (1364).

Emprazamento feito por Domingos Anes, Estácio Anes, Gonçalo Anes, raçoeiros, e por Pedro Afonso, prioste, a Estêvão Esteves e a Maria Afonso, sua mulher, duma casa na Rua Direita de Óbidos, que parte com casas de Pedro Esteves, com obrigação de dar 30 soldos por S. João Baptista. Tabelião: João Afonso; testemunhas: Vasco Afonso, João Lourenço Cochão e Estêvão Anes, clérigo de Cornagaa.

Dimensões: 0^m,240 × 0^m,180.

LXXXV

Óbidos.

7 de Novembro de 1404 (1366).

Pública-forma duma cláusula do testamento de Domingos Anes, prior de Santa Maria, apresentado por Lourenço Anes, mercador, pela qual deixava a S. Pedro de que era raçoeiro, para aniversário, 30 soldos, impostos na herdade que comprou a Gonçalo Vasques, escudeiro, a qual está na Abrunheira. Passada a pedido de Estácio Anes, prioste de S. Pedro, por ordem do arcipreste Lopo Gonçalves, pelo tabelião João Afonso. Testemunhas; João Anes, prior de S. Pedro, Fernão Gonçalves, João Afonso, prior de S.^{ta} Maria, João Lourenço, clérigo e João Afonso, homem de Gonçalo Vasques, escrivão da puridade de El-Rei.

Dimensões: 0^m,231 × 0^m,161.

LXXXVI

Óbidos.

22 de Janeiro de 1406 (1368).

Pública-forma duma cláusula do testamento de Pedro Fernandes, raçoeiro da Sé de Lisboa, feito no Carvalhal de Sueiro Ferreiro, a 24 de Setembro de 1369 (1331) por Lourenço Domingues, tabelião de Óbidos, pela qual deixava a S. Pedro 30 soldos, pagos pela courela da vinha do Azal, como está escrito no livro dos aniversários. A qual foi lavrada por João Esteves, a pedido do raçoeiro Pedro Afonso, por ordem do vigário Estácio Anes, sendo testemunhas, Martim Anes, raçoeiro de S.^{ta} Maria, João Pires, raçoeiro de S. Tiago, Vasco Rodrigues e Afonso Domingues, clérigos.

Dimensões: 0^m,211 × 0^m,181.

LXXXVII

Óbidos.

2 de Abril de 1408 (1370).

Doação que fazem Estêvão Lourenço almoxarife de Óbidos e sua mulher Frol Rodrigues, a S. Pedro, duma vinha nos Çacalhos, a qual ele herdou por morte de Afonso Mateus e de Maria Pires, pais de Maria Afonso, sua primeira mulher, com obrigação de três aniversários. Tabelião: João Esteves: testemunhas: Pedro Afonso, Gonçalo Anes, raçoeiros de S. Pedro, João Pires, raçoeiro de S. Tiago e Gonçalo Anes, porteiro.

Dimensões: 0^m,168 × 0^m,200.

(Continua).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Goiva de pedra de Óbidos

Em Setembro de 1912 comprei a um aldeão da Estremadura uma linda goiva de pedra negra, que vai desenhada na figura junta: é de anfibolite muito compacta, ou de diorite, e mede de comprimento 0^m,135; está óptimamente polida em toda a superfície, e tem a particularidade de apresentar em cada extremidade seu chanfro, um acabado, outro incompleto.

Segundo as informações que do mesmo aldeão recebi, o instrumento appareceu por acaso, em 1906, numa serra ao pé do Sobral da Alagôa, concelho de Óbidos, dentro de uma fisga ou rotura de um penedo, juntamente com muitas coveiras humanas, que a estupidez e ignorância dos achadores destruíram por completo. Vê-se que a fisga era um sepulcro prehistórico.

*

O Sr. Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 515, diz que as goivas são raras na França e na Suíça, havendo-as em maior número na Escandinávia. No *Musée Préhistorique* de G. & A. de Mortillet, 2.^a ed., est. LV, e no *Reallexikon* de Forrer, est. 145, n.º 10, vem figuradas algumas da Dinamarca e da Rússia. No que toca a Portugal, lembrarei que o Museu Etnológico possui, pelo menos, mais dez goivas (de diferentes formas e rochas) que obtive também na Estremadura: uma proveniente da Arruda dos Vinhos, outra das Caldas da Rainha, três de Óbidos, uma do «castelo» de Pragança, e quatro de vários outros pontos do concelho do Cadaval¹. É curioso que com a relativa abundância de instrumentos desta espécie em Portugal coincida o ter, ao

que parece, origem ibérica o vocábulo latino gubia², de onde veio para o românico *goiva*, *gubbia*, *gouge*, etc.

J. L. DE V.

¹ Vide no pav. I, os mostr. 15.º, 16.º, 18.º, 32.º e 36.º; e no II o mostr. 17.º

² Diez, *Gramm. des l. rom.*, I, 35.

Aquisições do Museu Etnológico Português

I

Janeiro de 1910

- O Sr. **Director do Museu** adquiriu, por compra, para o Museu:
uma estampa do Vale das Furnas (S. Miguel, Açôres);
estampas etnográficas de Portugal;
Repertório das Ordenações, ed. de 1604 (espécime tipográfico;
registos de santos (papel e pergaminho);
Geografia manuscrita, séc. XIX (1.^a metade);
caixa de rapé, obtida em Paris, análoga às nossas (arte popular);
uma goiva neolítica de fibrolite: Paínho (Cadaval).
- O Sr. **Dr. Vergílio Correia da Fonseca** ofereceu:
um *pondus* de barro de *Conimbriga*, com inscrição (... LIVS);
outro da mesma procedência, com N e @.
- O Sr. **António Lamas** ofereceu uma canga de bois, do Minho.
- O Sr. **Dr. Francisco da Silva Falcão** ofereceu duas figurinhas de estilo egípcio.
- O Sr. **António dos Santos Brito**, de Loulé, ofereceu uma tábua antiga com embutidos.
- A Sr.^a **D. Leonor Cardoso**, de Guimarães, ofereceu um guarda-sol (espécime etnográfico).

Fevereiro de 1910

- O Sr. **Director do Museu**, em uma excursão que fez a Liceia, adquiriu os seguintes objectos:
vinte machados de pedra dos arredores daquela aldeia;
um instrumento cilíndrico, achatado, de pedra com uso nas duas extremidades, sendo talvez mão de almofariz duplo;
um machado de Liceia (arredores).
- O Sr. **Jaime Leite** ofereceu os objectos seguintes:
mó de pedra achada no exterior do castro da Columbeira;
três facas de sílex do castro da Columbeira;
mão de mó, e machado de pedra, do mesmo castro.
- O Sr. **Joaquim Roto** ofereceu:
dois fragmentos de mós, do castro da Columbeira;
bela serra de sílex, da mesma procedência.
- O Sr. **António Cabral**, de Tôrres Vedras, ofereceu um machado de pedra de Tôrres Vedras ou Lourinhã.

Março de 1910

O Sr. **Director do Museu** adquiriu por compra, para o Museu, os seguintes objectos:

uma placa de lousa, preistórica, ornamentada, achada em um campo da herdade do Barrocal, freguesia e concelho de Évora, comprada a um negociante de Évora;

um machado de pedra polida, dos arredores de Évora, idem;

uma barrazinha de cobre ou bronze (instrumento preistórico), achada em um campo, ao pé da aldeia da Telheira, Mon-sarás, idem;

um anelinho de massa, idem;

um «cão de chaminé» de ferro, artístico, para amparar o espêto, proveniente de Évora, idem;

duas fôrmas metálicas de marcar doces, idem;

Exercício devoto de meditações e preces, para os dias da trezena de Santo António, Lisboa, com encadernação de 1745;

um manuscrito do séc. XVII ou XVIII, «Geometria» de Euclides;

um manuscrito de pergaminho, religioso, escrito em latim, com letras capitulares iluminadas, séc. XV;

um manuscrito do séc. XVII, com um *ex-libris*, «Crónica de Fernão Lopes»;

um «cão de chaminé», de ferro, do distrito de Beja;

um manuscrito de José Daniel, 1794, com o retrato;

Exposição da Doutrina da Igreja, tradução de José Caetano de Mesquita, Lisboa 1768, com um *ex-libris* do Marquês de Angeja;

El Diablo Coiuelo, 1646, com *ex-libris* manuscrito que diz: *iste liber est Coleg. Olisip. Ordinis C. S. Augustini*.

O Sr. **Pedro de Azevedo** ofereceu:

Beautés de l'histoire de l'empire germanique, t. I, 1817, com um *ex-libris* de «R. Felner»;

Reflexions militaires et politiques, par le Marquis de Santa-Cruz, La Haye, 1740, com um *ex-libris* ornamentado de «O Conde da Ponte».

O Sr. **Ernesto Santos** ofereceu uma senha de cinco réis, de pergaminho, para passagem da ponte pênsil do Pôrto.

A Sr.^a **D. Maria Leopoldina Furtado de Mendonça e Matos** ofereceu dois machados de cobre ou bronze, fábrica indígena, achados na quinta da Boa-Vista, Rapa, concelho de Celorico da Beira.

Oferta feita por intermédio do Sr. **Henrique Pereira Soares Couto**: um bracelete de prata, encontrado na Beira.

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu um machado de pedra, paleolítico, do Casal do Monte (Lisboa).

O Sr. **Conrad Andersen** ofereceu um machado de pedra, e uma faca de pedra, neolíticos, da Dinamarca.

A Sr.^a **D. Mathilde Coronado** ofereceu uma colecção de registos antigos de santos.

O Sr. Dr. **José Taborda** ofereceu uma cesta de Alcains, Beira Baixa.

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** adquiriu, por compra, para o Museu, uma caldeira arábica (Ninho do Açor, concelho de Castelo Branco).

O Sr. **António Penteado** ofereceu ao Museu vários objectos antigos encontrados em uma sorriba em Polvarinho, concelho de Castelo Branco, a saber:

- um ferro de lança dobrado;
- um ferrão grosso de broca;
- uma lâmina de bronze que foi de uma colher;
- uma argola de ferro ou asa;
- um amuleto de pedra perfurado;
- um machadinho de pedra;
- um fragmento de tacho;
- quatro pedras com sinais de uso;
- uma dúzia de cacos de vasos grossos, finos, e tégulas;
- um fragmento de vaso de vidro;
- um fragmento de lucerna;
- dois fragmentos de objectos de ferro.

O Sr. **José Trindade**, da quinta do Burrinho (Monsanto), ofereceu um pedaço de chumbo de um buraco de pêso de lagar romano.

O Sr. **João dos Reis Leitão Marrocos** ofereceu vinte e quatro vasilhas medievais, procedentes de um poço de Idanha-a-Nova.

O Sr. Dr. **Luís António Pignatelli Figueiredo** ofereceu um machado de pedra encontrado no monte do Castelo, próximo ao Castelinho, freguesia de Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco.

Abril de 1910

O Sr. **Director do Museu** adquiriu para o Museu os objectos que seguem:

- catorze machados dos arredores de Évora;
- um pergaminho do século XVIII, *Sumário das Indulgências do Mosteiro de Belém*;
- dois *ex-votos* do século XVI (quadros);

cinco quadros religiosos emoldurados;
quarenta e dois folhetos da «literatura de cordel», dos séculos XVIII e XIX;

La dévotion aux neufs cœurs, 1755, com dois *ex-libris* do Conde de Melo;

vários *ex-libris* ornamentados, portugueses;

Seis *ex-libris* portugueses, simples;

Triunfo da innocência, de Costa e Sá, Lisboa 1785, com o retrato do Príncipe D. José;

Milagre da Senhora de Carnaxide a D Miguel, emoldurado;

uma pia de água benta, de faiança portuguesa;

Prática de três pastores, Lisboa 1659, folheto rarissimo, da «literatura de cordel»;

um manuscrito de 1811;

outro manuscrito, de 1733, *Taboadas geraes para se medir com facilidade qualquer obra de pedreiro*;

Exposição da doutrina da Igreja, 1768, com um *ex-libris* do Marquês de Angeja;

Memórias resuscitadas da antiga Guimarães, do P.^o Torquato de Azevedo, com um *ex-libris*;

Diário eclesiástico de 1840, com encadernação de luxo;

cincoenta e oito registos de santos;

uma litografia do desembarque de D. Miguel em 1828, obtida no Minho;

quatro registos de santos, da mesma procedencia;

registos: da Senhora das Neves, da Senhora de Oliveira,

de Santo António dos Milagres (Guimarães), da Senhora do Leite, e da Aparição de Ourique, todos procedentes do Minho;

uma litografia de Grão-Vasco, obtida no Minho;

retratos de Filinto Elisio, D. João VI, Saldanha e Duque da Terceira;

marca religiosa de pergaminho;

figurinhas de massa de dois colares (Índia-Portuguesa);

dois quadros antigos pintados em bronze, obtidos nas Caldas da Rainha.

O Sr. Dr. Félix Alves Pereira adquiriu por compra, para o Museu, os seguintes objectos:

um machado de pedra, de Idanha-a-Velha;

dez instrumentos de pedra, de Alcains (Castelo Branco);

fragmentos de treze instrumentos, de pedra, de Alcains;

pedra ornada de uma estrêla, de Idanha-a-Velha.

Provindos de uma excursão do mesmo Sr. a Liceia, entraram no Museu os seguintes objectos, uns levantados no terreno, outros pagos aos habitantes que os possuíam:

- um triturador de granito;
- uma mão de triturador de grés;
- quatro percutores ou polidores;
- cinco machados de pedra;
- um paralelepípedo de pedra, com sulcos;
- um paralelepípedo de pedra, liso;
- um seixo rolado, com vestígios de percursão;
- um polidor, pequeno, de rocha branda, esverdeada;
- um sílex subtriangular, com vestígios de retoque na base;
- quatro sílices casuais.

O Sr. **Pedro de Azevedo** ofereceu quatro marcas religiosas.

O Sr. Dr **Artur Lamas** ofereceu vários bilhetes postais do centenário da Sebenta.

Os Srs. **Henrique Pereira Soares Couto** e Dr. **Luís António Pignatelli Figueiredo** ofereceram ao Museu os seguintes objectos:

- um instrumento de pedra, que mede 0^m,268 de comprimento, de secção elítica, achado no monte do Castelinho, freguesia de Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco;
- três pesos de barro, encontrados no mesmo local;
- uma pedra com inscrição, idem;
- um rebôlo de pedra, idem;
- um punhal de bronze, da mesma procedência.

Maio de 1910

O Sr. **Director do Museu** adquiriu para o Museu:

Deliciae Lusitano-Hispanicae e Lusitaniae Antiquitates, de André de Resende, 1613, compradas a um livreiro de Roma;

um manuscrito, do séc. XVI, de João de Melo, e outro do séc. XVIII, *Miscellanea historico-literária*, que pertenceu à Livraria do concelho de Azambuja, comprados ambos em um alfarrabista;

uma estatueta de barro de Vasco da Gama;

Livro da origem dos reis, por António Coelho Gasco, 1645, comprado a Caldas Cordeiro (manuscrito);

Collecção das obras de Pedro António Correia Garção, manuscrito de 1777, com alguns inéditos, comprados na livraria de Caldas Cordeiro;

Parnaso joco-serio, de Fr. Lucas de Santa Catarina, manuscrito da mesma procedência;

Miscellanea, manuscrito do séc. XVIII, idem;

Jardim d'Apollo, manuscrito do séc. XVII, com falhas, idem;

uma figurinha de bronze, que dizem ter aparecido em Tróia, mas deve ser do Extrêmo-Oriente, de Sião talvez.

O Sr. Dr. **José Ferreira da Trindade** ofereceu uma lápide romana do lugar de Pomar, na freguesia de Monsanto, Beira.

O Sr. Professor **Soares Couto** ofereceu dois machados, da freguesia de Monforte da Beira, Castelo Branco.

O Sr. Dr. **Alfredo Bensaúde** ofereceu ao Museu os seguintes objectos:

duas candeias de ferro, de indústria popular, da Ribeira Grande (Ilha de S. Miguel);

uma agulhada de luxo dos Arrifes (S. Miguel), feita de pau do Brasil;

uma colcha de indústria doméstica, do Nordeste (S. Miguel).

O Sr. **Fernando Gonçalves** ofereceu:

cinco machados de Liceia;

um paralelepípedo de calcáreo, de Liceia;

uma enxó de pedra, idem;

treze sílices com vestígios de trabalho, idem;

um caco onde se divisam restos de perfuração, idem;

duas lâminas de sílex, idem;

O Sr. P.^o **Anselmo Gonçalves** ofereceu um Cristo, crucificado, de cobre com esmalte, séc. XIII.

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** comprou:

um vaso de comunhão antigo, de estanho;

outro vaso antigo.

O Sr. Dr. **Agostinho Lúcio** ofereceu:

um machadinho de pedra, do Cachopo, Tavira;

um objecto natural de pedra, com vestígios de trabalho, idem.

O Sr. Dr. **Artur Lamas** ofereceu um amuleto de prata.

O Sr. **José Bernardino e Silva** ofereceu:

uma faca de sílex, do Monte Godel, Mafra;

um machadinho de pedra, idem.

O Sr. **José Ciríaco Gonçalves** ofereceu:

uma lanceta de antigo sangrador;

um pesa-libras.

A Sr.^a D. **Josefina Taborda Ramos** ofereceu uma gancha de pau, para fazer meia, de Alcains.

O Sr. **José Carvalhais** adquiriu, por compra, para o Museu:
um *pondus* piramidal de barro, achado na cêrca do convento de Alter do Chão;
uma taça de barro preto;
um pêso de prumo, de chumbo, romano, de Alter do Chão;
duas taças de barro vermelho.—Os três últimos objectos provêm de um cemitério de incineração, em Alter.

Junho de 1910

Objectos recolhidos em uma excursão do Sr. **Director do Museu** ao concelho de Ponte de Sor:

uma copeira, adquirida em uma herdade;
duas outras, compradas na Vila de Ponte de Sor;
um descanso de retrato, trabalho de recluso;
uma concha, colher de tirar sopa, de pau;
uma colher para tirar arroz;
um sovino de madeira para descamisar o milho; oferta do

Sr. **José Pais Pimenta**;

uma medida de barro antiga com marca, oferta do Sr. Dr.

Matos e Silva;

outra medida igual com marcas ou aferições, do mesmo Sr.;
uma colher artística, trabalhada por um pastor, oferecida

pelo Sr. **Joaquim Vaz Monteiro**;

dois pratos antigos de louça.

O Sr. Dr. **Tito de Noronha** ofereceu:

um machado de pedra, de Giesteira, Arruda dos Vinhos;
um machado de pedra, de Rocio, idem;
uma goiva, do concelho de Arruda dos Vinhos.

O Sr. **Cristóvão Brochado** ofereceu:

uma lápide, procedente de Sinfães;
uma bilha de barro, idem.

O Sr. Dr. **Matos e Silva** ofereceu:

quatro machados de pedra, do Souto, concelho de Abrantes, encontrados avulsamente em 1894;
um pêso de barro, talvez moderno, de Ponte de Sor.

O Sr. **Américo de Azevedo** obteve para o Museu um machado de pedra, da Granja-Nova, antigo concelho Mondim da Beira.

O Sr. Conselheiro **José Rebêlo** ofereceu uns pedaços de madeira antiga, da mina encontrada na quinta dos Garfos.

O Sr. **Patrício Júdice** ofereceu um instrumento de suplicio (?), de ferro, encontrado no sítio do Quintão, que fica em continuação da quinta de S. João, freguesia de Estômbar. Estava a um metro de profundidade, em um cabruco dum prédio arruinado. Pertenceu ao Sr. **António Joaquim Júdice** (de quem se falou no *Arch. Port.*, ix, 320-321).

O Sr. **António Maria Beato** ofereceu dois pucarinhos de barro da estação romana de Sediolos (Régua), encontrados quando se procedia à abertura dum caminho.

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** obteve para o Museu os seguintes objectos, trazidos de Alter do Chão:

- uma pedra, com uma inscrição, encontrada na via romana entre Ponte de Sor e Alter;
- oito machados de pedra, adquiridos por compra.

Julho de 1910

Objectos adquiridos pelo Sr. **Director do Museu**, por compra:

- uma biqueira cónica de barro vidrado, ornamentada com quatro cobras, encontrada nas ruínas do Palácio dos Infantes em Beja (Conceição);
- uma medida de barro, o antigo meio-alqueire, por que mediam o azeite; vêem-se-lhe marcas; é de Beja;
- medida de barro, de forma cilíndrica, Beja;
- outra, idem, menor, com marcas, de Beja;
- outra, idem, com asa, Beja;
- uma cara de barro antiga, barbada e bigodada e com pera, achada, segundo consta, na herdade de Algramação (Beja);
- dois cossoiros, da mesma herdade;
- tejolo marcado, que apresenta as marcas, em número de duas, no lugar correspondente aos buracos, idem;
- um chuçó (?), idem;
- três tigelas vidradas, que foram encontradas no convento da Esperança (Beja);
- uma pulseira de prata, de forma de aliança (Braga);
- uma colher de prata, marcada com as letras *M. F. P.*;
- uma medalha do Santo Officio, de ouro com esmaltes;
- outra idêntica, de menor módulo;
- um machado de bronze de duplo anel, encontrado no Monte do Crasto, ao pé de Mondim da Beira, e obtido por intermédio do Sr. **Américo Isidoro Augusto de Azevedo**;

um machado de bronze de anel unilateral, idem;

dois machados de bronze, do sítio da Retorta, freguesia de Souselo, concelho de Sinfães, vendidos a um negociante de Penafiel e por este a outro de Braga, onde foram comprados;

três lanças de bronze e dois escopros, de ignorada procedência, mas certo portuguesa, do Sul talvez;

um machado chato de bronze, comprado no espólio do Dr. Ferreira Pinto;

uma vasilha vidrada, com duas asas, proveniente de Beja;

um artefacto de barro de forma de manilha, da época portuguesa, comprado em Beja;

Folhinha de 1827, com encadernação luxuosa, obtida em Lisboa;

Quadro da flagelação de Cristo (séc. XVI ?);

Livro da fabrica e cabido da Igreja de ssam Joam de Mocharro da villa de Obidos, de 1539 a 1567, manuscrito cartáceo encadernado, comprado a um alfarrabista de Lisboa;

um leque e ventarola, antigos;

um manuscrito das *Poesias* de Nicolau Tolentino de Almeida, do séc. XVIII, comprado a um alfarrabista de Lisboa;

um machado de bronze, de duplo anel, comprado no Ladrário, Sátão.

O Sr. **Pedro de Azevedo** ofereceu um machado de bronze de Canas de Senhorim, Tondela.

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** obteve por compra, para o Museu, uma ponta de seta de cobre ou bronze, de Medelim.

O Sr. professor **Adelino** ofereceu um machado de bronze, de duplo anel, de Castendo.

O Sr. engenheiro **Bernardo de Aguiar Teixeira** ofereceu um machado de cobre ou bronze e mais cinco fragmentos, sendo um duplo, de perto de Viseu.

O Sr. **Manuel Fernandes Júnior**, do Avelar (Ansião), ofereceu uma lança de bronze, achada em 1904 junto de umas lages, por cima das que constituíam a sepultura a que se refere *O Século* de 1 de Março de 1906, no sítio das Vendas da Figueira, freguesia da Cumieira, concelho de Penela.

O Sr. **Alberto da Silva Basto** ofereceu uma lança, uma ponta de seta e um machado de bronze (Viseu).

O Sr. Dr. **Joaquim Manuel Correia** ofereceu um fragmento de machado de bronze de Caria da Atalaia, Sabugal.

O Sr. **Tavares Prôença Júnior** ofereceu três amostras de linho do tempo de D. Sancho II, séc. XIII, achadas em Aljubarrota, em uma vasilha que continha mais de 800 moedas daquele rei, em Março de 1910.

Objectos adquiridos por compra, pelo Colector **Almeida Carvalhais**:
 um instrumento de bronze, comprado ao engenheiro Pery;
 um pêso de bronze, feito de um machado, e adquirido no espólio do engenheiro Pery.

Do **Museu de Artilharia** veio um machado de bronze, de duplo anel e cabeça da fundição, tendo sido enviado para ali pelo Museu das Janelas Verdes. Ignora-se a procedência. O tipo é dos do Minho.

Agosto de 1910

O Sr. **Director do Museu** comprou para o Museu:

um medalhão de D. João VI, busto de cera, alto relêvo, assente em lousa;

outro semelhante, onde o rei ostenta a coroa;

um livro de cantochão, com letras iluminadas, de pergamino, do séc. XVI;

uma figa de prata, grande, antiga, ornada, obtida em Guimarães;

uma medalha de D. Miguel e S. Domingos, gravura feita em papel, emoldurada, obtida em Guimarães;

um manuscrito com miscelânea poético-prosaica, séc. XVIII;

um quadro: Santa Bárbara, pintada em vidro;

um prato de louça portuguesa com pinturas;

uma travessa de louça do Rato;

Decreto da regulação do correio, 1812;

vários exemplares de papel selado antigo;

uma pintura antiga em cobre.

O Sr. **João Joaquim da Costa Braga** ofereceu:

um ungüentário de vidro, de uma sepultura das Galveias, romana;

um vaso de vidro de fundo quadrangular, e asa chata e sulcada, da mesma localidade;

uma taça de barro da mesma localidade. Foi envernizada, mas o verniz caiu.

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu:

seis percutores do aro de Liceia, neolíticos;

três núcleos neolíticos de sílex, do aro de Liceia;

dois núcleos da mesma localidade.

Setembro de 1910

O Sr. **Director do Museu** colheu em uma excursão que fez na Beira os seguintes objectos:

uma flauta de Pan ou «gaita de capador», feita de cana, já antiga, da Beira Baixa, oferecida pela Sr.^a D. **Maria Angélica Furtado de Mendonça**;

um registo bordado, oferecido pela mesma Senhora.

uma «permissão de porte de armas» de 1814, de pergaminho.

O Sr. **Luís Gaspar Portela** ofereceu, por intermédio do agrónomo o Sr. **Teles de Meneses**, um *imbrex* de barro, romano, de Leiria.

O Sr. **José Santa Rita** ofereceu um percutor neolítico do aro de Linceia.

O Sr. **Caldas Cordeiro** ofereceu:

um seguro de correio, de 1813;

um recibo de um hiate, de 1813.

O Sr. **Director do Museu** adquiriu por compra, duas espirais de ouro, que elle attribue à idade de bronze, as quais appareceram dentro de um vaso de barro, de fundo esférico, já quebrado, na herdade de S. Martinho (Avis) em terreno virgem.

N.B. Apareceu terceira espiral, que está em poder do Sr. Vaz Monteiro.

Setembro, Outubro, Novembro de 1910

O Sr. **Director do Museu** adquiriu por compra, para o Museu, os seguintes objectos:

uma pintura de pergaminho;

um painel antigo;

um livro de encadernação dourada, séc. XVIII;

um manuscrito arábico (*Alcorão*), com orações, do séc. XVII;

um *Devocionário*, manuscrito arábico, séc. XVII, obtido, juntamente com o anterior, em Madrid, na livraria da Viuda de Rico;

duas cartas autógrafas de Alexandre Herculano;

um manuscrito latino de Cristóvão de Barros, de pergaminho, do séc. XVI, com assunto eclesiástico, obtido no Alto Minho, com interferência do Sr. Dr. **Narciso Cândido Alves da Cunha**;

Crónica de Rasis em espanhol, séc. XVII, manuscrito comprado em Madrid, na livraria da Viuda de Rico;

um manuscrito hebraico (*Livro de Ester*), e uma oração, de pergaminho, adquiridos em Itália;

Cerimónias das entradas das Agostinhas, com letras iluminadas, adquiridas em Lisboa;

três manuscritos religiosos, vindos de Borba, ao que parece, comprados em Lisboa;

um manuscrito escolar do séc. XVII e XVIII, idem em Lisboa;

Athouguia e seu castello, notícia, de 1858, com seis páginas, obtido em Lisboa;

Officium defunctorum, impresso em Lisboa, em 1563;

pergaminho de 1527 (Santa Maria de Óbidos);

cópia de *Noticias* mandadas à Academia Rial de Lisboa, da cidade do Porto, por António Cerqueira Pinto, 1721;

três requerimentos em papel selado, de 1665, 1666 e 1667; manuscrito de missas, certidão, de 1600, idem.

dois papeis manuscritos, idem;

Antiquidades de Lagos, manuscrito do séc. XIX;

dezanove manuscritos, dos séc. XV a XIX, de Óbidos;

Inventário, manuscrito, começado no séc. XVI, Óbidos;

A Baptistada, surriada-xullo-prosaica, consóante em dois cantos, feita pelo P.^e Felipe, degredado político, que foi para a Ilha de Cabo Verde;

oito pergaminhos portugueses dos séc. XV a XVII;

Auto da fundição da estátua de D. Pedro IV, no Porto (cópia);

treze pergaminhos, que pertenceram a Sousa Viterbo;

Perda da nau gallega em que foi capitão-mór D. Luís Ferreira de Vasconcellos, livro manuscrito do séc. XVI;

dois pergaminhos do séc. XV;

dois pergaminhos do séc. XVII;

letra apostólica de benefício em S. Salvador de Beja, manuscrito pergamináceo, latino, do séc. XVI;

Milagres de N.^a S.^a do Monte, de 1603 a 1613, manuscritos;

Mapa das casas e prazos da cerca de N.^a S.^a do Monte, séc. XVIII;

Conto oriental e allegorico extrahido do francez por Filipe de S. Tiago Travassos (Fr.), ano de 1803;

ordem passada em 1823 ao corregedor da comarca de Vi-seu, para inventariar os bens do mosteiro, manuscrito;

autógrafos de Camilo Castelo Branco, de Pinheiro Chagas e Alfredo Keil;

um pergaminho do séc. XVI;

um medalhão de cera em que figura Camões;

quatro quadros ethnográficos religiosos, antigos;

dois painéis religiosos antigos, adquiridos no mercado de S. Bento, em Lisboa;

versos do séc. XVIII (festas populares do Brasil);

Discurso de Nery Delgado, manuscrito, recitado na Citania;

volumen miscelâneo, manuscrito, de prosa e verso;

volumen miscelâneo, manuscrito, do séc. XVII;

Relatione delle cose di Venetia, manuscrito;

Chronica de Lucas de Tuy, manuscrito do séc. XVI, comprado em Madrid;

Ode manuscrita, de Costa e Silva;

livro manuscrito, respeitante à Igreja Patriarcal, séc. XVIII;

um volumen com muitas gravuras, etc., coladas;

um maço com papéis de curiosidades numismáticas;

coleção de leis monetárias do séc. XVII;

manuscrito, *Crónica da Conquista de Ceuta*, de Azurara;

quatro pergaminhos do séc. XV e XVI;

um pergaminho do séc. XVI, com a instituição de um morgado;

maço miscelâneo, séc. XVIII;

dois maços de miscelânea;

um pergaminho do séc. XVI, que consta de quatro folhas;

alguns cantos manuscritos do *Hyssope*;

um maço de versos manuscritos;

um volumen, manuscrito, de charadas, dos séc. XVIII e XIX;

um sinete antigo, adquirido em um antiquário, de Lisboa;

um maço com manuscritos cartáceos e pergamináceos, de

diferentes épocas;

Em uma excursão que o mesmo Sr. fez no Sul obteve um vaso de barro quasi completo, com faixas pintadas, encontrado em Faro, em umas excavações, e oferecido pelo Sr. Dr. António Celorico Gil, de Faro;

Em uma excursão que fez na Beira obteve:

uma esgranadeira, espécime ethnográfico da Beira Baixa;

uma joeira, idem;

uma ciranda, idem.—Todos estes objectos foram oferecidos pela Sr.^a D. Maria Angélica Furtado de Mendonça.

O Sr. Dr. **Joaquim da Silveira** ofereceu uma lucerna romana, achada no concelho de Torres Novas.

O Sr. **Pedro Soares**, de S. Mamede do Obidos, ofereceu ao Museu, por intermédio do Sr. Dr. **Joaquim Manuel Correia**, os seguintes objectos, encontrados no mesmo local:

- um machado de pedra;
- uma lâmina de machado de bronze;
- uma ponta de dardo de bronze, denticulada na base;
- dois fragmentos de dois instrumentos de sílex;
- um cone de xisto macio;
- vários ossos, entre os quais uma pata de suíno e uma presa de javali.

O Sr. Dr. **Joaquim Manuel Correia** ofereceu quatro machados de pedra do concelho de Caldas da Rainha.

O Sr. **António Ribeiro**, de Braga, ofereceu um manuscrito do séc. XVIII, com poesias, *Jardim de Apollo*.

O Sr. Dr. **Henrique Botelho** ofereceu um «Prazo», manuscrito, de uma capela de Lordelo, Vila Rial, 1603.

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira**, official do Museu, colheu e ofereceu:

- um triturador preistórico, de grés ou granito, encontrado em um cabeço do Alto Estoril;
- uma mão ou moleta de triturador, de grés, idem;
- outra de granito, fragmentada, da mesma procedência.

O Sr. **Guilherme Gameiro**, desenhador do Museu, ofereceu um pergaminho algarvio, do séc. XV.

O Sr. **Ascensão Valdez** ofereceu um pergaminho do séc. XIV.

Dezembro de 1910

O Sr. **Director do Museu** adquiriu por compra, os seguintes objectos:

Descrição das armas reais... dos braços das cidades e das principaes villas, por Feijó da Costa, 1857;

- duas jarrinhas de louça portuguesa antiga;
- um tinteiro de louça portuguesa do séc. XVIII.
- um púcaro de louça preta, vindo do Baião;
- um reclamo para a caça (Guimarães);
- um *burreto* ou púcaro de barro, para beber (Feira), moderno;

um espécime de louça antiga (Guimarães);

Vida de Fr. Simão, por Fr. Caetano de S. José, Lisboa, 1772, com encadernação de luxo do séc. XVIII;

- Ripanso*, com encadernação luxuosa antiga;
Doutrinas práticas, do P.^o P. de Calatayud, traduzidas para português em 1752, encadernação luxuosa da época;
dois *ex-libris* portugueses;
Símbolo da Fé, pelo Fr. Luís de Granada, tradução portuguesa, Pôrto, manuscrito do séc. XVIII;
Direcções para os coronéis, etc., tradução de Joaquim de Noronha, Lisboa 1767, com estampas militares;
Folha volante com versos a D. Fernando (1847);
uma imagem de S. Bento do Pôrto, aberta (Gerez);
registos de vários santos, alguns com lendas;
registo da Senhora da Alegria, de Antanol;
retrato de Camões, séc. XVIII;
uma litografia do cofre das relíquias da Visitação de Belver;
um quadro de Martim de Freitas;
uma gravura do retrato e assinatura de Castilho;
quatro pergaminhos com pinturas religiosas antigas;
um retrato colorido da Rainha D. Maria I, Londres 1800;
Regimento do ensaiador dos ourives, etc., 1693;
outro *Regimento*, 1689;
A Conversação que fazem as mulheres, literatura de cordel;
uma gravura do retrato de Pascoal José de Melo;
um registo da lenda da Senhora da Nazaré, segundo a imagem que se venera na cidade da Vigia, Brasil;
Officia sanctorum, da Igreja Bracarense, Braga 1713;
um machado de bronze de alvado, proveniente, ao que consta, de Santo Tirso, e adquirido em Guimarães;
três machados chatos de bronze, adquiridos na mesma cidade.

A Sr.^a D. **Maria Angélica Furtado de Mendonça** ofereceu quatro modelos de tamancos, de tamancas, de cabos de podoa e de foice que se vendiam na antiga feira de Santo André, da Rapa, Celorico da Beira.

O Sr. Dr. **José Taborda Ramos** ofereceu ao Museu os seguintes objectos, provenientes de escavações em Medelim, Beira Baixa, no sítio de Santiago:

- pé de copo, de vidro, com parte da copa;
 - haste de outro copo sem a base;
 - escopro pequeno de bronze;
 - parte de uma argola de vidro, torcida;
- e provindo dos Cabeços de Medelim:
- haste de bronze com cabecinha esferóide, voltada.

A Sr.^a D. **Leonor de Oliveira Cardoso** ofereceu um livro de enca-dernação antiga.

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** ofereceu um registo da Senhora da Alegria, de Antanol.

O Sr. Dr. **Pedro Vitorino** ofereceu um registo de S. Brás, do Pôrto.

O Sr. Dr. **Álvaro de Azevedo** ofereceu uma «letra» forense de 1857.

O Sr. Dr. **Celorigo Gil** ofereceu um *pondus* de barro, romano, da cidade de Faro.

O Sr. Dr. **Aurélio da Costa Ferreira** ofereceu um vaso de barro antigo, achado em Silves.

Janeiro de 1911

O Sr. **Director do Museu** adquiriu, por compra, em uma excursão, um machado de pedra de Linda-a-Velha, e em Lisboa quinze macha-dos de pedra, provenientes de herdades dos arredores de Alcácer do Sal.

O Sr. **António Henrique de Oliveira Meneses** ofereceu ao Museu um machado de pedra dos brejos das Lezírias, defronte de Alcácer.

O Sr. Dr. **Alfredo Bensaúde** ofereceu uma colecção de objectos preistóricos do lago de Constança (Baden):

- uma ponta de seta;
- dois machados de pedra;
- dois frutos carbonizados;
- um cossoiro;
- um dente de animal;
- um furador de ponta de veado.

Fevereiro de 1911

O Sr. **Director do Museu** adquiriu os seguintes objectos:

um chocalho de bronze ornamentado moderno, das Alcá-covas (?);

uma santa pintada em bronze (Convento de Alcácer do Sal);

um machado chato de bronze, achado no sítio da Senhora dos Mártires, ao pé de Alcácer do Sal, no cerrado da Mira;

um machado de pedra, de 0^m,025 de comprimento, achado na herdade de Vila-Ruiva, concelho de Alcácer do Sal, neolítico;

um machado de pedra, pequeno, de Alcácer;

um pêso de rede, de barro, antigo, de Alcácer;

um machado paleolítico, muito belo, de sílex, encontrado por êle no Casal do Monte;

dois machados de pedra polida, dos arredores de Alcácer;

um colar de vinte e cinco contas de vidro, azuis, brancas, e amarelas, achadas nas ruínas de Conímbriga (Condeixa);

um fragmento de barro aretino com marca figulina: F. WRAA. (= *oficina Murrani*: cf. *Corpus*, II, 4970-335) e vários outros fragmentos com desenhos;

uma espada de bronze achada no Vierzo (Espanha) em uma escavação, e comprada a D. Gonzalo Gonzalez de Caso, advogado em Astorga;

um machadinho das abas do castro de Pragança;

outro machadinho da Serra do Agrelho (concelho de Penacova);

um documento manuscrito, respeitante a Rebordelo (Vinhais) com um selo de chumbo, pendente, de D. Maria I.

Objectos enviados pelo Ministro da Justiça, Sr. Dr. Afonso Costa, provenientes do Colégio de Campolide:

um machado de pedra polida, de procedência desconhecida, mas que deve ser português;

quinze instrumentos de sílex lascado, preistóricos da Serra de Monsanto;

dois percutores de basalto, também de Monsanto, e preistóricos, que mostram depressões para os dedos se fixarem;

duas lucernas romanas, de procedência desconhecida;

cinco instrumentos de pedra polida, do séc. XIX, dos selvagens da Nova-Zelândia (Oceania).

O Sr. **José Relvas**, Ministro das Finanças, enviou para o Museu duas estátuas de granito, lusitanas, de Montalegre, que estavam no Jardim Botânico do Paço da Ajuda (cf. *O Archeologo Português*, VIII, 4-5, e *Religiões da Lusitânia*, III, 49).

A Sr.^a **D. Maria Angélica Furtado de Mendonça** ofereceu:

um modelo de uma *ferrada* de lata, vasilha em que se ordenham as ovelhas:—Rapa (Celorico da Beira);

um *cincho* de lata para dar forma aos queijos, idem;

um açafate para requeijão, idem;

modelo de uma *francela* de madeira, para fabrico de queijo, idem.

O Sr. Dr. **Joaquim da Silveira** ofereceu quatro carranças de bronze (asas de *sítula*), achadas na Lameirancha, freguesia de Parceiros, concelho de Tórres Novas.

O Sr. **Pedro Mascarenhas Júdice** ofereceu uma cabrinha de bronze, do tipo da que vem n-*O Archeologo Português*, I, 296, achada no sítio de S.^{to} Estêvão, no terreno adjacente à mina de S.^{to} Estêvão (cobre

e manganés), freguesia e concelho de Silves, em uma escavação agrária, por 1906.

O Sr. Dr. **Coelho de Carvalho** ofereceu um machado de bronze, achado na Ribeira de Arão (entre Portimão e Lagos).

Março de 1911

O Sr. **Diogo Lopes**, do Souto, Sabugal, ofereceu um machado de bronze, do Sabugal, obtido por intermédio de **José Carvalhais**.

O Sr. **António Moreira Beato** ofereceu um prato de barro, de Seidelos, concelho de Régua, de uma estação romana.

O Sr. Dr. **Alfredo Bensaúde** ofereceu uma fivela de bronze, talvez pre-romana, achada na herdade da Mancha, Cuba, Alentejo.

O Sr. **José Filipe Cardoso Lavareda** ofereceu:

um chuço de ferro de Sousel, época portuguesa, achado no castelo:

fibulas portuguesas achadas no mesmo castelo, onde apareceram moedas portuguesas de diferentes épocas;

dois tejolos antigos, achados num campo de Sousel.

O Sr. **Ascensão Valdez** ofereceu uma cópia litografada de um manuscrito do séc. XVIII acêrca de uma inscrição falsa de que fala o *Corpus*, II, 28.

Do Colégio de Campolide veio uma cruz de pau, artística, que dizem ser obra de pastores.

Abril e Maio de 1911

O Sr. **Director do Museu** comprou, para o Museu, os seguintes objectos:

oito machados neolíticos dos arredores de Alcácer do Sal; dedeiras de coiro das ceifeiras do Sado;

coleção de selos forenses de diversas épocas, e papéis antigos;

uma jarra de louça das Caldas (indústria de Bordalo);

documentos manuscritos de 1822, com a assinatura de «José da Silva Carvalho»;

um modelo de nora que fazia parte de um presepe, de Setúbal, perante o qual se representavam outrora autos do Natal;

Tributo de varios obsequios, 1765, com encadernação de luxo.

O Sr. Dr. **Vergílio Correia** ofereceu uma travessa de bronze, do cabelo, ornamentada, e com um coração e um L no centro, achada em Óbidos.

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu um *abano* de penas, de Cezimbra.

O Sr. **Vaz Monteiro**, de Ponte de Sor, ofereceu uma bengala artística, trabalho dos pastores do Alentejo.

O Sr. **Adelino de Lemos** ofereceu uma pulseira de bronze, com anelinhos de bronze, alguns espiraliformes, pendurados,—dos arredores de Abrantes.

O Sr. **José Carvahais**, Preparador do Museu, obteve um machado de fibrolite, encontrado em uma serra, ao pé do Carvalhal-Meão, concelho da Guarda.

O Sr. **João Osório de Castro** ofereceu um pedaço circular de telolo romano, Milreu, com inscrição na orla: VER FRONTINIANI ☽, e marca ao centro (cf. *Corpus*, II, 6252-9).

O Sr. **Pedro de Azevedo** ofereceu *Les travaux de Mars*, por Alain Manesson Mallet, ingénieur des camps & armées du roy de Portugal, Paris 1672, com um *ex-libris* do Seminário de Avinhão.

O Sr. Dr. **Francisco Cordovil de Barahona** ofereceu:

dois machados neolíticos do Couto dos Guerreiros, freguesia dos Mártires, concelho do Crato;

uma lápide funerária com uma inscrição, achada no concelho de Portalegre.

Junho e Julho de 1911

O Sr. **Director do Museu** adquiriu, por compra, os seguintes objectos:

um tinteiro antigo de louça das Caldas;

um paliteiro de louça das Caldas («Zé-Povinho»);

uma terrina de faiança portuguesa;

um lagarto de barro (arte popular), da Praça da Figueira;

uma figura de barro que representa a «República» a sair de um ovo: fábrica da Fonte-Santa (comprada na Praça da Figueira);

dois assobios de louça colorida, de forma de peixe (arte popular), da Praça da Figueira;

um muringue de barro, com figuras no bojo, miniatura (arte popular), da Praça da Figueira;

um machado neolítico da Columbeira;

La dévotion à l'immaculée Vierge, de Boudon, Paris 1749, com dois *ex-libris* artísticos de Diogo de Melo, um no começo, outro no fim.

Viator christianus, Roma 1730, com dois *ex-libris*, no começo e fim;

La Solitude, de Mercier, Paris 1791, com o *ex-libris* de Castro e Ribafria (artístico), colado na parte interior da capa do princípio;

um documento inquisitorial do séc. XVII;

seis posturas municipais: do Cadaval (1859 e 1901), de Celorico de Basto (1853), de Pombal (1875), de Miranda do Corvo (1901), de Santo André de Poiares (1855);

Valentia Christãa, por Francisco Lopes Loureiro, Lisboa 1642;

Socessos felices, por Gregório de San Martin, Lisboa 1642;

Socesso do Conde de Castel Milhor, por Francisco Lopes Loureiro, 1643;

Hymnus Tubaci (Raphael Thorio), por Fr. Josefo Mariano Veloso, Lisboa 1800;

Sistema Métrico, por J. F. de S., Coimbra 1766 (poemeto);

Palmatória, s. d. Lisboa (poemeto);

Genealogia paperífera, por Freire da Cunha, Lisboa 1811 (poemeto);

Notícia curiosa da Tôrre e Espada, Lisboa 1809;

57 folhetos de literatura de cordel dos séc. XVIII e XIX;

um machado chato de bronze dos arredores de Évora;

Auto de Santo António, Lisboa 1659, raríssimo;

Emperatriz Porcina, Lisboa 1649, raríssimo;

Dom André (auto), 1625, raríssimo;

Representação dos três Reis Magnos, manuscrito de 1663;

Novela do mais sem ventura ausente, manuscrito de 1627;

Arte de dançar à francesa, Lisboa 1760.

O Sr. Dr. **Sant'Ana Marques** ofereceu um modelo de barril de barro (brinquedo infantil), da Feira das Mercês (Mafra).

A Sr.^a **D. Mariana Osório** ofereceu uma bilha de barro da Guarda (etnografia moderna), e um sapatinho de cetim, de senhora, do séc. XVIII.

O Sr. **Francisco Maria Pifano** ofereceu um machadinho de fibrolite, proveniente do concelho de Lousel, freguesia de Casa Branca.

O Sr. Dr. **Otto von Hafe** ofereceu três placas de lousa, preistóricas, com ornamentação, achadas na Courela dos Nascédios, freguesia de Corte-Pinto, a 2 quilómetros da Mina de S. Domingos, concelho de Mértola.

Da Herdade da Defesa (S. Tiago do Cacém) veio um tejo com vestígios de cardas de sola (*clavi caligares* ou outros).

Agosto de 1911

O Sr. Director do Museu adquiriu, por compra, os objectos seguintes:

uma placa de porcelana relacionada com a estátua de D. José I (Lopes Fernandes, n.º 54);

Breve noticia das festas do Espírito Santo, Lisboa 1753, rarissimo;

Obras métricas e cómicas, de João da Silva Morais, manuscrito do séc. XVIII;

«Caderno dos barcos do Tejo», Lisboa 1785, com gravuras; três folhetos de literatura de cordel, do séc. XVIII;

Oração Panegírica, por Francisco José Freire, manuscrito do séc. XVIII, ricamente encadernado.

O Sr. Dr. Félix Alves Pereira, Conservador do Museu, adquiriu: 22 machados de pedra polida, provenientes de Óbidos; 15 machados de pedra, das Caldas da Rainha.

O Sr. Jaime Leite ofereceu um machado de fibrolite com um sulco transversal, da Quinta da Carvalha, concelho de Óbidos.

Provenientes da exploração do Outeiro da Assenta, pelo Sr. Dr. Félix Alves Pereira, deram entrada no Museu os seguintes objectos:

quatro machados de pedra polida;

fragmento de mão de triturador;

pedaço de hematite;

núcleo de sílex;

quatro lâminas de sílex, pequenas;

lascas, contas, conchas, ou fragmento de bronze moderno;

caneca antiga de barro vidrado;

louça chamada de água, ou não, vidrada, das olarias das Caldas;

louça de barro vidrado, das Caldas;

louça de barro, artística, popular, das Caldas;

2 *cabaços* grandes, encabados, de Óbidos;

aguiilhada, da mesma região;

cesta e cesto de vime, das Caldas.

Setembro de 1911

O Sr. Dr. Félix Alves Pereira enviou para o Museu os seguintes objectos, provenientes da continuação dos trabalhos de exploração no Outeiro da Assenta (Óbidos):

28 pontas de sílex;

dois machados de pedra polida;

três pesos de fuso (cossoiros);

três pesos de tear;

cinco pesos de rêde.

Da excursão do Sr. **Director do Museu**, ao norte e centro do país, feita em Setembro, provieram os objectos que seguem:

fragmento de vaso aretino com grafito **VR**, achado no castro de Alvarelhos, — oferecido pelo Rev.^{do} **Sousa Maia, Abade de Canidelo**;

fragmento de vaso preistórico de barro ornamentado, de fundo globoso, achado em Guidões (Santo Tirso), oferecido pelo mesmo Sr.;

medalha de porcelana com o busto de «José Estêvão», feita na fábrica da Vista-Alegre (cópia do seguinte), oferecida pelo Sr. **Marques Gomes**;

medalha de gesso com o busto de «José Estêvão», gravada por José de Sousa, de Aveiro; serviu de modelo à antecedente; ofereceu-o o mesmo Sr.;

maquieiro ou *escudela* de pau, do Pinheiro da Bemposta, feito de madeira de pinheiro bravo; serve para as crianças comerem; adquirido ao preço de 20 réis, no mercado de Albergaria-a-Velha, pelo Sr. Director;

livrinho português de 1833, com encadernação de luxo; — comprado;

outro, de 1851, no mesmo caso.

O Sr. Dr. **Manuel Mateus** ofereceu para o Museu os objectos seguintes:

dois tejos romanos encontrados nas ruínas dum forno na mina da Caveira, «no lugar onde está instalada a exploração do ouro», concelho de Grândola;

dois rebolos (preistóricos) encontrados em Mascarenhas, freguesia dos Barros, concelho de Grândola; a rocha parece oriunda do cabo de Sines;

outro rebolo da mesma procedência; a rocha parece oriunda de qualquer ribeira próxima;

Janeiro de 1913

Aquisições do Sr. Director do Museu:

placa de bronze, medieval, com figuras de relêvo, e esmaltada, aparecida à fundura de 12 metros no lugarejo de S. Sebastião, ao pé de Leiria em 1912, em ocasião de trabalhos campestres;

corua, de Ervedal (Avis): apresenta os desenhos de uma custódia, um *sino-saimão* dobrado, etc.; tem os dizeres:—PA-
PEL DEL[REY D'ORO]—, marca de papel de fumar, espanhol;
pintadeira, de Avis;

carretilha de madeira para marcar bolos, do concelho de Avis;

idem de metal, da mesma proveniência;

corua, do concelho de Avis;

corua com os dizeres:—19005 (=1905), *Joaquim Augusto, Cano, Estremoz*;

corua com uma «toirada picada», de Cano, concelho de Estremoz, tendo as iniciais *D*(omitilla) e *C*(= *Q*)(ina);

polvorinho, com incisões, apresentando uma delas uma sereia: provém do concelho de Avis;

carchanetas, para espantarem os pássaros nos campos, de Rapa, Celorico da Beira;

cinco *sovinos* de madeira para se descamisar o milho, de Avis;

caixinha artística de madeira para escorvas, de Avis;

três *tecedores* (ganchos da meia) artísticos, de Avis;

duas *pintadeiras* artísticas, para marcar bolos, de Avis;

corua artística (arte pastoril), de Avis;

machado chato de bronze, comprado em Evora a um ourives;

uma estampa etnográfica, religiosa;

Objectos obtidos pelo Sr. Dr. **Vergílio Correia**, Conservador do Museu:

lucerna de barro vermelho, de Armês (Cintra);

mó, achada a 200 metros ao oriente do dólmen de Montabão;

meia-mó da estação arqueológica da Damaia.

Por intermédio da Ex.^{ma} Sr.^a **D. Ana de Castro Osório**, consulesa de Portugal em S. Paulo, foram enviados para o Museu os seguintes objectos:

machado de pedra de 0^m,15 de comprido: foi encontrado na matriz do Amparo, S. Paulo (Brasil); ofereceu-o o Sr. **Joaquim Carneiro da Silva** (Amparo);

idem de 0^m,12, com o gume de forma de *S*, achado no sítio das Onças, idem, idem; oferecido pelo mesmo Senhor;

flecha de madeira dos Índios de S. Paulo; oferecida pelo Sr. **Benedito Pinto dos Santos**;

arco e flechas de madeira dos indígenas que habitam as proximidades do Pôrto Tibiriçá, nas fronteiras de S. Paulo e Mato Grosso (Brasil): ofereceu-o o Sr. **Maurício Camarzo**;

dois colares de dentes de macaco, tendo um dos colares 288 incisivos, e o segundo 96 caninos: são usados pelos Índios do Estado de S. Paulo: oferecidos pelo Sr. **A. Azevedo** (S. Paulo);

panela («cocron») dos Cainganges do Goio-Chê, ou da Água-Preta, última tribo guerreira que houve no Brasil, hoje pacificada inteiramente: ofereceu-a o professor **Silvio de Almeida**;

vaso de sapucaia, oferecido pela Sr.^a **D. Ana de Castro Osório**.

Fevereiro de 1913

O Sr. **Director do Museu** comprou os seguintes objectos:

marcas de livros do séc. XVIII;

machado de fibrolite, com sulco transversal para encabamento: provêm de Coimbra;

machado de pedra, de Borba;

estampas arqueológico-religiosas da «Senhora da Rocha»;

anel de ouro achado em 1901 perto do convento da Batalha;

sete fundos de vasos de barro sâmio, com inscrições de oleiros e grafitos, adquiridos em Roma.

O Sr. **D. Manuel de Bragança**, quando rei, mandou para o Museu os objectos que se seguem:

dois machados de bronze, de argolas;

um machado pequeno de bronze, com uma argola;

dois machados de bronze, chatos;

N.B. Ignora-se a procedência destes machados: são muito provavelmente portugueses, pelo menos os três primeiros.

três machados de alvado, de proveniência desconhecida, mas estrangeiros.

O Sr. **Dr. Vergílio Correia** adquiriu:

uma inscrição sobre pedra lioz, de Vila Verde (concelho de Cintra).

fragmento de inscrição sobre calcáreo, obtido em Odrinhas (concelho de Cintra).

O Sr. **Carlos Marinho da Cruz** ofereceu:

sete cilindros de calcáreo, prehistóricos, do monumento da Serra das Mutelas (Tôrres Vedras);

dois fragmentos de crâneos prehistóricos.

Objectos provenientes da exploração feita por conta do Museu,

em Tórres Vedras, no monumento da Serra das Mutelas, pelo Dr. Vergílio Correia:

- quatro cilindros de calcáreo, preistóricos;
- uma pera de calcáreo;
- uma lâmina de raspadeira de sílex;
- dois machados de calcáreo simbólicos;
- um objecto de calcáreo, com a forma de prisma rectangular;
- lâmina de sílex com retoques;
- seixo rolado, polido, encontrado dentro do Monumento;
- furador pequeno de osso;
- cilindro pequeno de osso;
- vasos e fragmentos de vasos de cerâmica.

Numa exploração em Condeixa-a-Velha (Conímbriga) obteve o mesmo Sr. os seguintes objectos:

- da camada pre-romana*: caveiras e fragmentos;
- três pontas de lança ou dardo de cobre, preistóricas;
- conta de *ribeirite*;
- fragmentos de cerâmica fumigada (*buchero*), provenientes da escavação da camada pre-romana;
- fragmentos de cerâmica de pasta vermelha, da segunda idade do ferro; cerâmica pintada como a de Santa Olaia;
- fragmentos de cerâmica pre-romana, de fabrico indígena;
- fragmentos de pequenas mós de granito;
- enfiada de três conchas, e restos de outras, tendo servido de adorno pre-romano;
- conta grande, de barro;
- rodela de barro, para jogo;
- cossoiro de barro;
- chapa pequena de bronze, coberta por uma capa de ouro, com ornatos;
- fragmentos de ferro e carvão;
- quatro pedras de afiar;
- quatro seixos rolados, ovais, talvez balas de funda;
- quatro fragmentos de machados de pedra;
- pedras com vestígios de utilização;
- caco de cerâmica indígena com ornamentação estampada por um tecido;
- cacos de cerâmica fumigada ornamentada;
- caco de cerâmica indígena, ornamentada por estampagem com sinete;

fragmentos de um vasilho cónico, com asas, de cerâmica fumigada e polida;
fragmentos de cerâmica indígena, vermelha e polida;
fragmentos de asas de vasos fumigados;
cacos de pasta vermelha, pintados;
punhal feito de um osso de animal;
dois furadores de osso;
pequenos ossos aguçados que podem ter servido de furadores;
quatro dentes de javali, provavelmente amuletos;
osso de animal, aparado em redondo;
dentes, ossos e chifres;
fragmento do arco de uma fibula de bronze;
argola de bronze;
objecto de bronze de uso indeterminado;
agulha de bronze;
fibula de bronze;
cinco arcos de fibula de bronze;
três fusilhões de fibula de bronze;
dois furadores de osso, polido e aperfeiçoado;
agulha de osso polido;
alfinete de osso lavrado, com cortes, etc.;
restos de uma fibula de bronze;
pedaço de uma fivela de bronze;
argolinhas de bronze;
objecto indeterminado de bronze;
alfinete de osso;
alfinete de osso, de cabeça esférica;
alfinete de bronze, dobrado;
fragmento de um estilo.

Objectos adquiridos pelo mesmo Sr. em Condeixa-a-Velha, época romana:

5 pesos de barro;
coleção de fragmentos de cerâmica de importação, barro aretino;
moedas romanas de bronze;
fragmentos de barro aretino, com figuras;
faca de ferro com cabo de bronze, incompleta;
enfiada de cinco contas de vidro (quatro azuis e uma branca);
enfiada de dezassete contas de vidro (azuis, amarelas, verdes e negras);

uma garra de lião, de bronze;
chavinha de bronze;
espelho de fivela de bronze;
coraçõzinho de pasta azul de vidro, com um Eros ao meio.
Outra pedra, achada na Sesmaria, concelho de Ferreira
do Alentejo; é semelhante ao rebôlo antecedente;
barreleiro (cortiço), etnografia alentejana: Grândola;
barreleira (de madeira): igual procedência;
cortiço para colmeias: idem.

Outubro e Novembro de 1911

Havendo o Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** continuado as explorações arqueológicas que iniciara no Outeiro da Assenta (Óbidos), deram entrada no Museu os objectos seguintes:

cinco fragmentos de furadores de osso;
fragmento de fíbula de bronze;
três hastes de cobre ou bronze;
um pedaço de serra, de cobre ou bronze;
uma lâmina da mesma substância;
gume de um machado da mesma substância;
barros de tetos de cabanas;
ossos;
cacos de urnas com cereais carbonizados;
fragmentos cerâmicos ornamentados.

O Sr. Dr. **Manuel Mateus**, ofereceu uma pedra (preistórica?) do concelho de Grândola, ou de Ferreira do Alentejo.

O Sr. **Director do Museu** trouxe de uma excursão que fez na Beira-Alta em Outubro os seguintes objectos:

dois *pondera* de barro, achados na Quinta do Espinhal, freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, oferecidos pelo Sr. Dr. **Maximiano Aragão**;

meio *pondus* de barro, da mesma procedência, oferecido pelo Sr. **Onofre Paes Soares**;

um *pondus* de barro, idem, idem;

um machado de pedra polida, achado na Quinta do Espinhal, freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, oferecido pelo mesmo Sr. **Soares**;

três *pondera* de barro, achados no sítio da Tapada, perto de Casal-João, concelho de Viseu, obtidos por compra;

uma *amoladeira* feita de seixo rolado, encontrada pelo Sr. **Director** no mesmo lugar da Tapada.

O Sr. Dr. **Álvaro de Azéredo** ofereceu uma fivela de bronze, encontrada em Cárquere.

O Sr. Dr. **Vergílio Correia Pinto da Fonseca** ofereceu um *registo* moderno de «S. João da Toca».

O Sr. Dr. **Alberto Osório de Castro** ofereceu os objectos que se seguem:

xorca de bronze, vinda de Timor, jurisdição de Caxido, reino de Vemássi (*ve* = água, *mássi* = salgado: «mar»): estava na habitação indígena;

machado de bronze da mesma procedência;

lança de bronze, ou dardo, da mesma procedência.

Dezembro de 1911

Por compra do Sr. **Director do Museu** deram entrada os seguintes objectos:

oito *pondera* de barro, do Outeiro de S. Sebastião, em Leiria;

seis *pondera* de barro de Condeixa-a-Velha;

um *pondus* de barro de S. Martinho de Árvores, concelho de Coimbra;

um *pondus* de barro de Chão de Lamas (Miranda do Corvo).

Por troca, obteve o Museu um *pondus* de barro com ornamentos circulares em todas as faces, dos arredores de Vila Rial de Trás-os-Montes.

Janeiro de 1912

O Sr. **Pedro de Azevedo** ofereceu uma reprodução de gesso de uma inscrição portuguesa antiga.

A **Comissão Geológica** ofereceu uma faca de sílex descoberta pelo seu colector António Mendes, em Monsanto (Senhora Sant'Ana).

Na Serra de Monsanto foram colhidos os seguintes objectos, que deram entrada no Museu:

coleção de vinte e dois instrumentos prehistóricos, encontrados por pessoal do Museu;

quatro percutores da mesma época, idem;

um instrumento prehistórico, encontrado pelo Sr. **Director**;

outro instrumento oferecido pelo Sr. Dr. **Vergílio Correia**;

metade de outro, oferecido pelo Sr. **Joaquim Fontes**;

vinte e sete lâminas de facas de sílex, achadas pelos Srs.

Director do Museu e Dr. Vergílio Correia, em excursão comum.

Fevereiro de 1912

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu:

357 objectos paleolíticos, de diferentes formas e dimensões, achados no Casal do Monte¹;

um *percurtor*, idem.

O Sr. **António Joaquim Júdice** ofereceu um instrumento de pedra polida, de 1^m,08 de comprido, achado na Mexilhoeira da Carregação (Algarve).

O Sr. Dr. **Vergílio Correia** ofereceu um instrumento paleolítico do Monte das Camelas (Belas).

Março de 1912

O Sr. Dr. **Vergílio Correia** ofereceu para o Museu:

fragmentos cerâmicos, neolíticos, de Monsanto (bordos de vasos e um fragmento com ornamentação);

um instrumento lascado de sílex, preistórico, de Monsanto;

oito sílices lascados, idem, idem;

sete instrumentos de sílex, idem, idem;

um *percutor* esférico de sílex, neolítico, da Damaia.

O Sr. **Fulgêncio Pereira**, preparador do Museu, trouxe:

um percutor da Damaia, feito de um seixo rolado, neolítico;

um percutor oval, da mesma procedência;

três instrumentos paleolíticos de sílex, da mesma localidade

Abril de 1912

O Sr. Dr. **Vergílio Correia** ofereceu os objectos que se seguem:

três mós da Amadora, de ao pé do local onde apareceram

os sílices lascados que são tidos por paleolíticos;

dois fragmentos de inscrições de Condeixa-a-Velha, uma, pelo menos romana;

mó preistórica do Casal da Barrota, achada por trás do

Mont'Alvão (Belas);

duas mós preistóricas de Liceia (arredores);

¹ Estes objectos foram recolhidos pelos Srs. Joaquim Fontes, Vítor Fontes e José Santa Rita.

duas mós preistóricas da Amadora;
mó preistórica do Mont'Alvão.

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu seis instrumentos paleolíticos do Casal do Monte.

Maio de 1912

Por encomenda do *Museu*, deu entrada neste a reprodução da xorca de Sintra (*Arch. Port.*, II, 17) feita de cobre dourado por J. Spilling, de Londres (63, Gt. Russell Street, Bloomsbury, W. C.), conforme o original que está no *Museu Britânico*.

O Sr. **Director do Museu** adquiriu por compra em um leilão:
os volumes I e II do *Breviarium Braccharense* do arcebispo Moura Teles—Braga, 1724 (2 volumes);
Silvia de Lysardo, Lisboa 1632 (com faltas).

O Sr. Dr. **Vergílio Correia** adquiriu por compra, para o Museu, os seguintes objectos:

cambo, pêso e fita (aparelho completo) *de tear*, de Almalaguês (concelho de Coimbra), tudo ornamentado;
cambo, pêso e correia,—idem, idem;
quatro pesos variados, com ornatos, *de tear*,—da mesma proveniência;
arrôcho de tear ornamentado,—idem;
duas *lançadeiras de tear*, ornamentadas,—idem;
quatro *campos de tear*, ornamentados,—da Ribeira da Flor da Rosa, freguesia de Almalaguês, concelho de Coimbra;
oito *campos de tear* ornamentados, de Almalaguês.

A Sr.^a D. **Maria Angélica Furtado de Mendonça** ofereceu duas adufas (de janela) da Rapa, concelho de Celorico da Beira.

A Sr.^a D. **Ana de Castro Osório** ofereceu uma capucha de burel de Molelos (S. Pedro do Sul).

Junho de 1912

Provenientes de uma excursão do Sr. **Director do Museu**, a Évora, entraram os seguintes objectos:

tarro de cortiça ornamentado, de Évora, oferecido pelo professor Sr. **Gustavo Ramos**;
machado de pedra (Herdade da Serranheira), oferecido pelo Sr. Conselheiro **José Soares**;
goiva de pedra polida (arredores de Évora), oferecida pelo mesmo Sr.;
dois machados de pedra (arredores de Évora), adquiridos por compra do Sr. **Director**.

De uma excursão do mesmo Sr. a Tórres Vedras, adquiriu o Museu os objectos que se seguem:

machado de bronze, em dois pedaços, dos lados de Peniche, obtido de um ferro velho e oferecido pelo Sr. **António Cabral**;

machado de pedra, do lugar da Estrada, freguesia de S. Mamede da Ventosa, concelho de Tórres Vedras, comprado pelo Sr. **Director do Museu**;

figa-cornicho, comprada pelo mesmo Sr. em Tórres Vedras; bico para «escarpelar milho», Tórres Vedras, idem.

O Sr. **Director do Museu** adquiriu em Alcanena dois painéis de barro portugueses, antigos; — e em Viseu: uns *ex-votos* levados à Senhora do Fastio, que se venera na capela do Paço de Fontelo: colher e tigela.

Julho de 1912

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu um instrumento paleolítico, do Casal do Monte.

O Sr. Dr. **João José Rodrigues** ofereceu por intermédio dos Srs. **José Correia Pinto da Fonseca** e Dr. **Vergílio Correia** uma pedra romana, de secção quadrangular, de 0^m,15 de alto e 0^m,035 de lado, achada em *Belver*, entre o ribeiro da Nata e a Fonte da Moura: tem em cima uma inscrição que corresponde a *Alliani*.

O Sr. **Director do Museu** comprou:

três *xorcas* de prata, encontradas no olival da Soalheira do Barbanejo, no monte do Castelo, freguesia de Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco; foi intermediário na compra o Sr. **Francisco E. Goulão**.

duas *xorcas* de prata, uma trança de prata, um fragmento de haste, achadas no Casal do Chão das Covas (Vila Velha de Ródão), adquiridas no espólio do juiz Ferreira Pinto.

Em uma excursão a Grândola e a Ponte de Sor, o mesmo Sr. obteve:

vaso de barro, achado em uma sepultura romana, da herdade da Defesa (S. Tiago de Cacém), oferecido pelo Sr. **Francisco António da Cruz** (Grândola);

pondus de barro, achado em Ponte de Sor, oferecido pelo Sr. Dr. **Matos Silva**.

O Sr. Conselheiro **José Soares**, de Évora, ofereceu uma colher de pau, artística, do Alentejo.

O Sr. Dr. **Vergílio Correia** obteve para o Museu dois machados neolíticos, de Tórres Vedras.

Agosto de 1912

Provenientes de aquisições feitas pelo Sr. **Director do Museu** em uma excursão no Alentejo, deram entrada os objectos seguintes:

pedaço de fibrolite onde se estavam talhando dois machados, objecto rarissimo: do Ervedal, Avis; ofereceu-o a Sr.^a **D. Mariana Queiroga Paes** (vid. *O Arch. Port.*, xvii, 286); machado de fibrolite das Galveias, obtido pelo Sr. **Mário Paes**;

idem, do Ervedal, Avis, idem;
machado de pedra com orificio, do Ervedal, idem;
idem de fibrolite, do Caro, Estremoz, comprado pelo Sr.

Director;

idem de pedra, das Galveias, idem;
idem de bronze, de Avis, idem;
fragmento de um machado de bronze, do Ervedal, adquirido pelo Sr. **Mário Paes**;

pondus de barro, de Ponte de Sor, oferecido pelo Sr. Dr. **Matos Silva**.

Setembro de 1912

O Sr. Dr. **Félix Alves Pereira** ofereceu um machado de bronze, das Caldas da Rainha.

O Sr. **Director do Museu** adquiriu:

manuscripto hispano-português, *La ventura en la desdicha*, por D. Jacinto de los Angeles, por compra;
dois machados de pedra, de Galveias;
machado de pedra, de Avis;
dois machados de sílex, de Monsanto;
sete machados de pedra, de Liceia, obtidos juntamente com o Sr. Dr. **Vergílio Correia**;
machado de pedra, de Tires;
dois pesos romanos, dos arredores de Senhorim, Nelas.

O Sr. Dr. **Vergílio Correia**, Conservador do Museu, adquiriu:

dois machados de pedra, de Janas, concelho de Sintra;
dois, idem, de S. João das Lampas, Sintra;
dois instrumentos neolíticos (moedores-percutores), de Olelas, Sabugo, Sintra;
fragmento de uma placa de xisto, ornamentada, da Herdade da Torre, Algarve;
pêso de tear em forma de coração, de Almalaguês, concelho de Coimbra;

cambo de madeira, de tear, ornamentado, de igual procedência;

caneta de osso, trabalhada, comprada na Mocafaneira, concelho de Tórres Vedras (informaram haver sido feita pelos presos da cadeia de Tórres Vedras);

fragmentos de cerâmica, de Olelas, Sabugo.

Outubro de 1912

Aquisições efectuadas, por compra, pelo Sr. **Director do Museu:**

taça grega dos sécs. III-II, a. C., que obteve em Roma;

machadinho de pedra polida, que obteve em Toulouse;

gobbo, amuleto contra o *mal occhio*, que obteve em Roma;

dois *talismani* italianos, de metal, dourado um, ambos com «*Fortuna, assistimi*» no anverso, e com «*Invidia, crepa*» e figuras no reverso, adquiridos por ele em Roma;

três amuletos de prata: 1) meia-lua, 2) meia-lua com figura episcopal no reverso, 3) amuleto pânteo, idem;

dois amuletos italianos de *pelo del tasso* (para terem virtude, deve o pêlo ser achado ou roubado), comprados por ele em Cervetri;

amuleto de esporão de galo, Lisboa;

quadro com a reprodução de uma aguarela militar de Ribeiro Artur, em Lisboa;

machado neolítico de S. Sebastião, Batalha;

machado neolítico, de Serpa;

machado neolítico de Carvalhais, freguesia da Assafarja, concelho de Coimbra;

machado de pedra, do Pisão, Souselas, concelho de Coimbra;

quatro machados de pedra, de Conimbriga;

dois machados de pedra, da Ereira, concelho de Montemor-o-Velho;

dois machados de pedra, de Morlena, Sintra;

escopro de pedra polida, de Monsanto, Lisboa;

dois machados de pedra, de Montelavar, Sintra;

dois machados de pedra, de Mucifal, Sintra;

três machados de pedra, de Odrinhas, Sintra;

dois machados de pedra, da Columbeira, Óbidos;

três machados de pedra, de Pragança, Cadaval;

machado de pedra, da Ventosa, Cadaval;

três machados de pedra, de Nafarros, Sintra;

machado de pedra, da Rotura de Setúbal.

Novembro de 1912

O Sr. **António Pio** ofereceu ao Museu os seguintes objectos:

- carrete, de manufactura indígena da África;
- instrumento de preparar penas de pato para escrever;
- instrumento para preparar balas;
- armação dum guarda-sol antigo;

O Sr. **António Paes**, de Avis, ofereceu um objecto de pano preto, que representa um gato, para colocar na parede das casas do Alentejo.

O Sr. **Manuel Joaquim de Oliveira** ofereceu dois objectos de calcário do período calcolítico, da necrópole do Vale de S. Martinho, Sintra.

O Sr. **Director do Museu** comprou:

- braguinha*, da ilha da Madeira, instrumento músico de quatro cordas;

- rajão*, idem, instrumento de cinco cordas;

- viola de arame*, de nove cordas, da Madeira;

- baraço*, corda especial, de Pôrto Santo;

- par de *focinheiras* de gado, feitas de certa malvacea, de Pôrto Santo;

- machado de pedra de 0^m,023 de comprimento e 0^m,9 de largo, de Campos do Marmeleiro, freguesia e concelho de Alcoutim;

- machado de pedra, de Campos do Corte das Sedas, idem, de Alcoutim;

- machado de pedra, do Torneiro, idem, de Alcoutim.

Dezembro de 1912

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu onze instrumentos paleolíticos, do Casal do Monte.

Por compra do Sr. **Director do Museu** deram entrada os objectos seguintes:

- goiva de pedra, de uma gruta da Serra de Sobral da Alagoa, Óbidos;

- machado de pedra, da Columbeira, Óbidos;

- machado de fibrolite, da Ereira, Montemor-o-Velho;

- machado de pedra, de S. Mamede de Óbidos;

- machado de pedra, de Liceia;

- dois machados dos campos de S. Mamede de Óbidos.

O Sr. **Bernardo Rodrigues do Amaral** ofereceu um machado de pedra polida achado em um campo do concelho de Nelas.

Vieram do Museu da Escola Politécnica :

placa de lousa, de forma encurvada, preistórica, encontrada em uma sepultura de Martim Afonso (talvez das escavações de Pereira da Costa);

placa de lousa, sub-rectangular, preistórica, achada em uma sepultura antiga de Monte-Rial, Leiria;

dois machados de sílex, de Saint-Acheul, França;

um instrumento de pedra polida, talvez da América.

C. L.

II**Janeiro de 1913****Objectos arqueológicos e etnográficos do Brasil**

Em fins do ano de 1912 dirigi-me por carta à illustre e conhecida escritora a Ex.^{ma} Sr.^a D. Ana de Castro Osório, nossa consulesa no Estado de S. Paulo, e, sabedor de quanto ela preza não só a pátria, mas a Etnografia, de que é cultora desvelada, pedi-lhe me obtivesse para o Museu Etnológico algumas armas de pedra, das que os Índios do Brasil ainda usam em certas regiões, e que são encabadas.

A esta espécie de armas se refere Pero Vaz de Caminha, quando, na célebre carta que em 1 de Maio de 1500 escreveu a D. Manuel I acerca do descobrimento da Vera Cruz ou Brasil, feito por Pedro Álvares Cabral, diz dos Índios ou indígenas (Tupis): «nom teem cousa »que de fer(r)o seja; e cortam sua madeira e paaos com pedras feitas »coma cunhas metidas em huum paaos, antre duas talas muy bem atadas, e per tal maneira que andam fortes»¹.

Os objectos de pedra que eu pedia eram para aumentar a secção de Etnografia comparativa que formei no Museu: pela inspecção dos artefactos usados pelos selvagens modernos compreenderemos mais facilmente os usados pelos selvagens prehistóricos.

A Sr.^a D. Ana de Castro não pôde por ora obter-me armas da espécie que eu desejava, porque, segundo informações do Dr. Sehring, sábio director do Museu do Ypiranga, elas são actualmente muito raras, havendo o uso das armas de ferro penetrado já em todos os povos, mesmo nos mais atrasados e arrèdios do Estado de S. Paulo; em compensação obteve-me e trouxe-me outros objectos etnográficos, e alguns arqueológicos, mercê da dedicação de muitas pessoas beneméritas, e

¹ *Alguns documentos da Torre do Tombo*, Lisboa 1892, p. 117.

da propaganda que ela fez no Brasil, e à qual a imprensa periódica, declaro-o com prazer, correspondeu amavelmente, encarecendo a utilidade do Museu Etnológico de Lisboa¹.

Eis a lista dos objectos vindos de além-mar:

1. Uma colecção de armas (cinco frechas, uma espécie de moca, e um arco) dos indígenas que habitam as proximidades do Pôrto Tibiriçá, nas divisas dos estados de S. Paulo e Mato Grosso,—oferta do Sr. **Maurício de Camargo**, de S. Paulo. As frechas são compridas e constam: de haste ou cabo de cana, com penas na extremidade e um entalhe para se embeber na corda; e de «ferro» ou lâmina de madeira, de forma cônica, e com uma série de farpas: a haste liga-se à lâmina por tiras de vegetais delgadas. O objecto que chamei *moca* tem também duas partes: uma haste de cana em tudo igual à das frechas, com penas e entalhe, o que mostra que o objecto era para ser arremessado como aquelas; e um «ferro» de madeira, que, em vez de ser farpeado, comprido e ponteagudo, é liso, curto e terminado em maçaneta. O arco é igualmente comprido, de madeira preta, com a respectiva corda.—Falando das armas dos Índios do Brasil, acrescenta ainda Vaz de Caminha: «os arcos são pretos e compridos, e as seetas compridas, e os fer(r)os delas de canas aparadas»². Esta notícia não concorda inteiramente com a descrição que fiz acima; concorda porém em parte, e por isso achei conveniente lembrá-la. Todavia em Damião de Góes, *Chronica de D. Emanuel*, Lisboa 1566–1567, lê-se a respeito das armas dos Índios do Brasil: «hos arcos sam de pao brasil, e as frechas de canas empenadas com pennas de papagaios, has pontas sam de pao e osso de pescado, tam fortes que passam com ellas hũa táboa»³.

2. Mais uma frecha como as que ficam descritas,—oferta do Sr. **Benedito Pinto dos Santos**, sargento-amanuense do 5.º batalhão de S. Paulo.

¹ Vid., por exemplo: *O Estado de S. Paulo*, de 22 e 25 de Dezembro de 1912 e de 9 de Janeiro de 1913; *A Cidade* (de Ribeirão Preto) de 29 de Dezembro de 1912; *Portugal Moderno* (do Rio) de 1 de Janeiro de 1913.

² *Ob. cit.*, p. 117.

³ *Id.*, parte I, fl. 52 v.

3. Dois colares de dentes de macaco, usados pelos Índios, sendo um dos colares formado de 288 dentes incisivos, e o outro de 96 caninos,—oferta do Sr. A. Azevedo, de S. Paulo.

4. Uma panela («cocron») dos Caingangues do Góio-bhê ou Alagoa Preta, última tribo guerreira que houve no Brasil, mas já agora inteiramente pacificada,—oferta do Sr. Prof. Sílvio de Almeida.

5. Um vaso de sapucaia (de carácter inteiramente primitivo), usado no Amparo,—oferta do Sr. Joaquim Carneiro da Silva.

6. Dois machados prehistóricos de gneiss, achados em escavações, um na matriz do Amparo, e o outro no sítio das Onças (S. Paulo), ambos êles muito semelhantes aos de Portugal, a não ser que o machado das Onças tem o gume levemente ondulado, de forma de S,—oferta do mesmo Sr. Carneiro da Silva¹.

Além de estes objectos, a Sr.^a D. Ana de Castro ofereceu, ela própria, duas colecções de cartões postais representativos de scenas da vida dos Índios, e trouxe para a biblioteca do Museu, por dádiva do Dr. Shering, os volumes VII e VIII da *Revista do Museu Paulista*, e três opúsculos do mesmo etnógrafo.

*

Na carta de Vaz de Caminha diz êle que julga que o capitão da frota enviaria ao rei, para amostra etnográfica da região ao tempo descoberta, algumas das armas americanas a que re refere. Se tais armas, como é natural, chegaram a Lisboa, e se penduraram em alguma das salas dos nobres paços da Ribeira, teremos aí o gérmen do nosso mais antigo museu etnográfico. E não era só o exótico dos objectos da natureza morta que provocava a curiosidade dos nossos avoengos do séc. XVI; a natureza viva deleitava-os por igual. Conta o citado Damião de Góes que George Lopez, que em 1513 tinha o trato do pau brasil, importado de Santa Cruz, viera falar a D. Manuel, «& cõ elle tres homens desta provincia.. vestidas de pennas, »com as fações, beiços, narizes, orelhas cheios de grossos pendentos»². Êste gôsto da Etnografia manifesta-se ao mesmo tempo em obras

¹ Do que fica dito se vê que existem no Brasil instrumentos de pedra de três épocas: 1) prehistóricos; 2) do tempo do descobrimento; 3) actuais.

² *Chronica*, parte I, cap. LXVI, ffs. 52 v.

artísticas. O frontispício da *Ethiopia Oriental* de Fr. João dos Santos, Évora 1609, foi gravado, como lá se diz, por Brás Nunes, e na gravura representa-se a figura da Etiópia ou um Etíope, com um arco seguro na mão esquerda, um machado na direita, aljava cheia de setas ao tiracolo e capacete na cabeça. Na *Historia de Ethiopia a Alta* do P.^o Baltasar Teles, Coimbra 1660, o frontispício é também gravado (desenho de Ph. Fruytiers, gravura de P. van Lisebetten): vemos aí um rei etiópico sentado no trono, rodeado de indígenas, o qual acolhe na sua côrte três patriarcas e um bispo, cujos nomes lá se lêem.—Pena foi que com as armas de que fala Vaz de Caminha não se conservassem as que com outras cousas gentílicas os subseqüentes navegadores necessariamente haviam de para cá mandar das diferentes partes da terra por onde andaram! Poderíamos hoje gabar-nos de possuir uma das melhores colecções de este género, pois com tam variados povos nos achámos em contacto! Infelizmente só, quanto eu sei, se deu entre nós certa atenção scientifica a isto do séc. XVIII em diante: segundo se lê a fl. 66 do curiosíssimo *Diário* manuscrito da viagem que em 1782 fez a Portugal o arcediogo valenciano D. Francisco Perez Bayer¹, havia em Lisboa, no museu do Marquês de Angeja, *armas de los Indios, de maderas, instrumentos para cortar árboles y labrar*; o P.^o José Mayne († 1792), quando na mesma cidade fundou um museu de história natural², aggregou-lhe também objectos etnográficos da América e da África, dos quais restam ainda hoje bastantes no museu da Academia das Sciências, que foram em parte descritos por Teixeira de Aragão, em 1892³. Das colecções que hoje existem, a mais importante é a da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde estão representadas todas as nossas colónias.

J. L. DE V.

«...qui ne vit que du présent se deshabetue bien vite de penser: penser, c'est unir la cause à l'effet; or, la cause du présent est dans le passé».

TH. ZIELINSKI, *Le monde antique et nous* (trad. fr.), Paris 1909, p. 81.

¹ Existe uma cópia na Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 342 (= B ³/₁₈), exemplar de que me sirvo.

² Imprópriamente chamado *Museu Maynense*: devia ser *Museu Mayniano* (e igualmente *Instituto Mayniano*: e não *Maynense*), porque o sufixo *-ense* é geográfico, e não pessoal.

³ *Catálogo dos objectos de arte e industria dos indígenas da América, que a Academia envia à exposição de Madrid.*

Antiguidades de Armez (concelho de Cintra)

A Inscrição da Fonte.—Uma lucerna

Armez é um pequenino poyo do concelho de Cintra, distante 2 quilómetros de Montelavar e Pero Pinheiro e um milhar de metros apenas, das Lameiras e da Fervença; estes dois nomes evocam suficientemente a espécie de região em que está situado, na zona central da mais vasta e produtiva exploração de mármore de todo o Portugal.

Em volta das terras citadas estende-se a enorme baixa formada entre a Serra de Cintra e a série circular doutras serras, que, começando no Sabugo e Olela, vão prolongar-se, concelho de Mafra fora, até perto do mar. Por toda essa chã as pedreiras descarnaram o corpo da terra e edificios e solo apresentam um aspecto duro e desolado. Contudo essa mesma abundância de pedra, para tudo bastante utilizada, tornou a região uma daquelas que parecem fadadas para a conservação dos monumentos antigos e são consequentemente um precioso campo de colheita para os arqueólogos.

Quando, por informação dum dos trabalhadores que andavam na exploração que realizei em Vila Verde (Cintra) em 1912, eu soube da existência de *uma pedra com letras* na fonte de Armez e me decidi a demandar o lugarejo, os terrenos que tive de atravessar fizeram-me compreender perfeitamente a razão da abundância de inscrições que se encontram no *Corpus*, desta zona. Para alcançar a povoação atravesssei na Fervença uma série de pequenas colinas formadas pelos rebotalhos amontoados pela exploração multiseccular das pedreiras; se tivesse abordado Armez pelo lado das Lameiras ter-me-ia acontecido o mesmo. As pedreiras florescem aqui um pouco por toda a parte. Desde as abas da Serra da Lua, pela Granja, Morelino, Várzea, Vila Verde, Ligeira, Fervença, Lameiras, Montelavar e Pero Pinheiro, podiam traçar-se os limites duma grande mancha que apanharia quasi toda a área dos melhores mármore de concelho de Cintra; só ficariam de fora as terras compreendidas entre Cintra e Lisboa, cujos mármore são de qualidades inferiores e portanto menos procurados.

Nalgumas das terras apontadas a exploração da pedra faz-se desde o tempo dos romanos. As belas inscrições encontradas em Lisboa e nos actuais concelhos de Oeiras, Cintra, Cascais, Mafra e Torres Vedras, lavradas nesse suave lioz rosado especial à Fervença e às Lameiras, bastam para no-lo provar.

Essas pedreiras romanas concorreram decerto para uma maior riqueza da região e maior desenvolvimento da população, tal como hoje sucede. Daí o encontrarem-se nesta área tantos e tam importantes vestígios da época. Basta citar, com inscrições e restos de monumentos, Cintra, a povoação e as abas da serra, Colares, Almoçageme, Mucifal, Nafarros, Várzea, Mourelinho, Lourel, Vila Verde, Janas, Fontanelas, Faião, Odrinhas, Armez, Lameiras, Montelavar, etc., e a quasi certeza da existência de três santuários, em Colares, em S. Mamede de Janas e em Odrinhas.

A tudo terei ocasião de referir-me quando tratar da arqueologia romana no concelho de Cintra; por agora basta notar que não há perto de Lisboa outra zona onde tam visivelmente se reconheça a camada romana da civilização, facto tanto mais para admirar quanto é tristemente certo que desde a nossa capital até esse concelho escasseiam os documentos do género.

Armez é um agregado de casebres deitados numa encosta branda, em ar de abandonados.

É evidentemente um lugar que morre, apesar da insistência vaidosa com que todos os habitantes me referiram a sua ilustre descendência dos *cidadãos de Aramenha*, cidade antiga que fôra ali mesmo onde eu me achava, no próprio sítio onde elles moravam. Até um acrescentou mesmo a informação preciosa de que nos livros dos impostos era sob o título de pertencentes à cidade de Aramenha que figuravam as terras do lugar.

A primeira cousa antiga que notei foi uma bela pedra que serve de banco à porta duma casa, na qual pude distinguir apesar de invertida um pedestal de estátua ou de grande ara, perfeitamente semelhante à que existe sob o pórtico de entrada para o Museu Etnológico, na extrema esquerda; a seguir, pelos muros das casas e dos cerrados, deparei com vários troços doutras pedras antigas lavradas. Uma mulher informou-me que existira no lugar além do letreiro da fonte uma outra pedra com letras, uma pia, que havia sido levada pouco tempo antes para o Adufação, lugarejo próximo.

Deve ser a que vem no *Corpus*, sob o n.º 273¹:

APRONIA · L · F · MAELIA · H · S · E ·

Decerto a irei encontrar intacta, visto que em regiões onde a pedra é tanta não tem o povo necessidade de destruir uma que tenha letras, cousa sempre digna de respeito para gente rude.

¹ *Corpus Insc. Lat.* 2.º p. 32.

Dirigi-me para a fonte, causa originária e principal da minha excursão.

Fica ela fora do povo, a uns 100 metros para nordeste, no talvegue dum valeiro pouco profundo que corta ao meio duas largas colinas. Está numa escavação quadrangular, profunda de 3 metros, larga outro tanto, comprida mais meio metro, com paredes regulares argamassadas. Desce-se para o depósito, que fica encostado à parede sul do fôssco, por uma escada de 13 degraus de pedra, cavados na parede; êsse depósito é rectangular, semelhante a uma caixa de pedra aberta para o lado onde se recolhe a água. A tampa, representada por uma larga mesa de 2^m,10 de comprimento por 1^m,50 de largura, agüenta a parede sul do fôssco, e tem gravada na face que fica ao nível da mesma parede uma inscrição com letras de 0^m,15 de altura, perfeitas e bem cavadas.

L · IVLIVS · MAELO · CAVD·C · FLAM · DVI · A'G

Esta inscrição encontra-se a p. 31 do *Corpus*¹, sob o n.º 260, e designada por estas palavras de Resende: «juncto da fonte de Armez, uma mesa grande e muy larga com letras mais de médio palmo».



A fonte de Armez

Levy Jordão² transcreve-a com várias incorrecções. Hübner lê-a: *Lúcio Júlio Maelo, caudic(arius) flam(en) divi Aug(usti)*, e a sua opinião é suficiente para nos esclarecer a êsse respeito.

¹ *Corpus Insc. Lat.*, II, p. 32.

² *Portugaliae Insc. Rom.*, p. 39, n.º 112.

Há contudo pequenas diferenças entre a inscrição que vem no *Corpus* e a que se encontra na pedra; assim, os As não são cortados, e dentro do último G encontra-se incluído um pequeno i. Os D, O e C são larguíssimos, desproporcionados, característico do séc. I.

A pedra onde se encontra esta inscrição faz hoje parte integrante da fonte, apesar dos autores antigos, que se lhe referem, apenas a dizerem «*juxta fontem de Armez*». ¿Aconteceria isto sempre? A forma da lápide, junta ao teor da inscrição, leva-me a acreditar em tal.

Lúcio Maelo, *flamen caudicarius*¹ do divino Augusto, porventura habitante de Olisipo e possuidor duma quinta no lugar de Armez, fez construir, para utilidade do povo, uma fonte em que deixou assinalados os seus nomes e títulos honoríficos. Não vejo outra utilidade à pedra, senão a de indicar o benefício e louvar o doador. A Maelia da outra inscrição que se encontrava até há pouco no lugar, era decerto uma parenta muito chegada do *flamen caudicarius*.

Quando me retirava da fonte, uma mulher indicou-me que no alto da povoação, onde chamam *Eira pedrinha*, se tinham encontrado em tempos tejos grossos e pedrinhas miúdas. Decerto um pavimento de mosaico casualmente descoberto deu ao local um nome genérico, que já nos aparece perto de Conimbriga e em outros pontos.

Pelos arredores encontram-se vários terrenos qualificados dos *mouros*: a cidade de Aramenha, para baixo de Armez; a Moura, vasto campo juncado de tejos junto a Montelavar; e, no caminho do Penedo das Lameiras, um cabeço que já deu uma inscrição para o *Corpus*.

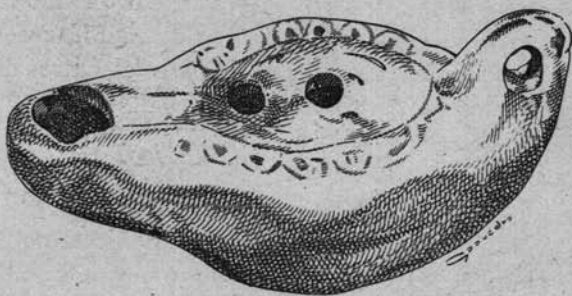
Outra mulher explicou também como seu marido descobrira, havia mais de 20 anos, numa surriba no sítio da Torre (a oeste do lugar), uma candeia de barro enterrada a mais de 1 metro. Adquiri essa candeia, uma lucerna de barro vermelho, grosseiro, interessante por causa da raridade com que objectos-de tal espécie se mostram para o norte do Tejo. Efectivamente as lucernas só aparecem com abundância nas regiões *transtaganas*, onde a civilização romana se manifesta fortemente. De uma centena de *lucernae* que o Museu Etnológico possui, metade provém do Algarve, as restantes quasi todas do Alentejo e de Tróia.

Entre as candeias romanas achadas em Portugal notam-se à primeira vista diferenças profundas, no barro, nas formas e na orna-

¹ Sobre Lúcio Maelo, vid. *Religiões da Lusitania*, III, p. 318, 321, e nota 2.^a da mesma página.

mentação. Estudando-as cronologicamente, aparece-nos primeiro um tipo de *lucerna* sem asa, de recipiente circular e bico (*rostrum*) saliente, sobre duas pequenas e elegantes volutas; estas candeias remontam ao século I e são, na sua maioria, de importação. A este tipo segue-se um segundo, de recipiente igualmente circular, mas em que o bico, em vez de ser agudo, se alonga e alarga, modificando o aspecto primitivo, mais gracioso, e em que aparece uma asa aneliforme em posição oposta ao *rostrum*, para melhor preensão do objecto. Emfim vem as lucernas chamadas cristãs, mais alongadas, com uma pequena pega cônica substituindo a asa, e recipiente resvalando para a oval.

As do primeiro e segundo tipo são geralmente de barros muito finos e cores diversas; as do terceiro são sempre de barro vermelho e assuntos cristãos nos ornatos.



Lucerna romana de Armez (Cintra) — Tamanho natural.

Claro está que os ceramistas indígenas logo de princípio trataram de copiar as candeias romanas, e é por isso que junto com estes tipos se encontram outros derivados, mais grosseiros no fabrico e na ornamentação. A esta última categoria de objectos pertence a *lychnus* de que me ocupo. É de pasta vermelha, de cozedura vulgar, asa pequena mal furada e tampa atravessada por dois orifícios na mesma linha do buraco maior do *rostrum*. Na orla da tampa há uma facha ornamentada com óvulos ou círculos concêntricos meio apagados, interrompida por um pequeno canal que vai do orifício grande ao primeiro menor. Atravessada entre os dois orifícios, notam-se vestígios duma figura, que, pela posição e pelo que tenho visto em outros objectos da mesma espécie, deve ser um cão ou um leão.

Pelo exame detido do objecto, muito bem conservado, em que o orifício do *rostrum* se acha ainda ennegrecido como se a torcida (*ellychnium*) acabasse de se consumir, posso concluir verosimilmente que se trata duma lucerna de fabrico indígena dos arredores de Lisboa, pertencente ao século III da nossa era, talvez de Mafra, que não

fica longe e foi sempre grande centro de produção cerâmica. O exame dalgumas moedas encontradas na mesma surribo que a trouxe à luz, marcaria a data mais aproximadamente do que eu o faço; infelizmente perderam-se, como se perde tudo neste país... e nos outros.

Dezembro, 1912.

VERGÍLIO CORREIA.

Instrumentos preistóricos da África Portuguesa

O illustre geólogo o Sr. P. Choffat teve a bondade de me chamar a atenção para alguns objectos preistóricos da nossa África existentes no Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Lisboa, e instigou-me a dar noticia deles n-*O Archeologo*, para o que me ofereceu as fotografias e desenhos cujas gravuras aqui se reproduzem.

Estes objectos provêm, uns da África Occidental, outros da Oriental.

A) Dois objectos da África Occidental:

1. Lança de *silex* de 0^m,266 de comprido, que appareceu em Qui-fangondo (Loanda), numa furna descoberta pela abertura da trincheira do caminho de ferro, próximo desta vila, — como se diz no rótulo que acompanha o objecto no Museu. No mesmo rótulo se lê também o seguinte: «Encontrada na posição vertical, entre barros e gesso, à altura de 4 metros, sobre o leito da via. Colheita e oferta do Tenente-Coronel Teixeira de Moraes». Esta lança, como consta das figs. 1 (vista total: um quarto do tamanho



Fig. 1

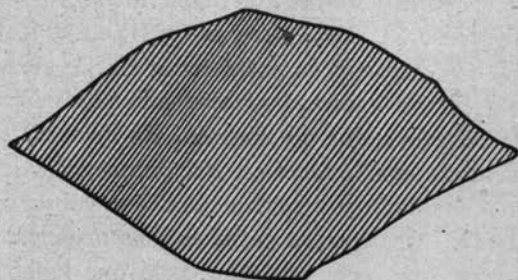


Fig. 2

natural) e 2 (secção: tamanho natural), é magnífica: está talhada nas duas faces, e retocada nos bordos; os retoques formam ziguezagues, como habitualmente. Ainda que não ousarei dizer que ela date da época paleolítica, devo porêr notar que se assemelha aos instrumentos que na Europa se chamam do «tipo de Solutré», o que contrasta com

a barbárie dos que o Sr. Stainier descreve no seu trabalho intitulado *L'âge de la pierre au Congo*, Bruxelas 1899 (dêle deu substancial resumo o Sr. Choffat nas *Communições da Direcção dos Serviços Geológicos*, IV, 202, sgs.).



Fig. 3



Fig. 4

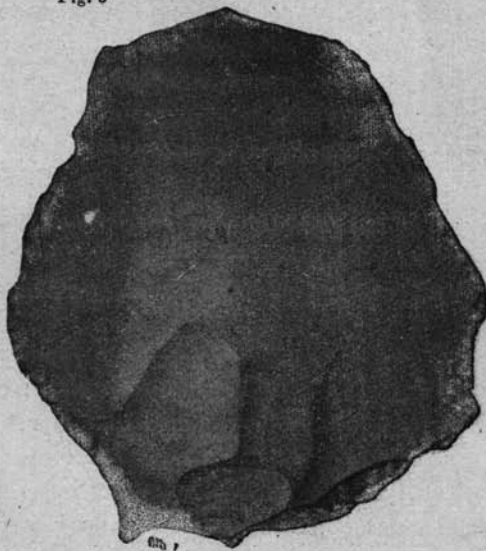


Fig. 5

2. Um raspador, de sílex, encontrado em Huila, e já descrito e figurado pelo Sr. Choffat nas *Communições da Direcção dos Serviços*

Geológicos de Portugal, iv (1900-1901), 192-193. Reproduzo o objecto nas figs. 3 a 5 (visto por três lados: tamanho natural).



Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10

3. Dois instrumentos de sílex, achados perto de Ontongontongo, «taillés intentionnellement, dont un de couleur foncée avec bulbe de percussion et des retouches est probablement très ancien», diz J. Nery Delgado nas *Comunicações*, vol. citado, p. 199; o outro instrumento apresenta também bolbo e retoques. Ambos são talhados só de um lado, e foram oferecidos ao



Fig. 11

Museu pelo Rev.^{do} P.^o Antunes, superior das missões de Huila. Vide figs. 6 a 9 (cada um dos objectos é visto por duas faces).

B) Um objecto da África Oriental:

Aguçadeira de quartzite, aparecida na ribeira do Busi (Moçambique), e oferecida pelo Sr. Tenente-Coronel Manuel Teixeira Soares. Esta aguçadeira serviu de polidor ou de pilão por uma das suas ex-

tremidades. Vide fig. 10 (parte superior do objecto) e 11 (frente): $\frac{2}{3}$ do tamanho natural.—Da época neolítica.

*

Além da referência feita pelos Srs. P. Choffat e Nery Delgado a objectos prehistóricos da nossa África, como se disse acima, já em 1890 o Sr. Ricardo Severo escrevera acêrca de instrumentos de pedra polida da bacia do Quanza na *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*. Últimamente n-*O Arch. Port.*, XIII, 5, o Sr. Dr. Félix Alves Pereira falou de um raspador neolítico encontrado na Guiné, o qual me foi oferecido pelo Sr. cónego Marcelino de Barros.

Vem a propósito notar que não propriamente a respeito de África, mas a respeito das Canárias, que lhe ficam próximas, já um autor português do séc. xv falou de instrumentos de pedra: tratando dos moradores da *Gram Canarea*, diz Gomez Eanes de Azurara: «Nom teem ouro, nem prata, nem dinheiros, nem joyas, nem outras cousas »dartelharya, senom algũas cousas que fazem com as pedras, de que »se aproveitam em lugar de cuitellos . . As barbas nom fazem senom »com pedras»¹.

Para terminar, notarei que tanto no Museu Etnológico, como no da Academia das Ciências de Lisboa, há vários machados de povos selvagens da actualidade com cabos de madeira e lâminas de pedra: elles dão idea perfeita do modo como se empregavam os instrumentos neolíticos que em tamanha quantidade apparecem nas estações arqueológicas e nos campos.

J. L. DE V.

«...la communauté de patrie dans le monde antique, voilà le fondement de l'unité de la civilisation européenne; réciproquement, toutes les forces qui tendent à produire cette unité, contribuent, directement ou indirectement, à relever l'étude du monde antique».

TH. ZIELINSKI, *Le monde antique et nous* (trad. fr.), Paris 1909, p. 77.

¹ *Crónica de Guiné*, cap. LXXIX (ed. de Paris, 1841, pp. 377-378).—Os mesmos *Canareos*, conta Azurara noutro lugar, usavam «armas bem concordantes ao seu »bestyal viver, scilicet, hũas lanças compridas, com cornos agudos nas pontas »por ferros, e outros semelhantes por contos» (cap. LXVIII, p. 331). Estas lanças com lâminas e extremidades inferiores de chavelhos são comparáveis a certos utensílios de Oregon (América do Norte) feitos da mesma substância: vi espécimes d'elles no Museu Britânico.

Sindicância ao Museu Etnológico Português

I

Portaria de louvor

«Tendo sido pública a suspeição levantada ao director do Museu Etnológico Português, originando a sindicância a que se procedeu: manda o Governo da República Portuguesa que se publique essa sindicância, reintegrando-se o referido director nas suas funções, abonando-se-lhe os vencimentos durante o tempo em que esteve suspenso¹ e louvando-o pelos valiosos e porfiados trabalhos prestados à Sciência e à Pátria.

Paços do Governo da República, em 19 de Junho de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*».

II

Relatório do syndicante

«Ex.^{mo} Sr. Ministro do Interior.—Tendo recebido de V. Ex.^a o honroso mas difficil encargo de proceder a uma sindicância ao Museu Etnológico Português, ordenada por V. Ex.^a, a pedido do director do mencionado Museu, o Dr. José Leite de Vasconcelos, peço vénia para apresentar o relatório dos meus trabalhos, e o que entendo dever submeter ao alto critério de V. Ex.^a para honra e lustre da República Portuguesa, à qual todos devemos dedicação, principalmente os que, como eu, a Ela deram o melhor do seu esforço, e, ainda hoje, se encontram firmemente dispostos a servi-la em todos os campos em que a sua actividade possa valer. Não servem estas palavras para alardear serviços, nem traduzirem republicanismo de fresca data; mas apenas para V. Ex.^a poder avaliar o meticoloso cuidado que empreguei na investigação dos factos conducentes ao apuramento da verdade, e a preocupação que sempre me acompanhou de não me deixar empolgar por impressões de momento, nem suggestionar por aparências illusórias. Assim, Sr. Ministro, tenho a certeza de que vou apresentar a V. Ex.^a um trabalho orientado pelo que devo à Justiça e à Verdade, únicos objectivos que tive em mira para bem servir a

¹ [Própriamente não estive suspenso, mas afastado da direcção do Museu, conforme pedi em meu officio de 13 de Março de 1913.—J. L. DE V.]

República e corresponder à honra que V. Ex.^a me concedeu, encarregando-me de tam espinhosa função, como esta da sindicância ao Museu Etnológico Português.

Sr. Ministro: na questão do Museu Etnológico há um caso bem curioso de psicologia individual e colectiva, que forneceria ao especialista, que dela se ocupasse, ensejo para estudo interessante e proveitoso. Na imprensa e no Parlamento foi desenvolvidamente tratada essa questão, que, motivos ponderosos me levam a afirmar, foi iniciada e mantida pelo bacharel **António Mesquita de Figueiredo** com tenacidade nunca desmentida e quasi com ódio que se não cansa.

¿Quais as determinantes de toda essa campanha promovida pelo mencionado bacharel contra o director do Museu Etnológico Português? Dificil é dizê-lo; mas, sem dúvida, Sr. Ministro, são elas de natureza bem íntima, porque as razões apresentadas pelo syndicado não justificavam ainda assim, a meu ver, tenacidade tam grande como a desenvolvida por António Mesquita de Figueiredo. Assunto, porém, é este, repito, Sr. Ministro, que só um especialista em degenerescências poderia, porventura, tratar proficientemente, e que, para o apuramento dos factos concretos sobre os quais tinham de incidir as minhas investigações, nenhuma importância tem ¹.

Pela leitura dos jornais, *O Tempo*, *O Mundo*, *A Capital* e, sobretudo, *O País*, em que se formularam as acusações contra o director do Museu Etnológico Português; por informações alcançadas com todo o cuidado, pela leitura demorada do «Auto de Investigação» a que, em Abril de 1912, se procedeu, a actos ocorridos no mesmo Museu, organizei a lista de pessoas que entendi deviam ser ouvidas para apuramento e dirimência de responsabilidades. Mas, Sr. Ministro, que decepções não sofri, ao ver que muitos indivíduos, convidados, *em nome dos interesses superiores da República*, a virem depor, procuravam por todos os meios poupar-se a essa função! A uns mandei dois ou três convites, sem que conseguisse ouvi-los; a outros quasi tive de pedir, como favor pessoal, que viessem contribuir para o esclarecimento da verdade, numa questão em que a honra dum funcionário público estava em jogo.

¹ [Não estou longe de crer que êle, *soi-disant* republicano (à última hora!), teve a veleidade de imaginar que eu, por causa das *graves acusações* que fazia impender sobre mim, era demitido do meu cargo, e o nomeavam director do Museu! *Quae te tanta tenuit amentia?* — Assim se reforçam e confirmam as razões que dou na minha defesa, às quais o Ex.^{mo} syndicante alude. — J. L. DE V.]

Acusou-me o bacharel António Mesquita de Figueiredo de eu não poder sustentar linha de absoluta imparcialidade nesta questão, por, escreveu êle, eu ser *amigo íntimo do syndicado*, de quem, na verdade, sou colega na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ora, Sr. Ministro, se tudo quanto o mencionado bacharel alega fôsse tam verdade como essa asserção, poder-se-ia dizer, sem receio de desmentido, que era tudo mentira, porquanto o que é certo, que todos os que me conhecem podem testemunhar, é que mantenho com o syndicado apenas as relações de mera e cerimoniosa cortesia, que devem existir entre as pessoas da mais comezinha e vulgar educação, não tendo as nossas relações, nem sequer de longe, o mais leve carácter de intimidade. ¶ Percebe-se, todavia, a manha da acusação, e o *truc* é tam conhecido que não vale a pena insistir nele!

¶ Cousa curiosa, porém! Foi precisamente o bacharel António Mesquita de Figueiredo quem mais porfiadamente se recusou a ir depor ao Museu, o que me levou, *apesar de toda a minha parcialidade*, a conceder-lhe que me mandasse, por escrito, como mandou, o depoimento. Nesse documento, em que se não encontram acusações precisas e concretas, lá vem enroscada, como reptil venenoso pronto a destilar a calúnia, a suspeita contra a minha imparcialidade. E, de feito, Sr. Ministro, só um *faccioso* faria o que eu fiz! Aceitar-lhe o depoimento por escrito, quando poderia ter deixado de o ouvir, por isso que o mencionado bacharel só desejava ser ouvido em sua própria casa (Documentos n.^{os} 3, 4 e 5). Não me prestei a êsse capricho, porque, não estando êsse indivíduo doente por forma que o impedisse de sair de casa, eu iria estabelecer precedente que só redundava em desprestígio das funções de que V. Ex.^a, Sr. Ministro, me encarregara. Mas, como disse, permiti que o depoimento do mencionado bacharel António Mesquita de Figueiredo fôsse apresentado por escrito, impondo apenas a cláusula da letra e da assinatura virem legalmente reconhecidas por notário público como sendo do próprio. ¶ Tal precaução afigurou-se-me indispensável, não só para autenticar o depoimento, mas ainda para confrontar a letra com a duma carta que, pelo correio, me foi dirigida (Doc. n.^o 2), por José Rodrigues Costa, signatário que nunca, apesar das diligências empregadas, consegui saber quem fôsse, mas que sempre suspeitei, e creio que com bem fundadas razões, fôsse, nada mais nada menos, o bacharel António Mesquita de Figueiredo!

Junto ao meu relatório a lista das pessoas convidadas a depor (Doc. n.^o 1) e, por ela, verificará V. Ex.^a, Sr. Ministro, que algumas,

como já referi, receberam dois e três convites, sem que, por esse facto, se dignassem comparecer, figurando nesse número o bacharel Mário Monteiro, ao tempo director de *A Alvorada*, periódico que inserira acusações graves contra o director do Museu Etnológico Português. Colhidos os depoimentos que pude obter, não me poupando a canseiras nem trabalhos; tendo ido ao hospital civil de Santa Marta ouvir Joaquim Paixão, que aí se encontrava em tratamento, por me parecer indispensável ouvi-lo, visto que elle fôra empregado no Museu e era indicado como vítima das perseguições do director; tendo assegurado a máxima liberdade de exposição e alargando o inquérito a tudo quanto dissesse respeito ao Museu desde a fundação d'este, em Dezembro de 1893. até a data precisa em que se estavam fazendo os depoimentos: formulei nove quesitos, em que enumerava todas as acusações que conseguira apurar, quesitos que enviei ao syndicado, para que este apresentasse a sua defesa ou justificação escrita ou oral (Docs. n.ºs 3 a 6).

Antes de apresentar a V. Ex.^a, Sr. Ministro, o meu parecer sobre a procedência ou improcedência das acusações apuradas, devo participar que, durante a sindicância, recebi, por intermédio da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, a cópia dum officio da Câmara dos Deputados (Doc. n.º 12), pedindo diversos documentos e esclarecimentos referentes ao Museu Etnológico Português. A 3 de Abril de 1913, dia em que recebi esse documento, officiei ao director do Museu, que, a 10 do mesmo mês e ano, me enviou o documento, que vai apenso a este processo, sob a designação de «Pedido do Sr. Deputado Eduardo de Almeida a respeito do Museu Etnológico Português e respostas do director do mesmo Museu».

A 30 de Abril de 1913 recebi a extensa justificação e as respostas do director do Museu Etnológico Português aos quesitos que por mim lhe haviam sido apresentados. Li com todo o cuidado esse documento que também acompanha o processo; meditei-o, compulsei-o detida e pormenorizadamente com os depoimentos colhidos, e do meu estudo passo a apresentar a V. Ex.^a, Sr. Ministro, as minhas considerações, ordenadas em harmonia com os quesitos por mim apresentados ao syndicado (Doc. n.º 11).

1.º—Arguiu-se a falta de inventário das espécies de qualquer natureza, existentes no Museu, e a falta de conta corrente.

Averigüei que o inventário existe, pois o vi e examinei detidamente; muito embora esse inventário só começasse a ser feito em 1906, isto

é, treze anos depois da criação do Museu. Poderá, à primeira vista, significar desmazêlo indesculpável; mas tal não é o caso, por isso que o Museu, até o ano de 1906, não teve instalação própria, o que fez com que os objectos que constituíam o seu fundo, estivessem, em grande parte, encaixotados, tornando-se, por esse facto, materialmente impossível a factura do inventário, para a qual, de resto, o Museu também não dispunha de pessoal competente, por este se encontrar reduzido ao director e a um auxiliar, que lhe era dispensado pelo, ao tempo, Ministério das Obras Públicas.

A conta corrente existe, como eu próprio verifiquei passando-lhe revista. A conta corrente do Museu começa em Janeiro de 1894, e mais cedo não podia ter começado, por isso que o Museu, então denominado Etnográfico, foi fundado na última dezena do mês de Dezembro de 1893 pelo Dr. Bernardino Machado, nessa época Ministro das Obras Públicas. Demais, de esperar era que a conta corrente existisse, porquanto o Dr. José Leite de Vasconcelos foi e é, por consenso unânime, extremamente meticoloso em assuntos que envolvem dinheiro.

Nenhumas censuras cabem, pois, ao director do Museu Etnológico Português, quer no que diga respeito ao inventário das espécies existentes, quer na existência e meticulosidade da conta corrente.

2.º—Afirma-se a existência de objectos de ouro de valor arqueológico pertencentes ao Museu e deseja-se saber preços, época, proveniência, bem como se existe o catálogo descritivo desses mesmos objectos, dos quais o syndicante ignora a existência.

Os objectos de ouro existem e estão devidamente catalogados; a minha ignorância da sua existência resultava do facto de esses objectos estarem guardados em cofre forte. Poderá, não nego, parecer condenável o facto de tais objectos estarem assim guardados; mas a mais elementar prudência aconselha a que se proceda por essa forma, porque, dada a deficiência de guardas, a nenhuma segurança material do edificio, a exposição desses objectos, entre os quais figuram algumas *xorcas* de grande valor, daria, sem dúvida, ocasião ao seu desaparecimento, por serem de molde a despertar o apetite a qualquer gatuno audacioso ou ainda de qualquer amator, cujos escrúpulos não fôsem grandes.

De resto, em todos os museus do estrangeiro se adoptam providências tendentes a salvarem do descaminho os objectos preciosos.

Devo acrescentar que muitos, senão todos, os objectos em questão se encontram descritos minuciosamente e gráficamente representados em *O Archeólogo Português* e nos volumes das *Religiões da Lusitânia*, publicações de grande importância científica feitas pelo Museu. O director, também, sob sua directa vigilância, mostra esses objectos aos visitantes que manifestem desejos de os conhecer, o que atendendo ainda a que existe a nota minuciosa dos preços, épocas e proveniência desses mesmos objectos, isenta o director de qualquer culpa, que sobre este caso se lhe quisesse imputar, redundando antes em seu louvor e prestígio.

3.º — Quem autorizou o director a guardar numa dependência do Museu caixotes e baús pertencentes a um particular?

Este caso é muito interessante e constituía uma das acusações mais graves, por quanto se dizia que esses caixotes haviam ido de Campolide e eram pertença da ex-rainha D. Amélia, por isso que tinha a marca «R. A.» Os caixotes e baús foram, na verdade, de Campolide, de casa do director do Museu, e não do colégio dos jesuitas, e não eram propriedade da ex-rainha D. Amélia, mas sim dum official do exército, Ricardo de Antas, cujo depolimento vai na altura devida. O director andou mal, sem dúvida, em se servir duma dependência do Museu, edificio do Estado e não seu, para obsequiar um particular. Não colhe o argumento apresentado pelo mesmo director de que o barracão em que esses caixotes e baús foram guardados, cêrca dum ano, não era dependência do Museu, porquanto ao mesmo director fôra cedido e só o poderia ter sido em atenção à sua qualidade de director do Museu. É certo que se prestou a guardar esses objectos para ser agradável ao cidadão Agostinho de Campos, ao tempo Director Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, por intermédio de quem, afirma o Dr. Leite de Vasconcelos, o Museu obtivera gratuitamente duas magníficas estátuas romanas, espécies muito raras na Península. Isto atenua bastante o facto que pode ser considerado um abuso, mas que antes devemos attribuir à boa fé do director do Museu, que, pelo muito amor que a este consagra, vai ao excesso de chamar-lhe *seu*, como se, na realidade, fôsse propriedade sua. É muito desculpável em quem, manda a verdade que se diga, tem sido a verdadeira alma deste estabelecimento do Estado. Bom é, porém, que S. Ex.^a se convença de que a expressão *seu*, com que se refere ao Museu, é apenas ingénua e desculpável figura de retórica, pois que o Museu é do Estado e, portanto, de todos os cidadãos portugueses.

4.^o—Qual a causa de frequentes conflitos, que se averiguou darem-se entre o director e o pessoal seu subordinado?

O Director nega que tais conflitos se houvessem dado; a negativa, porém, não destrói a verdade dos factos. Conflitos deram-se, se bem que por motivos que em nada deslustram o mesmo director. O Dr. José Leite de Vasconcelos, extremamente cuidadoso com a limpeza, boa ordem e disciplina do Museu, dava, por vezes, ordens de serviço, que os seus subordinados achavam excessivas e que, pelas funções que desempenhavam, se não julgavam obrigados a cumprir. Daqui resultaram os conflitos, que, todavia, não tiveram a gravidade que se lhes pretendia attribuir.

Nada disto se daria se o Museu Etnológico Português tivesse um regulamento aprovado pelas estações oficiais competentes, no qual se determinassem as funções de todos os seus empregados, desde o director ao porteiro e serventes. Mas não; por mais estranho que o caso pareça, ao cabo de dezanove anos de existência, o Museu Etnológico Português não tem regulamento aprovado pelas estações oficiais, dependendo tudo nele da vontade exclusiva do director, que, muito digno, muito honesto e muito sabedor, está contudo sujeito a errar na melhor das intenções e até na persuasão de que procede impecavelmente.

Para evitar possíveis conflitos, e até para aliviar responsabilidades do director, julgo absolutamente indispensável que as estações oficiais competentes mandem elaborar o regulamento do Museu Etnológico Português.

5.^o—O director, sem dúvida injustamente, é acusado do desvio de madeiras, e do aproveitamento em obras de seu interesse pessoal, não só dessas madeiras, mas do trabalho do carpinteiro ao serviço do Museu.

A acusação do desvio de madeiras é puramente caluniosa e nada há que a possa provar. A respeitabilidade de carácter do Dr. José Leite de Vasconcelos está muito superior a essa acusação, que o syndicante, com desgosto se viu forçado a formular unicamente no cumprimento dos seus deveres. Com respeito ao trabalho do carpinteiro para obras particulares do director, apurei que, na realidade, o facto se deu, mas em horas diversas daquelas que o carpinteiro devia empregar no serviço do Museu. Pode haver neste caso leviandade e há, sem dúvida, muito boa fé da parte do director; culpa é que não há nenhuma, e bem castigado está o director por, devido a um acto menos reflectido mas honesto, ter dado ensejo a que a calúnia pretendesse abocanhá-lo,

denegrindo-lhe a respeitabilidade e a honradez de que é incontestavelmente dotado.

6.º—Provou-se que, durante muito tempo, houve proibição formal do estudioso ou visitante tirar quaisquer notas, desenhos ou fotografias dos objectos expostos.

O syndicado não nega estas acusações, mas alega que, sempre que lha solicitavam, dava licença para que êsses trabalhos se fizessem. Êste facto vem confirmar a necessidade impreterível do Regulamento, porque, a meu ver, a extracção de notas, desenhos ou fotografias dos objectos expostos, não pode estar dependente da licença do director, que, muitas vezes, se vê forçado, por necessidade de bem se desempenhar das suas funções, a estar ausente oito e mais dias consecutivos. O Museu tem de ser um campo de estudo para todos os que em Portugal se dediquem a êsses assuntos e o queiram aproveitar; não pode, pois, o seu aproveitamento estar dependente exclusivamente da licença graciosa do seu director, quem quer que êste seja. Mas prevaricou o Dr. Leite de Vasconcelos nessas suas determinações? Não; seguiu um critério que lhe pareceu justo e bom, mas que ao syndicante se afigura contrário aos interesses da sciência e à investigação dos estudiosos. Se houvera um Regulamento, todos êsses casos estariam previstos; mas, assim, o director estava no pleno direito, como, de resto, me afiançou julgar estar, pois que o faria logo que fôsse reintegrado no seu lugar, de permitir ou não que os estudiosos e visitantes tirassem as notas, desenhos e fotografias, de que carecessem para os seus trabalhos. Alega o director que nunca recusou tais licenças; creio isso sinceramente, mas não é o bastante e preciso se torna assegurar o direito que todos tem de estudar e trabalhar.

7.º—Apurou-se também que a Biblioteca não estava patente aos estudiosos, tanto mais que o catálogo não pode ser consultado, pelo que falta precioso elemento de guia, a quem se queira dedicar ao estudo.

É fora de dúvida que a Biblioteca do Museu não estava nem está patente aos estudiosos; é certo, porém, que o director sempre concedeu a consulta dos livros aí existentes a quem a solicitasse. O catálogo existe e pode ser consultado, como eu fiz. Em minha opinião, a Biblioteca, embora privativa do Museu, deve ser franqueada ao público. Mas, para isso, que reputo indispensável para o progresso dos estudos arqueológicos e etnológicos entre nós, necessário é que a Biblioteca, muito valiosa na verdade, tenha instalação que permita a

leitura e consulta dos seus exemplares, e que para a sua fiscalização, catalogação e arrumamento haja empregado especial e privativo. Enquanto isto se não fizer, por grande que seja a mágoa que o facto cause aos estudiosos, a Biblioteca não pode ser franqueada, e muito bem anda o director em tomar as precauções que tem tomado. Mas, em nome dos estudiosos, dos quais eu sou o mais humilde, apelo para V. Ex.^a, Sr. Ministro, solicitando as providências necessárias para se assegurar a todos, sem [prejuízo para o Museu, a leitura e consulta da sua Biblioteca.

8.^o—Afirmou-se que o director vendia, por intermédio dos guardas, e ao preço de 20 réis, um plano sumário do Museu Etnológico Português, constituindo o produto receita pessoal do director e não do Museu.

;Chega a ser picaresca semelhante afirmação!

De feito, o plano sumário existe e um exemplar d'este vai junto ao processo, mas a sua venda produziu até agora verba tam pequena que quási não merece menção. Mas essa verba mesma foi depositada pelo director na Receita Eventual, conforme recibo por mim visto e examinado. Não vale a pena perder tempo nem tinta para desfazer tal arguição; o Dr. José Leite de Vasconcelos, orgulho-me em o confessar, é impecável e rigorosíssimo em questões de dinheiro, por muito pouco que este seja.

9.^o—Averiguou-se que o director estava, por vezes, semanas e quinzenas inteiras, sem comparecer no Museu, dizendo que este era seu e nenhuma satisfação devia a ninguém, chegando a encerrar o ponto pelo telefone.

As ausências do director eram motivadas pela necessidade de proceder a trabalhos arqueológicos, cujos resultados vinham enriquecer o Museu, de proceder a compras de objectos para o mesmo, o que tudo se encontra devidamente escriturado em notas particulares do director, que eu vi e examinei, e ainda pelo facto de o director, ao tempo, ser conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa. Com respeito à acusação do director dizer que era *seu* e nenhuma satisfação devia, prova-se que é verdadeira, mas, repito, o facto é devido ao muito amor que o Dr. José Leite de Vasconcelos consagra ao Museu, que considera, com razão, obra sua. Daí, descontada a vaidade retórica da afirmação, nenhum mal veio ao Museu, antes muitas vantagens provieram para o seu desenvolvimento.

Expostas desassombradamente as conclusões a que cheguei e que submeto ao critério e espírito de V. Ex.^a, Sr. Ministro, ousou submeter os seguintes alvitres:

1.º Alargamento das instalações do Museu, pois que as actuais são insuficientes, constituindo as das secções etnográfica e antropológica verdadeira vergonha, embora uma e outra, principalmente a segunda, sejam extremamente pobres e deficientes¹.

2.º Factura dum Regulamento do Museu Etnológico Português, decretado oficialmente pelas estações competentes; regulamento em que se encontrem determinadas as funções que caibam a todos os empregados do Museu, sem exclusão do director, e determinação precisa das atribuições dêste na compra de objectos, que convenha adquirir para o Museu.

3.º Remodelação do quadro dos empregados do Museu, procurando alargar o número dos guardas, embora com sacrifício dum empregado doutra categoria, como os preparadores-colectores.

4.º A continuação à frente da direcção do Museu do Dr. José Leite de Vasconcelos, a quem os estudos arqueológicos muito devem em Portugal.

5.º A atenção do Estado por esta instituição de alto valor científico e de não pequeno valor material, pois que êste pode computar-se em algumas dezenas de milhares de escudos.

Saúde e Fraternidade.

Lisboa, em 9 de Junho de 1913.—O Sindicante, *Agostinho José Fortes*.

*

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 24 de Junho de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

(Do *Diário do Governo* n.º 147, de 26 de Junho de 1913).

Como complemento dos documentos que a cima ficam transcritos do *Diário do Governo*, publiquei um opúsculo intitulado *Defensão do*

¹ [Tomo a liberdade de ponderar que, se a secção antropológica é pobre, é porque, por ora, apenas serve para dar ao Museu carácter de generalidade; o assunto pertence propriamente a um Museu especial de Antropologia. A secção etnográfica, porém, não é tam pobre como parece à primeira vista: se houvesse espaço e boas salas para os objectos estarem convenientemente expostos, já eles apresentariam outro aspecto.—J. L. DE V.]

Museu Etnológico contra as arguições que um Sr. deputado lhe fez no parlamento, Lisboa 1913, 40 páginas, o qual distribuí profusamente por amigos meus e conhecidos, de cá e de fora, e por muitas bibliotecas, portuguesas e estrangeiras. Nele não só historio a campanha que me moveram, e que originou a sindicância, mas reproduzo na íntegra as respostas que, à letra, e de cabeça levantada, sem receio de espécie alguma, porque *quem não deve não teme*, dei às fantásticas e vis acusações de que fui alvo, — respostas a que o Sr. Prof. Agostinho Fortes se refere no relatório da sindicância.

Com a publicação do meu opúsculo, e a reprodução que ora faço dos documentos inseridos na fôlha oficial, aumenta mais um grau a punição que o Sr. Deputado **Eduardo de Almeida** (promotor directo da sindicância) e seus asseclas já receberam do Governo da República, e ao mesmo tempo manifesto a êste o meu reconhecimento por me haver finalmente feito justiça plena e reparadora.

J. L. DE V.

III

Apêndice

Visita ao Museu Etnológico Português (nos Jerónimos, Belém) ¹

«O Museu Etnológico, onde se arquivam documentos que servem para o estudo da vida do povo português, em toda a sua amplitude, desde os tempos mais remotos (idade da pedra) até a actualidade, consta de três secções: Arqueologia, Antropologia e Etnografia moderna, e está distribuído por três pavimentos, com alguns gabinetes e barracões anexos.

O exame do Museu, sendo feito com o método aqui indicado, pode suprir, em quem deseje instruir-se, a leitura de volumes inteiros que tratassem destes assuntos.

O visitante, ao entrar no pavimento I, começará sucessivamente pelo mostrador da direita e pelos do centro, deixando para depois as pedras que se alinham aos lados. Há aí: *objectos prehistóricos*; 1.º, como mais antigos, os da idade da pedra lascada, ou idade paleolítica (mostradores n.ºs 41, 29 e 45); 2.º, como menos antigos, os da idade da pedra polida, ou idade neolítica, que porêm ascendem, ainda assim, a mais de 40 séculos antes de Cristo (mostradores n.ºs 1 a 28, e 30 a 39). Vistos estes mostradores, e algumas estatuetas e outras pe-

¹ [O artigo que vai ler-se distribue-se à entrada do Museu, em fôlha volante, às pessoas que desejem ter do Museu idea sumária].

dras que estão no centro da sala, passará ao Gabinete colonial, onde, entre vários objectos das nossas possessões de África e do Oriente, se guardam alguns dos selvagens, para melhor compreensão dos prehistóricos (uso do arco, ídolos, amuletos, etc.).

Subirá em seguida ao Pavimento II, começando a visita pelo lado direito de quem saísse pela porta da varanda ao poente. Aí encontrará nos mostradores parietais, seguindo a ordem numérica:

a) *Objectos protohistóricos*, — da idade do bronze (que ascende a mais de 20 séculos antes de Cristo), e da idade do ferro (cêrca de 7 séculos a. C. até o séc. II ou I a. C.);

b) *Objectos históricos*, — da idade lusitano-romana (séc. II ou I a. C. ao séc. V da era christã), visigótica (séc. V-VIII) arábica (séc. VIII-XIII), e outros medievais. Paralelamente irá examinando os mostradores centrais, e os objectos colocados nas paredes, ou soltamente na sala (sepulturas, quadros, etc.). — Por comodidade da arrumação, há também neste Pavimento mostradores com medalhas e moedas portuguesas, e pergaminhos da idade média, e ao lado um Gabinete com uma secção de Etnografia insular.

Do Pavimento II passará ao Pavimento III. Está aí representada a Etnografia continental moderna, e a Antropologia (antiga e moderna).

No regresso do Pavimento II para o I deter-se há nas escadas, onde achará muitos objectos estrangeiros, de todas as idades, os quais comparará com os nossos, para ver o paralelismo das civilizações.

No Pavimento I tornará a quedar-se, e percorrê-lo há em toda a volta, principiando pelo lado direito da porta de entrada: aí se lhe depararão objectos de pedra que completam as secções arqueológicas já vistas (época lusitana, lusitano-romana, lusitano-visigótica e arábica), mas que, por serem pesados, não podem estar nos seus devidos lugares, e foi necessário que ficassem aqui. Alguns de estes monumentos (ex-votos do deus lusitano Endovélico) occupam também o lagedo central. No fim do pavimento há uma secção industrial lusitano-romana, e um mosaico em que se figura a lenda de Orfeu. Temos ainda outros mosaicos, que estão porêm encaixotados por falta de espaço para se exporem.

Fora do Museu, à direita de quem sai, há dois barracões com monumentos de pedra de várias épocas, — lusitânicos e portugueses.

Por isso que o Museu se destina à instrução, educação, regalia e utilidade do público, proporcionando-lhe como que um curso prá-

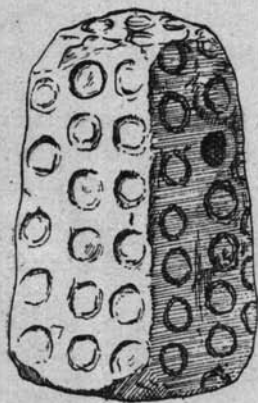
tico de Etnologia Portuguesa, e alguns momentos de prazer espiritual, a visita é absolutamente gratuita, e os visitantes podem pedir aos empregados as informações que desejem, e que estes lhes puderem dar.

Roga-se a todas as pessoas o favor de não tocarem em objecto nenhum. O pedido devia ser desnecessário; infelizmente a experiência tem mostrado que não é.—J. L. DE V.».

Notícias várias

1. Pêso de barro

O pêso de barro vermelho que se representa na figura junta, na proporção de $\frac{1}{4}$ do tamanho natural, appareceu perto de Vila Real de Trás-os-Montes, e foi obtido para o Museu por intermédio do Dr. Vergílio Correia.



Este pêso tem uma singularidade: está ornamentado nas seis faces com círculosinhos que foram abertos enquanto o barro estava fresco.

Julgo-o da época romana, mas pelos seus ornatos não poderá comparar-se aos pesos ibéricos que se descobriram em S. António de Teruel (Hespanha)? Vid. desenhos de alguns no *Bulletin Hispanique*, XIII, 12.

2. Castro de Sapelos

Num caderno manuscrito que contém listas de moedas e existe na Biblioteca da Academia de Ciências, gabinete 5, há um papel que diz:

«24 medalhas ou moedas romanas, remetidas pelo juiz de fora de »Monte Alegre, Miguel Pereira de Barros, achadas casualmente por »huns pastores em humas muralhas antigas, situada[s] em hum monte »chamado Castro, que fica proximo ao logar de Sapellos, do termo »desta Villa, e distante della tres legoas, e de Chaves duas, a saber: »vinte e duas de prata, e duas prateadas. Remetidas a este Gabinete »pello Ill. e Ex. Sr. Martinho de Mello e Castro, em os 6 de Fevr.º »de 1786 a.».

O Gabinete de que se fala, entende-se que é o da Academia, onde há ainda hoje moedas e várias antiguidades. Martinho de Melo e

Castro foi sócio honorário da Academia, como consta do arquivo da mesma, e ministro de Estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos.

3. Inscrição tumular de D. Mariana de Noronha

A inscrição que publiquei n-*O Archeologo*, xvii, 191, existente no local da antiga Casa da Divina Providência dos Clérigos Regulares de S. Caetano, ou Teatinos, onde hoje está o Conservatório, fôra já também publicada por D. Tomás Caetano do Bem nas *Memórias Históricas*, II, 272, que igualmente a traduz.

Há algumas discrepâncias entre o texto d'êle e o meu, mas as nossas traduções combinam no essencial.

4. Cohors I Lusitanorum

Aos textos epigráficos, já conhecidos, em que figuram coortes de Lusitanos, junte-se agora um diploma militar achado em 1909 em Sisca (= *Siscia* na *Panónia*), no qual se lê: I LVSITANORVM, ao lado da I FLAVIA HISPANORVM, II HISPANORVM, e V HISPANORVM, e de mais dezassete, de outras nacionalidades, e de três alas.—Vid. Cagnat & Besnier, *Rev. des public. épigr.*, Janeiro-Junho de 1912, pág. 37.

5. Tesouro de moedas portuguesas

«No jornal *O Angrense*, etc., da Ilha Terceira, n.º 230, de 1841, diz o que aqui foi novamente impresso no *Museo Pittoresco*, n.º 14 de 1842: que na dita ilha appareceram diferentes moedas antigas juntas, de D. João III, D. Sebastião, de cobre com o carimbo do Açor (que é a que eu possuo), D. António, de ouro (as primeiras de que houve notícia, porque antes se não conheciam), de prata e cobre, e de D. Fernando e D. Isabel de Hespanha».

(Nota manuscrita que se encontra nos papéis numismáticos de Cesar Famin, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa).

J. L. DE V.

Artes e indústrias metálicas em Portugal

Moedeiros

(Continuação d' *O Arch. Port.*, xviii, 82)

105—Monteiro (Rafael).—Ourives do ouro e moedeiro, a quem se passou carta em 20 de setembro de 1645, fazendo-lhe mercê da pro-

priedade do officio de ensaiador da Casa da Moeda de Lisboa com o ordenado de 3\$600 reis.

«Dom João etc. faço saber aos que esta minha carta virem que tendo consideração a necessidade que ha na casa da moeda desta cidade de Lisboa de que nella ajão dous emsaiadores como esta ordenado pello regimento da mesma casa e não auer ao prezente mais emsaiador que Sepriano do Couto, que juntamente serue de abridor dos cunhos, de que somente leua ordenado pella falta acima referida obrigar o thezoureiro da dita casa a Rafael Monteiro, ouriues do ouro e moedeiro asista aos emsaiois da prata e moeda, que faz o dito Sepriano do Couto por ter já noticia de emsaiair e com a assistencia e continuação se ficar adestrando mais e deixaar por isso sua tenda e modo de uida como constou pella informação do mesmo thesoureiro, ei por bem e me praz de fazer merce ao mesmo Rafael Monteiro da propriedade do dito officio de emsaiador da casa da moeda desta cidade com ordenado de trez mil e seis centos rs que lhe toção, pello que mando ao juiz... Dada nesta cidade de Lisboa aos vinte dias do mes de setembro—Antonio Veloso Estaço a fez—anno de mil e seis centos quarenta e sinco, e pagara o nouo direito que deuer na forma do Regimento e o direito ordenado sera somente de tres mil e seis centos rs. E eu João Pereira de Betancor a fiz escreuer—El-Rey».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João IV, Doações*, liv. xvii, fl. 204 v).

106—Moura Negrão (Manuel).—Era filho de Alexandre Francisco, mestre da fundição da Casa da Moeda da Bahia desde 1714, servindo nos impedimentos do pae.

(*Conselho Ultramarino*, liv. 20, folio 207).

107—Nidorfe (Henrique).—Evidentemente estrangeiro. Era proprietario do officio de fundidor da Casa da Moeda do Porto, mas tendo-se ausentado e não podendo servir aquelle cargo, foi n'elle substituido por Simão Pacheco.

Vide este nome.

108—Nunes (João).—Ourives da prata. Em carta de 18 de novembro de 1552 lhe foi feita mercê do lugar de salvador da moeda da cidade de Lisboa.

«Dom Joam etc. A quantos esta mynha carta virem faço saber que cõfiando eu de Joam Nunez, ouriuez de prata, morador nesta cidade de Lixboa, que nysto me seruira bem e fielmente, como cumpre a meu serviço e a bem das partes pertemce, o dou ora daqui em diäte por saluador da moeda da dita cidade, asy e na maneira que o ele deue ser, e avera por cada marco douro que laurar na casa da dita moeda o salairo que ao dito officio he ordenado e asy gozara de todolos preuylegios e lyberdades cõtheudos no Regimento nouo que se ora faz, e por tanto mamdo ao thesoureiro e officiaes da dita casa que

o ajão daqui em diamte por official do dito officio e lhe deyxem aver o dito ordenado como dito he e ele dito Joam Nunez sera obrigado de cada vez que for chamado per mädado do dito tesoureiro, ou per quem seu cargo tiuer, hir logo na mesma ora a dita casa servir seu officio e a se desocupar pera yso de quaes quer outras cousas em que for acupado e ele jurara na chancelaria que sirua o dito officio bem e verdadeiramente goardando fiamça e lealdade em todas as cousas do dito officio que ouuer de fazer e em quaes quer outras que pertencem a dita moeda, e pagou dordenado dele ao recebedor da dita chancelaria dous mill rs., sobre o qual ficã carregados em recepta segundo se vyo per seu conhecimento em forma, que foy roto ao asynar desta carta, qué pera firmeza delo lhe mãdey pasar, per mym asynada e aselada de meu selo pemdente. Amtonyo de Mello a fez em Lixboa a xbiij dias de nouembro ano do nacymento de noso Senhor Ihuũ Xpo de jh^olij. Andre Soarez a fez seprever».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, Doações, liv. LVI, fl. 153).

109—Oliveira (Rodrigo de).—Ourives, morador em Lisboa, a quem foi feita mercê do officio de salvador dos cruzados da moeda da dita cidade, logar vago por fallecimento de Antonio Vaz. Rodrigo de Oliveira tinha sido nomeado contador da Casa da Moeda na vaga por fallecimento de João d'Evora, mas elle largou-o a el-rei para este o dar a Nuno Martins Fafes. El-rei lhe passou, em 22 de maio de 1529, alvará de lembrança para o primeiro officio que vagasse na dita casa. Em virtude deste alvará foi elle nomeado salvador dos cruzados, por carta feita em Evora aos 16 de setembro de 1531.

«E ho aluara de promesa que tynha foy roto e por quamto eu tinha feito merce deste officio a hum Francisco Anes ouryuez per meu aluara, e este aluara foy feito prymeiro que ho outro, ey por bem que este se cumpra».

Em 1557, lhe succedeu neste cargo, por seu fallecimento, Francisco Monteiro.

Vide este nome.

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, Doações, liv. ix, fl. 82).

110—Pacheco (Gaspar).—Havendo el-rei determinado que Antonio de Sousa, filho de Simão de Sousa, fundidor da Casa da Moeda de Lisboa, não servisse por ora o dito officio, foi provido n'este cargo por alvará, com força de carta, de 20 de fevereiro de 1641, Gaspar Pacheco, fidalgo da casa real.

No mesmo anno, a 6 de agosto, se lhe passou outro alvará dizendo pouco mais ou menos a mesma coisa.

Em 25 de abril de 1647 lhe foi feita mercê do officio de juiz e thesoureiro da referida casa, attendendo à satisfação, limpeza e bom procedimento com que serviu de fundidor n'ella.



«Eu elRei faço saber aos que este aluar uirem que per quanto por algũas conciderações de meu seruico ouue por bem de resolver que Antonio de Sousa, filho de Simão de Sousa, fundidor da casa da moeda, não sirua por ora o dito officio, e auendo respeito a boa informação que se ouue do procedimento e boa informação e uerdade de Gaspar Pacheco, e por confiar delle, ei por bem e me praz que o dito Gaspar Pacheco sirua o cargo de fundidor da moeda, emquanto eu ouuer per bem e não mandar o contrario, com o qual cargo auera o ordenado, proes e percalços que lhe directamente pertencerem, pello que mando ao veedor de minha fazenda e conselheiros do concelho della dem a posse do dito cargo ao dito Gaspar Pacheco e lho deixem servir na maneira acima referida e auer o dito ordenado proes e percalços, como dito he. E em minha chancelaria lhe sera dado juramento dos santos uangelhos que bem e uerdadeiramente sirua, guardando em tudo meu seruico e o direito as partes, de que se fara asento nas costas deste, que se cumprirá inteiramente como nelle se contem sem duuida nem contradicção algũa, e ualera como carta sem embargo da ordenação do 2.º liuro titulo 40, que despoem o contrario. Bertolameu d Araujo o fez em Lixboa a uinte de feureiro de seis centos quarenta e hum. Afonso de Barros Caminha a fez escrever. Rey».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João IV, Doações, liv. xii, fl. 37).

«Ev ElRei faço saber aos que este aluara uirem que hauendo respeito a estar preso Simão de Sousa, que seruia de fundidor da casa da moeda, e por confiar das partes, talentos e suficiencia de Gaspar Pacheco, hei por bem que o dito Gaspar Pacheco sirua o dito officio de fundidor da casa da moeda, em quanto eu ouuer por bem e não mandar o contrario, com o qual officio hauera o ordenado que lhe tocar e todos os mais proes e precalços que lhe directamente pertencerem: pello que mando aos vedores de minha fazenda... Berthollameu d Araujo o fez em Lixboa a bj de agosto de mil e seis centos quorenta e hum. Afonso de Barros Caminha o fes escrever».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João IV, Doações, liv. x, fl. 186 v).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito a satisfação, limpeza e bom procedimento com que Gaspar Pacheco, fidalgo de minha casa, seruio de fundidor da casa da moeda desta cidade de Lixboa, ei por bem de lhe fazer merce da seruentia do officio de juiz e thesoureiro da dita casa da moeda por tempo de tres annos, se antes disso eu não mandar o contrario, com o qual officio auera o mantimento a elle ordenado e todos os proes e percalços

que lhe directamente pertencerem assi como tinhão e auião as pessoas, que antes delle o servirão, e no conselho de minha fazenda lhe será dado posse da dita seruentia e juramento dos santos euangelhos que bem e uerdadeiramente sirua o dito officio, guardando em tudo meu seruiço e as partes seu direito, de que se fara asento nas costas deste que se cumprira inteiramente como se nelle contem e ualera posto que seu effeito dure mais de hum ano sem embargo da ordenação em contrario com certidão dos officiais do nouoo direito de como tem pago o que deuer na forma do regimento. Luis da Costa o fez em Lixboa a vinte sinco de abril de mil e seis centos quarenta e sete. Jorge da Fonseca Coutinho o fez escreuer».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João IV, Douções, liv. xvii. fl. 366*).

111—Pacheco (Simão).—Por ausencia de Henrique Nidorfe, fundidor da Casa da Moeda do Porto, que se achava servindo de capitão de uma das companhias do termo de Lisboa, foi provido por alvará de 14 de setembro de 1648, no dito officio, Simão Pacheco.

«Eu el Rey faço saber aos que este aluara virem que tendo consideração ao que se me representou em consulta do conselheiro da minha fazenda em resão da falta com que se achava de fundidor a casa da moeda da cidade do Porto pella auzencia que della fazia Enrique Nidorfe proprietario do dito officio que assistia nesta cidade na occupação de capitão de hũa das companhias do termo della e sendo notificado pera o ir servir na conformidade de minha resolução de 30 de julho do presente ano de 648 respondera estar impossibilitado pera o poder fazer e querendo eu poruer o dito officio não tinha a isso enconueniente e vista sua reposta e conuir a meu seruiço a ausitercia (?) de fundidor da dita casa do Porto tendo a tudo respeito e ao bom procedimento com que está servindo atualmente Simão Pacheco que foi prouido na seruentia do dito officio ej por bem e me pras que o dito Simão Pacheco que está ezercitando o dito cargo o sirua enquanto durar a foudição da casa da moeda da dita cidade...

«Bento Cardoso o fez em Lisboa a 14 de setembro de 648 eu João Pereira de Betancor o fiz escreuer. Rey».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João IV, liv. xx, fl. 122 v*).

112—Paes (Gaspar).—Ourives do ouro, morador em Lisboa. Por alvará de 13 de novembro de 1555 foi nomeado ensaiador da Casa da Moeda da mesma cidade em substituição de João Lopes o qual, por ser muito velho, não podia servir mais o dito cargo.

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que cõfiando eu de Gaspar Paez, filho de Aluaro Paez, ouriuez douro, morador nesta cidade de Lixboa, que no cargo de çsayador da casa da

moeda desta cidade, que te ora seruio J.^o Lopez, o qual, por ser muito velho, o não pode mais servir, me seruira bem e fielmente como a meu serviço compre, e por lhe fazer mercede, ey por bem e me praz que ele syrua o dito cargo, equão eu ouuer por bem e não mädar o contraíro, com declaração que o dito Aluaro Paez por tempo de seis meses primeiros segymtes estara presêto ao êsaio e a tudo o mais que por bem deste officio de êsayador ouuera de fazer o dito Gaspar Paez seu filho, com o qual officio d'êsayador avera o dito Gaspar Paez outro tamto ordenado, proes e percalços como avia o dito Joam Lopez quando o seruia e portanto o notifiqo asy ao comde da Castanheira, vedor da minha fazemda, e mädolhe que o meta em pose do dito officio damdolhe primeiro juramento que bem e verdadeiramente syrua, goardando em todo o que compre a meu serviço e mädão ao thesoureiro e officiaes da dita casa da moeda que depois de o dito Gaspar Paez ser em pose do dito officio lho deyxem servir e com ele aver o dito ordenado, proes e percalços como dito he, e comesara a vemcer o dito ordenado do dia que for metido em pose e comesara a servir o dito officio em diäte, e quero e me praz que este aluara valha e tenha força e vygor como se fosse carta feyta em meu nome e aselada do meu selo pemdemte sem êbargo da ordenação do segundo liuro titolo xx que despoem o contraíro. Adriam Lucio a fez em Lixboa a XIII de novembro de j b^e lb. Amdre Soarez o fez scpreuer».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, liv. LXXI, fl. 381).

113—Paiva (Gonçalo de).—Foi thesoureiro da Casa da Moeda de Lamego e tendo-se-lhe tomado contas do dinheiro recebido, foi-lhe passada carta de quitação em 30 de maio de 1644.

«Dom João ett. faço saber que eu mandei tomar conta em meus contos do Reino e casa a Gonçalo de Paiva que seruio de thesoureiro do dinheiro que se cunha na casa da moeda da cidade de Lamego de 25 de agosto de 642 té dous de novembro do dito ano e pella Recadação de sua conta se mostra Receber no dito tempo 2.708:554 reis a qual contia despendeo e entregou sem ficar devendo cousa algũa como se vio pella dita conta que foi tomada pello contador Jorge da Cunha e vista pelo prouedor Inacio Gil Figueiredo pello que dou por quite e liure ao dito gonçalo de paiva e a seus erdeiros do dito dinheiro...

«Bertolameu de Gamboa escriuão dos contos do Reino e casa a fez em Lisboa a trinta de maio ano do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de 1644.—ElRey».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João IV, liv. XVII, fl. 51).

114—Pedro (Mestre).—Por carta de 15 de dezembro de 1441 foi nomeado Mestre Pedro afinador e lavrante da Casa da Moeda da cidade de Lixboa.

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Afonso V, liv. II, fl. 46 v).

115—Pilozó (Mestre).—Fundidor da moeda na Índia.

Vide Aragão—*Descrição das moedas*, v. III, p. 583.

116—Pinheiro da Camara (Alvaro).—Era ensaiador da Casa da Moeda de Goa em 1742.

Vide Livro 26 do Conselho Ultramarino, fl. 112.

117—Pires (Cosme).—Ourives do ouro, morador no Porto. Por morte do paé, Manuel Pires, foi provido no lugar de abridor e guarda dos cunhos da moeda da dita cidade, com o mantimento annual de seis mil reis.

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que cõfiando eu de Cosmo Piç, ourivez douro, morador na cidade do Porto, que no que ho emcarregar me seruiria bem e fyelmente como a meu seruiço compre, queremdolhe fazer merce tenho por bem e o dou daquy em diante por abridor dos cunhos e guarda delles da moeda da dita cidade do Porto, asy e da maneira que ho elle deve ser e como o ate aquy foy Manuel Pirez, seu pay, que se finou, per cujo fallecimento me prouue fazer merce do dito officio ao dito Vasco (sic) Pirez por ser auto pera iso segundo per certidão de Gomçallo fernandez thesoureiro da moeda da cydade de Lixboa e de Diogo Alluarez, abridor dos cunhos della, que per meu mandado o exsaminarã, com ho qual officio elle àvera de mantymto em cada huñ anno seys mill rs., que he outro tão to como tynha e avya o dito Manuel Pirez seu pay, os quaes ey por bem que lhe sejã paguos do dia em que começou a seruir o dito officio em diamte, e mamdo a Diogo Leite thesoureiro da moeda da dita cydade do Porto que ho meta em pose do dito officio e dhy em diante lho leixe seruir e vsar e aver o dito mãtymto, proes e percallços ao dito officio diretamente hordenados sem duuida nem embargo allgum que lhe a ello seja posto, por que asy he minha merce, e mãdo ao barão dalluito, de meu conselho e vedor de minha fazenda que lhe faça assentar os ditos bj mill rs. de mãtymto nos liuros della e levar em cada huñ anno nas folhas do asemntamento do allmoxarifado da dita cydade do Porto pera lla auer págamento delles, o qual Cosmo Pirez jurara em minha chancelaria aos sãtos avãgelhos que bem e verdadeiramente e como deve sirua e vse do dito officio guardando em todo o meu seruiço e as partes seu direito, na qual chancelaria pagou dordenado do dito officio ao recebedor delle iii rs., como se vyo per seu conhecimento em forma feito pelo sprivã de seu carguo que hos sobre elle carregou em recepta, que foy roto ao asynar desta, que pera firmeza de todo lhe mandei dar per mim asynada e asellada do meu sello pendente. Dada na vylla dallmeirim a x dias de janeiro P.º Cubas a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhũ xpo de j bº Rbij anos. E por quanto o dito Cosmo Pirez não esta presente pera lhe ser dado juramento na chancelaria como acima he declarado, ey por bem que esta carta pase pela dita chancelaria posto que elle não pareça nella, e mando ao dito

Diogo Leite que âtes que ho meta em pose do dito officio lhe de o dito juramento asy e da maneira que lhe ouvera de ser dado na dita chancelaria conforme a esta dita carta de que se fara asento nas costas della pello sprivã da dita moeda pera se saber como lhe asy foy dado, e eu Andre Pirez a fiz espreuer e sobspreyu».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. xv, fl. 51).

118 — Pires (Manuel). — Salvador da moeda no Porto.

Renunciou o officio, sendo nomeado em seu logar Antonio Gonçalves.

Vide este nome.

119 — Pires (Manuel). — Ourives, abridor de cunhos na cidade do Porto a quem foram acrescentados, a 30 de junho de 1540, dois mil reis, além dos quatro que já tinha. Era pae de Cosme Pires, que, por sua morte, lhe succedeu no cargo.

Vide este nome.

«Trelado de hua postilla que esta ao pee da carta de Manuel Pirez, abridor dos cunhos da moeda da cidade do Porto, dacrecentamento de dous mill rs de mantimento com ho dito officio alem doutro mais mätymto que tem com ho dito officio. Registouse aqui pera em todo o tempo se saber como lhe foram acrecêtados os ditos dous mill rs».

«Ey por bem e me praz acrecemtar a Manuel Pirez, abridor dos cunhos da moeda da dita cidade do Porto, dous mill rs, alem dos quatro mill rs que tem de mantymto comteudos nesta carta e alem doutros dous mill, que per hũu meu alluara tem, os quaes lhe serão paguos asy e da maneira que lhe ate aquy paguaram os ditos quatro mill rs e sera de janeiro que vem de bº coremta e hũu em diamte. Francisco Belaguo a fez em Lisboa a xxx dias de julho de mill bº R, o quall Manuell Pirez pagara de chamcelaria dos ditos dous mill rs, que lhe ora acrecemtey, mill rs».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, *Doações*, liv. XL, fl. 190).

120 — Pires (Marcos). — Era coronheiro e moedeiro da Casa da Moeda do Porto, apesar de morar em Canavezes. Por qualquer motivo que se não explica se achava preso, tendo porem facilidade de sahir da prisão sem ferros para tratar dos seus negocios. Essa facilidade moveu-lhe o appetite de se ver livre de todo, pelo que andava homisiado. Arrepellido porém, solicitou e obteve carta de perdão, dada em Santarem a 15 de janeiro de 1488, contanto que pagasse trezentos reaes para as despesas da Relação e que se livrasse por direito do facto por que era preso.

«Dom Joham etc. Saude, sabede que Marcos Pires, coronheiro e moedeiro da nosa moeda da cidade do Porto, morador em Canaueses

nos enuiou dizer que seëdo ell presso na prisam da dita cidade do Porto elle tynha fauor de hir fora sem ferros e asi fazer as cousas que lhe erã necessarias e aas uezes trazia ferros delgados e que sêdo elle asi fora da dita prisam a arrecadar o que lhe compria fogira sem se querer mais tornar a dita prisam e assim fogira sem fazer outro dapno algum e se amorara e andaua amorado com temor das nosas justças, e que por quanto se elle queria liurar e mostrar por sem culpa daquello por que asi era presso, nos pedia por mercee que lhe perdoassemos a nosa justiça se nos a ella por rezom da dita fogida em algũa guisa era theudo, E nos veemdo o que nos elle asi dizer e pedir enuiou, se asi he como diz e hy mais nom ha, e quemdolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça a que nos elle pella dita razom era theudo cõtanto que elle pagasse pera as despesas de nosa relaçom trezentos rs e cõtanto outro si que elle se liure por seu direito daquello por que asi era preso e aja pera ello nosa carta de segurança [da] dada desta atee xb dias primeiros seguintes e nom o fazêdo elle asi esta carta lhe nom valha. E por quanto ell ja pagou os ditos dinheiros e os entregou Alu.^o Roiz escpriuã em a nosa corte que tem cargo de os receber segundo dello fomos certo por huu seu assignado e por outro de G.^o do Rego tambem espriuã em a nosa Corte que o sobre elle pos em recepta vos mãdamos etc em forma. Dada em Santarem xb dias do mes de janeiro elRei o mãdou pelo L.^{do} Rui da Grãa e pello doutor Diogo Pynheiro etc. Pero Aluez a fez de mil e iiij^e lxxxbiij^o.

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João II, liv. XVIII, fl. 20).

121 — Ramires (Francisco). — Ourives, residente em Lisboa, a quem, por carta de 19 de abril de 1529, se fez mercê do cargo de salvador dos cruzados da Casa da Moeda da dita cidade.

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que confiando eu de Francisco Ramirez, ouryuez, morador nesta cydade, que syruira bem e fielmente como a meu seruico compre, e quemdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daqui em diamte por salluador dos cruzados em a minha moeda desta dita cydade asy e pella guisa e maneira que o sam os outros dous saluadores da dita moeda, e com o ordenado asy como he decrarado em meu Regimento, o quall oficyo pella dita guisa tinha Belchior Roiz que per minha licença ho nelle renuciou, como se vio per hum aluara de licença que pera ello tinha, e sua renuciaçã que parecia ser feyta e asynada per Luys Fernandez, pubrico tabelliam em a dyta cydade aos sete dias deste mes dabryll do anno presemte de b.^e XXIX com testemunhas nelle nomeadas. Porem ho notefico asy ao meu comtador meu tesoureiro e officyaes da dita moeda, a que esta carta for mostrada e o conhecimento della pertencer, que ho ajam daqui em diamte por saluador dos cruzados da dita moeda e o metam em pose e lhe leixem aver o dito ordenado como dito he, e proes e percalços a elle directamente ordenados sem duuida nem embargo que lhe a

ello seya posto, e o dito alluara de licença e renueiaça e carta que o dito Belchior Roiz tinha foy rota ao asynar desta e elle dito Francisco Ramirez pagou dordenado na minha chancelaria dous mill e seyscentos sasenta rs., como se vio per certidam do esprivam della que os caregou em receita sobre ho recebedor, e jurara na dita chancelaria aos santos avamgelhos que bem e verdadeiramente syrua. Domingos de Payua o fez em Lixboa a ix de abryll anno de mill e h.^c XXIX annos, e eu Demiã Diaz o fiz escreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. xli, fl. 59 v).

122—Rodrigues (Belchior).—Veja-se Francisco *Ramires*.

123—Rodrigues (Paschoal).—Havendo D. João IV determinado que na cidade d'Evora houvesse casa da moeda a fim d'esta ali ser lavrada, entre os officiaes que para ella nomeou foi Paschoal Rodrigues, ourives, que teria o cargo de fundidor. O alvará da sua nomeação é de 12 de abril de 1644.

Vide Bento da *Costa* e Antonio *Coelho*.

«Eu elRei faço saber aos que este meu aluara virem que por quanto tenha Resoluto que na cidade de Euora se ordene e haja casa da moeda pera se fabricar e laurar a que de nouo teaho mandado fundir, e pella nomeaçã que fis dos officiaes para a dita casa tocar que sirua de fundidor della Paschoal Roiz, ouriues. Hei por bem que o dito Paschoal Roiz sirua de fundidor da dita casa da moeda emquanto ouuer [por bem] que sera por tempo que durar a noua fundição que mando fazer e não mandar o contrario... Francisco Nunes o fez em Lixboa a doze de abril de seiscentos e quorenta e quatro. E eu João Pereira de Betancor o fiz escreuer. Rey».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João IV*, *Doações*, liv. xiv, fl. 263 v).

124—Sal (Gervasio do).—Em carta de 26 de julho de 1612 foi-lhe dada a serventia do officio de fundidor do ouro e prata da Casa da Moeda de Lisboa por tempo de dois annos, se tanto durasse a memoridade do proprietario.

Vide Romão ou Romano d'*Almeida*.

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que anêdo respeito ao que Geruasio do Sal diz na petição escrita na outra mea folha desta, e a boa informação que delle tine, ey por bem que elle sirua de seruêtia o officio de fundidor do ouro e prata da casa da moeda desta cidade por tempo de dous annos, se tanto durar a memoridade do proprietario, com o quall officio auera o dito Geruasio do Sal o ordenado, proes e precalços que lhe directamente pertencerem; pello que mando a Francisco de Matos Cardoso, que serue de thesoureiro da dita casa, que lhe dee a posse da seruêtia do dito officio pello dito tempo e lho deixe servir como dito he, e na chancelaria lhe sera dado juramento dos santos evâgelhos que bem e ver-

dadeiramente o sirua, guardando em tudo meu seruiço e o direito as partes de que se fara asêto nas costas deste, que se cõprira como se nelle cõtem e valera como carta sem ãbargo das ordenações em contrario. Francisco de Abreu o fez em Lixboa a xx de julho de bj^o e doze. Diogo Soarez o fez escreuer».

Torre do Tombo — Chancellaria de D. Filipe II, Doações, liv. xxxii, fl. 33 vj.

SOUSA VITERBO.

(*Continua*).

Nótula biográfica acêrca do capitão Artur Augusto da Fonseca Cardoso

O capitão Fonseca Cardoso, sôbre militar modêlo, foi um homem de sciência no rigor estrito da palavra.

Preocupam-no, desde muito cedo, a disciplina militar e os estudos antropológicos; e sempre achou meio de conciliar, com as exigências



Capitão Artur Augusto da Fonseca Cardoso

da sua paixão scientifica, os duros e intransgredíveis deveres profissionais, a que de modo algum se subtraía. Instruindo proficientemente recrutas ou combatendo valentemente em campanhas; cumprindo à risca o serviço regimental ou desempenhando importantes comissões

no ultramar, nunca deixou de medir crânios, aqui ou além-mar; nunca esmoreceu na faina de alcançar *médias* craniométricas, em que baseava os seus admiráveis estudos antropológicos, os quais maravilham pela abundância de casos observados e pelo rigor, acêrto e o inesperado das conclusões. Emfim na sua bagagem de oficial, fôsse para aonde fôsse, nunca deixou de levar a *trousse* do antropologista.

*

Não cabe tracejar aqui o perfil militar do ilustre extinto; afirmar-se há apenas que não é banal. A outros ou em diverso ensejo iria bem, para exemplo, relevar condignamente os seus serviços nos regimentos ou nas diferentes e bem numerosas comissões na Índia, na África e em Timor. E lastimável será fique inédita a compacta fôlha de matrícula, especialmente quanto ao trecho da sua carreira militar no ultramar, onde procurou sempre manter o prestígio do nome português e realçar o valor da corporação a que se orgulhava de pertencer. Ver-se-ia então que — valente, esforçado e corajoso, e sobretudo acendradamente patriota — não houve sacrifício ou perigo a que se poupasse para salvaguardar e manter a pureza imaculada e vitoriosa da bandeira que jurara e que êle tam apaixonadamente amava!

Aqui, repete-se, só se dirá ligeiramente da sua obra científica.

*

E, de princípio, elucidar-se há que ela foi sempre prejudicada na sua intensidade pelas exigências materiais da vida. Tendo bem cedo constituído família, os pesados encargos inerentes compeliram-no a fraccionar a sua actividade, reservando uma boa parte para angariar os elementos com que haveria de prover às inelutáveis e impreteríveis necessidades familiares.

É que a ciência em Portugal só a um exiguíssimo número de privilegiados compensa, como se sabe, com meios pecuniários que escassamente resolvam o formidável problema da existência. Daí a precisão, para todos, de se preocupar com lucubrações mais lucrativas, pondo em lugar secundário as especulações científicas, para não enredar a actividade rendosa e materialmente reprodutiva.

É triste, mas é assim!...

Dêste modo se justifica que o capitão Cardoso não deixasse, na imprensa científica, o grupo de trabalhos proporcionado ao seu talento, ao seu saber e ao seu afanoso labor.

Teve ainda assim ensejo de frisantemente exteriorizar a sua competência especial, mais notória para estrangeiros que notada e apreciada dos nacionais, os quais, em regra, não lêem senão o que lhes fornece pábulo grato à sua imaginação romanesca e ao seu temperamento amoroso!...

*

O operoso extinto foi, de início, um arqueólogo, secção da paleo-etnologia. Daqui é que derivou para a antropologia, especialmente para a etnologia sobre dados craniométricos. Nesta fase se afirmou o primeiro no país e uma notabilidade para o estrangeiro, onde o seu parecer era reverentemente citado e acatado, e os seus trabalhos lidos e compulsados como de autoridade incontestada na esfera dos seus estudos especiais.

Aí por 1887 já ele denunciava aquela primária preocupação científica. Íntimamente ligado com uma pléiade brilhantíssima de rapazes do valor dum Ricardo Severo, dum Rocha Peixoto, dum Xavier Pinheiro e dum João Barreira, concorria eficazmente para a fundação da *Sociedade Carlos Ribeiro*, de que foi órgão literário a *Revista das Ciências Naturais e Sociais*, duas belas instituições já desaparecidas há muito, mas que deixaram após si um intenso rastro de luz.

Na *Revista* colaborou o nosso biografado; e são notáveis espécimes do seu saber e competência a *Nota sobre uma estação cheleana no Vale de Alcântara* (1893), e, mais ao diante, *O Indígena de Satary* (1896).

O primeiro estudo, mais tarde sustentado num vigoroso e erudito artigo de polémica *A Estação cheleana do Vale de Alcântara*, vinca a fase inicial da sua orientação científica, a de paleoetnólogo; o segundo revela a outra e mais recente, a de antropólogo, em que verdadeiramente se notabilizou. Ambos documentam a seriedade e honestidade dos seus processos de estudo; e o segundo confirma, em especial, que as preocupações dum militar brioso e audaz, numa campanha difícil e acidentada, não obstaram a que, de espada fora da bainha, ele aproveitasse todos os momentos disponíveis do soldado para dar satisfação ao homem de ciência, estudando a antropologia do indígena, com quem entrara em contacto.

Ainda nos seus primórdios de cientista, ele se dedicou à freima de propagandear a ciência paleoetnológica, a qual de resto nunca abandonou inteiramente.

Não falando já da sua crítica severa e fundamentada sobre a vergonha que então era o Museu Municipal do Porto (1887), apreciação erudita e cáustica, publicada em dois números daquela era no extinto diário portuense *O Dez de Março*, são notáveis de precisão, clareza e legítima ciência os seus trabalhos sobre: *A Idade da Pedra*, *Os Kjoekemmöddings*, *A Palafita*, editados pelo *Progresso do Norte* (1888), hebdomadário vilarialense (Vid. n.ºs 667, 675, 704 a 706).

Como obra de vulgarização e de síntese ainda hoje se poderiam ler com proveito.

Mas onde se afirmou vigorosamente a sua figura superior de cientista e de antropólogo foi na célebre revista a *Portugália*, que ajudou a fundar, aí por Setembro de 1898, e cuja redacção secretariou até ao fim, salvas ligeiras intermitências. Quasi todos sabemos o que era esta opulenta e sábia publicação, que chegou a maravilhar sábios estrangeiros, como E. Cartailhac, e mereceu encómios oficiais aos Governos da época.

Nela, pois, labutou amorosamente o capitão Cardoso, acompanhando-lhe com enternecimento todos os passos vitoriosos. Mas não se restringia a auxiliá-la com ternura e suprema dedicação; antes aí colaborava, dentro da sua especialização, com insuperável competência.

São magistrais as suas *Memórias* e *Estudos* antropológicos, sucessivamente impressos nos dois grossos tomos daquele jornal científico: *O Minhoto de Entre Cávado e Âncora*, *O ossuário da freguesia de Ferreira*, *Nota sobre os restos humanos da caverna neolítica dos Alqueves*, *Observações sobre os restos humanos da necrópole de Nossa Senhora do Destêrro*, *Castro Laboreiro*, estudo antropológico, e *O Pó-veiro*.

Além destes trabalhos modelares, duma soberba documentação e dum largo alcance, devem-se-lhe muitas *Notas bibliográficas e necrológicas*, esparsas nas duas mencionadas revistas; e cada uma é uma lição de fina crítica e de genuína ciência.

Há, fora dos jornais, um trabalho seu, da máxima consideração como obra de síntese sobre a antropologia portuguesa. No tomo I do livro apresentado na Exposição do Rio de Janeiro em 1908, *Notas sobre Portugal*, publicou ele *A Antropologia Portuguesa*.

*

Eis em sêca sùmula o que, de sua lavra, viu a luz da publicidade, segundo os nossos apontamentos e informações. Mas ainda há a registar a sua obra inédita.

Na biblioteca regimental do quartel de infantaria n.º 3, Viana do Castelo, existe um manuscrito oferecido pelo capitão Cardoso em 1898; intitula-se *Diário da expedição à Índia* (subsídio para a história militar). Conserva a família um outro manuscrito de apontamentos e dados preciosos para a *Antropologia dos Quiocos, Lutchazes, e Luevas*, povos da nossa província de Angola. Foram obtidos durante a sua comissão naquela província (1902 a 1906).

Há ainda um trabalho manuscrito sobre a *Antropologia da cidade do Pôrto*, trabalho começado em 1896, mas incompleto por virtude das estações na África (Angola, quatro anos) e em Timor (outros quatro anos).

*

Tantos trabalhos científicos de primeira grandeza não podiam deixar de lhe dar ingresso nas Sociedades portuguesas, aonde só entra, em regra, o estudioso e o douto, que o mérito pessoal ostensivamente assinala. Por isso elle era:

Sócio da *Academia Real das Sciências*,

Sócio honorário da *Sociedade Arqueológica Santos Rocha*;

Sócio correspondente das:

Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses,

Sociedade Martins Sarmento, e

Instituto de Coimbra.

Cidadão ilustre, chefe de família modelar, guerreiro brioso, scien-
tista emérito, e que mais títulos poderia congregar, para sobreviver,
a inapagável personalidade do saúdoso capitão Fonseca Cardoso?...

Pôrto, em 23 de Novembro de 1912.

JOSÉ TOMÁS RIBEIRO FORTES.

Chronica

I

Excursão arqueológica no Cadaval

Como possuo bastantes relações no Cadaval, umas porque exerci lá clínica durante uns meses, em 1887, outras, porque tenho lá parentes, e como a região abunda de antigualhas preistóricas, vou a esse concelho de vez em quando à procura de objectos, e trago sempre cousa que compense o meu trabalho. Aproveitando as férias que a

Faculdade de Letras me deu na Páscoa d'êste ano, resolvi fazer uma excursão arqueológica ao Cadaval, e d'ela aqui publico o meu diário:

Dia 16 de Março de 1913.—Parti de Lisboa, pela Azambuja, em direcção ao Peral. Ao passar na povoação da Da-Gorda, obtive aí um machado neolítico e alguns sílices preistóricos.

Dia 17.—Fui à povoação de Sobrena, e colhi alguns machados neolíticos.

Dias 18 e 19.—Choveu. Não pude sair do Peral; contudo também lá obtive vários machados.

Dia 20.—Fui à povoação da Vermelha em companhia do Sr. António Pereira, do Peral, e ali, por intermédio dos Srs. António Nunes dos Reis, José Serafim dos Reis, e Alexandre da Silva, obtive sílices e machados preistóricos.

Dias 21 e 22.—Fui a Alguber, de visita ao meu amigo José Maria Fogaça, e com êle percorri aquela e outras povoações vizinhas: Gouxaria, Corujeira, Figueiros e Bouça de Louro. Colheram-se alguns machados. Com o mesmo Sr. subi a um alto, nas proximidades da Serra de Todo-o-Mundo, onde me constava apareciam sílices preistóricos, mas nada encontrámos.—Ao regressar ao Peral, pelas Barreiras, alcancei aí dois machados.

Dia 23.—Choveu novamente, e permaneci no Peral.—Outras excursões que tencionava fazer ficaram prejudicadas.

Dia 24.—Regressei a Lisboa, pelo Bombarral, debaixo de ágoa.

*

Da minha excursão resultaram umas dezenas de machados neolíticos e alguns sílices, que já estão no Museu Etnológico.—A grande quantidade de objetos d'esta natureza, que por várias vezes tenho adquirido no concelho do Cadaval, prova que toda a região foi muito povoada nos tempos preistóricos. Os machados e sílices aparecem nos campos quando os aldeões os cavam; devem corresponder a jazigos fúnebres, e a locais de habitação, embora nem de uns nem de outros, por causa da cultura das terras, se encontrem vestígios. Os únicos vestígios que se encontram são nas serras, do que constituem rico testemunho as colecções pragancenses que existem no Museu.

J. L. DE V.

II

Outra portaria de louvor

«Ministério de Instrução Pública—Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial—1.^a Repartição.—Tendo o Ministro da Instrução Pública feito uma demorada visita ao Museu Etnológico Português, da qual trouxe a melhor impressão pela ordem, método e orientação científica que preside à disposição das suas diferentes secções: manda o Governo da República Portuguesa que ao director do referido Museu, Dr. José Leite de Vasconcelos, seja dado público testemunho do louvor que lhe merece a sua notável competência e desvelado interesse que tem empenhado no progresso do Museu a seu cargo e no constante aumento e valorização das suas colecções.

Paços do Governo da República, em 8 de Agosto de 1913.—O Ministro da Instrução Pública, *António Joaquim de Sousa Júnior*».

(Do *Diário do Governo* n.º 186, de 11 de Agosto de 1913).

III

**Portaria que determina a anexação pedagógica
do Museu Etnológico Português à Faculdade de Letras**

«Ministério de Instrução Pública—Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial—1.^a Repartição.—Atendendo ao que representou o Director do Museu Etnológico Português sobre a conveniência de anexar à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o referido Museu, que até agora estava subordinado ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a circunscrição;

Considerando que desta anexação só podem advir vantagens a todos os estudiosos, e muito principalmente aos alunos da Faculdade de Letras que no Museu ficam tendo valiosos elementos e subsídios para o estudo de diversas disciplinas da sua Faculdade;

Tendo em vista o parecer favorável do director da Faculdade de Letras;

Sobre proposta do Ministro de Instrução Pública: hei por bem decretar que o Museu Etnológico Português que, por decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, está subordinado ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a circunscrição, seja pedagogicamente anexado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 16 de Agosto de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*António Joaquim de Sousa Júnior*».

(Do *Diário do Governo* n.º 196, de 22 de Agosto de 1913).

Bibliografia

— **Materiais para o estudo das Antiguidades Portuguezas**, publicados sob a direcção de F. Tavares de Proença J.^{or}, n.^{os} 1, de Julho e Agosto; 2, de Setembro e Outubro; 3, de Novembro e Dezembro: de 1910.

— Opúsculos de Joaquim Fontes:

- a) **Estação paleolithica do Casal do Monte**, 1910.
- b) **Estação paleolithica do Casal da Serra**, 1912.
- c) **Trois coups-de-poing acheuléens du Portugal**, 1912.
- d) **Contribution à l'étude de la Période paléolithique en Portugal**, 1912.

— Opúsculos do Dr. Vergílio Correia:

- a) **Lisboa Preistórica, I**—A estação neolítica dos Sete Moinhos, 1912.
- b) **Lisboa Preistórica, II**—A estação neolítica de Vila Pouca (Monsanto), 1912.
- c) **A Igreja de Lourosa da Serra da Estrêla**, 1912.

C. L.

Numismática portuguesa

— **Numismátic Circular** de Spink & Son's, de Londres: o n.^o 238, de Setembro de 1912, insere um artigo de H. T. Grogan intitulado *Indo-Portuguese Numismatics (The silver issues of Goa; The saint type)*; o mesmo número e os n.^{os} 239 e 240, respectivamente de Outubro e Novembro, contêm, com o título de *Counter-marked or plugged Portuguese gold coins in the West Indies and the American continent*, uma tradução de um artigo publicado por Júlio Meili n-*O Arch. Port.*, VII, 248-258 (também reproduz as gravuras).

J. L. DE V.

Apêndice ao que fica dito supra, p. 103

Já depois de impresso o artigo que saí a pp. 102-106, li o que no *Almanaque illustrado d-O Comércio do Lima*, 1909, pp. 239-247, publicou o Sr. F. Abreu Maia, com o título de «Sociedade económica dos bons compatriotas amigos do bem público da vila de Ponte do Lima»: aí se historia sumariamente a Sociedade a que se refere a medalha que constitue o assunto do meu trabalho.

J. L. DE V.

VOLUME XVIII

ÍNDICE ANALÍTICO

ADMINISTRAÇÃO PUBLICA:

Diversos factos que lhe respeitam.
Vid. *Vila*.

ANTA:

No concelho de Nelas: 77 e 78.
No de Mangualde: 80, 81 e 82.

ANTIGUIDADES:

Antiguidades de Armez (concelho de Sintra): 169.
Vid. *Notícias várias* e espécies occorrentes.

ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS LOCAIS:

Alentejo:

Ervedal, concelho de Avis (fabrico de machados): 57.

Beira:

Buçaco, concelho de Coimbra (monumento): 8.
Palheiros, concelho de Nelas (orca): 77.
Fonte do Alcaide, concelho de Nelas (orca): 78.
Gandufe, concelho de Mangualde (orca): 80.
Alcafache, concelho de Mangualde (orca): 81.
Val de Anta, concelho de Mangualde (pesquisa): 81.
Montemor-o-Velho (lápide romana): 101.

Entre-Douro-e-Minho:

Bougado, concelho de Santo Tirso (diadema áureo): 95.
Ponte de Lima (sociedade económica): 102.

Estremadura:

Ferreira do Zêzere (Dornes e seu termo): 8.
Belém (*varia*, sítio do Restelo e outros arredores de Lisboa): 59.
Oeiras (sepultura romana e outras): 93.
Sobral, concelho de Óbidos (goiva neolítica e caveiras): 130.
Armez, concelho de Sintra (inscrição, lucerna): 169.
Lisboa (inscrição portuguesa): 191.

Trás-os-Montes:

- Malhadas, concelho de Miranda do Douro (inscrição romana): 1.
 Meixedo, concelho de Bragança (inscrição romana): 2.
 Carção, concelho de Vimioso (inscrição portuguesa): 106.
 Vila-Rial (pêso de barro): 190.
 Sapelos, concelho de Montalegre (castro e moedas): 190.

Ilhas adjacentes e Ultramar:

- Instrumentos prehistóricos da África Portuguesa: 174.
 Ilha Terceira (moedas): 191.
 Vid. *Aquisições, Etnografia.*

ARQUEOLOGIA:**Preistórica:**

- D'une manière de fabriquer les haches néolithiques*: 57.
Arqueologia preistórica da Beira: 77.
Goiva de pedra de Óbidos: 130.
Instrumentos preistóricos da África Portuguesa: 174.
 Vid. *Aquisições, Etnografia, Bibliografia.*

Protoistórica:

- Diadema de ouro*: 95.

Romana:

- Uma sepultura romana nos arredores de Oeiras*: 93.
 Vestígios nos arredores de Sintra: 170.
Pêso de barro: 190.
Cohors I Lusitanorum: 191.
 Vid. *Epigrafia, Aquisições.*

Medieval:—Bárbara, Arábica e Românica.

- Vid. *Aquisições.*

Estrangeira:

- Objectos arqueológicos e etnográficos do Brasil*: 165.
 Vid. *Notícias várias, Aquisições, Antiguidades, etc. (Ultramar).*

ARQUIVO:

- Vid. *Medalhística, Numismática.*

ARTE:

- Artes e indústrias metálicas em Portugal*: 82 e 191.
 Vid. *Aquisições, Indumentária.*

BIBLIOGRAFIA:

Pág. 96 e 208.

Vid. *Aquisições*.

BIBLIOLOGIA:

Vid. *Aquisições*.

BIOGRAFIA:

Nótula biográfica acerca do capitão Artur Augusto da Fonseca Cardoso: 201.

BRASÃO:

De Manuel Vaz Ribeiro e irmão, e de outros: 49 e sgs.

BRONZE:

Vid. *Aquisições*.

CALHAU:

Calhaus rolados em antas: 79.

CASTRO:

Castro de Sapelos: 190.

Vid. *Aquisições*.

CATÁLOGO:

Dos manuscritos do Museu Etnológico: 108.

CERÂMICA:

Em anta (alguma romana): 79 e 80.

Aparecimento de vária: 93 e 94.

Com marca: Vid. *Aquisições*.

Vid. *Aquisições*.

COLECÇÃO:

Antigas colecções portuguesas de moedas e medalhas: 98 e sgs.

Vid. *Numismática, Ultramar* (antiguidades).

CONTA:

De ribeirite: 79.

Vid. *Aquisições*.

CRÓNICA:

Excursão arqueológica no Cadaval: 205.

Portaria de louvor: 207.

Portaria que determina a anexação pedagógica do Museu Etnológico Português à Faculdade de Letras: 207.

EPIGRAFIA:**Romana:**

- Lápide em Miranda: 1.
- Lápide em Bragança: 2.
- O deus Aernus*: 95.
- Inscrição romana de Montemor-o-Velho*: 101.
- Inscrição em Armez (Sintra): 170 e 171.
- Inscrição portuguesa: 191.
- Vid. *Aquisições*.

Portuguesa:

- Inscrição do séc. XVIII: 22.

ESTÁTUA:

- Pedestal dela: 170.
- Vid. *Aquisições*.

ETNOGRAFIA:

- Objectos arqueológicos e etnográficos do Brasil*: 165.
- Vid. *Aquisições*, *Arqueologia prehistórica*.

FIGURA:

- De animal*: vid. Lucerna.
- Vid. *Aquisições*.

FOLK-LORE:

- Cantiga de Lisboa: 62.
- Quadras alusivas a medalhas de D. Miguel: 101.

FONTE:

- Com inscrição romana: 172.

GOIVA:

- De pedra: 130.
- Vid. *Aquisições*.

GUERRA:

- Peninsular: vid. *Medalhística*.

HISTÓRIA:**Portuguesa:**

- Factos da vida portuguesa no séc. XVIII: vid. *Vila*.
- Episódio da vida de Nuno Álvares: 60.
- Vid. *Administração pública*.

INDUMENTÁRIA:

Alfaías e pratas das igrejas de Dornes: 20, 21 e 22.

INQUISIÇÃO:

Oficiais no termo de Dornes: 28.

JUDEUS:

No concelho de Vimioso: 102.

LAGAR:

Vid. *Aquisições*.

LANÇA:

De sílex: 77, 174.

Vid. *Aquisições*.

LUCERNA:

Do aro de Sintra: 172.

Vid. *Aquisições*.

MACHADO:

Vid. *Arqueologia prehistórica, Aquisições*.

MEDALHÍSTICA:

Medalha comemorativa do Monumento do Buçaco, dedicada ao exército luso-britânico: 3.

Medalha da Sociedade Económica de Ponte de Lima (séc. XVIII): 101 e 205
Vid. *Colecção*.

MANUSCRITOS

Vid. *Catálogo, Numismática, Aquisições*.

MÓ:

Primitiva: 79 e 81.

Manuária: 94.

Vid. *Aquisições*.

MORTE:

Condenado à morte: 107.

MOSAICO:

Notícia de um: 172.

MOUROS:

No aro de Sintra: 172.

MUSEU:

- Municipal do Pôrto: 95 e 204.
 Do Instituto de Coimbra: 101.
 Da Escola Politécnica: vid. *Aquisições*.
 Para a história dos museus em Portugal: 167.
 Da Comissão dos Trabalhos Geológicos: 174 e 168.
 Da Academia das Ciências de Lisboa: 177.
 Da Sociedade de Geografia: 169.
 Vid. *Numismática, Coleção*.

Etnológico Português:

- Aquisições*: 57, 77, 79, 94, 102, 131 e sgs.
Sindicância ao Museu Etnológico Português: 178.
 Vid. *Catálogo, Portaria*.

NOMES:**De divindades:**

- D. AE...?: 95.

De imperadores:

- Divi Augusti*: 171.

De cidades antigas:

- Aramenha: 170.

De pessoas em inscrições romanas:

- Cor(nelia) Prisca: 1.
 Silvius Calvos: 1.
 (I)uliu(s): 2.
 Muneiae: 2.
 Seveirus (?): 95.
 L. Cadio Cellae: 101.
 L. Cadius Scarus: 101.
 Valéria Rufina: 101.
 Apronia Maelia: 170.
 L. Iulius Maelo: 171.
 Vid. *Arte*.

NOTÍCIAS VÁRIAS:

- Diadema de ouro*: 95.
O deus Aernus: 95.
Pêso de barro: 190.
Castro de Sapelos: 190.
Inscrição tumular de D. Mariana de Noronha: 191.
Cohors I Lusitanorum: 191.
Tesouro de moedas portuguesas: 191.

NUMISMÁTICA:

Poesia e numismática: 97.

Tesouro de moedas portuguesas: 191.

Vid. *Arte, Castros, Bibliografia*.

OSSOS:

Vid. *Sepultura, Aquisições*.

OURO:

No Zézere: 31.

Diadema de ouro: 95.

Vid. *Aquisições*.

PEDRA:

De amolar em anta: 80.

Utensílios brasílicos: 167.

Vid. *Goiva*.

PÊSO:

Ornamentado: 190.

Vid. *Aquisições*.

PORTARIA:

Portarias concernentes ao Museu Etnológico Português: 178 e 207.

PRATA:

Vid. *Aquisições*.

RASPADOR:

De sílex (africano); 175.

RUÍNAS:

Da época romana: 170.

SENTENÇAS:

De Th. Zielinski: 168 e 177.

SEPULTURA:

De lages, de *ímbrices*: 93.

Prehistórica: 130.

Vid. *Aquisições*.

SETA:

Pontã de seta de sílex: 79.

SÍLEX:

Instrumentos africanos: 176.

Vid. *Aquisições*.

SINDICÂNCIA:

Ao Museu Etnológico Português: 178.

TERRAMOTO:

Efeitos do de 1755: 29 e 62.

TOPOGRAFIA:

Vid. *Belém nas Antiguidades e notícias* (Estremadura).

TOPONÍMIA:

Vid. *Mosaico*.

VILA:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere (continuação): 8.

VISITA:

Vid. *Portaria*.

ÍNDICE DOS AUTORES

António Baião:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere: 8.

Artur Lamas:

Medalha comemorativa do Monumento do Buçaco, dedicada ao exército Luso-Britânico: 3.

C. L.:

Aquisições do Museu Etnológico Português: 131.
Bibliografia: 208.

F. A. P.:

Os índices: 209.

Francisco Manuel Alves:

Epigrafia bragançana: 1
Carção: 106

Henrique de Campos Ferreira Lima:

Poesia e numismática: 97

José Leite de Vasconcellos:

D'une manière de fabriquer les haches néolithiques: 57.
Arqueologia preistórica da Beira: 77.
Inscrição romana de Montemor-o-Velho: 101.
Medalha da Sociedade Económica de Ponte de Lima (séc. XVIII): 102 e 208.
Goiva de pedra de Óbidos: 130.
Objectos arqueologicos e etnográficos do Brasil: 165.
Instrumentos preistóricos da África Portuguesa: 174.
Sindicância ao Museu Etnológico Português: 178.
Notícias várias: 190.
Crónica: 205.
Bibliografia: 208.

José Tomás Ribeiro Fortes:

Nótula biográfica acêrca do capitão Artur Augusto da Fonseca Cardoso: 201.

Pedro de Azevedo:

Catálogo de manuscritos do Museu Etnológico: 108.

Rodrigo Vicente de Almeida:

Belém: 59 (*póstumo*).

Sousa Viterbo:

Artes e indústrias metálicas em Portugal: 82 e 191 (*póstumo*).

Vergílio Correia:

Uma sepultura romana dos arredores de Oeiras: 93.

Antiguidades de Armez (concelho de Sintra): 169.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Paleoetnologia

- Machado neolítico bipartido (fotogravura): 58.
Lança de sílex (cromolitografia): 80 e 81.
Conta de ribeirite: 80 e 81 (idem): 80 e 81, est. I.
Objectos da orca da Fonte do Alcaide (zincogravuras): 80 e 81, est. II.
Goiva de pedra (zincogravura): 130.
Lança de sílex de Loanda (fotogravura): 174.
Secção da mesma lança (zincogravura): 174.
Raspador de sílex de Huila (três fotogravuras): 175.
Instrumento de sílex da região próxima (duas fotogravuras): 176.
Idem, idem (duas fotogravuras): 176.
Aguçadeira de quartzite de Búsi (duas fotogravuras): 176.

Arqueologia romana

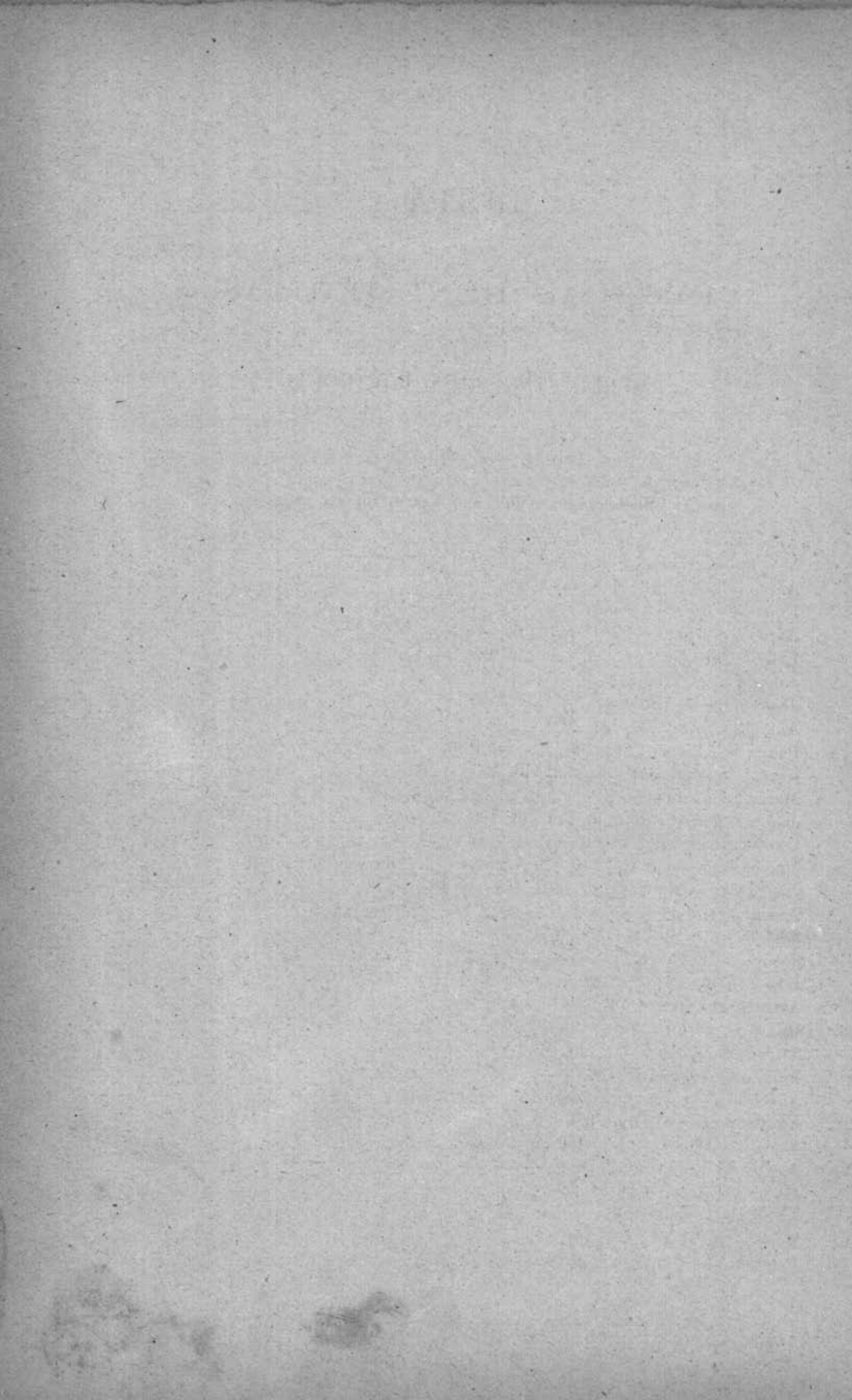
- Fragmento de lápide (zincogravura): 2
Tipo de sepultura romana (idem): 94.
A fonte de Armez (fotogravura): 171.
Lucerna romana de Armez (zincogravura): 173.
Pêso de barro (zincogravura): 190.

Diplomática

- Frontispício do Tombo da Comenda de Dornes (litografia): 9.

Biografias

- Retrato de Fonseca Cardoso (fotogravura): 201.



221

LISTA

DAS

PESSOAS BENEMÉRITAS

DO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

1915

1.—Pessoas que ofereceram gratuitamente objectos

- Angelino dos Reis Sena Cardoso: 77.
Vergílio Correia da Fonseca (Dr.): 131, 148, 158, 159.
António Lamas: 131, 148, 158, 159.
Francisco da Silva Falcão (Dr.): 131, 148, 158, 159.
António dos Santos Brito: 131, 148, 158, 159.
Leonor Cardoso (D.): 131, 148, 158, 159.
Jaime Leite: 131, 151.
Joaquim Bôto: 131, 151.
António Cabral: 131, 151.
Pedro de Azevedo: 132, 135, 139, 149, 150.
Ernesto Santos: 132, 135, 139, 149, 150.
Maria Leopoldina Furtado de Mendonça Matos: 132.
Joaquim Fontes: 133, 140, 149, 159, 160, 161, 164.
Conrad Andersen: 133, 140, 149, 159, 160, 161, 164.
Matilde Coronado: 133, 140, 149, 159, 160, 161, 164.
José Taborda Ramos (Dr.): 133, 145.
António Penteado: 133, 145.
José Ferreira da Trindade: 133, 136.
João dos Reis Leitão Marrocos: 133, 136.
Luís António Pignatelli Figueiredo (Dr.): 133, 135.
Artur Lamas (Dr.): 135, 136.
Henrique Pereira Soares Couto: 135, 136.
Alfredo Bensaúde: 136, 146, 148.
Fernando Gonçalves: 136.
Anselmo Gonçalves (P.^o): 136.
Agostinho Lúcio (Dr.): 136.
José Bernardino e Silva: 136.
José Ciriaco Gonçalves: 136.
Josefina Taborda Ramos (D.): 137.
José Paes Pimenta: 137.
Matos e Silva (Dr.) 137, 161, 162.
Joaquim Vaz Monteiro: 137, 149.

- Tito de Noronha (Dr.): 137, 149.
Cristóvão Brochado: 137, 149.
José Rebêlo (Conselheiro): 137, 149.
Patrício Júdice: 138.
António Moreira Beato: 138, 148.
Professor Adelino: 139.
Bernardo de Aguiar Teixeira: 139
Manuel Fernandes Júnior: 139.
Alberto da Silva Basto: 139.
Joaquim Manuel Correia (Dr.): 139, 144.
Tavares Proença Júnior: 140.
Museu de Artilharia: 140.
João Joaquim da Costa Braga: 140.
Maria Angélica Furtado de Mendonça (D.): 141, 143, 145, 147, 160.
Luís Gaspar Portela: 141, 143, 145, 147, 160.
José Santa Rita: 141, 143, 155, 147, 160.
Caldas Cordeiro: 141, 143, 145, 147, 160.
António Celorico Gil: 143, 146.
Joaquim da Silveira (Dr.): 144, 147.
Pedro Soares: 144, 147.
António Ribeiro: 144, 147.
Henrique Botelho (Dr.): 144, 147.
Félix Alves Pereira: 144, 146, 162.
Guilherme Gameiro: 144, 146, 162.
Ascensão Valdez: 144, 148.
Leonor de Oliveira Cardoso (D.): 146.
Pedro Vitorino: 146.
Álvaro de Azevedo (Dr.): 146, 158.
Aurélio da Costa Ferreira (Dr.): 146.
António Henrique de Oliveira Meneses: 146.
Pedro Mascarenhas Júdice: 147.
Coelho de Carvalho (Dr.): 148.
Diogo Lopes: 148.
José Filipe Cardoso Lavareda: 148
Adelino de Lemos: 149.
João Osório de Castro: 149.
Francisco Cordovil Barahona (Dr.): 149.
Sant'Ana Marques (Dr.): 150.
Mariana Osório (D.): 150.
Francisco Maria Pífano: 150.
Otto von Hafe: 150.
Sousa Maia (Rev.^{do}): 152.
Marques Gomes: 152.
Manuel Mateus (Dr.): 152, 157.
Joaquim Carneiro da Silva: 153, 167.
Benedito Pinto dos Santos: 153, 166.
Maurício Camarzo: 154, 166.
A. Azevedo: 154, 167.
Sílvio de Almeida: 154, 167.

Ana de Castro Osório (D.): 154, 160, 165.
Manuel de Bragança (D.): 154.
Carlos Marinho da Cruz: 154.
Maximiano Aragão (Dr.): 157.
Onofre Paes Soares: 157.
Alberto Osório de Castro (Dr.): 158.
Comissão Geológica: 158.
António Joaquim Júdice: 159.
Gustavo Ramos: 160.
José Soares (Conselheiro): 160, 161.
João José Rodrigues (Dr.): 161.
Francisco António da Cruz: 161.
Mariana Queiroga Paes (D.): 162.
António Pio: 164.
António Paes: 164.
Manuel Joaquim de Oliveira: 164.
Bernardo Rodrigues do Amaral: 164.
Escola Politécnica: 165.
Shering (Dr. e Director do Museu de Ypiranga): 167.

2.—Pessoas que intervieram obsequiosamente

Bernardo Rodrigues do Amaral: 80, 81.
Henrique Pereira Soares Couto: 133.
Américo Isidoro Augusto de Azevedo: 137, 138.
Teles de Meneses: 141.
Narciso C. Alves da Cunha (Dr.): 141.
Joaquim Manuel Correia (Dr.): 144.
José Relvas (Ministro das Finanças): 147.
Ana do Castro Osório (D.): 153.
José Correia Pinto da Fonseca: 161.
Vergílio Correia (Dr.): 161.
Francisco E. Goulão: 161.
Mário Paes: 162.

Errata

Pág. 173, no título da gravura: onde se lê «tamanho natural», leia-se: «dois terços do tamanho natural».

Ana de Castro Osório (D.): 154, 160, 165.
Manuel de Bragança (D.): 154.
Carlos Marinho da Cruz: 154.
Maximiano Aragão (Dr.): 157.
Onofre Paes Soares: 157.
Alberto Osório de Castro (Dr.): 158.
Comissão Geológica: 158.
António Joaquim Júdice: 159.
Gustavo Ramos: 160.
José Soares (Conselheiro): 160, 161.
João José Rodrigues (Dr.): 161.
Francisco António da Cruz: 161.
Mariana Queiroga Paes (D.): 162.
António Pio: 164.
António Paes: 164.
Manuel Joaquim de Oliveira: 164.
Bernardo Rodrigues do Amaral: 164.
Escola Politécnica: 165.
Shering (Dr. e Director do Museu de Ypiranga): 167.

2.—Pessoas que intervieram obsequiosamente

Bernardo Rodrigues do Amaral: 80, 81.
Henrique Pereira Soares Couto: 133.
Américo Isidoro Augusto de Azevedo: 137, 138.
Teles de Meneses: 141.
Narciso C. Alves da Cunha (Dr.): 141.
Joaquim Manuel Correia (Dr.): 144.
José Relvas (Ministro das Finanças): 147.
Ana do Castro Osório (D.): 153.
José Correia Pinto da Fonseca: 161.
Vergílio Correia (Dr.): 161.
Francisco E. Goulão: 161.
Mário Paes: 162.

Errata

Pág. 173, no título da gravura: onde se lê «tamanho natural», leia-se: «dois terços do tamanho natural».